

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE
TECNOLOGIAS

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

JÉSSICA DE ALMEIDA POLITO

TERRITÓRIOS DE CIVILIDADE: O PAPEL DAS
“MOGIS” NA FORMAÇÃO E RECONFIGURAÇÃO DO
LESTE PAULISTA, SÉCULOS XVII-XIX

CAMPINAS

2013

JÉSSICA DE ALMEIDA POLITO

TERRITÓRIOS DE CIVILIDADE: O PAPEL DAS
“MOGIS” NA FORMAÇÃO E RECONFIGURAÇÃO DO
LESTE PAULISTA, SÉCULOS XVII-XIX

Dissertação apresentada como exigência para a obtenção do Título de Mestre em Urbanismo, do Programa de Pós-Graduação na área de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Orientador: Prof^o Dr. Luiz Augusto Maia Costa

CAMPINAS

2013

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO

Autora: JÉSSICA DE ALMEIDA POLITO

Título: TERRITÓRIOS DE CIVILIDADE: O PAPEL DAS “MOGIS” NA
FORMAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO LESTE PAULISTA, SÉCULOS XVII-
XIX.

Dissertação de Mestrado em Urbanismo

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientador: Prof.^o Dr. Luiz Augusto Maia Costa

1^o Examinadora Prof.^a Dr.^a Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno

2^a Examinadora Prof.^a Dr.^a Ivone Salgado

Campinas, 16 de dezembro de 2013

Aos meus queridos pais João Alcindo e Márcia (*in memoriam*), meu carinho, admiração e gratidão eterna pelas oportunidades e exemplos que me deram.

Às queridas avós Helly e Dulce pelo incondicional apoio. Jacy, Angela e Rafael, que diretamente me ajudaram na conquista de um sonho.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação de mestrado é, para mim, um símbolo de novas amizades, companheirismo e gentilezas que se iniciaram imediatamente no primeiro dia em que adentrei nesta instituição – a PUC-Campinas. É por isso que, primeiramente, agradeço a DEUS pela generosidade sempre demonstrada para comigo, ao colocar em minha vida pessoas sábias, capacitadas, dispostas a me ajudar durante a caminhada e que me receberam de braços abertos. Sou grata a Ele por ter me colocado sob a sua orientação Professor Luiz, a quem tenho como querido orientador e amigo. Penso que a palavra “obrigada” não seja suficiente. A confiança em mim depositada, o comprometimento e os incentivos, a atenção e a bondade presente em cada orientação constituem-se, para mim, em um conjunto de qualidades que, somados à sua seriedade, ética e sabedoria, fazem de você um exemplo a ser seguido e uma grande influência na minha formação pessoal e profissional. Por todas essas coisas, muito obrigada! Sou muito grata!

Aos Professores Doutores e amigos o meu sincero agradecimento por tantos bons momentos e profundo aprendizado, pela ajuda, discussões e orientações. À querida Professora Dr.^aJane Victal, que sempre me recebeu com carinho, atenção e muito contribuiu com esta dissertação ao gentilmente aceitar participar de minha qualificação. Igualmente agradeço à Professora Dr.^a Ivone Salgado, que foi de uma sabedoria e generosidade sem precedentes; e que conferiu-me a preciosa oportunidade de realizar o estágio docência sob a sua supervisão. Ao Professor Caracol, pelos incentivos e por me dizer tantas vezes: “você está fazendo tudo certinho, você tá no caminho certo, vai dar tudo certo” - um especial “muito obrigada” pelo empenho demonstrado para beneficiar a mim e a outros mestrados com bolsa de estudos -. Ao Professor Tomás Moreira pelas importantes aulas e tão divertidos momentos. À generosidade e compreensão da Professora Renata Baesso, cujas aulas também foram de fundamental importância. A Professora Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, que gentilmente aceitou o convite do Professor Luiz para participar da banca de defesa desta presente dissertação; obrigada à Paula pela cordialidade que sempre me tratou.

Aos amigos do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, aqueles que já concluíram o mestrado, aos ingressantes e aqueles que estão no doutorado, a minha gratidão pelo companheirismo, pelas ajudas, debates e incentivo. Em especial Renan Rinaldi, um grande amigo: Sucesso!! À Lygia Bianchini, pela amizade desde o início; à Ludmilla Campo, pelo apoio e carinho; ao Renato Loner e Cláudio Manetti, pelos incentivos semanais.

Aos Professores Mestres, Doutores e amigos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Minas, preciosos para a minha formação e também exemplos de profissionalismo. Em especial ao Professor Mauro Font, que jamais duvidou de minha capacidade e me incentivou desde o primeiro ano de graduação, pelas palavras sábias, pelas orientações, pela amizade

sincera e sintonia, por comemorar comigo cada vitória conquistada e por ser um dos maiores incentivadores para que eu entrasse em um Programa de Pós-Graduação. Também ao Professor Antonio Carlos Rodrigues Lorette, em cuja disciplina de “Técnicas Retrospectivas e Restauo em Arquitetura” elaborei o trabalho monográfico intitulado “Guia Visual de Mogi Mirim”, o qual despertou em mim o interesse pela pesquisa; obrigada pela amizade, pela torcida e empurrões dados; por acreditar e apresentar-me o Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da PUC-Campinas. Ao Professor Edgar Franco, que me fez “abrir os percéptos”. Minha eterna gratidão a vocês e aos demais Professores dessa instituição.

Aos amigos que vibraram e também reclamaram nas muitas vezes em que precisei me ausentar: Márcia Toledo, Lenita Lopes, Nathalia Lellis; e àqueles que souberam transformar cada desabafo em uma boa gargalhada: Ulisses Salviano e Sandra Souza, vocês são muito especiais. Ao querido Professor e amigo Carlos Alberto Camellini que me abriu as portas da “Casa da Memória de Jaguariúna” e me acompanha desde os tempos de Colégio Anglo em Mogi Guaçu: querido “Carlão”, você me preparou para as provas práticas do vestibular para Arquitetura e Urbanismo, e com o seu “empurrão” cheguei até aqui. Ao carinho, amizade sincera e competência da Professora Maria Alice, que tem a habilidade de fazer as coisas ficarem “chiquitíssimas”; à Professora Rosana Trentin por tamanha boa vontade demonstrada e ao Professor Anderson Silva, pela amizade sincera, torcida e por contribuir diretamente neste trabalho com as traduções. Obrigada a todos vocês e demais professores-amigos que fazem parte da minha história.

Quero deixar registrado também o meu “muito obrigada” para a Sr.^a Carmem Lúcia Bridi, que me disponibilizou imprescindível base cartográfica de Mogi Mirim. Ao Sr. Sebastião Tóride Celegatti, cuja produção artística me serviu de inspiração. À Dona Odete, da Biblioteca Municipal de Mogi Mirim, que me concedeu gentilmente livros históricos pertencentes ao seu acervo particular; e às demais funcionárias desta mesma instituição. Ao Sr. Luiz Carlos Ferreira, Secretário de Cultura de Mogi Guaçu, cujo entusiasmo pela pesquisa desenvolvida foi contagiante: obrigada pela gentileza e atenção! Aos funcionários da Biblioteca Municipal e Museu Histórico de Mogi Guaçu, que cordialmente me receberam. Especial obrigada ao Sr. Jesus Aguilár de Moraes Vilela, secretário da Paróquia de São José de Mogi Mirim, e ao Padre Néelson Antonio Demiciano que me permitiram livre acesso ao acervo paroquial e muito colaboraram no desenvolvimento desta pesquisa.

Ao Rafael Ticianelli, que sempre colaborou para que este Mestrado se tornasse uma realidade, incentivou-me nos dias e noites de interminável trabalho e cuja ajuda, compreensão e paciência me permitiram chegar até o fim. Assim como o carinho, compreensão e generosidade de sua família, que acompanhou este processo desde o início.

E aqueles a quem devo toda a minha formação e desenvolvimento: a minha família. Meu pai que sempre valorizou a boa formação - exemplo de amor, determinação e força, com muitas palavras sábias e edificantes -, obrigada por, nos momentos de dificuldade, me dizer

“aproveita e faz o melhor que puder porque isso não é uma dificuldade, é uma grande oportunidade”. Pai, é um privilégio tê-lo comigo. À tia Angela, pelas sábias orientações, lições e ajuda que me deu; a minha querida avó Dulce, por tanto carinho, dedicação e preocupação. À querida avó Helly, que me deu apoio incondicional, garantiu-me a oportunidade de uma formação de qualidade e nunca mediu esforços ou recursos para isso. Obrigada pelas palavras sábias e por tantas orações, sei que Deus a ouve com especial atenção. À tia Jacy, pela colaboração, dedicação, auxílio nas horas mais conturbadas e que é para mim um exemplo de inabalável alegria, fé e generosidade. Tenho em todos vocês exemplos de honestidade e caráter. Aos demais parentes, tios e primos que também fizeram parte dessa torcida. Obrigada a todos por ser a minha família.

À CAPES, pela bolsa de estudos concedida, a qual foi de extrema importância para o desenvolvimento desta pesquisa.

E por fim, a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste sonho e não criaram obstáculos.

“Quanto ao mais, tudo o que é verdadeiro, tudo o que é honesto, tudo o que é justo, tudo o que é puro, tudo o que é amável, tudo o que é de boa fama, se há alguma virtude e se há algum louvor, nisso pensai.”

Filipenses 4:8

RESUMO

POLITO, Jéssica de Almeida. *Territórios de civilidade: o papel das “Mogis” na formação e reestruturação do leste paulista, século XVII-XIX*. 2013. 257 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2013.

Este trabalho faz uma análise histórica sobre o processo de formação e reestruturação do leste paulista, entre os séculos XVII e XIX, a partir da identificação de algumas das redes – urbanas e sociais – que se estabeleceram em função das questões econômicas, políticas, administrativas e tecnológicas pertinentes ao período. Nesse sentido, detemo-nos à análise dos dois primeiros núcleos formados e fundados nessa região: Mogi Guaçu e Mogi Mirim, os quais atuaram como conexões oficializadas dessa rede, além de fronteira e zona de contato entre o território civilizado paulista – aquele já conhecido, mapeado e onde a Igreja se fazia presente – e o sertão – a porção de terra apartada do mar e pouco conhecida. Buscamos mostrar como o “binômio das Mogis” atuou como um epicentro propulsor de urbanidade para o referido sertão através de tal rede urbana que se formou e se tornou gradativamente mais ampla e complexa. A análise atenta para as fontes documentais oficiais buscando, através delas, esclarecer o contexto regional de disputas territoriais e sociais, hierarquização e fiscalização do território, bem como os impactos da mineração e da lavoura de cana de açúcar na construção do imaginário urbano e as influências de cada um desses temas no próprio tecido urbano das Mogis. Dessa forma, esta pesquisa buscou ressaltar a relação dialética existente entre território e tecido urbano, bem como atentar para o fato de que no Brasil Colonial também houve momentos em que o controle, fiscalização e hierarquização do território não se deram unicamente em função da atuação da Igreja Católica, sendo possível Governo e Igreja correr paralelamente pelo domínio e hierarquização dessas terras. Frente aos dados levantados, relativizamos também as informações contidas nos relatos elaborados pelos viajantes estrangeiros do século XIX. Procuramos demonstrar que no leste paulista ocorreu os reflexos de vários momentos emblemáticos para o Brasil e São Paulo, contrapondo-se à visão desses viajantes de que o sertão era uma área desinformada, desconhecida, carente de informações e habitada por pessoas “brutas e ignorantes”.

Palavras-chave: Mogi Mirim e Mogi Guaçu, Leste paulista, Rede urbana, Relatos de viajantes, Cultura urbana.

ABSTRACT

POLITO, Jéssica de Almeida. Civility Territories: “Mogis’s” function on the formation and restructuring of the eastern São Paulo State, 17th-19th century. 2013. 257 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2013.

This paper makes a historical analysis about the formation and restructuring process of the eastern São Paulo State, from 17th to the 19th century, by the identification of some networks – urban and social – that were established because of the economic, political, administrative and technological relevant issues for that period. In this regard, we analyzed only the first two formed and founded nucleus on this region: “Mogi Guaçu” and “Mogi Mirim”, which were official connections for this network, frontier and contact zone between São Paulo’s civilized territory – the one known, mapped and where the catholic church made itself present – and the “sertão” (backcountry) - the territory far away from the sea or a little known area. We will show how the “Mogis’ Binomial” worked as a propellant epicenter of urbanity for the “sertão” (backcountry) through the urban network that had gradually been forming and becoming larger and complex. The careful analysis to the official documents aiming to, through them, clarify the regional context of land and social disputes, ranking and land control, as well as the and sugarcane plantation impacts on the urban imaginary formation and the influences of each one of these items on the Mogis’Urban Network. Therefore, this paper attempted to highlight the dialectical relation between the territory and urban layout, as well as alert for the fact that in the Colonial Brazil, there were also moments in which the control, supervision and land ranking weren’t made only by the Catholic Church, sometimes it was possible for the Government and the Church to be responsible for the domain and ranking of these lands. Over collected data, we also relativized the information accounted by Foreign Travelers during the 19th century. We sought to demonstrate that a lot of Brazilian emblematic moments reflected in the Eastern São Paulo State, contrasting to the travelers’ view that the “sertão” (backcountry) was an uninformed, unknown, lacking information area, and inhabited by “rude and ignorant people”.

Palavras-chave: Mogi Mirim and Mogi Guaçu, Eastern São Paulo State, Urban Network, Foreign Travelers’ accounts, Urban Culture.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 Identificação do leste paulista	23
Figura 2 Mapa do Brasil contido em “Atlas Miller”. Autor: atribuído a Lopo Homem Reinéis. Ano: 1519.....	32
Figura 3 Planta da redução de São Miguel Arcanjo, Brasil século XVII. Autor desconhecido.	40
figura 4 Missão de são joão batista - ilustração do século XVIII. Autor desconhecido.....	41
Figura 5 Brasiliae Pars – Capitania S. Vicenti – Cum adjacentibus. Versão de Benedito Calixto, s/d.....	43
figura 6 O território civilizado: vilas da Capitania de São Paulo.	47
Figura 7 Mapa da Vilas paulistas e identificação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Mogi dos Campos e pousos. Elaborado pela autora.....	49
Figura 8 Reino do gentio caiapó. Autor desconhecido. S/d.	51
Figura 9 Augustin François César Prouvençal de Saint-Hilaire (1799-1853).....	57
Figura 10 Des Cinq Voyages Accompus Dans Lintérieur Du Brésil . August Saint Hilaire, 1816-1822. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do RS.	58
Figura 11 Itinerário da primeira viagem de August Saint Hilaire pela província de São Paulo. Autor desconhecido, 1816-1822.....	60
Figura 12 Igreja Matriz de São José de Mogi Mirim. Autor: Edmund Pink. Ano: 1823.	67
Figura 13 Vista geral de Mogi Mirim. Autor: Edmund Pink. Ano: 1823.	69
Figura 14 Willian John Burchell.	73
Figura 15 Vistas gerais de Mogi Mirim. Autor: W. J. Burchell. Ano: 1827.	74
Figura 16 Johann Moritz Rugendas	76
figura 17 Ambiente do Brasil-Colônia, a dança do lundu. Autor: J. M. Rugendas. Ano: 1835.....	78
Figura 18 Pouso de Tropeiros, autor: J. M. Rugendas. Ano: 1835.	79
Figura 19 Costumes de São Paulo. Autor: J.M.Rugendas. Ano: 1835.	81
figura 20 Mapa das Capitânicas hereditária e seus respectivos donatários. Autor desconhecido.	88
Figura 21 Situação dos Índios no Brasil, no século XVI segundo Mestreaux.	91
Figura 22 Rio Mogi Guaçu. Fotografia de Delfin Martins e Rosa Gaiditano.	92
Figura 23 O primeiro e o segundo núcleo de ocupação - Mogi Guaçu, século XVII. Elaborado pela autora.	95
figura 24 Vilas da Capitania de São Paulo, 1705. Elaborado pela autora	101
Figura 25 Uma das primeiras casas construídas da Cachoeira de Cima, já demolida. ...	103
Figura 26 Autor não identificado, S/d, escala gráfica ilegível, arquivo MAC USP. Modificado pela autora.	106
Figura 27 Mapa Topografia e Hidrografia da Capitania de Minas Gerais. 1816. Nome do autor ilegível, modificado pela autora.....	109
Figura 28 Ordenanças	110
Figura 29 Mapa das Estrada dos Goiases. Base não identificada, modificado pela autora. S/D. Escala 1: 500.000.....	112

Figura 30 Vilas, pousos e Freguesia de Mogi dos Campos -1740. Elaborado pela autora.	116
Figura 31 Limites e divisas dos bispados antes e depois de 1745. Base produzida por Claudia Damasceno, modificada pela autora.	117
Figura 32 Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Mogi Guaçu, século XX	119
Figura 33 Núcleo de Mogi Guaçu. Autor: Sebastião Tóride Celegatti, 1979.	119
Figura 34 Imagem de Nossa Senhora das Dores, século XVIII. Fotografada pela autora, 2013.	121
Figura 35 Confessionário pertencente à Igre Matriz de Mogi Guaçu, datado do século XVIII. Fotografado pela autora. Acervo do Museu Municipal de Mogi Guaçu.	121
Figura 36 Reconstituição do traçado de Mogi Guaçu de 1733. Base cartográfica – autor desconhecido. Modificado pela autora.	122
Figura 37 Fotografia do largo da Matriz de Mogi Guaçu, século XIX.. Vista a partir da Igreja. Autor desconhecido, S/d.	123
Figura 38 Imagem ilustrativa do Largo da Matriz de Mogi Guaçu em seus primórdios. Vista do largo para a Igreja Matriz. S/d. Autor desconhecido.	123
Figura 39 Reconstituição do traçado de Mogi Guaçu, primeira metade do século XVIII Base cartográfica – autor desconhecido. Modificado pela autora.	124
Figura 40 Reconstituição do traçado de Mogi Guaçu - novas residências. Base cartográfica – autor desconhecido. Modificado pela autora.	125
Figura 41 Reconstituição do traçado urbano de Mogi Guaçu - bica d'água. Base cartográfica - autor desconhecido. Modificado pela autora.	126
Figura 42 Altar portátil, século XVIII.	129
Figura 43 Demarcação do distrito de Mogi dos Campos, freguesia e pousos, 1740.	132
Figura 44 Igreja da Matriz, 1915. Autor desconhecido.	134
Figura 45 A primeira capela de Mogi Mirim. Autor: Tóride S. Celegatti, 19/02/1978.	138
figura 46 Mapa hipotético: reconstituição do Caminho dos Goiazes entre Mogi Mirim e Mogi Guaçu. Elaborado pela autora.	139
Figura 47 Mapa de identificação do Caminho dos Goiazes no traçado urbano de Mogi Mirim, primeira capela, casas e área de pouso.	142
Figura 48 Mapa de identificação do Caminho dos Goiazes e expansão traçado urbano de Mogi Mirim, até 1751.	143
Figura 49 Mapa de identificação do termo de Mogi Mirim e termo de Mogi Guaçu, 1751. Modificado pela autora	148
Figura 50 Mapa dos caminhos não-oficializados que unem o Caminho do Goiazes ao Caminho das Minas. Elaborado pela autora.	159
Figura 51 Estudo da evolução do traçado urbano de Mogi Mirim: 1769. Elaborado pela autora.	173
Figura 52 Casa e Camara e Cadeia, século XVIII. Autor: Sebastião Tóride Celegatti, 1979. Fonte: Mogi Mirim - viagem ao passado.	175
Figura 53 Antiga rua Padre Roque com porteira de entrada na cidade. Autor: Sebastião T. Celegatti, 1979.	176
Figura 54 Mapa da Rede Urbana do Leste Paulista, a partir de 1800. Elaborado pela autora.	184
Figura 55 Fazendas de açúcar em São Paulo, 1854.	189
Figura 56 Produção e exportação de açúcar em São Paulo, 1854.	190

Figura 57 Igreja do Rosário. Foto: autor desconhecido. 1910.	196
Figura 58 Expansão do Traçado urbano da Vila de Mogi Mirim, 1813. Elaborado pela Autora.	198
Figura 59 Capitania de São Paulo, em 1800. Autor: ilegível. Modificado pela autora.	199
Figura 60 Capitania de São Paulo, 1800, segundo o imaginário popular. Elaborado pela autora.	200
Figura 61 Guia de Caminhantes, 1817. Autor: Anastácio Sant'Anna. Modificado pela Autora.	201
Figura 62 Legenda original do Guia de Caminhantes, 1817. Autor: Anastácio de Sant'Anna.	202
Figura 63 Rede Urbana do leste paulista, em 1820. Elaborado pela autora.	205
Figura 64 Traçado urbano da Vila de Mogi Mirim, 1820. Elaborado pela autora.	207
Figura 65 Gráfico da composição social de Mogi Mirim, 1831. Elaborado pela autora.	211
Figura 66 Composição da população de Mogi Mirim entre Homens x Mulheres, 1831. Elaborado pela autora.	212
Figura 67 Gráfico de composição populacional - homens, 1831. Elaborado pela autora.	213
Figura 68 Gráfico de composição populacional - mulheres, 1831. Elaborado pela autora.	213
Figura 69 Mapa de itinerários. Elaborado pela autora, baseado nos registros de itinerário de Daniel P. Muller, 1838.	217
Figura 70 Mapa síntese de estradas, caminhos, quadrilátero do açúcar, Vilas e Freguesias, 1839. Elaborado pela autora.	218
Figura 71 Festividades no largo da Matriz. Autor: Sebastião Tóride Celegatti.	221
Figura 72 Cemitério do Carmo. Autor Sebastião Tóride Celegatti.	224
Figura 73 Igreja de São Benedito. Foto: autor desconhecido, 1890.	225
Figura 74 Traçado urbano de Mogi Mirim, 1844. Elaborado pela autora.	227
Figura 75 Traçado urbano de Mogi Mirim, 1847.	228
Figura 76 Mapa de identificação: Igreja do Rosário e Igreja Matriz de Mogi Guaçu, 1820.	231
Figura 77 Igreja do Rosário dos Homens de Cor, Mogi Guaçu. Fotografada no final do século XIX . Autor desconhecido.	232
Figura 78 Imagem de São Benedito, século XVIII.	232
Figura 79 Teatro São José e largo da Matriz de Mogi Mirim. Foto: autor desconhecido. s/d.	236
Figura 80 Teatro São José. Foto: autor desconhecido.	236
Figura 81 Traçado urbano de Mogi Mirim, 1865. Elaborado pela autora.	237
Figura 82 Traçado urbano de Mogi Mirim, 1870.	238
Figura 83 Evolução do traçado urbano de Mogi Mirim. 1875. Elaborado pela autora.	240

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES – Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CMJ – Casa da Memória de Jaguariúna

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGC – Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo

MHMG – Museu Histórico de Mogi Guaçu “Hermínio Bueno”

MHPMG – Museu Histórico e Pedagógico de Mogi Guaçu “Franco de Godoy”

MHPMM – Museu Histórico e Pedagógico “Dr. João Teodoro Xavier”

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
Circunscrição do objeto de estudo: definição da região leste paulista.....	22
CAPÍTULO 1	30
1.1 – As representações sobre o Brasil (séc. XVI-XIX).....	31
1.2 – Aspectos sociais e urbanos na literatura de viagem	36
1.3 – Os viajantes estrangeiros do século XIX	53
1.3.1 – <i>As viagens científicas</i>	54
1.3.2 – <i>August Saint-Hilaire: breve biografia do viajante</i>	57
1.3.2.1 – August Saint- Hilaire na Vila de São José de Mogi Mirim: relato final sobre suas viagens realizadas em 1819 e 1849.....	61
1.3.2.2 – August Saint- Hilaire na Freguesia de Mogi Guaçu : relato final sobre suas viagens realizadas em 1819 e 1849.....	63
1.3.3 – <i>Edmund Pink: breve biografia do viajante</i>	65
1.3.3.1 – Edmund Pink na Vila de Mogi Mirim: relato de sua viagem em 1823.....	65
1.3.3.2 – Representação do viajante: a Igreja Matriz de Mogi Mirim.....	66
1.3.3.3 – Representação: Vista Geral de Mogi Mirim, 1823.	68
1.3.4 – <i>Luis D’Alincourt: breve biografia do viajante</i>	70
1.3.4.1 – Luis D’Alincourt na Vila de Mogi Mirim: relato de sua viagem em 1825	70
1.3.4.2 – Luis D’Alincourt na Freguesia de Mogi Guaçu: relato de sua viagem em 1825.....	72
1.3.5 – <i>William John Burchell: breve biografia do viajante</i>	73
1.3.5.1 – William John Burchell na Vila de Mogi Mirim: relato de sua viagem em 1827	74
1.3.5.2 – Representação: Vista geral de Mogi Mirim, 1827.	74
1.3.6 – <i>Johann Moritz Rugendas: breve biografia do viajante</i>	76
1.3.6.1 – Representação: Ambiente do Brasil-Colônia,	77
1.3.6.2 – Representação: o pouso de tropeiros.....	79
1.3.6.3 – Representação: Costumes de São Paulo	80
1.4 – Questões ideológicas, culturais e territoriais na concepção de urbanidade.....	82
CAPÍTULO II	85
2.1 – Introdução ao ciclo das bandeiras	87
2.2 - Sobre as bandeiras e o leste paulista.....	89
2.2.1 – <i>Os indígenas do leste paulista</i>	90
2.2.2 – <i>Transcrição da lenda do Rio Mogi Guaçu</i>	93
2.3 – Os pousos de “Mogi dos Campos”	95
2.3.1 – <i>A origem do núcleo de Mogi dos Campos</i>	102
2.3.2 – <i>O início da estruturação do leste paulista</i>	108
2.4 – A Freguesia de Nossa Senhora da Imaculada Conceição de Mogi dos Campos, 1733-1751.	118
2.4.1 – <i>A Freguesia de Mogi Guaçu, 1751 -1769</i>	133
2.4.2 – <i>O Arraial de Mogi Mirim: 1719-1751</i>	135
2.4.3 – <i>A Freguesia de São José de Mogi Mirim: 1751-1769</i>	146
2.5 – O binômio das “Mogis”	153
2.5.1 – <i>As disputas entre as “Mogis”</i>	161
CAPÍTULO III	167

3.1 – Mogi Mirim: da Freguesia à Vila.....	169
3.2 – A Vila de Mogi Mirim	171
3.3 – As questões econômicas e o “quadrilátero do açúcar”	185
3.4 – Século XIX: uma nova compreensão de urbano.....	192
3.4.1 – <i>Sobre as modificações no tecido urbano de Mogi Mirim</i>	221
3.4.2 – <i>Sobre a Freguesia de Mogi Guaçu, 1769 a 1875.</i>	230
3.4.3 – <i>Do açúcar ao café: um novo contexto regional – 1850 a 1875.</i>	234
CONCLUSÃO	242
BIBLIOGRAFIA	247

INTRODUÇÃO

O histórico de minha relação com o tema abordado nesta Dissertação de Mestrado é resultante da elaboração de um trabalho monográfico durante a graduação em Arquitetura e Urbanismo na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, intitulado “Guia Visual de Mogi Mirim - SP”, o qual nos aproximou do contexto histórico desta cidade e da região. Sendo assim, esta Dissertação constitui-se em um desdobramento da referida monografia, onde agora analisamos a formação da rede urbana no leste paulista a fim de compreendermos o papel e o significado de dois núcleos-irmãos (Mogi Guaçu e Mogi Mirim) no processo de formação e reestruturação desse território. A partir de uma análise sobre a formação e fundação destes núcleos, apresentamos a relação de interdependência e de conflitos existentes entre núcleo-núcleo e núcleos-vilas, contexto este que contribuiu para a construção da realidade urbana característica da região, coerente ao contexto colonial e depois imperial brasileiro, sintonizado com as mudanças políticas, administrativas, sociais e tecnológicas ocorridas no Brasil e no exterior no período que se circunscreve essa Dissertação. A partir desta análise, apresentamos a reestruturação territorial ocorrida na Capitania e depois Província de São Paulo, onde se deu a dilatação das fronteiras entre o “território civilizado paulista” e o “sertão”; bem como o papel de Mogi Guaçu e Mogi Mirim nesse processo.

Entendemos por “território civilizado” a região inicialmente localizada nas proximidades da faixa litorânea, onde havia pousos, arraiais, capelas, freguesias, vilas e cidades que estruturavam e hierarquizavam este território por meio de uma rede urbana incipiente que, gradativamente, se tornou mais ampla e complexa. Nessa porção territorial também havia presença marcante da Igreja Católica atuando como principal regulamentadora e ordenadora do espaço, tal qual descreveu Murilo Marx na obra “*Nosso Chão: do sagrado ao profano*”. Mediante estas apresentações, esclarecemos que o termo “civilidade” é aqui entendido como o conjunto de características, produtos e relações estabelecidas entre grupos que proporcionam a vida em sociedade.

De acordo com a abordagem apresentada por Michel Foucault (2008) em “*Segurança, Território e População*”, o conjunto dessas características, somada à fiscalização e controle de uma dada área, bem como a produção social do espaço construído da mesma caracterizam e delimitam um território; justificando a denominação - “território civilizado” - utilizada nesta dissertação. Oposto a esse território civilizado, mas não menos importante, estava o sertão que, no período em pauta, significava uma “região apartada do mar e por todas as partes metida entre terras”¹, pouco conhecido e habitado, não mapeado, onde a Igreja Católica ainda não se fazia efetivamente presente e, portanto, carente de *civilidade*.

Para a elaboração desta dissertação, estruturamos nossa abordagem segundo o entendimento de que entre sertão e território civilizado existia uma área complexa de transição entre esses dois contextos: ao passo que essa área permitia o contato entre as partes mencionadas, ela também significava uma fronteira, um limite, “a extremidade de uma terra contígua com outra” a ser dilatada/expandida pelo agente civilizador, conforme também comentou Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno (2009). Para este entendimento, apropriamo-nos das definições de “fronteira” elaboradas por Peter Burke (2007); o mesmo a descreve com três significados distintos, possivelmente coexistentes: a fronteira enquanto divisão política e administrativa; a fronteira representada por um obstáculo imposto pelo relevo – rios e serras, por exemplo; e a fronteira enquanto zona de contato entre diferentes territórios.

A historiografia brasileira aponta para uma lógica de ocupação territorial que se iniciou no sentido do litoral para o interior do continente. Marcou esse processo a contínua posse, ocupação e produção social do espaço fazendo com que as fronteiras fossem progressivamente expandidas, formando o território paulista. Entendemos como grande vestígio desse processo a fundação de novos núcleos em regiões cada vez mais distantes do mar que se originavam e adquiriam relevância no contexto de São Paulo em função de questões econômicas, comerciais, religiosas, políticas, entre outras que engendravam. Portanto, os “núcleos oficiais”, isto é, aqueles reconhecidos pela Igreja e Governo e que geralmente eram apontados na cartografia do período, geralmente

¹ Cf. R. Bluteau (v. 4, 1712, p. 219).

exerciam uma função significativa para o contexto de São Paulo; esta podia ser a produção agrícola, o contato com o indígena, até exploração aurífera ou a defesa contra invasões e posse do território, por exemplo. Logo, eram núcleos de relevância e nesse contexto, procuramos também identificar sob quais aspectos os núcleos das “Mogis” faziam parte desse contexto.

Desta forma, salientamos que esta dissertação trata da história da urbanização, um conceito cunhado por Nestor Goulart Reis Filho e *que objetiva ampliar o campo de visão e estudar não apenas o urbanismo (isto é, os espaços projetados como uma forma de intervenção erudita e evidente), mas todos os espaços produzidos pela urbanização como processo social.*² Por isso, embora nosso trabalho também incluía a história de algumas cidades (Mogi Guaçu e Mogi Mirim), não nos limitamos a isolar estes casos, atentando sempre para lógicas e papéis desses e outros núcleos no âmbito de um “sistema urbano” mais abrangente.

Em consonância com a abordagem apresentada por Nestor Goulart Reis Filho em seu artigo “Sobre a história da urbanização – história urbana”³, compreendemos a cidade e o território como artefato social, contando com atores, processos, dinâmicas e fluxos, redes de relações sociais, redes urbanas e suas configurações no espaço em perspectiva histórica. Assim, entendemos também que *desde a escala da paisagem, ao território e ao mais reduzido artefato do espaço intraurbano é possível verificar lógicas – de apropriação, uso e transformação social – provenientes de sujeitos desde sempre relacionados, em rede, a contextos geográficos diversos.*⁴

Em muitos aspectos, esta perspectiva teórico-metodológica da história da urbanização alinha-se à da história da cultura material, aqui também apresentada. Entendemos que os “bens concretos” edificadas são testemunhos materiais do homem e da sociedade, vestígios de uma dada realidade, fazendo-nos observar que cultura material nos permite estudar e analisar os aspectos materiais da

² Neste sentido, ver BUENO, B. P.S. **Dossiê: Caminhos da História da Urbanização do Brasil-colônia.** Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.20. n.1. p. 11-40. jan.- jun. 2012.

³ Sobre a história da urbanização – história urbana, publicado na revista Espaço & Debates *appud* BUENO, B. P.S. **Dossiê: Caminhos da História da Urbanização do Brasil-colônia.** Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.20. n.1. p. 20. jan.- jun. 2012.

⁴ BUENO, B. P.S. **Dossiê: Caminhos da História da Urbanização do Brasil-colônia.** Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.20. n.1. p. 20. jan.- jun. 2012.

cultura, especializados no próprio tecido urbano local e regional. Por isso, entendemos a cidade não apenas como *“um elemento decorrente de fatores socioeconômicos ou geográficos, mas um complexo de construções materiais – construções estas com dimensões física, simbólica e ideológica – com dinâmica própria, que em si mesmo pode ser base para pesquisas e problematizações históricas”*.⁵

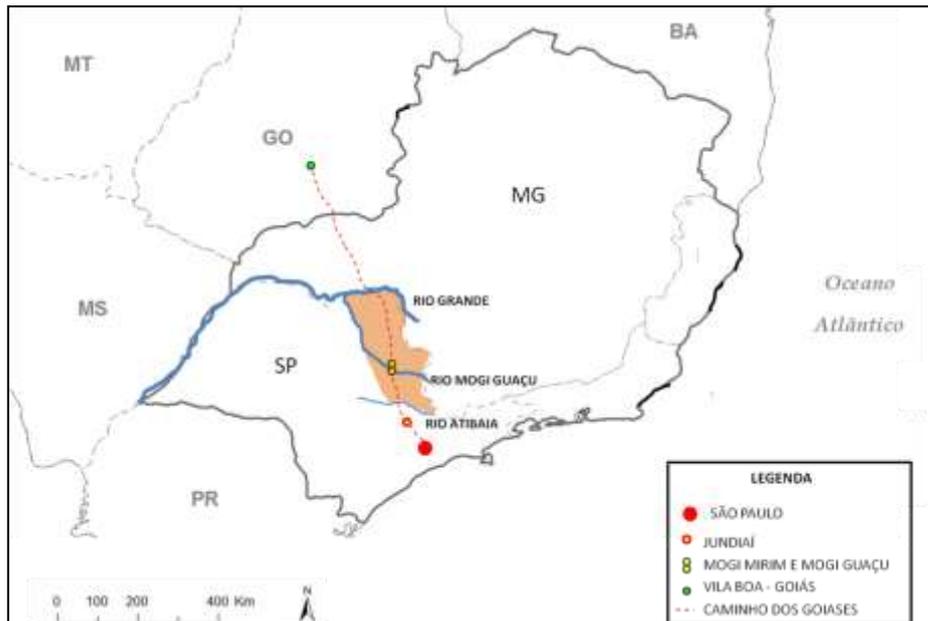
Circunscrição do objeto de estudo: definição da região leste paulista.

Mogi Mirim e Mogi Guaçu estão entre as cidades mais antigas de São Paulo, conforme os dados disponibilizados pelo IGC⁶. As primeiras notícias de posse e ocupação dessas terras datam de 1650 – ano que adotamos como início de nosso recorte temporal. O primeiro núcleo de Mogi dos Campos teve origem em um local até hoje denominado “Cachoeira de Cima”, tendo os moradores se deslocado para um novo local, próximo ao caminho por onde passavam os bandeirantes e onde deram início a um novo núcleo, no ano de 1720. Em 1733, foi erigida a primeira capela no então Arraial de Mogi dos Campos, tendo sido elevado à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Mogi dos Campos no ano de 1740, quando também se tornou o primeiro distrito da Vila de Jundiáí. No território desta Freguesia havia um arraial, localizado na margem oposta do Rio Mogi Guaçu, o qual foi igualmente elevado à condição de freguesia no ano de 1751. Teve origem, assim, a Freguesia de São José de Mogi Mirim, desmembrada de Mogi dos Campos, passando a ser o segundo distrito da Vila de Jundiáí. Nesse mesmo momento, a então Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Mogi dos Campos teve seu nome alterado para Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Mogi Guaçu, emprestando do rio o seu nome. No ano de 1769 a Freguesia de São José de Mogi Mirim foi elevada à condição de Vila, em detrimento de Mogi Guaçu e o território subordinado jurídico e administrativamente a esta vila foi delimitado desde o rio Atibaia até o rio Grande.

⁵ BUENO, B. P.S. **Dossiê: Caminhos da História da Urbanização do Brasil-colônia**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.20. n.1. p. 21-22 jan.- jun. 2012.

⁶ Nesse sentido, ver o “Quadro de desmembramento territorial-administrativo dos municípios paulistas”.

Figura 1 Identificação do leste paulista



Sobre essa área, identificamos documentos oficiais que relacionavam a mesma ao binômio Mogi Guaçu - Mogi Mirim; também foram identificados os relatos de viajantes estrangeiros que por aí passaram, nos quais o supracitado território era sistematicamente analisado, representado e relacionados à esses núcleos. Desta forma, observamos que a relação entre esse território e tais núcleos sobreviveu à criação de novas vilas e desmembramentos e manteve-se presente até finais do século XIX, quando, em 1850, iniciou-se o cultivo do café o qual desencadeou o processo de mudanças ocorridas nessa época na região, cuja instalação da estação ferroviária da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, em 1875, foi seu coroamento. Sendo assim, temos na área compreendida entre o rio Atibaia e rio Grande o nosso objeto de estudo, que aqui denominaremos por “leste paulista”.

Aos levantarmos e coletarmos informações sobre esta região deparamo-nos com os relatos de viajantes estrangeiros que percorreram a região das Mogis e descreveram uma situação de heterogeneidade existente entre os aglomerados populacionais de São Paulo. Tais descrições também eram feitas sobre as Mogis e apresentavam, em maioria, aspectos negativos e/ou pejorativos delas e de seus respectivos territórios. O viajante naturalista francês August Saint-Hilaire (1976, p. 83), ao descrever o trajeto percorrido em 1819, salientou que o leste paulista era

uma terra habitada por “homens grosseiros, ignorantes e estúpidos”. Assim descreveu seus habitantes:

Essa gente, embrutecida pela ignorância, pela ociosidade, pelo isolamento em que se acha de seus semelhantes e provavelmente pelo gozo de prazeres prematuros, não pensa em nada, apenas vegeta como as árvores ou o capim dos campos. (SAINT-HILAIRE, 1976, p. 85)

E também ressaltou as “condições precárias” em que esses habitantes estavam submetidos:

Não recebem nenhum ensinamento religioso; os maus exemplos dos malfeitores de Minas, que fogem para o seu meio, estimulamos ainda mais para o mal, e nessas regiões remotas as leis são praticamente inexistentes (SAINT-HILAIRE, 1976, p. 92)

Tendo em mãos as informações previamente coletadas na monografia “Guia Visual de Mogi Mirim”, algumas das cartografias e os relatos desses viajantes, tivemos um primeiro contato com a história de formação dos núcleos. A princípio, quando iniciamos o curso de Mestrado em Urbanismo, nossa visão sobre o significado das Mogis no contexto regional encontrava-se estruturada no conteúdo de tais relatos. Assim sendo, tínhamos como uma “verdade” o quadro de características e relações sociais dos habitantes apresentadas por esses estrangeiros que percorreram a região. Com o andamento da pesquisa e aprofundamento das questões teóricas, bem como a revisão bibliográfica feita, novos questionamentos sobre o significado e relevância das Mogis e de seus respectivos território foram reelaborados.

Com o aprofundamento da pesquisa e contato com as fontes primárias, pudemos identificar que no território das Mogis existia um *modus operanti* pertinente ao contexto local e que, além disso, o binômio desses núcleos possuía características que as faziam ser compatível com algumas das definições elaboradas por Peter Burke. Identificamos esse território enquanto um limite e zona de contato entre duas áreas distintas – no caso, o território civilizado paulista que se estendia do Litoral paulista até Mogi Guaçu; e o sertão, que era justamente o território subordinado às Mogis. Dessa forma, elaboramos aquela que foi nossa questão geradora: sob quais aspectos podemos compreender o

“binômio das Mogis” como um epicentro propulsor de urbanidade para o referido sertão?

Para que essa resposta fosse respondida, colocamo-nos diante de outros questionamentos, também importantes, para a compreensão desse território: mediante o contexto de ocupação territorial, quais foram os motivos que levaram à fundação dos núcleos de Mogi Guaçu e Mogi Mirim? Qual o papel exercido por esses núcleos na formação e reestruturação do território paulista? Se sim, de que modo isso ocorreu? Quem era o habitante do sertão do leste paulista? Sob quais aspectos as definições de Peter Burke podem ser aplicadas? O sertão, neste caso, era verdadeiramente apartado e distante da civilidade tal qual descreviam os viajantes? Como se estruturou tal território? Havia estrutura? As mudanças do panorama econômico e político brasileiro se refletiram nesse sertão?

A fim de conseguirmos responder tais questionamentos, esta Dissertação buscou dialogar com a corrente historiográfica conhecida como História Social⁷, a fim de que pudessem fundamentar as análises sobre as transformações do espaço urbano, considerando as múltiplas inter-relações entre Estado e Sociedade e a intersecção com a política, a economia, a cultura e desenvolvimento tecnológico, para que assim se tornasse possível compreender as diferenças e desigualdades socioespaciais que se manifestaram no território em questão. O arcabouço teórico-metodológico partiu da produção social do espaço construído⁸; buscamos estabelecer diálogo com textos relevantes da área de Arquitetura e Urbanismo, merecendo destaque a obra de Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, intitulada *“Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades da Capitania de São Paulo (1532-1822)”* que auxiliou na compreensão do processo de formação de núcleos e da rede urbana paulista. Além deste, obras de outras áreas do saber; tais como: a história, a Geografia, a Sociologia, a Antropologia, a filosofia, a Cartografia, entre outros, para o esclarecimento de aspectos específicos.

Como suporte metodológico de análise, destacamos a produção de cartografias e sequências de mapas temáticos, através de tecnologias de geo-

⁷ Nesse sentido, ver: BURKE, P. **História e teoria social**. Ed. UNESP, 2002

⁸ GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1993

referenciamento de imagens gratuitas e disponibilizadas na internet como por exemplo, o software I3Geo MapLink e Free Maps, além de editores de imagem como Corel Draw e Photoshop. Foi esta produção uma forma de síntese das informações coletadas durante a pesquisa e que nos permitiram analisar a formação do traçado urbano de Mogi Mirim e Mogi Guaçu, bem como a formação e reestruturação do território paulista. Além disso, procuramos aproximar as datas analisadas, com o que acontecia no plano local e regional, para que se tornasse possível a comparação e a percepção das relações existentes entre elas, enquanto uma rede urbana que é fruto de um processo de urbanização mais amplo. As cartografias produzidas perpassam todo o período estabelecido como recorte temporal da pesquisa – 1650 até 1875.

Para que essas cartografias e, por conseqüência, a dissertação pudessem ser elaboradas, foram consultados os acervos das: Biblioteca Municipal “João XXVIII” de Mogi Guaçu, Biblioteca Municipal “Laurindo de Carvalho e Silva” de Mogi Mirim, Biblioteca Municipal de São João da Boa Vista, Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Poços de Caldas), Sistema de Bibliotecas da Universidade Estadual de Campinas (UNCAMP), Museu Histórico e Pedagógico “Franco de Godoy” (Mogi Guaçu), Museu Histórico e Pedagógico “Dr. João Teodoro Xavier” (Mogi Mirim), Casa da Memória de Jaguariuna, Câmara e Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu, Câmara e Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, Diocese de Amparo, Diocese de São João da Boa Vista, Acervo da Paróquia de São José de Mogi Mirim, Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As fontes identificadas nos acervos dessas instituições constituem-se em bases cartográficas, levantamentos das respectivas prefeituras municipais, produção artística e literária local além da documentação transcrita em livretos comemorativos da Paróquia de São José de Mogi Mirim. Destacamos também que parte das informações que, a princípio, estariam localizadas no 1º Livro do Tombo desta paróquia foi publicada por Monsenhor Moysés Nora, no ano de 1910, na forma de artigos intitulados “Subsídios para a história parochial de Mogy-Mirim”, no jornal “A Comarca”. O levantamento destas publicações foi imprescindível para a realização deste trabalho uma vez que o 1º Livro do Tombo

encontra-se desaparecido e suas anotações foram transcritas sob a forma de artigo no jornal em questão. Deste modo, através das fontes primárias identificadas pudemos traçar a evolução urbana ocorrida em Mogi Mirim e do mesmo modo, em Mogi Guaçu.

No que se refere às informações coletadas e as questões pertinentes ao conteúdo regional e nacional - ambos de especial importância para a compreensão do processo de ocupação e produção social do espaço construído do território civilizado frente ao território incivilizado (sertão) - foram acessados os arquivos da: Cúria Metropolitana de Campinas, Cúria Metropolitana de São Paulo, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Arquivo Público Mineiro, Instituto Moreira Salles, Biblioteca Nacional, Biblioteca Digital Del Patrimonio Iberoamericano, Acervo Digital do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC USP) e Acervo Digital da Bibliothèque Nacional de France.

Como já mencionado, foram analisados os relatos elaborados por viajantes estrangeiros que percorreram o leste paulista, sendo eles: August Saint- Hilaire (1819), Edmund Pink (1823), Louis D’Alincourt (1825), William John Burchell (1827) e Milliet Saint-Adolphe (1835). Neste sentido, também destacamos as obras do artista plástico Sebastião Tóride Celegatti que, assim como aquelas elaboradas pelos viajantes, suas obras caracterizam-se por serem representações e, portanto, à mercê da interpretação do autor. Por isso, definimos como regra geral para a análise dessas obras e relatos a constante comparação com as fontes primárias identificadas de modo a ressaltarmos as semelhanças e diferenças entre obra e realidade documentada.

Para que a compilação do material levantado e para que as análises seguissem uma ordem cronológica, optamos pela divisão da presente Dissertação em três capítulos. Assim, o primeiro capítulo intitulado “Estrangeiros em terras brasileiras – as representações” busca resgatar o contexto do início da colonização das Terras Brasilis; com a chegada dos portugueses às terras além mar apresentando o olhar destes sobre as terras recém-achadas. Nesse capítulo, faz-se ainda uma comparação entre as representações destas Terras produzidas pelos europeus até o século XIX, no intuito de apontar as várias formas com que

esse território foi observado. Aborda ainda os conceitos de espaço, território e cultura, importantes para a compreensão dessas diferentes representações – interpretações. Num segundo momento, o capítulo destaca o papel dos viajantes estrangeiros e comenta, um a um, aspectos de suas respectivas formações e nacionalidade a fim de lançar luzes sobre as descrições que eles elaboravam a respeito do leste paulista. Apresenta também, a transcrição de alguns trechos desses relatos referentes ao Leste Paulista, especialmente Mogi Guaçu e Mogi Mirim.

O segundo Capítulo, intitulado “De Pouso a Freguesia: a formação do “Binômio das Mogis” faz uma análise histórica do processo de ocupação territorial de São Paulo, até serem fundadas as Freguesias de Mogi Guaçu e Mirim, percorrendo o ciclo das bandeiras e da mineração; insere o leitor no contexto regional inicialmente marcado pela forte presença indígena. A partir das descobertas do ouro, o capítulo aborda o contexto de formação dos pousos e a estruturação do Caminho dos Goiaes - que se constituiu na espinha dorsal da rede urbana ali posteriormente existente. É abordado, também, o processo de posse e ocupação dessas terras onde se originaram os núcleos de Mogi Guaçu e Mogi Mirim. Destaca também a relação existente entre o episódio da “Guerra dos Emboabas” com o contexto regional e o seu significado para o contexto local das Mogis. O capítulo termina no ano de 1769, data em que a Freguesia de Mogi Mirim foi elevada à condição de Vila. A análise, de um modo geral, atenta para as disputas sociais e territoriais ali existentes, as quais dão subsídios para o Capítulo III.

A partir do panorama regional apresentado no Capítulo II, o terceiro e último capítulo desta Dissertação, intitulado “Uma outra representação das Mogis: 1769 a 1875” aborda os reflexos que os momentos emblemáticos do Brasil e São Paulo exerceram no território da Vila de Mogi Mirim, entre finais do século XVIII até o ano de 1875. Apresenta a relação dialética existente entre reestruturação do leste paulista e o desenvolvimento do traçado urbano de Mogi Mirim. Apresenta, também, mapas temáticos por nós elaborados e, a partir de suas respectivas análises conduz o leitor à percepção de que os relatos produzidos pelos viajantes podem ser relativizados, mediante o comparativo feito entre eles e os documentos oficiais. Mostra também um breve comparativo entre as Mogis – o progressivo

crescimento da Vila de Mogi Mirim e a nítida estagnação da Freguesia de Mogi Guaçu - nos século XIX, bem com as influências da economia e da política nacional e estadual na configuração do traçado urbano e reestruturação regional. Após apresentar o fim do ciclo da lavoura de cana de açúcar e o início da lavoura cafeeira, são pontuadas algumas mudanças significativas do traçado urbano de Mogi Mirim, causadas pelo novo contexto econômico. O capítulo se finda com o coroamento deste novo ciclo – o cafeeiro – com a instalação da estação ferroviária da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, no ano de 1875. Data esta em que tem um início um novo ciclo econômico na região, caracterizado, principalmente, pelo início do processo de industrialização do leste paulista.

CAPÍTULO 1

Estrangeiros em terras brasileiras – as representações

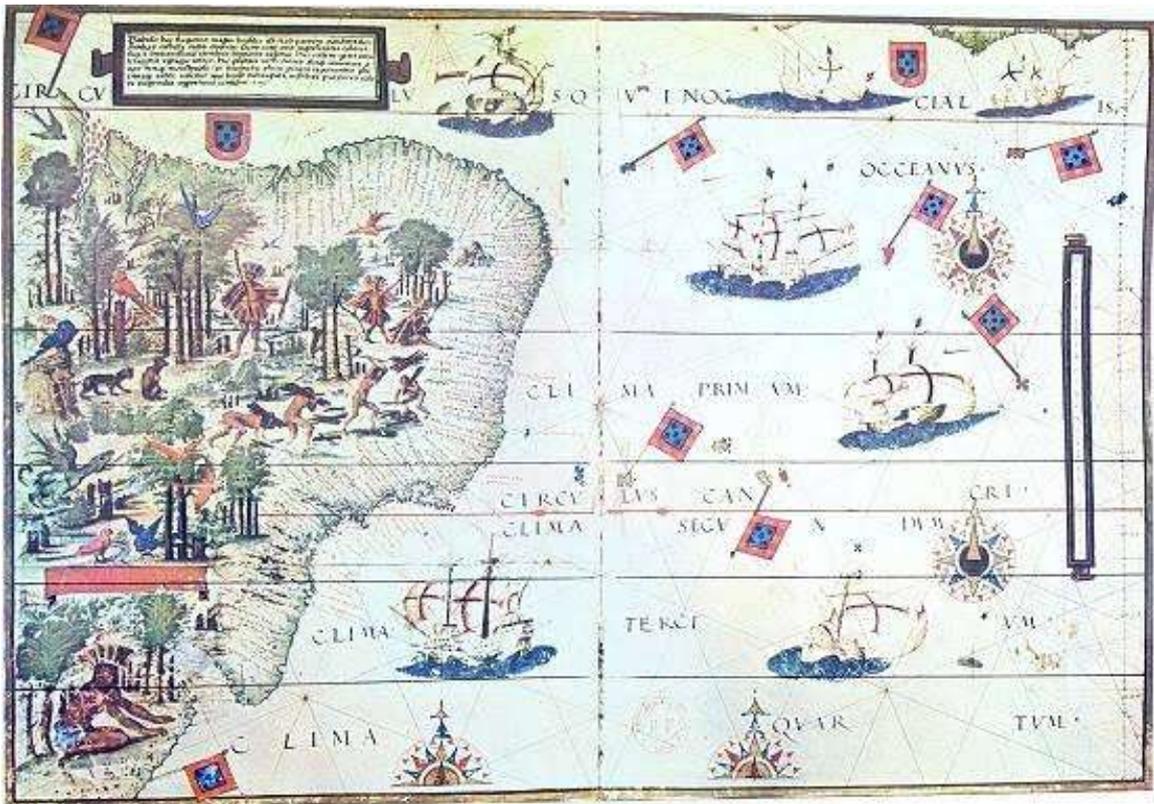
1.1 – As representações sobre o Brasil (séc. XVI-XIX)

A cultura manifesta-se de modos diversos. Suas variações ocorrem de grupo para grupo, de localidade para localidade e nas mais diferentes circunstâncias do cotidiano, as quais põem à prova a capacidade do homem de comunicar-se e interagir em um ambiente diferente daquele em que foi criado. De acordo com Laraia (2001), o homem interpreta a vida, as coisas e o ambiente segundo a lógica cultural do grupo ao qual pertence. Compreendemos, assim, a cultura como uma “lente” através da qual o indivíduo observa e cria representações das coisas, dos grupos sociais e do mundo; por isso tende a considerar como “bárbaros” aqueles outros que não compartilham do mesmo grupo e das mesmas atividades, e nem da mesma ideologia e modo de vida. Portanto “bárbaro” é aquele indivíduo ou sociedade que está à margem dos padrões sociais de um determinado grupo; devido às várias diferenças existentes entre esses grupos e sociedades - que podem ser além das diferenças sociais, as culturais, as políticas, as administrativas, as tecnológicas, entre outras – é que se origina o sentimento de “estranheza” de um grupo perante o outro. As variações acabam por impedir o reconhecimento e entendimento mútuo do conjunto de símbolos e signos de cada uma das sociedades no momento de contato entre elas.

Entendemos que o conjunto de símbolos e signos corroboram com a construção da identidade de um grupo, e que o relevo e a geografia podem influenciá-los (LARAIA, 2007). A hidrografia, o relevo, a fauna, a flora, a relação do grupo com a natureza, o modo de ver e explicar as coisas – os mitos e as lendas -, todos esses elementos também fazem parte do conjunto mencionado, dando subsídios para a construção da identidade de um grupo. Nesse contexto, entendemos que a colonização do Brasil foi marcada, entre tantas outras coisas, por tal sensação de “estranheza” – tanto da parte do homem branco europeu frente à cultura tribal indígena, quanto do indígena frente a cultura deste homem branco colonizador. O contato entre brancos e nativos levou à interpretação mútua dos hábitos.

Aproveitamos para esclarecer que a abordagem feita nesta presente dissertação não trata da visão do nativo sobre a colonização; abordamos a formação e a reestruturação do território sob a ótica do colonizador e seus modos de compreender, explicar e representar o que ainda lhe era desconhecido. Ressaltamos que a produção literária, a oralidade, a cartografia e a iconografia feitas sobre o Brasil eram representações de uma dada realidade, estando elas à mercê da interpretação de seus autores. É assim que as **representações** criadas por esses homens brancos europeus, ao longo dos tempos sobre o Brasil colônia, foram uma forma de interpretar a realidade brasileira presenciada, segundo as lentes da cultura europeia.

Figura 2 Mapa do Brasil contido em “Atlas Miller”. Autor: atribuído a Lopo Homem Reinóis. Ano: 1519.



Fonte: Acervo digital da Bibliothèque National de France, Paris. Disponível em: [//www.instituto-camoes.pt/revista/achamentvc.htm](http://www.instituto-camoes.pt/revista/achamentvc.htm), acessado em - 03/2012

O mapa apresenta o território brasileiro, recém-descoberto. É possível observar as embarcações e os contornos ainda desconhecidos da terra descoberta, bem como a vida “selvagem” existente, representada pela imagem de animais e de indígenas. De certo modo, mostra-nos o embate cultural ocorrido entre gentio e europeus. De origem portuguesa, é um atlas ricamente ilustrado incluindo uma dezena de cartas náuticas. Destaca-se pelos detalhes do mapa a Terra Brasilis, menos de vinte anos após o desembarque de Pedro Álvares Cabral.

As representações eram reflexos da formação do indivíduo e da sociedade na qual este estava inserido, dessa maneira, o modo de observar e representar as coisas e o mundo sofria modificações significativas de acordo com as alterações do contexto social. Por isso, podemos observar que no caso do Brasil o seu contexto de território foi retratado de diferentes maneiras – as primeiras, elaboradas no período de chegada dos portugueses, tratavam-no como a própria materialização do “paraíso” na Terra (HOLANDA, 2010), sendo essa visão modificada em função da produção social do espaço nele ocorrida e também a crescente complexidade das sociedades – do Brasil e da Europa.

A carta escrita por Pero Vaz de Caminha, segundo Silvio Castro (2013: p. 09-31), insere-se no que a literatura denomina como “literatura de testemunho” ou “literatura de viagem”, produzida por cronistas e viajantes entre os séculos XVI e XVII. Entre tantas características possíveis de se observar, chamou nossa atenção o modo como o narrador – Caminha – descreveu a terra recém-descoberta e o modo como sugeriu os cuidados religiosos, indicando que cá haviam almas que necessitavam de salvação. Ou seja, Caminha era um produto direto de sua cultura (CASTRO: 2013, p. 37), isso porque o ideal universal cristão de salvar almas significou e implicou na catequização do indígena (selvagem): um ato civilizatório, sob o olhar do colonizador.

A Igreja Católica exerceu importante papel na estruturação cultural do homem branco europeu e colonizador do Brasil. Este, por sua vez, enraizado nos dogmas cristãos, via a realidade recém-descoberta como a própria confirmação e materialização das passagens bíblicas sobre o Éden. Destacamos, então, algumas observações feitas na Carta, por Caminha:

Eles não lavram e nem criam. Nem há aqui boi ou vaca, cabra, galinha, ou qualquer outro tipo de animal que esteja acostumado ao convívio com o homem. E não comem senão deste inhame, de que aqui há muito, e dessas sementes e frutos que a terra e as árvores de si deitam. (CASTRO, 2013, p.109)

A surpresa causada por tão diferente realidade, levou-os a estranhar o ambiente e relaciona-lo com o contexto mais próximo que conheciam: o paraíso. Tal comparação continuou presente ao longo da referida carta, onde Caminha

comenta: “Assim, Senhor, a inocência desta gente é tal que a de Adão não seria maior” (CASTRO, 2013, p. 11 2). Percebemos também o espanto existente em relação às características naturais que contribuiu para a construção de um imaginário paradisíaco: “As águas são muitas e infindas. E em tal maneira [a terra] é graciosa que, querendo aproveitá-la, tudo dará nela, por causa das águas que tem” (idem. p. 113). Sendo assim, mediante a bagagem cultural que possuíam, o autor salientava na carta o papel que a sociedade portuguesa tinha para com essa gente e perante Deus. “Porém, o melhor fruto que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza nela deve lançar” (idem,p.113). Estas quatro passagens mostram claramente que o posicionamento do colonizador, frente à terra descoberta e seus habitante, era fruto da concepção de mundo cristã – ocidental que eles tinham. O fato do indígena não precisar plantar e nem criar para comer porque a terra lhes dava o alimento; a inocência do indígena ser comparada a de Adão e a natureza infinita, os levavam ao ideal do paraíso, culminando na última passagem por nós destacada: a missão cristã de salvar essas almas.

A carta de Pero Vaz de Caminha é um exemplo de como o Brasil foi inicialmente interpretado e representado como um paraíso terrestre. Nela, estava presente uma consciência naturalista que fez do colonizador um ser ingenuamente feliz; e da população autóctone seres puros e inocentes. Contudo, o paraíso modificou-se lentamente:

O claro e imediato sentido da existência se viu superado pela convicção colonizadora e imperialista. Até mesmo o colonizador perdeu a visão do paraíso. Os homens gentis foram brutalizados, as palavras de Caminha foram esquecidas e o espírito alegre deixou de fazer parte das narrativas sobre o homem, as coisas e a natureza (CASTRO, 2013, p 123).

Fato que apontava para uma mudança ocorrida na construção ideológica do estrangeiro que, na medida em que as relações e vivências foram se ampliando e se tornando mais complexas, alterou-se também o modo de ver e observar o Brasil.

Nosso trabalho tem como foco o período compreendido entre os séculos XVIII e XIX. Contudo, uma vez que nos dispomos a abordar as representações

produzidas pelos viajantes estrangeiros que percorreram o interior paulista – especificamente a região de Mogi Guaçu e Mogi Mirim – entendemos que compreender o olhar do estrangeiro sobre o Brasil torna-se um modo pertinente de apreendermos a noção de urbano, no período em tela.

Entendemos que o processo de urbanização do Brasil, desde o início da colonização, foi influenciado e marcado por diferentes momentos e interesses que estavam atrelados às questões da economia, da política, da tecnologia e o do social da época. Nesse contexto, destacaram-se alguns personagens que garantiram ou justificaram a formação de núcleos em determinadas localidades incentivados por uma questão motivadora seja ela de cunho social, religioso, político, econômico, comercial ou administrativo, entre outros. Nesse processo de formação, definição e estruturação do Brasil colônia, hierarquizou-se os habitantes e o próprio território, dando origem à uma sociedade estratificada que tinha na cultura e na cor da pele os preceitos de classe social (HOLANDA, 2010). Ao longo desse processo de formação social, teve início a construção de uma própria identidade a qual fazia do habitante do Brasil um filho da cultura portuguesa, mas que, devido à miscigenação cultural e influências do próprio ambiente, já apresentava características próprias que os diferenciavam dos portugueses de Portugal.

Por paradoxal que pareça, foi com o começo do processo político de desfrute da terra e sufocação dos elementos humanos não brancos que começou a demarcação diferencial entre as culturas portuguesa e brasileira. (CASTRO: 2013, P. 124)

A gênese de tal diferenciação entre “portugueses de Portugal” e “portugueses do Brasil” está, ao nosso entender, atrelada à estranheza inicial ocorrente no momento de chegada dos colonizadores ao Brasil. A narrativa elaborada por Pero Vaz de Caminha nos mostra que esse grupo de viajantes, ao aqui aportar, deparou-se com uma realidade muito diferente daquela em que estavam habituados. Dessa maneira, pareciam estar envoltos por uma sensação de liberdade paradisíaca, fazendo-os agir de modo alterno ao que era padrão na metrópole portuguesa. Diferentemente dos costumes e regras que a sociedade lá

estabelecia, aqui no Brasil, prevaleceu o padrão comportamental dos gentios (CASTRO, 2013).

Na medida em que a terra descoberta começou a atrair os olhares e interesses econômicos de Portugal, intensificou-se a formação de uma sociedade local na colônia que precisou encontrar formas de se adaptar à realidade natural, relevo, clima e teve no indígena um referencial de sobrevivência a ser seguido. Dessa forma, a cultura tipicamente portuguesa e europeia precisou agregar novos valores e elementos culturais ao seu cotidiano, dando início à formação de uma cultura propriamente brasileira. Em função das várias questões que compunham o panorama econômico e político mundial do período colonial brasileiro, somou-se também a essa sociedade os negros escravos que trouxeram consigo novos outros elementos culturais. Nesse processo, também foi somado os estrangeiros que posteriormente imigraram para o Brasil.

Tamanha diversidade cultural também influenciou na segregação dessa sociedade. Dentro dela formaram-se grupos com interesses e características próprias, que por sua vez se diferenciavam entre eles mesmos. Esses variados grupos foram se formando em regiões de interesse e a comunicação entre eles e com a Coroa se dava por meio da apropriação de caminhos e trilhas indígenas. Portanto uma realidade precária, se comparada à estrutura de caminhos e conexões existentes no século XIX, por exemplo.

No âmbito da “sociedade brasileira”, havia estratificação e preconceitos como poderemos observar ao longo deste trabalho, pois o conjunto de símbolos e signos se diferenciava tanto entre portugueses e brasileiros quanto entre os próprios brasileiros – os quais se dividiam em: a “elite” residente nos grandes centros e os habitantes das terras mais longínquas (do sertão).

1.2 – Aspectos sociais e urbanos na literatura de viagem

Entendemos que a primeira fase desse processo de formação urbana e social pela qual passou o Brasil, caracterizou-se pela esmagadora presença indígena e as relações estabelecidas entre os colonizadores e esses nativos.

Nesse período, destacamos o ideal missionário dos colonizadores e o papel que tiveram os padres jesuítas na catequização dessa população autóctone.

Na metade do século XVI, o governo português demonstrou pouco interesse pelo Brasil porque ao aqui aportarem não foi encontrado, no primeiro momento, nem comércio, ouro ou demais produtos que pudessem abastecer o mercado internacional. Assim sendo, o Brasil teve suas características “originais” e “paradisíacas” preservadas. Entretanto a dinâmica econômica internacional na qual Portugal estava inserido o fazia ter necessidade de obter lucro com as terras descobertas. Além disso, essa própria dinâmica internacional impulsionava outros países a voltarem sua atenção e interesses para tão vasto território – dando início às frequentes invasões, como as cometidas pelos franceses, por exemplo. Estabeleceu-se a clara necessidade portuguesa de fomentar a posse dessas terras e civilizar aqueles nativos.

O território brasileiro foi então organizado na forma de Capitânicas Hereditárias, uma forma de organização que não se mostrou eficaz perante as grandes extensões de terra e necessidades civilizatórias. Várias medidas políticas e administrativas foram tomadas, coroadas com a instauração do Governo Geral, em relação ao Brasil. Nesse conjunto também estava o envio de uma missão de padres jesuítas cuja principal função era dar início ao processo civilizatório dos indígenas.

Aos olhos do europeu, dotado de uma bagagem cultural própria e diferenciado da indígena, esses índios eram interpretados como selvagens, pagãos e potencialmente inimigos da fé cristã. Portanto deveriam ser enfrentados e catequizados pelo homem branco cristão, que tinha como dever “levar a salvação a outros povos” – um ideal que se fazia presente na mente do colonizador desde a sua chegada na Terra Brasilis, registrado na carta escrita por Caminha. Sendo assim, as intenções desses padres jesuítas que compunham a “Companhia de Jesus” eram educar e evangelizar o gentio – ou seja, difundir a fé cristã para a nova colônia. Segundo Bóris Fausto (2011), a descoberta de novas terras foi entendida como um momento propício para a universalização do catolicismo e acreditava-se que esta missão estava destinada aos lusitanos. Assim, o ideal missionário se encaixou com o propósito da Coroa, fazendo com

que a evangelização também fosse uma ferramenta de colonização. Apesar de conhecidos por sua ação evangelizadora na colônia, a principal ação dos jesuítas foi com a educação. Fundaram colégios em quase todos os principais centros nos séculos XVI e XVII, no Brasil, até o momento em que foram expulsos do Brasil no ano de 1760.

Em 29 de março de 1549 chegaram à Província de Santa Cruz os primeiros seis jesuítas designados à Missão do Brasil. Sob o comando de Padre Manuel da Nóbrega, o qual chefiou a maioria dessas expedições, vieram os padres Leonardo Nunes, Antonio Pires, João Azpilcueta Navarro, Vocente Rodrigues e Diogo Jácome.

Segundo Luiz Antônio Sabeh (2009, p.100), entre os anos de 1549 e 1580, a Companhia de Jesus foi a única ordem religiosa autorizada pela Coroa Portuguesa a trabalhar na evangelização dos ameríndios. Nesse período de privilégios, os jesuítas percorreram diversas regiões da “Terra de Vera Cruz” e, além de iniciarem a evangelização dos nativos, identificaram vários problemas práticos que diziam respeito também à conjuntura colonizadora, tais como a comunicação dificultada pelas grandes distâncias, a ausência de investimentos financeiros e a precariedade dos núcleos já formados.

No dia 25 de janeiro de 1554, data festiva dedicada a São Paulo, os Jesuítas fundaram oficialmente o Colégio de São Paulo, no Planalto de Piratininga. Nesta época, contavam com vinte e seis missionários no Brasil: quatro na Bahia, dois em Porto Seguro, dois em Espírito Santo, cinco em São Vicente e 13 em Piratininga (SABEH, 2009).

A forma de ocupação territorial e formação dos primeiros núcleos aqui existentes e encontrados pelos jesuítas tinha como referência a lógica de ocupação indígena e por isso davam a eles a impressão que esta era desorganizada. Com a vinda dos Jesuítas para o Brasil, um novo padrão de uso e ocupação do território foi se estabelecendo, tendo como lógica estruturadora dessas áreas as vantagens oferecidas pelo relevo à agricultura de subsistência, além da proximidade com o Colégio dos Jesuítas.

No ano de 1580, Filipe II enviou outras Ordens Religiosas para o Brasil. Vieram então os Carmelitas (1594), os Beneditinos (1598), os Franciscanos (1640) e os Capuchinhos franceses que, ao contrário dos Jesuítas, não tinham como objetivo principal a conversão dos indígenas. Entre outras possíveis semelhanças, a Companhia de Jesus e as demais ordens religiosas utilizavam um padrão de assentamento em comum – os aldeamentos – entretanto a primeira entendia que este modelo também contribuía para a evangelização do gentio (HOLLER, 2010). Estes religiosos pretendiam instaurar a fé cristã no “selvagem” e inseri-lo na sociedade civil portuguesa: pretendiam civilizá-los. E assim sendo, o aldeamento ganhava características de um aglomerado urbano. As incursões para o interior do Brasil, destinadas à busca de indígenas a serem catequizados, eram feitas pelos jesuítas com o apoio de tropas militares e denominavam-se descimento ou redução.

Os aldeamentos jesuíticos se estruturavam com a Igreja e a moradia dos padres ao centro do aglomerado, compondo um pátio à frente da Igreja, cujo entorno era bem delimitado pelas próprias moradias. O armazém, a casa de hóspedes e a casa das moças eram mais simples. Os alojamentos dos indígenas eram compostos por longos edifícios de pau a pique ou adobe, abertos para uma varanda coberta. Esse modelo de assentamento deu origem à freguesias e Vilas, mas isso não implica em dizer que todos os núcleos com características semelhantes tenha sido originados por meio de aldeamentos - este era um padrão de assentamento muito difundido entre os portugueses - fato que poderemos observar no capítulo seguinte, em nossa análise sobre a formação do núcleo de Mogi Guaçu.

Como podemos observar nas imagens a seguir, as plantas de aldeamento eram dispostas ortogonalmente, formando eixos, sendo dois deles – o central e o paralelo à igreja – os maiores, posicionados perpendicularmente e remetendo ao formato da cruz.

Figura 3 Planta da redução de São Miguel Arcanjo, Brasil século XVII. Autor desconhecido.

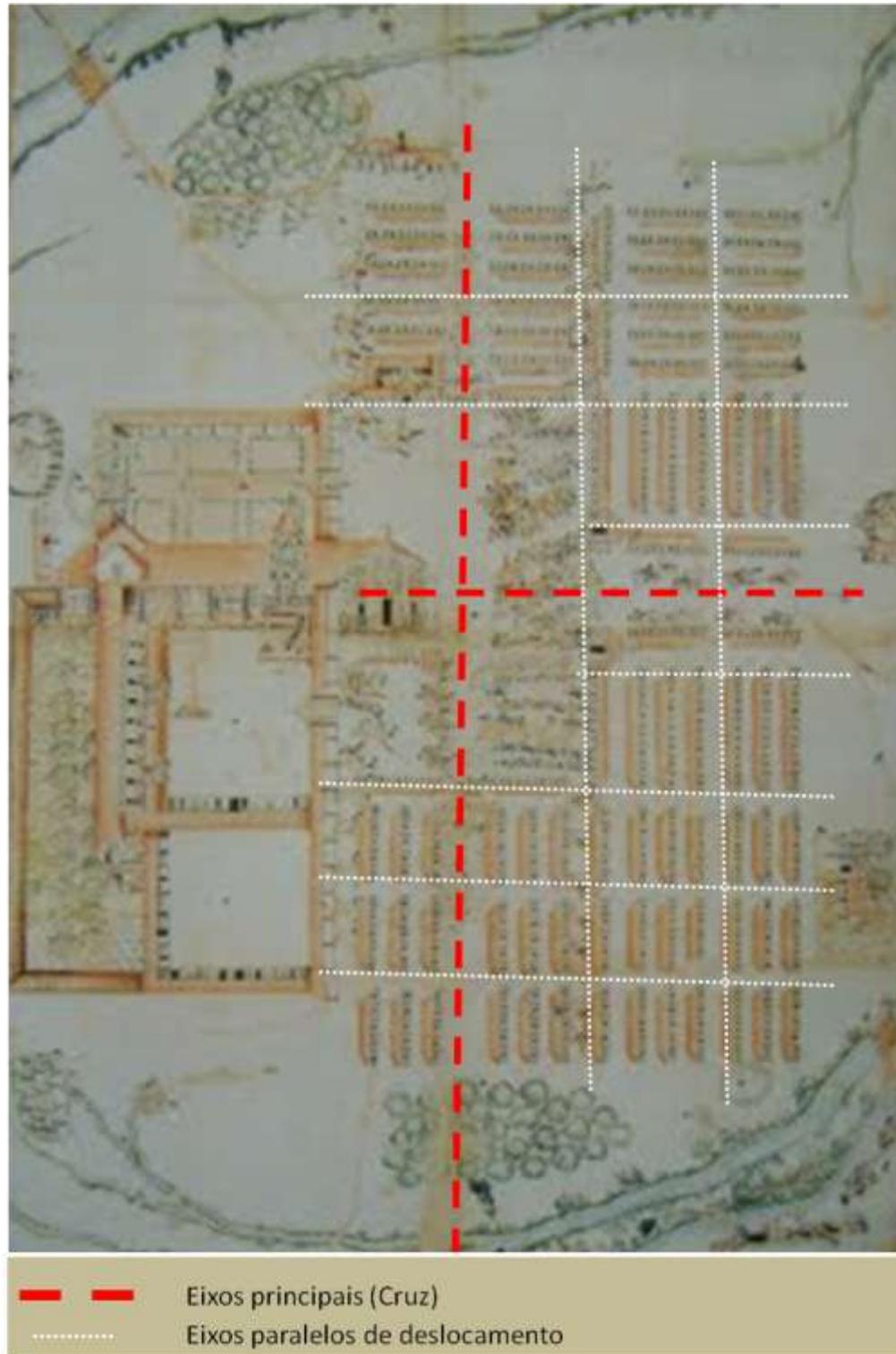


- - - Eixos principais (Cruz)
- - - Passagens laterais

Fonte: <http://imagenshistoricas.blogspot.com.br/2009/11/jesuitas.html>, acessado em 04/2012.

A imagem nos permite observar a ortogonalidade existente no traçado e a importância do largo para a estruturação do aldeamento.

figura 4 Missão de são joão batista - ilustração do século XVIII. Autor desconhecido



Fonte: <http://imagenshistoricas.blogspot.com.br/2009/11/jesuitas.html>, acessado em 04/2012.

Além da ortogonalidade já mencionada, esta imagem nos permite analisar a área de expansão do aldeamento, cujo traçado se dava do interior (largo) para o exterior e de modo paralelo. Observar este modelo é pertinente para a análise a ser feita sobre os núcleos do Leste paulista, retratados neste trabalho.

A terra era dividida em lotes de onde as famílias indígenas tiravam seu sustento. Os melhores lotes eram destinados à criação de gado e plantio de erva-mate para a venda aos colonos. Era com o dinheiro destas vendas que os jesuítas conseguiam comprar ferramentas para o plantio.

A princípio, os aldeamentos foram viáveis à Coroa porque garantiam mão de obra abundante e também auxiliava na proteção do território contra os ataques de corsários e demais indígenas bravios. Nessa época, os jesuítas tiveram uma forte influência na formação cultural e educacional de todos os continentes colonizados pelos países ibéricos, entretanto, no Brasil, eles encontraram uma enorme dificuldade de comunicação, principalmente no que diz respeito a tradução dos pontos fundamentais do cristianismo para o idioma tupi-guarani. Segundo Sabeh (2009), os padres entendiam que a língua falada entre os ameríndios era a “língua da falta”, ou seja, ausentavam-se as letras “R”, “F” e “L”, principalmente.

A língua deste gentio toda pela Costa eh huma: carece de três letras – sciliet, não se acha nella F, nem L, nem R, cousa digna de espanto, porque assi não tem Fé, nem Lei, nem Rei; e desta maneira vivem sem justiça e desordenadamente.(GÂNDAVO, 1980 *appud* SABEH, 2009, p. 52)

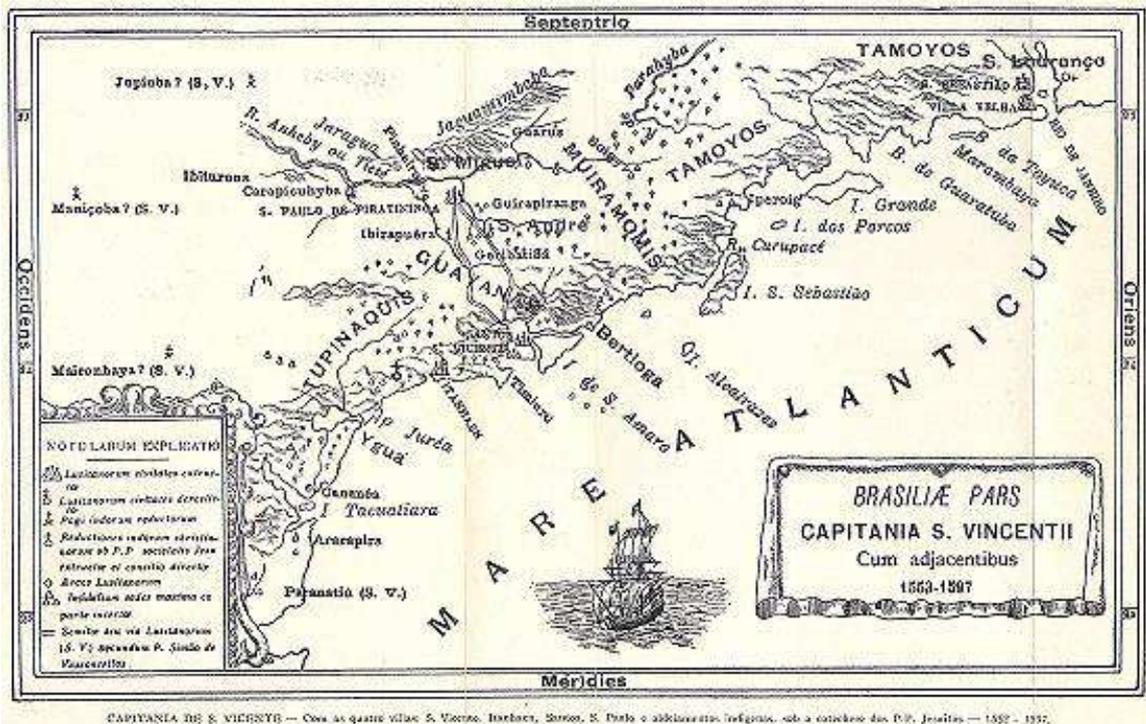
Observamos, então, a mudança pela qual passou o olhar do homem branco colonizador, que a princípio entendiam os indígenas como seres puros e habitantes do paraíso, tal qual descreveu Pero Vaz de Caminha ao compará-los à Adão e Eva. Na medida em que a relação com esse indígena foi se intensificando, os colonizadores passaram a interpretar o gentio como um empecilho ou “atraso” para a colonização, dado as diferentes características sociais e culturais entre colonizador e nativo.

A dificuldade enfrentada no entendimento dos costumes e tradições dos indígenas foi grande. Os símbolos e signos deles não eram os mesmos dos colonizadores; daí então o olhar pejorativo dos portugueses sobre aquela gente, como demonstrado no trecho transcrito por Sabeh, acima citado.

Os colonizadores desconheciam as estruturas que compunham as sociedades tribais, suas crenças e organização. A população indígena era

dividida em várias tribos (**figura 5**) e entre elas haviam os índios bravios, os guerreiros, os canibais e aqueles que eram mais sociáveis. Mas a referência que o português tinha era aquele modelo de colonização escravagista, que contava com mão de obra cativa. Dessa forma, seguindo o padrão por eles conhecido, tentaram em vão escravizar o indígena, o qual possuía uma estrutura tribal e hábitos peculiares.

Figura 5 Brasiliae Pars – Capitania S. Vicenti – Cum adjacentibus. Versão de Benedito Calixto, s/d



Fonte: Localização: Calixto, B. Capitania paulista. São Paulo, Casa Duprat e Casa Mayença. 1927: p. 16-17.

Com texto em latim, este mapa da Capitania de São Vicente e Adjacências (1553-1597) destaca as tribos indígenas da região - Carijós ao Sul, Tupinaquis de Cananéia a São Vicente, Muiramomis na região de Bertioga, Tamoyos ao Nordeste. É possível observar que, no período de referência, a ocupação territorial limitava-se à faixa litorânea. Observamos também algumas indicações dos caminhos existentes, originalmente indígena, os quais foram apropriados pelo homem branco europeu.

Conforme a ânsia por encontrar ouro aumentou, o colonizador se viu preso à necessidade de ter o índio como seu maior aliado para o desbravamento, sobrevivência e a conquista de terras mais longínquas, quicá metais preciosos.

Sem que fosse possível entendê-los, os colonizadores prejudgavam-lhes por “mau costume” ou “inconstantes”. Dessa forma, as representações feitas e enviadas por estrangeiros que aqui estavam, levavam a metrópole portuguesa e toda a Europa a acreditar que o Brasil “verdadeiramente” se tratava de um território selvagem - e a solução para o obstáculo que esse indígena representava era a catequização.

As representações produzidas, mais do que uma informação etnográfica, eram um apontamento para a necessidade de conceder à nova terra o ideal e os valores ibéricos. A aparente ausência de fé, lei e rei justificava tanto a interpretação sobre o “indígena selvagem” quanto a missão civilizadora do colonizador. Podemos entender que a imagem do indígena foi construída segundo os interesses dos colonizadores e ao sabor das disputas pelo controle da terra. As representações multiladas foram apresentadas como totalidade, e a realidade distorcida segundo os interesses de um grupo soberano e dominante, tal qual ocorre em uma construção ideológica da realidade.

Arelada à tal construção ideológica estava o interesse em se obter lucro com a colonização mas sendo que ao aportarem no Brasil não encontraram imediatamente ouro, produção agrícola ou comércio tal qual existia nas demais colônias na África, era necessário encontrar uma outra forma de obterem lucratividade. Deixar a terra sem uso era deixá-la livre para ataques de corsários e invasões; e a perspectiva de perder esse território recém- descoberto tornava-se eminente com o avanço dos franceses, holandeses, e entre outros os espanhóis com quem Portugal disputava terras a partir do estabelecimento do Tratado de Tordesilhas.

O indígena não se adequou à escravidão, mas os relatos feitos por Caminha em sua carta descrevendo que o Brasil possuía “boas terras em que se plantando tudo dá” incentivaram a exploração agrícola, com lavoura de cana de açúcar. Assim, com a necessidade de suprir a mão de obra, teve início o tráfico negreiro no Brasil, em meados do século XVI. Enquanto a lavoura canieira se intensificava na região nordeste, a busca por minérios, especialmente o ouro, avançava na região sudeste até alcançar o centro-oeste.

De modo geral, a mais importante das atividades mercantis foi o tráfico de escravos com a África.

Carregados de aguardente, farinha de mandioca, tabaco em rolo e carne-seca, além de artigos importados via Portugal, como tecidos, objetos de latão e cobre, cutelaria e armas de fogo, os navios partiam diretamente do Rio de Janeiro para Luanda ou Benguela e de Salvador para Ajudá ou Lagos, e regressavam também diretamente com escravos (SILVA: 2011, p. 25).

A vinda de escravos era intensa na região nordeste, mas com o surgimento de novos caminhos a partir da descoberta de jazidas de minérios muitos escravos começaram a ser trazidos para o sudeste. Eram negros vindos de Angola, Benguela, Cabindas, Minas ou Moçambique e geralmente recebiam sobrenomes relacionados a essas localidades, de onde eram comercializados para o Brasil.

Mediante esse quadro, a cultura do “português do Brasil” tornou-se ainda mais miscigenada e diversa daquela do “português de Portugal”. As questões socioculturais e econômicas, para além das políticas, administrativas e tecnológicas, estavam tão entranhadas que era muito difícil desassociá-las. Uma existia em função da outra.

A economia empurrava os grupos desbravadores e seus escravos cada vez para regiões mais afastadas. Misturavam-se, então, brancos e indígenas. Brancos e negros, negros com índio e os filhos deles. E a cultura, para além dessas misturas, também precisava adaptar-se às condições geográficas de onde se fixavam.

Surge, então, um questionamento: é a cultura que contribui para a delimitação de um território ou é o território que determina uma variação cultural? Ao longo de nossa pesquisa, observamos o importante papel da geografia nas questões culturais e que agora apresentaremos.

Compreendemos que a geografia (relevo e hidrografia) tanto favoreceu diversificações nos padrões sociais como também propiciou a dispersão - a cultura nômade. Portanto, entendemos que a cultura sofreu variações em função da relação entre as condições naturais e as condições impostas pelo próprio

homem, tais como: os núcleos afastados entre si, as demasiadas distâncias entre núcleos e centros urbanos, pouco contato entre os diferentes grupos sociais, a própria forma de administração territorial e, importante lembrar, a presença religiosa, ou não, nesse território.

Então, a partir de uma cultura original – a cristã-européia – o homem foi capaz de dotá-la de variações em maior ou menor grau na medida em que se dava sua apropriação do território e a produção social do espaço construído brasileiro. A miscigenação entre homem branco, indígena e negro também contribuiu para a intensidade dessas variações culturais a ponto de subdividir os próprios habitantes do Brasil em grupos de civilizados e incivilizados.

Segundo Murilo Marx (1989), no período do Brasil colonial, Estado e Igreja estavam associados no processo de posse, ocupação e ordenação do território ao qual atribuíam a qualidade de ser civilizado. Ser civilizado, portanto, indicava estar submetido a uma hierarquização administrativa e política, onde a religiosidade se fazia presente por meio da presença física de um templo religioso católico onde serviços eram prestados à comunidade local. Em alguns dos núcleos mais antigos e próximos às áreas em que havia portos e comunicação direta com a Europa, a vivência urbana ainda guardava pálidas características do modo de vida europeu. As demais áreas onde esse quadro de características não estava presente eram as terras ainda desconhecidas, distantes e entendidas como sertão.

Assim, entendemos a existência de uma fronteira imaginária (**figura 6**) entre o território conhecido e mapeado e aquele outro ainda desconhecido e pouco habitado. Entretanto, a porção ainda pouco conhecida – o sertão – também apresentava moradores em menor quantidade. E é através deles que podemos observar a questão geográfica favorecendo ou propiciando novas subdivisões e resignificações do território.

figura 6 O território civilizado: vilas da Capitania de São Paulo.



Fonte: São apresentadas as vilas da Capitania de São Paulo (antes Capitania de São Paulo e Minas) até o ano de 1705. Destaque para as três vilas identificadas: Jundiaí, Itu e Sorocaba. Entendidas como limites da civilidade paulista. Eçaborado pela autora.

Mapa mostra que a área de ocupação ainda era, predominantemente a faixa litorânea e o Vale do Paraíba. Contudo, Jundiáí, Itu e Sorocaba representam as primeiras ocupações voltadas para o sertão, ou seja, na área limítrofe daquela já ocupada, onde já existia um sistema hierárquico definido entre os núcleos, bem como já estava presente a Igreja e todo o seu papel na ordenação do espaço; por isso, região de civilidade.

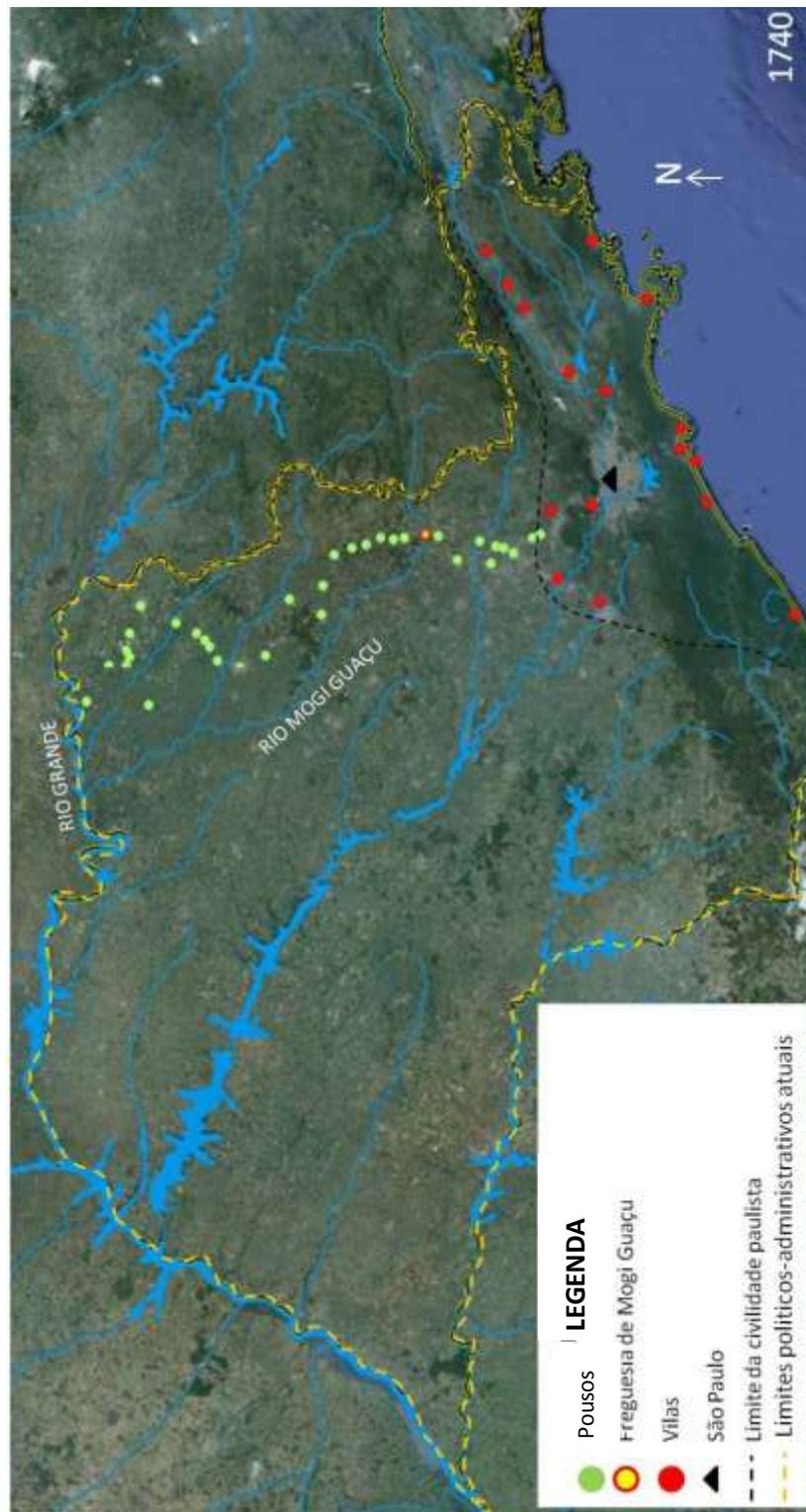
Para a elaboração do Mapa foram utilizadas as informações fornecidas por Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno (2009), em *Dilatação dos Confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822)* e no “Quadro de Desmembramento Territorial-Administrativo dos Municípios paulistas”, do IGC.

Existiram aglomerados dispersos por esse sertão cujas questões culturais variavam de um grupo para outro, fato relatado pelo viajante Frances e naturalista August Saint-Hilaire, no século XIX, quando percorreu a região do leste paulista. Ele produziu um diário de viagem anotando as características naturais e humanas dessas localidades mais distantes: a vida em sociedade, a subsistência, o trato e a educação, o grau de contato com núcleos urbanos mais civilizados, o modo como as distancias e a própria geografia influenciavam nos costumes locais e subdividiam, sucessivamente, o território.

Também não eram poucos os relatos sobre o sertão elaborados pelos moradores das áreas civilizadas, apontando para a prática poligâmica - um elemento da cultura indígena - nessas aglomerações mais distantes. Esse e outros costumes eram decorrentes do contato e realidade vivenciada por esses moradores nessas áreas – apropriaram-se de costumes da população autóctone. Isso era potencializado pelo fato de grande parte desses núcleos do sertão ser reconhecida oficialmente pelo Governo ou Igreja, uma vez que o território ainda não era estruturado e nem ordenado segundo o modelo vigente na porção civilizada. O sertão era uma região de tropeiros e viajantes, onde eles constituíam famílias em várias localidades onde havia pousos.

A preocupação com o controle dessas terras, posse, defesa contra invasões, fiscalização, além do ideal missionário de salvar os gentios levou à atenção de aglomerar os núcleos dispersos no “sertão” em torno de uma freguesia, e assim, estender a área de atuação do Estado e da Igreja, inserindo gradativamente essas terras ao contexto da “civilidade” (ver **figura 7**).

Figura 7 Mapa da Vilas paulistas e identificação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Mogi dos Campos e pousos. Elaborado pela autora.



Fonte: Para a elaboração deste mapa foram utilizadas as informações fornecidas por Bueno (2009), em Dilatação dos Confinos: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822), associadas às informações fornecidos no “Mapa da Capitania de São Paulo e seus sertões”.

Mapa mostra que a área de ocupação ainda era predominantemente a faixa litorânea e o Vale do Paraíba. Nessa área, o mapa destaca as Vilas existentes, as quais exerciam controle político, administrativo e religioso sobre o território relativamente reconhecido e mapeado, portanto um “território civilizado”. Ao traçarmos uma linha (tracejada, em preto) margeando as Vilas mais afastadas do litoral, entendemos que nesta região se dava a transição entre o território “civilizado” e o “sertão”. Desta forma é que identificamos esta linha imaginária como sendo os limites da civilidade paulista, nos anos de 1740. Contudo, a linearidade dos pousos e sítios dispostos no sertão, ao longo do Caminho dos Goiazes, foi fator fundamental para o início do processo de urbanização e civilização do sertão nordeste paulista.

Ao longo da pesquisa realizada, deparamos com documentos de época que nos permitiram observar as diferenças existentes entre aqueles que habitavam o “sertão” e aqueles residentes na parte tida por “civilizada”, tais como modo de vida, arquitetura, vestimenta, estrutura do núcleo, entre outros. Mas tais documentos também nos fizeram observar que, com a contínua produção social ali ocorrente e conseqüente expansão/dilatação dessa fronteira imaginária, aumentou-se a comunicação entre tais partes e dessa forma os aglomerados do sertão começaram a receber influências diretas das vilas e freguesias, alterando-se muitas das características originais dos núcleos. E essas mudanças ocorriam por conseqüência das questões sociais. Dessa forma, observamos a relação entre cultura, ideologia, território e tecido social e urbano.

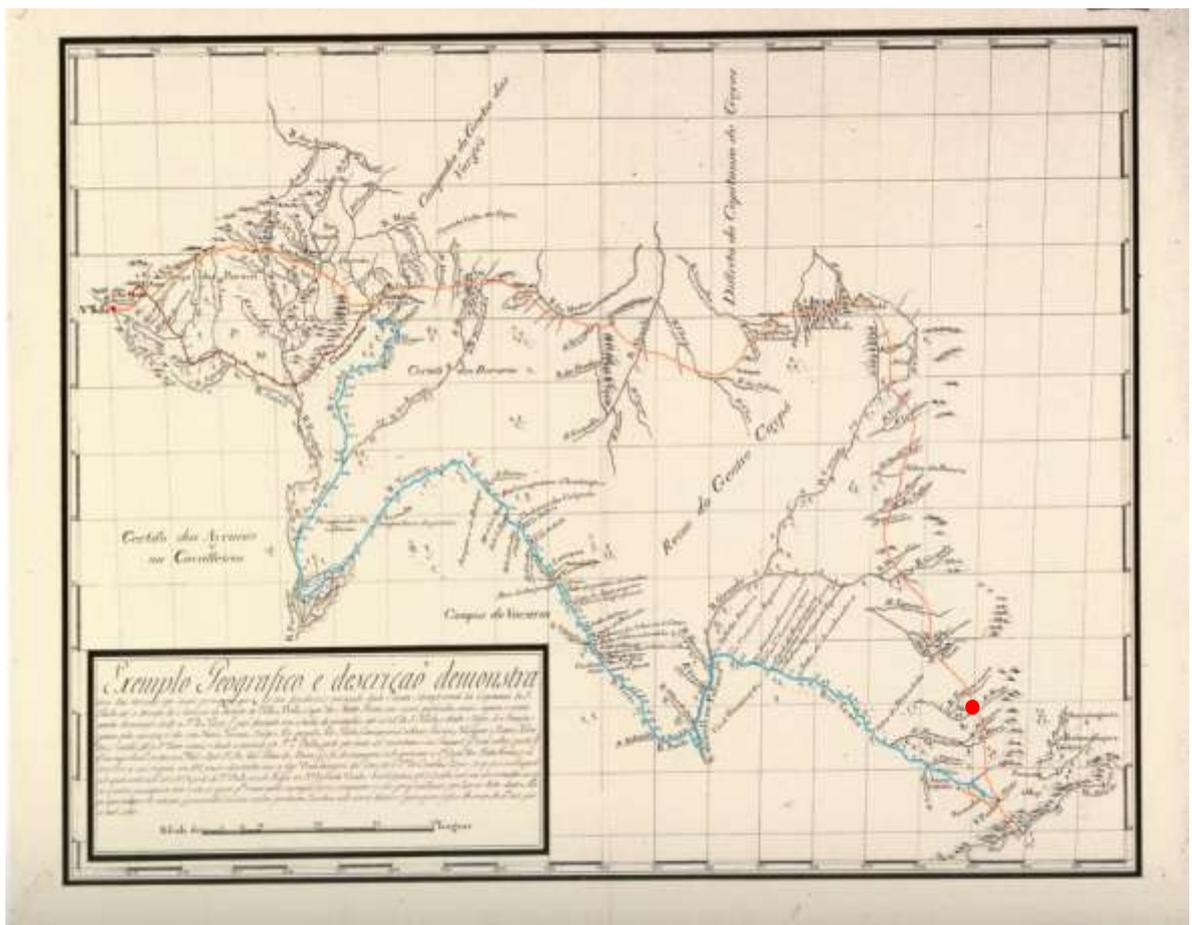
A partir de 1760, com a intensificação da lavoura de cana de açúcar no território paulista, novas mudanças na cultura e padrão social ocorreram sobretudo nas áreas mais afastadas como o leste paulista em que havia uma quantidade significativa de engenhos. Segundo Silva (2011), quanto mais se afastava do litoral e adentrava os sertões, mais se acentuava a presença dos índios aportuguesados e de caboclos, mamelucos e negros escravos.

A maior parte da escravaria concentrava-se nos engenhos de açúcar, nas plantações de algodão, café e tabaco, nas fazendas de gado e nas charqueadas. Principalmente, portanto, nas áreas de produção para a exportação. (SILVA: 2011, p. 43)

No último quartel do século XVIII, na região onde já se situava Mogi Guaçu e Mogi Mirim - a qual integrava o “Quadrilátero do Açúcar”⁹ - a presença do indígena era massivamente substituída pelo negro que chegou a compor quase metade da população.

O indígena que ainda permanecia na região do leste paulista, mas segundo a historiografia local, representava uma ameaça. Os Caiapós que habitavam a região por onde trilhavam o Caminho dos Goiaes, como pode ser observado na **figura 8**, foram “empurrados” para terras cada vez mais distantes. Mas, sendo eles bravios, eventualmente investiam contra os núcleos que se formavam causando a necessidade dos habitantes se organizarem em prol da defesa de “suas terras”.

Figura 8 Reino do gentio caiapó. Autor desconhecido. S/d.



⁹ O Quadrilátero do Açúcar é uma expressão dada por Maria Tereza S. Petrone (1968) á a região compreendida entre Mogi Guaçu, Piracicaba, Jundiá e Sorocaba, onde se tinha os maiores índices de produção de açúcar entre os anos de 1760 e 1850.

O mapa, com legenda e identificações originais, mostra que, para além de Mogi Guaçu (ponto em vermelho) se estendia uma extensa área que ultrapassava o rio Grande, onde havia a esmagadora presença de índios da tribo Caiapó – terras de Mato Grosso e Goiás.

Na segunda metade do século XVIII, o Brasil já era multicultural, mestiço e estratificado, características resultantes da miscigenação ocorrida entre brancos, índios e negros, havendo também subdivisão os brancos nascidos no Brasil e os provenientes de Portugal; além de brancos pobres, remediados e ricos. Portanto, percebemos que o panorama brasileiro no qual se deu o início da formação do leste paulista era marcado por diferenças e como buscaremos apresentar no decorrer deste trabalho, diferenças que se refletiam seja no padrão social dos moradores dessas áreas quanto no desenvolvimento do traçado urbano e, por consequência, na formação e reconfiguração de todo esse território.

Com o decorrer do tempo, as narrativas de viagem, que era um gênero literário comum ao período – a carta de Pero Vaz de Caminha é um exemplar deste gênero – foram elaboradas com novos personagens frutos do processo de miscigenação cultural pelo qual passa o Brasil. Observamos que, assim como a sociedade, ela também se tornou mais complexa, levando seus respectivos autores a novos modos de relatar o Brasil. Antes, no início da colonização, esses textos abordavam a metáfora do “paraíso”, os homens inocentes e a natureza abundante; mas a partir da segunda metade do século XVI essa comparação começou a se alterar e os habitantes do Brasil foram frequentemente caracterizados de modo pejorativo.

O indígena do século XVIII e XIX, segundo Jean Marcel Carvalho França (2012, p. 255), já não tinha mais o brilho que tivera no início do século XVII. O tempo deste personagem passara e o que foi construído e mantido foi a sua imagem caracteristicamente “brutal”: tornaram-se seres perdidos para a civilização e para a religião. Eram seres desinteressantes para as sociedades civilizadas.

Logo, no entanto, que se iniciou o processo de apagamento do “selvagem” das narrativas de viagens sobre o Brasil, selvagem que sequer era mais visto nas cidades litorâneas – as únicas acessíveis aos estrangeiros desde o limiar do século XVII – dois outros personagens rapidamente vieram tomar o seu lugar: o colono branco e o escravo negro. (FRANÇA:2012, p. 256)

Entretanto, esses dois personagens – o branco e o negro – não eram vistos como exóticos tais como os indígenas, no início da colonização. Durante os séculos XVII e XVIII, o negro, paradoxalmente, era um personagem secundário naquela sociedade escravista. Era um degradado ou desgraçado e os brancos brasileiros, aos olhos dos estrangeiros:

Não passavam de um arremedo de europeus, corrompidos e amolecidos pelas benesses e pelo calor dos trópicos.(...) Preguiçoso, cruel, desonesto e libertino, eis alguns dos qualificativos mais utilizados pelos viajantes estrangeiros quando se tratava de descrever os portugueses aclimatados nos trópicos.(FRANÇA: 2012, p. 257-258)

Segundo o mesmo autor, a partir da metade do século XVIII, predominavam nas narrativas as descrições de coloração dos homens e o indivíduo negro, desgraçado por suas práticas “anticristãs”.

No decorrer do tempo, os textos de viagem deixaram de narrar fidedignamente a realidade local, tornando-se ferramentas de construção da nova terra – Brasil. Eles ocuparam um papel central na construção intelectual-filosófica e permitiam a construção de um imaginário sobre o Novo Mundo. Eram representações que mesmo sofrendo alterações de ponto de vista, ao longo do tempo, conservavam em relação à carta de Pero Vaz de Caminha o espanto com a natureza abundante. No imaginário do período colonial a natureza continuou a ser um recurso inesgotável, doado por Deus aos homens para que nela vivessem. Alterou-se, entretanto, o modo de ver e entender a sociedade que aqui se formava.

1.3 – Os viajantes estrangeiros do século XIX

As narrativas de viagens tornaram-se um gênero maçante nos séculos XVIII e XIX. Sempre muito parecidas: com os mesmos personagens, as mesmas paisagens, situações e um olhar muito semelhante de seus autores para com o Brasil, por mais que as suas origens e formação fossem diversas.

Aos olhos do Século XVIII, o “Século das Luzes”, esse tipo de narrativa tornou-se pouco fantasiosa e carente de detalhes sobre os lugares e povos visitados. A partir do primeiro quartel deste século, aumentaram-se as desconfianças sobre a veracidade das informações contidas nos relatos desses viajantes, aumentaram também as exigências do leitor sobre as descrições e dados comprobatórios, além de ser o período pelo qual também tiveram início as viagens científicas.

1.3.1 – As viagens científicas

No início do século XIX, Napoleão Bonaparte achava-se no auge de suas vitórias. Decretou, no ano de 1806, em Berlim, o bloqueio continental da Grã-Bretanha. Os britânicos não mais deveriam comerciar com os demais europeus, nem ter acesso aos portos destes. O bloqueio impunha-se a todos, inclusive a Portugal que deveria fechar sua costa marítima aos navios da Inglaterra, sua aliada histórica (FRAÇA, 2012). Por não ceder ao ultimato de Napoleão e nem declarar guerra à Inglaterra, Portugal foi invadido pelas tropas francesas e espanholas e assim, numa estratégia apoiada pela Inglaterra, trasladou toda a Corte para o Brasil, no ano de 1808. A partir desta data iniciou-se um período de grandes transformações na realidade brasileira, dinamizado pela abertura dos portos às nações amigas.

No âmbito econômico, abertura dos portos significou o fim da essência colonial – o monopólio do comércio exterior pela metrópole – e causando modificações também nas questões socioculturais: teve início a inserção de imigrantes não escravos, oriundos de diferentes países. Até o decreto de 25 de novembro de 1808, o país estava fechado para os homens livres que não fossem portugueses. Abriu-se o país aos estrangeiros que nele quisessem se estabelecer e assim vieram espanhóis e franceses – após o tratado de paz assinado em 1814; vieram também ingleses, irlandeses, suíços, alemães, italianos, austríacos, suecos e holandeses.

No período de 1808 a 1831 o Brasil experimentou grandes mudanças. Começou a descobrir-se. Foi estudado por cientistas

estrangeiros, que pela primeira vez tiveram acesso ao seu interior.(SILVA: 2011, p. 32)

Isto porque a paisagem aqui encontrada modificou-se com intensidade. A miscigenação ocorrida entre brasileiros (frutos do homem branco, indígena e negro) com os estrangeiros resultou em uma sociedade múltipla, de múltiplos costumes, múltiplas culturas, múltiplos grupos. Era realmente necessário conhecer o próprio território e a gente. Estava em pleno processo construtivo da identidade do brasileiro e, nesse sentido, os viajantes do século XIX tiveram um importante papel na construção do imaginário sobre esse país, tal qual seus antecessores.

Entretanto a narrativa havia mudado. Não estavam mais presos aos relatos de viagem sobre uma nova terra, de gente inocente, paisagem exuberante e ares paradisíacos. Eram agora cientistas, naturalistas, militares ou artistas. Diferentemente dos viajantes que vieram para o Brasil entre os séculos XVI, XVII e XVIII - que não possuíam rigor metodológico para apreender e descrever o que viam e nem vasto vocabulário - os do Século XIX eram letrados, formados em ciências e possuidores de método para coleta e análise de informações, frutos da cultura iluminista.

Os viajantes europeus que visitaram os países ditos selvagens ou menos civilizados, como era o caso do Brasil, sentiram-se portadores de uma espécie de missão. Sentiram-se como irmãos mais velhos dos outros povos, a quem deviam ajudar e aconselhar. *Para eles, seus interesses eram o interesse da humanidade inteira. A ciência era o instrumento maior que permitia o exercício da missão do viajante, pois permitiria conhecer as leis da natureza e auxiliaria a vida dos homens* (FRANÇA, 2012).

O sentimento de filantropia que permeava as atividades dos viajantes-naturalistas partia de uma distinção inicial básica: países civilizados com ciência e países não totalmente civilizados com práticas empíricas tradicionais. Em nome da transformação da natureza em objeto científico, as fronteiras nacionais deviam ser abolidas.

Porém, a cultura e a ideologia de suas respectivas formações continuavam influenciando o modo de fazer suas **representações**. Apesar de cientes da nova condição e ebulição pelo qual passa a sociedade brasileira, com os episódios da vinda da Corte Portuguesa para o Brasil, muitos desses viajantes continuavam a olhar para os núcleos mais afastados com ressalvas, senão desprezo. Como já mencionado neste trabalho, a realidade existente nos núcleos mais afastado do litoral – aqueles ditos no sertão – era bem diferente daquela praticada nas cidades do litoral.

Dentro desse contexto de representações feitas sobre o Brasil, destacamos aqui os viajantes estrangeiros que percorreram a região do “leste paulista” e produziram relatos sobre os costumes, arquitetura e sociedade lá existentes. Lembramos que tais descrições eram produzidas a partir da observação e breve contato com esses moradores, sendo assim, são frutos da interpretação do autor e as qualidades o positivas ou negativas mencionadas são decorrentes da cultura a qual esses viajantes pertenciam.

Nosso objetivo em resgatar e aqui transcrever trechos desses relatos é apresentar o ponto de vista do estrangeiro sobre o território de Mogi Guaçu e Mogi Mirim e poder comparar tais descrições com os dados coletados na documentação de época. E assim, apreendermos a noção de urbano do período em pauta, nesta região.

Abordaremos, então, a produção feita por cinco diferentes viajantes os quais percorreram o interior paulista. Para isso apresentamos um breve histórico de cada um deles, ressaltando sua nacionalidade e formação. Uma vez que a pesquisa deteve-se nos núcleos de Mogi Guaçu e Mogi Mirim, identificamos quatro viajantes que por aí passaram, descrevendo e produzindo aquarelas: August Saint Hilaire, William John Burchell, Luis D’Alincourt e Edmund Pink. O quinto é Johann Moritz Rugendas, o qual não percorreu nenhum dos dois núcleos supracitados, mas produziu uma coletânea de desenhos intencionados a representar a cultura popular existente no interior paulista.

1.3.2 – August Saint-Hilaire: breve biografia do viajante

Figura 9 Augustin François César Prouvençal de Saint-Hilaire (1799-1853).



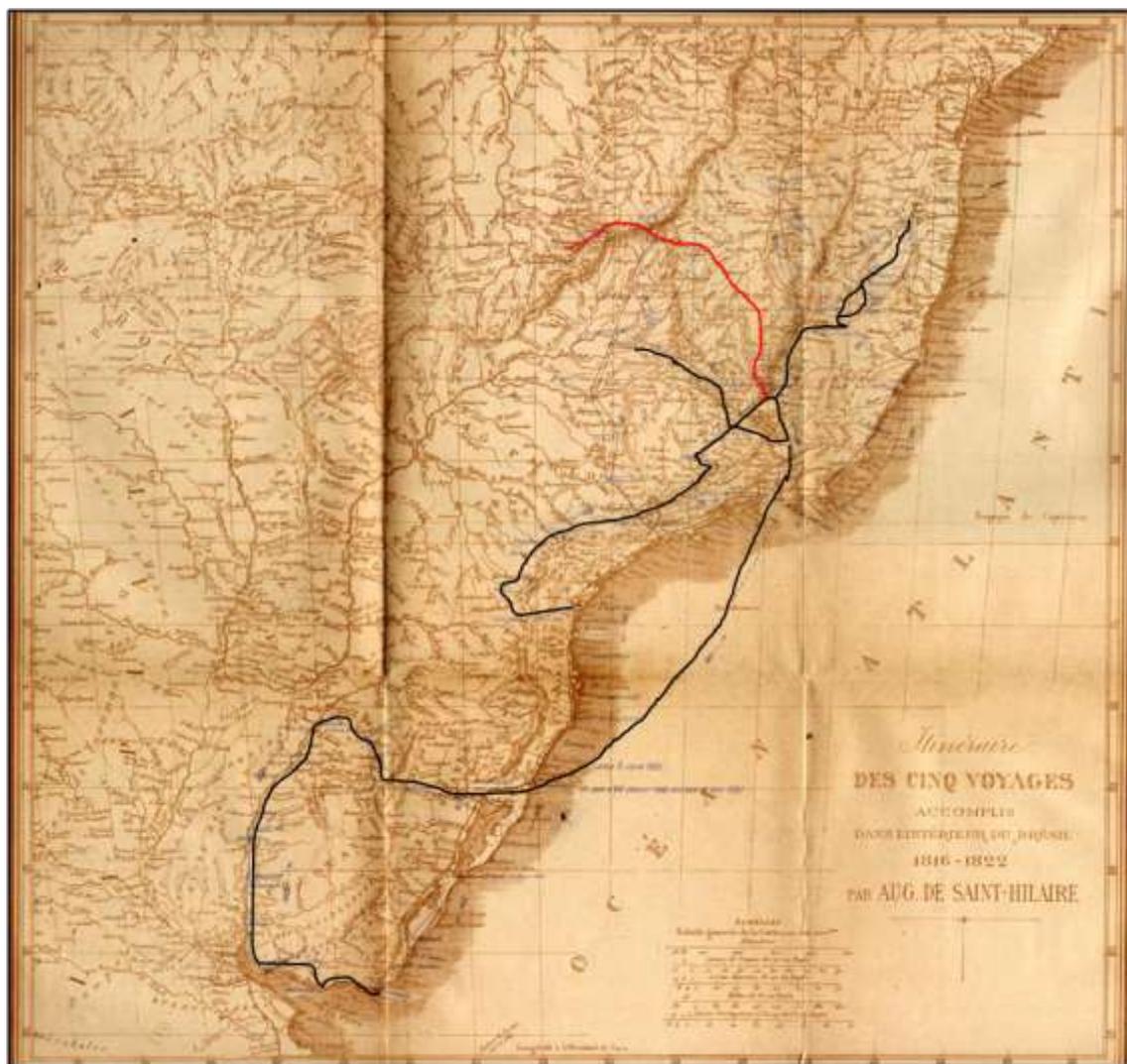
Fonte: imagem disponível em: <http://cienciahoje.uol.com.br/noticias/2009/11/flora-brasileira-resgatada-dos-cadernos-de-saint-hilaire/>, acessado em 13/11/2013

Auguste François Cesar Prouvençal de Saint-Hilaire nasceu em Orleans-França, em 1779 e morreu na mesma cidade, em 1853. Oriundo de família nobre, passou alguns anos de sua juventude na Alemanha, o que permitiu que adquirisse familiaridade com a língua e a cultura alemã. De retorno à França, dedicou-se à história natural, publicando diversos artigos em revistas especializadas. Chegou ao Rio de Janeiro em junho de 1816. Durante seis anos, percorreu os Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, além do rio da Plata e a Província de Misiones na Argentina e parte leste do Paraguai, retornando à Europa em setembro de 1822¹⁰ (**figura 10**).

¹⁰ Informações disponíveis em: <http://hvsh.cria.org.br/>, acessado em 24/05/2013.

Em 1816, na ocasião de sua partida para o Brasil, Saint-Hilaire já tinha trinta e sete anos e possuía conhecimentos botânicos extensos, tendo publicado sobre a flora francesa, particularmente sobre a anatomia dos frutos. Nessa época, tinha contatos com Antoine-Laurent de Jussieu, do Museu de história natural de Paris.

Figura 10 Des Cinq Voyages Accompus Dans L'intérieur Du Brésil . August Saint Hilaire, 1816-1822. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do RS.



— Demais caminhos percorridos por August Saint Hilaire
 — Leste paulista / Caminho dos Goiazes

Fonte: O título do mapa anexo ao volume "Saint Saint-Hilaire. Voyage à Rio Grande do Sul (Brésil). Orléans, H. Herluison, libraire-éditeurs. 1887" em folha de 42,6 x 36,4, conta com quatro escalas gráficas em milhas francesa (20°), marítima (20°), milhas a 60° e portuguesa e espanhola a 17 ½ graus. Nele estão registrados os itinerários, em linhas retas orientadas, das cinco viagens de Saint-Hilaire das quais a 4ª foi ao Rio Grande do Sul e à Província Cisplatina. (MARTINS, L. B; NEVES, G. R; RADTKE, M. P. 2003).

Saint-Hilaire buscou fazer de sua viagem ao Brasil, realizada entre 1816 e 1822, um modelo no que diz respeito à forma como os cientistas da Europa deveriam se relacionar com os demais países do globo. Além disso, o botânico quis atuar como um viajante-naturalista exemplar e usar suas credenciais científicas – somadas a suas relações familiares na França da Restauração - para garantir boa situação quando de retorno à França. (KURY, 2003: p. 01-02)

Auguste de Saint-Hilaire veio para o Brasil acompanhando a missão extraordinária do duque de Luxemburgo, cujo objetivo era resolver o conflito que opunha Portugal e França quanto a posse da Guiana, após o período napoleônico. (KURY, L. 2003: p. 04)

Uma vez no Brasil, ele, que possuía conhecimentos reconhecidos em botânica, acabava por decidir em última instância sobre o destino de suas pesquisas e coletas. Através de seus relatos de viagem, é possível perceber que ele não se limitava a recolher plantas e enviá-las ao Museu de Paris. Ao contrário, as analisava e tomava suas notas *in loco*, quando ainda estavam frescas e não secas em herbários. Por isso, pediu a seu amigo Deleuze, do Museu, que guardasse os envios de plantas que fazia, pois ele mesmo era a pessoa mais indicada para analisar as coleções que formara. Quanto ao resto – animais, minerais e sementes – estavam à disposição dos naturalistas da instituição.

Além do trabalho de coleta e análise *in loco* das espécies de vegetais existentes, Saint Hilaire fez importantes anotações sobre o cotidiano nas mais variadas regiões e circunstâncias do Brasil. Descreveu com riqueza de detalhes e sistematicamente gentes, casas, vilas, freguesias e cidades que percorreu. Seu trabalho é considerado fonte primária para todos aqueles que pesquisam nas áreas da antropologia, do urbanismo e da geografia. Reconhecido também nas demais áreas que, de uma forma ou de outra, abordam a produção do espaço no século XIX.

Saint-Hilaire correspondeu ao novo perfil viajante-naturalista idealizado no meio científico parisiense: pesquisa *in loco*, especialização, capacidade de produzir informações balizadas, publicação dos resultados. A qualidade da formação científica do viajante foi uma condição prévia para que ele realizasse o

Figura 11 Itinerário da primeira viagem de August Saint Hilaire pela província de São Paulo. Autor desconhecido, 1816-1822.



Fonte: <http://hvsh.cria.org.br/itinerario-viagem/>, acessado em 17/09/2012

Mapa do itinerário realizado por Auguste Saint Hilaire em sua primeira viagem à província de São Paulo. Podemos observar a demarcação do trajeto percorrido por August Saint-Hilaire em sua viagem à Província de São Paulo. Os núcleos identificados na imagem são as vilas e freguesias (ver Ficha Técnica 20) nas quais ele pernitoiu ou dedicou maior tempo à sua descrição. Observamos que neste mapa não está sinalizada a Freguesia de Mogi Guaçu e isto se deve justamente ao fato de que August Saint-Hilaire teceu breves comentários sobre este núcleo e não demorou-se muito tempo nele, tendo ficado mais tempo e tecido maiores comentários sobre a Vila de Mogi Mirim.

que o se esperava dele: fazer com que sua missão fosse útil à ciência e à sociedade. (KURY, 2003: p. 05)

Por onde passava, Auguste de Saint-Hilaire recolhia informações sobre o uso de plantas na medicina, na alimentação e na indústria. Não havia, no entanto, uma adoção imediata dos produtos considerados úteis. As plantas e seu emprego eram cuidadosamente observados e analisados. Para além das questões botânicas, August Saint-Hilaire também aplicou seu método de observação e análise à populações autóctones com as quais teve contato durante sua viagem pelo Brasil.

No que se refere à sua viagem pela Província de São Paulo (ver **figura 10 e 11**), ele produziu o que entendemos ser por um diário de viagem, no qual anotou sistematicamente as povoações e características urbanas, além, claro, das questões naturais da paisagem.

Em sua passagem pelo leste paulista, descreveu os núcleos para além Mogi Guaçu rumo ao rio Grande como sendo “terra de brutos e ignorantes”, isso nos faz entender que esta localidade só o era devido às lentes culturais pelas quais Sait-Hilaire era capaz de enxergar e descrever.

1.3.2.1 – August Saint- Hilaire na Vila de São José de Mogi Mirim: relato final sobre suas viagens realizadas em 1819 e 1849

Transcrição de parte do documento original

Moji-Mirim, ou simplesmente Moji, como se diz comumente por abreviação, fica situada à altura de 22°20'30" lat. Sul, tendo recebido o título de cidade em 1769, sob o governo de D. Luiz Antônio de Sousa Botelho Mourão. Sede de uma paróquia e de um termo, essa cidade pertencia à Comarca de São Paulo e era administrada por juizes ordinários. Depois da independência do Brasil ela passou, inicialmente, a fazer parte da terceira comarca, cuja sede é Jundiaí. Mas quando foi formada em 1819, como já disse, uma sétima comarca, com sede em Franca, ficou decidido que esta incluiria Mogi Mirim. Essa cidade fica situada em uma região plana, cortada de pastagens e capões. Em 1819 compunha-se unicamente de duas ruas paralelas, e se fosse na Província de Minas Gerais ela não passaria de sede de uma paróquia. As casas são baixas, muito pequenas e, em sua maioria, feitas de paus cruzados e barro cinzento, o que lhes dá uma aparência muito triste. Não creio que, à época de minha viagem, o seu número passasse muito de cem, tendo eu visto apenas duas que eram sobrados. Além da Igreja paroquial, que é muito modesta e dedicada a São José, há ainda em Moji uma outra, consagrada a Nossa Senhora do Rosário. Vê-se na cidadezinha um grande número de vendas muito mal providas, além de um par de lojas, sendo uma delas muito bonitas. De um modo geral, os habitantes de Moji são agricultores, que só vêm à cidade aos domingos.

Nesta passagem, podemos observar a preocupação do viajante em descrever aspectos do cotidiano dos moradores da Vila de Mogi Mirim atentando, também, para as características arquitetônicas das edificações existentes. O viajante prossegue:

São eles, ao que parece, os maiores criadores de porcos de toda a província. Suas terras são muito boas e apropriadas ao cultivo de cana, principalmente. Existe também na região um grande número de engenhos de açúcar. Os grandes proprietários enviam o seu açúcar para o Rio de Janeiro, embarcando-os no porto de Santos. Os menos prósperos vendem o que fabricam aos negociantes de São Paulo, que vêm buscar o açúcar nas próprias fazendas, pagando-o à vista e muitas vezes fazendo adiantamento. Apesar da fertilidade desse distrito, as frequentes doenças que assolam Mogi e seus arredores devem forçosamente emperrar o progresso do lugar. Esse progresso é também entravado pelas altas taxas de pedágio que os agricultores tem de pagar para o transporte de seus produtos, desvantagem essa que não onera os habitantes das cidades mais próximas à São Paulo. entre 1818 e 1823 numerosos mineiros vieram estabelecer-se , é bem verdade, nos arredores de Moji, trazendo capitais.

Ao descrever o quadro econômico da região, Saint Hilaire também indica a inserção das Mogis na região denominada por Petrone (1968) por “Quadrilátero do açúcar”. Indica também, como veremos a seguir, os valores estabelecidos pelos tropeiros nessa região:

Mogi, como Campinas e Jundiaí, que estão situadas na mesma rota, mas mais próximas à São Paulo, fornece boa parte dos servidores (camaradas) que, com caravanas, vão da Capital da Província à Goiás e Mato Grosso.

Um tocador, alugado para ir de São Paulo à Vila Boa, recebe (1819) de 20 a 30 mil réis por viagem, que dura cerca de quatro meses. O proprietário da caravana fornece a alimentação aos cavalos de todos os seus camaradas; mas o regresso é inteiramente por conta destes últimos. O arreo ou como se diz geralmente, arreador, é pago à razão dos animais de carga (burros e bestas) que lhe são confiados para conduzir e tratar. Cada camarada pode levar, na caravana, um animal carregado de mercadorias, dinheiro que é alcançado no fim da viagem, descontados do que aos mesmos é devido.

Abriguei-me em Mogi Mirim, num rancho situado à entrada da Cidade; rancho muito bem coberto, de forma que nenhum receio tivemos de ser molhados durante a noite. Dessa vantagem nem sempre gozei, desde que começara a viagem.

Não quis deixar Moji antes de fazer visita ao capitão-mor do distrito. Dirigi-me à sua casa, onde me deixaram esperando durante meia hora para finalmente me informarem de que ele se achava doente.

Saint-Hilaire nos deixa indicado algumas das características do pouso existente em Mogi Mirim. Salientamos que o Capitão Mor era um importante

personagem local e por isso sua residência refletia o *status* social que possuía: era uma casa assobrada. Esta informação e a identificação do referido Capitão Mor serão apresentadas no terceiro capítulo deste trabalho.

O terreno torna-se menos desigual, acabando por constituir uma vasta planície ondulada, oferecendo-nos, então, em meio de uma relva quase rente ao solo, numerosos capões de mato, pouco elevados e mui próximos uns dos outros, mas de pequena extensão semelhante uma marchetaria em que estão embutidos dois tons de verde muito diferente verde da relva, tão grato à vista, e os dos bosques, de coloração mais carregada. Ficamos a imaginar se esses capões de mato não são os restos da floresta que encontramos perto de Moji-Mirim, e se a região não foi outrora coberta de árvores até São Paulo. A natureza da vegetação levaria a assim acreditar; mas a disposição dos terrenos e todos os documentos históricos militam contra semelhante opinião. Sem as luzes por esses documentos fornecidos, ficaríamos na incerteza em que se encontra a Europa relativamente ao estado primitivo da maior parte de seus prados e campos; e, em consequência, julgo não ter sido inútil à ciência, fazendo conhecer a topografia botânica das diversas regiões que visitei e cuja vegetação primitiva ainda não desapareceu. Saber-se-á, assim, o que foram essas belas campinas antes de se transformarem nas culturas de milho, de mandioca ou de cana de açúcar que um dia as cobrirão; e, talvez, qualquer amante da natureza, terá saudades das brilhantes flores dos campos, da majestade das florestas virgens, dos cipós enlaçados em festões pelas árvores e da imponente voz dos desertos. (SAINT-HILAIRE apud FERRI: 1976, p. 105-106)

Finalizando seu relato, o viajante aponta para aspectos naturais da região, destacando as modificações causadas na paisagem natural pelo cultivo intenso da cana de açúcar.

1.3.2.2 – August Saint- Hilaire na Freguesia de Mogi Guaçu : relato final sobre suas viagens realizadas em 1819 e 1849

Transcrição de parte do documento original

O pequeno arraial de Moji-Guaçu foi construído à margem esquerda do rio mesmo nome e possui uma igreja dedicada a Nossa Senhora da Conceição. É sede de uma paróquia que outrora incluía Franca, Batatais e Casa Branca, mas que, devido ao aumento de sua população, foi sendo diminuída pouco a pouco até ficar reduzida ao

território situado entre Jaguari-mirim e o Rio Mogi Guaçu, de que falarei mais adiante. É na paróquia de Mogi Guaçu que começa uma vasta região, bastante populosa, que é a maior produtora de açúcar de toda a Província de São Paulo e compreende os termos de Moji-Mirim, São Carlos, Jundiaí, Capivari, Porto Feliz, e Constituição. Somente na Paróquia de Moji-Guaçu existem vinte engenhos de açúcar, sendo consideradas muito boas as terras dessa região.

Deixando o Arraial de Moji-Guaçu atravessa-se o rio do mesmo nome por uma ponte estreita e mal conservada, a qual, não possuindo parapeito, é muito perigosa para os burros. O rio Moji-Guaçu, ou simplesmente Moji, tem sua nascente na Serra da Mantiqueira ou em um de seus contrafortes. Deve ter, abaixo do Arraial, a mesma largura dos nossos rios de quarta ordem. Seu curso ainda não é bem conhecido. Esse rio fornece excelentes peixes aos habitantes do lugar, mas suas águas são insalubres e costumam a causar febres intermitentes. Essa a razão do pequeno aumento da população ocorrido no Arraial, ao passo que os povoados vizinhos cresceram de maneira sensível.

Saint-Hilaire nos aponta algumas das características da área próxima à Mogi Guaçu. Destaca esta Freguesia como o início de uma vasta área produtora de açúcar – o “quadrilátero do açúcar”. Apresenta-nos uma importante observação: o rio enquanto uma barreira geográfica a ser vencida. Isto porque as cheias provocavam a proliferação de doenças e também porque era costume pagar imposto sobre a travessia do rio. Deste modo as regiões que apresentavam rios menos caudalosos apresentavam desenvolvimento e crescimento mais acentuado do que a Freguesia de Mogi Guaçu.

Pelos fins do século passado, uma epidemia devastadora manifestou-se na paróquia de Moji-Guaçu. Para apanhar mais facilmente o peixe, os habitantes tinham o condenável costume de envenená-lo, lançando timbó no rio, nome dado às várias espécies de um cipó pertencente à família das Sapindáceas. Naquele ano foi morta dessa maneira uma prodigiosa quantidade de peixes. Seus corpos apodreceram e empestearam o ar com miasmas fétidos, causando uma terrível doença que dizimou numerosas pessoas.

Entre Moji-Guaçu e a cidade de Moji-Mirim as terras apresentam apenas capoeiras, o que vem provar que outrora foram cobertas de matas. (SAINT-HILAIRE apud FERRI: 1976, p. 103-104)

Este é um aspecto importante a ser comentado sobre a descrição feita por Saint-Hilaire: o viajante indica que as condições de salubridade de Mogi

Guaçu não eram boas, servindo como motivo para a população buscar novas áreas habitáveis. No âmbito desta pesquisa, essa informação é válida para esclarecermos a cisão ocorrida na então Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Mogi dos Campos, a qual deu origem à Mogi Guaçu e Mogi Mirim. Fato este que será abordado no segundo capítulo desta dissertação.

1.3.3 – Edmund Pink: breve biografia do viajante.

Não obtivemos muitas informações sobre a biografia de Edmund Pink, entretanto, sabemos este ter nascido na Inglaterra e exercido as profissões de artista plástico, arquiteto e comerciante.

Edmund Pink veio ao Brasil no ano de 1823 e produziu aquarelas e um diário de viagem com impressões sensíveis e minimalistas, as quais buscavam traduzir a sua percepção sobre a Província de São Paulo.

1.3.3.1 - Edmund Pink na Vila de Mogi Mirim: relato de sua viagem em 1823

Transcrição de parte do documento original

30/07/1823: À medida que se aproxima de Mogi-Mirim a região é mais plana, menos arborizada e mais ordinária. Às 8:15 chegamos à casa do Sr. Felisberto Pinto Tavares, um mulato, em Mogi Mirim. Fomos recebidos e tratados de maneira mais hospitaleira. Aqui, saboreamos pão, a primeira vez desde que deixamos São Paulo.

São Paulo a Jundiaí - 10 léguas

Jundiaí a Campinas – 32 milhas

Campinas a Mogi Mirim – 10 léguas

Mogi Mirim está situada na Estrada Real que vai à Goias, pouco mais abaixo une-se com o Mogi Guassú ... Uma cidade de aparência miserável, muito bem abastecida por provisões.

Possui uma igreja dedicada a São José e uma capela de Nossa Senhora do Rosário. Na vizinhança da cidade há um número considerável de fazendas de açúcar bem como plantação de milho, etc...etc., várias fazendas de criação. A maioria da pessoas em viagem à Goiás e Mato Grosso providencia aqui suas mulas e se prepara para a

jornada. A terra escolhida é considerada a melhor para o plantio de cana-de-açúcar; é uma terra argilosa de cor muito escura semelhante a do Dragins Blood. (MINDIN e SEVENKO. 2000)

Edmund Pink aponta para um fato curioso: a alimentação fornecida em Mogi Mirim, o pão. É interessante observar que este viajante partia de São Paulo percorrendo o território, passando por Jundiaí até finalmente alcançar a Vila de Mogi Mirim. É curioso que este alimento não tenha feito parte de seu itinerário. Entendemos que alimentação também pode ser interpretada como um vestígio cultural, onde as características em comum nos permitem a leitura do território.

1.3.3.2 – Representação do viajante: a Igreja Matriz de Mogi Mirim

Imagem representativa da Igreja Matriz de São José de Mogi Mirim, no ano de 1823, estando Mogi Mirim já na condição de Vila. A imagem mostra o largo retangular e as poucas construções no entorno.

As primeiras capelas e igrejas foram construídas de maneira precária, exigindo constantes reparos e contavam com capacidade reduzida para atender a crescente demanda populacional. Observamos a veracidade desta informação quando comparamo-la com as informações por nós coletadas sobre as sucessivas reconstruções que sofre a Igreja Matriz de São José de Mogi Mirim.

Entretanto, a imagem em questão nos apresenta características arquitetônicas que, mesmo no século XVIII, eram utilizadas na arquitetura religiosa, principalmente aquela de origem jesuítica. A necessidade de construir novos templos fez a Ordem dos Jesuítas enviar ao Brasil o arquiteto Francisco Dias, no ano de 1577. Assim, os projetos de reconstrução do Colégio de Olinda (1584) e do Rio de Janeiro (1585), os quais contavam com uma única nave, capela-mor e ao máximo duas colaterais foi o modelo mais difundido para a construção de outras novas Igrejas, devido a sua simplicidade construtiva (MENDES, 2007).

Figura 12 Igreja Matriz de São José de Mogi Mirim. Autor: Edmund Pink. Ano: 1823.



Fonte: Localização: Sevckenko, N. São Paulo de Edmund Pink. Ed. BDA, 2000

A presença de um arquiteto profissional de sua categoria no Brasil daquele tempo foi sem dúvida decisiva, não só no sentido de fixar, de forma definitiva e logo de início, as características de estilo próprias da nossa arquitetura jesuítica, como também no de influir nas construções não jesuíticas. (COSTA,1941) Como podemos observar na imagem, este modelo conta com apenas uma nave colateral, frontão triangular - fechamento superior do frontispício com a presença de um óculo circular. Janelas de iluminação e ventilação do coro. Portada emoldurada em cantaria com folha dupla em madeira. Verticalidade marcada pelos cunhais tratados como pilastras de aresta.

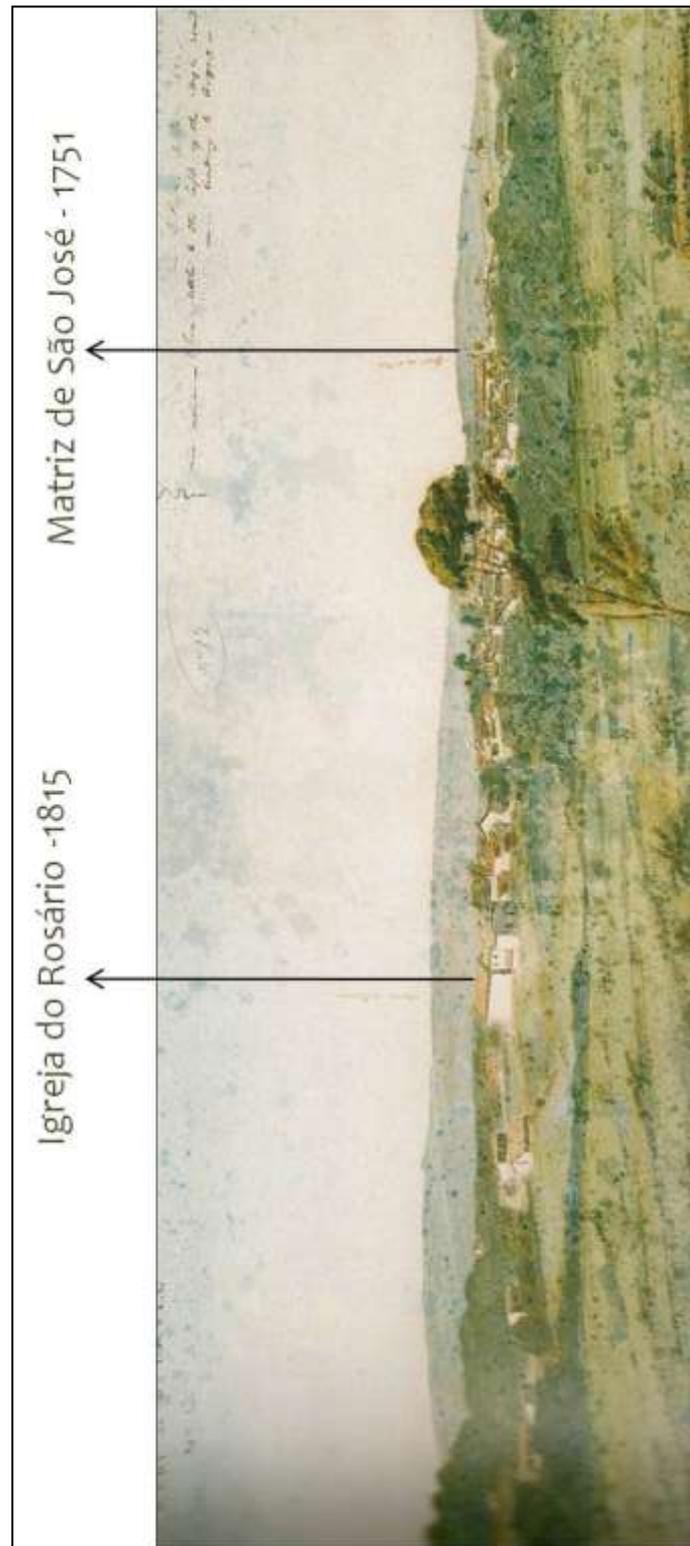
1.3.3.3 – Representação: Vista Geral de Mogi Mirim, 1823.

A ilustração a seguir é uma imagem representativa de uma vista geral da Vila de Mogi Mirim, onde se pode observar o núcleo urbano composto por residências, comércio e Igrejas.

Permite-nos analisar a localização do ponto de observação do viajante. Trata-se do local dos ranchos e pousos para pernoite e reabastecimento que ainda se mantinham ativos no ano de 1823. É possível identificar a existência de dois edifícios religiosos, sendo o primeiro deles a Igreja Matriz de São José de Mogi Mirim, construída em 1751 e já retrata pelo viajante na ilustração apresentada anteriormente; e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, de 1815, construída durante o ciclo açucareiro que movimentou a economia da região.

As identificações de tais templos religiosos foram feitos pela autora e não compõem a imagem produzida por Edmund Pink. Entretanto observamos que a Igreja Matriz localizava-se no ponto mais alto e central do núcleo, enquanto a Igreja do Rosário, saber ter sido edificada em local de relevo mais acidentado e próximo do Ribeirão de Santo Antônio, como poderemos identificar melhor na sequência de mapas sobre a evolução do traçado urbano deste núcleo apresentados nos capítulos II e III desta dissertação.

Figura 13 Vista geral de Mogi Mirim. Autor: Edmund Pink. Ano: 1823.



Fonte: Sevcenko, N. São Paulo de Edmund Pink. Ed. BDA, 2000

1.3.4 – Luis D’Alincourt: breve biografia do viajante.

Luis D’Alincourt, nasceu em Oeiras (Portugal), em 1787, e faleceu no Espírito Santo, em 1841, era filho de Luis D’Alincourt e D. Anna D’Alincourt. Exercia as profissões de militar, memorialista, escritor, pensador e pesquisador. Iniciou sua formação em Portugal, tendo concluído seus estudos na antiga Academia Militar do Rio de Janeiro. Veio para o Brasil no ano de 1809 e percorreu a região de Mogi Mirim no ano de 1825. Prestou valiosos serviços através de suas viagens de pesquisa ao interior do Brasil, em especial às Províncias de Mato Grosso e de Goiás na região Centro-Oeste. Foi autor de uma série de trabalhos estatísticos e topográficos na região

1.3.4.1 – Luis D’Alincourt na Vila de Mogi Mirim: relato de sua viagem em 1825

Transcrição de parte do documento original

S. José de Mogimirim, vila pequena, na latitude austral de 22° 22’ e longitude 47°22’ de Greenwich, é colocada em um plano suavemente inclinado, que tem princípio antes de entrar-se na vila, e fim à saída da mesma, em um pequeno vale: ele estende-se do sul-sudoeste ao nor-nordeste, a cujo rumo, e ao noroeste o terreno se eleva algum tanto em áspera subida, formando um monte, que a circula por este lado, a curta distância. Foi ereta em vila no primeiro de abril de 1770, com o nome do seu orago, o patriarca S. José. Sua largura é pequena, e as ruas mais povoadas, e únicas, que merecem este nome, são a Direita, e a do Comércio, dispostas em direção paralela; a Direita desde a entrada da vila até ao largo da matriz, conserva a mesma largura, e ainda está mui pouco povoada, do largo até ao fim vai estreitando; a rua Nova existe ainda em princípio, é a que fica mais a leste; geralmente as casas são pequenas, algumas de taipa, porém a maior parte construída de paus a prumo, ligados com ripas horizontais e os vãos cheios de barro; há somente duas moradas altas, a do capitão-mor, e a da Câmara, com a cadeia por baixo; as ruas Direita, e do Comércio são as mais povoadas. Todo o termo de Mogi compreende 6.150 almas de confissão.

O viajante, em sua descrição, aponta para elementos de arquitetura da Vila de Mogi Mirim, bem como características de seu traçado urbano. A descrição por

ele feita foi de fundamental contribuição para a elaboração da sequência de mapas a ser apresentada sobre o desenvolvimento do traçado urbano da Vila de Mogi Mirim. D'Alincourt também observa aspectos econômicos e a forte presença da cana de açúcar que era comercializada no mercado internacional.

Os seus habitantes plantam arroz, trigo, milho e feijão; fazem azeite de mamona e amendoim; as colheitas são pequenas, e escassamente chegam para o consumo do país; de maneira que os anos de esterilidade fazem imediatamente sentir fome ao geral do povo: o terreno é apropriado para as plantações, principalmente o que domina ao Norte e Nordeste da Vila, não obstante de ser todo perseguido pelas formigas; as frutas são poucas; as laranjeiras, limoeiros e limeiras produzem abundantemente. O algodão fez em outro tempo o principal comércio deste povo; porém há alguns anos esta parte tem diminuído muito, por causa das repetidas geadas. Hoje exporta-se algum açúcar e aguardente, gado vacum e bestas muars.

Os engenhos deste Termo não chegam a trinta, contando as fábricas de aguardente; não existe uma só casa de bons fundos, e as mais notáveis apenas contam com mil arrobas de açúcar por ano; a importação consiste em sal, ferro, fazendas e outros gêneros em diminuta quantidade, e também alguns escravos.

A Vila e seus subúrbios são doentios: há sezões, hidropsias, febres agudas, e papos em quantidade; tira o nome do rio Mogi Mirim, que deságua no rio Mogi Guaçu.

Este lugar manifesta sensivelmente o lastimoso dano, provido das pragas nas pastagens; a cultura de terras cada vez vai em maior decadência, e o geral do povo, como não pode exportar, e não é animado pelo interesse, mola real do coração humano, tem-se entregado à indolência e preguiça, causas fatais à população.

Na mesma Vila, a cada passo se apresenta a pobreza e a miséria; e finalmente, comparando-se Campinas à Mogi, apesar da proximidade, que não excede a dez léguas, cabalmente se conhece a felicidade daquela e a desgraça desta. Aquela exporta livre os seus efeitos, desta decaí consideravelmente, por não ter igual fortuna.

A partir da Vila passa-se a ponte de madeira sobre o Ribeirão Belém, a estrada segue descoberta rumo a Nordeste; pouco adiante desce a um vale alagadiço; atravessa-se depois, por uma ponte de madeira, o rio Mogi Guaçu, que corre, nesta paragem, ao Sul; mais adiante avista-se o Engenho da Estância Floresta, que pertence ao Capitão Monoel Dias de Barros; e continuando-se a jornada, passa-se a ponte também de madeira, sobre o rio Mogi Guaçu, mal construída, estreita, e sem reparo nos lados, e subindo-se a ribanceira, entra-se na Freguesia que tira o seu nome do rio. (D'ALINCOURT. 2006: P. 38-40)

Luis D’Alincourt fez a descrição da Vila de Mogi Mirim observando aspectos que, dentro do contexto militar – área de sua formação -, eram extremamente relevantes, tais como o relevo e salubridade. A descrição de Mogi Mirim é dotada de elementos pejorativos, que nos fazem observar a influência da opinião e interpretação do viajante no relato produzido. Ele também aponta para as doenças presentes no local e caracteriza a população autóctone por “preguiçosa e indolente”, tal qual faziam outros viajantes sobre o panorama geral do Brasil. Desta forma, podemos compreender que Luis d’Alincourt observava a paisagem segundo as lentes de sua cultura e de sua formação.

1.3.4.2 – Luis D’Alincourt na Freguesia de Mogi Guaçu: relato de sua viagem em 1825

Transcrição de parte do documento original

A Freguesia de Mogi Guaçu está uma légua da Vila, mais antiga do que ela, e em outro tempo sua cabeça, assim como do Arraial da França, Freguesia de Casa-Branca e da dos Batatais. Conta esta povoação de um largo retangular, ornado de casas, construídas de paus a prumo, ripas e barro; tem princípio sobre a margem do rio, e estende-se em curto espaço, do Sul-sudoeste ao Nor-nordeste. A Igreja, que é da invocação de Nossa Senhora da Conceição, está à entrada do largo, da parte do rio, que neste ponto corre a Oes-Sudoeste, e tem largura de sessenta e oito passos; aqui, paga-se a contribuição das passagens da maneira já descrita.

O rio nasce na serra de Mogi Guaçu, que vão pegar na grande Mantiqueira, e deságua no Paraná, ou Rio Grande do Sul; as águas do Guaçu são doentias, principalmente no tempo das grandes cheias, pela imundice que arrastam; acima da ponte está uma pequena cachoeira, e por algum espaço, o leito do rio é coberto de rochas: este sítio é assaz doentio por causa do mesmo rio, e dos pantanais, que infeccionando o ar com seus vapores, causam sezões e outras moléstias. Haverão vinte e quatro anos, que esta Freguesia sofreu uma grande epidemia, causada pelo pernicioso costume que tinha o povo de matar o peixe, pisando o sipó chamado Timbó, e deitando-o no rio, o peixe acudia em cardumes a engolir a poeira, que o fazia morrer sem demora e assim tornavam fácil a pesca; porém no dito ano foi tão grande a quantidade de peixe, que, apodrecendo, infestou de tal forma o ar, que foi causa de perecer um grande número de pessoas. Há neste rio excelentes dourados, nos meses próprios de se pescarem, outubro, novembro e parte de dezembro.

A população de toda a Freguesia chega a duas mil almas; exporta capados, aguardente, azeite de mamona, amendoim, rapadura e trigo; tudo em pequena quantidade. Não chegou este lugar a ser Vila por ser muito doentio, e é lástima que havendo perto locais desafogados e sadios, não se tenha deliberado o povo a sair deste açougue. (D'ALINCOURT. 2006: P. 40-41)

Assim como descreveu Mogi Mirim, Luiz D'Alincourt também fez observações sobre as condições insalubres de Mogi Guaçu. Entretanto, ao compararmos os relatos feitos sobre as “Mogis”, percebemos que, na visão deste viajante, Mogi Guaçu apresentava piores condições em sua estrutura urbana, qualificando este núcleo por um “açougue”.

1.3.5 – Willian John Burchell: breve biografia do viajante

Figura 14 Willian John Burchell.



Fonte: Imagem disponível em: http://www.casaruibarbosagov.br/oprazerdopercurso/bio_burchell.htm, acessado em : 04/05/2012

Willian John Burchell, nasceu em Londres (Inglaterra), em 23 de julho de 1781 e faleceu em 23 de março de 1863, na mesma cidade. Filho do proprietário do Jardim Botânico de Furlham, na Inglaterra. Chegou ao Rio de Janeiro em

1825, na companhia do embaixador Charles Stuart de Rothesay e do pintor Charles Landseer, integrando, como pintor particular, a missão incumbida de reconhecer a independência brasileira e firmar um tratado de comércio com D. Pedro I. Em seus desenhos, observamos que o foco de seu interesse é basicamente a natureza, dispensando vistas urbanas e apresentando diminutas figuras humanas. Percorreu a região de Mogi Mirim no ano de 1827 (FERREZ, 1981).

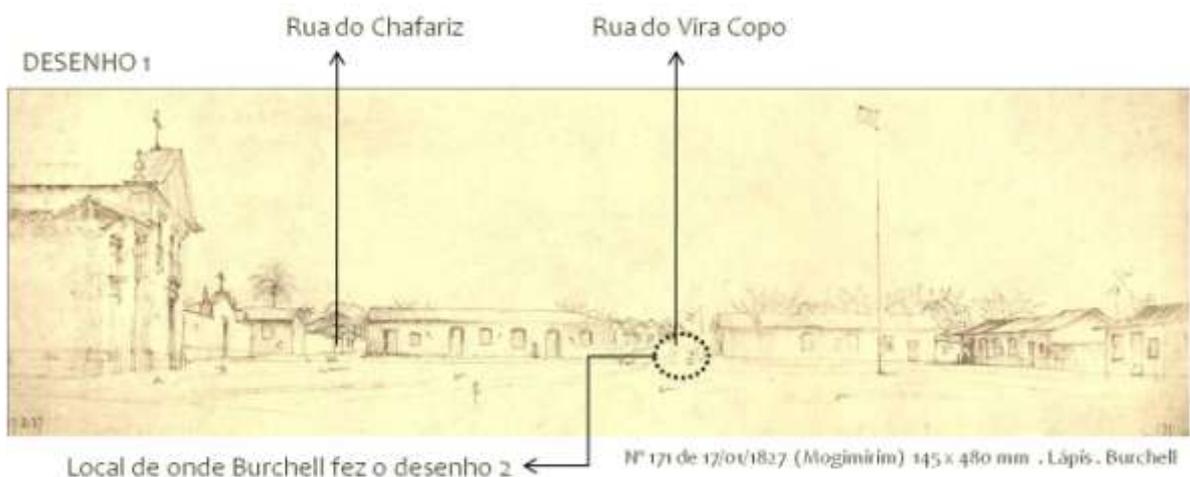
1.3.5.1 – William John Burchell na Vila de Mogi Mirim: relato de sua viagem em 1827

Transcrição de parte do documento original

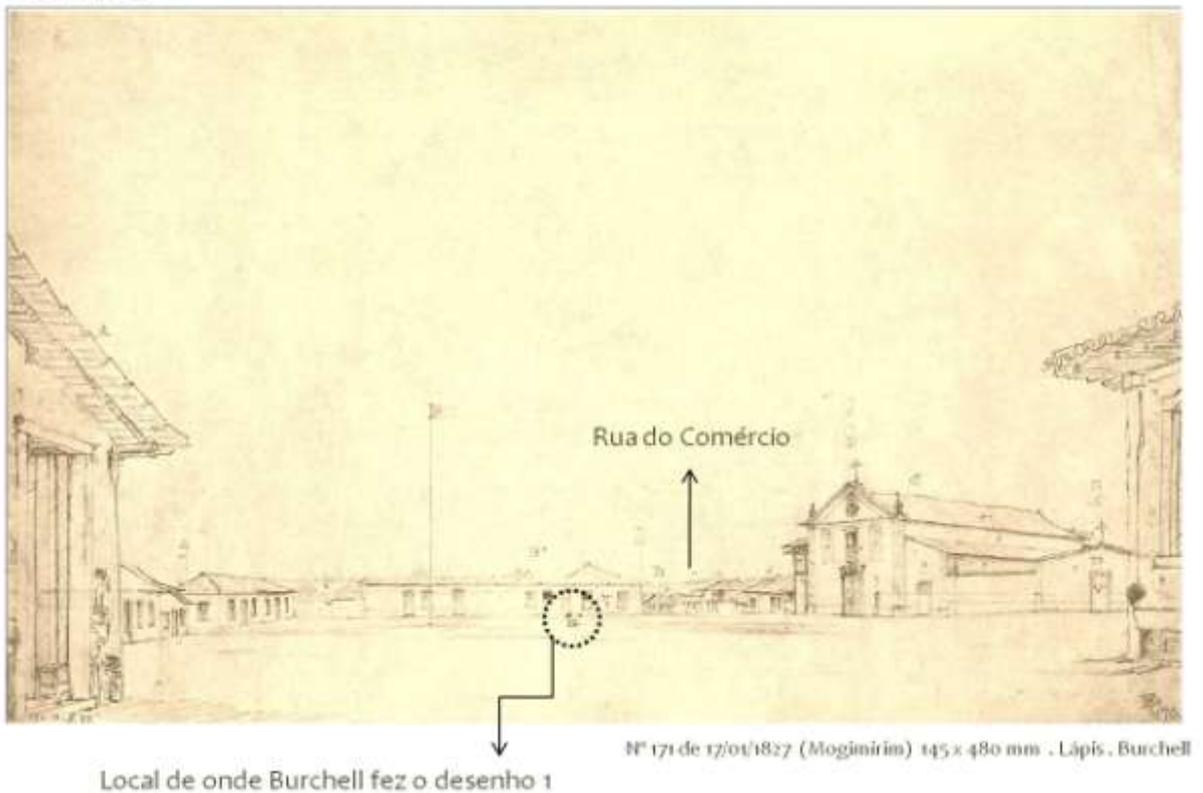
Sobre um aspecto de Mogi Mirim, onde apreciamos a praça vista de outro lado, sobressaindo no ambiente pobre a Igreja de São José. O lugarejo já possuía mais de 100 casas, várias vendas e um par de lojas, sendo uma delas muito bonita.

1.3.5.2 – Representação: Vista geral de Mogi Mirim, 1827.

Figura 15 Vistas gerais de Mogi Mirim. Autor: W. J. Burchell. Ano: 1827.



DESENHO 2



Fonte: . Localização: FERREZ, G. 1981. O Brasil do Primeiro Reinado visto pelo botânico Willian John Burchell 1825-1829. Fundação João Moreira Salles. Modificado pela autora.

Imagem representativa de uma vista para o largo da Igreja Matriz de São José de Mogi Mirim, onde se pode observar o núcleo urbano composto por residências, comércio e Igreja, bem como a localização de duas ruas.

Permite analisar a localização do ponto de observação do viajante. Trata-se de uma comparação feita entre os desenhos identificados como 1 e 2. É possível observar o mastro com uma bandeira, representação do poder político e administrativo existente no período.

As identificações das ruas foram feitas pela autora e não compõem a imagem produzida por Burchell. Apesar de tipicamente o viajante não produzir vistas ou desenhos que retratem o cotidiano urbano, no caso de Mogi Mirim esta afirmativa tornou-se precipitada, uma vez que seus desenhos na Vila retratam exclusivamente o cenário urbano, excluindo-se os habitantes. .

1.3.6 – Johann Moritz Rugendas: breve biografia do viajante

Figura 16 Johann Moritz Rugendas



Fonte: imagem disponível em:
http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=928&cd_idioma=28555,
acessado em 04/05/2012.

Rugendas era pintor alemão, cursou a Academia de Belas-Artes de Munique, especializando-se em desenho. Foi contratado em 1821, aos 20 anos de idade, pelo cônsul-geral da Rússia, Barão de Langsdorff, para acompanhá-lo em sua viagem científica ao Brasil e descrever cenas urbanas e da natureza. Morou por dois anos no Rio de Janeiro, na casa do Barão Marschall, fazendo viagens pelos arredores da cidade, indo até a Fazenda da Mandioca e viajando até Minas Gerais. Depois de se desentenderem, Rugendas abandonou a expedição e passou a viajar sozinho. Voltou à Europa em 1825, levando 500 desenhos e cerca de 70 quadros. Percorreu depois vários países das Américas, voltando ao Brasil em 1845, vindo do Chile. Ficou por aqui mais um ano, quando retornou definitivamente à Europa, passando por Salvador e Recife.

Tinha por compromisso a documentação de um mundo que permaneceu desconhecido. A tarefa não se restringia somente à documentação de uma situação objetiva, mas envolvia o esclarecimento do valor do dado sensório. Mas estava ciente da realidade brasileira: de um lado, uma natureza incompreensível em exuberância e escala, além de uma urbanidade inabordável em sua complexa associação de padrões civilizados e de outro lado a ausência de civismo. Por isso, adotou procedimentos objetivistas da classificação científica. No lugar daquele conhecimento íntimo da natureza, Rugendas documenta a impossibilidade da realidade brasileira se converter em impressão¹¹.

Percorreu o território brasileiro desenhando os núcleos e paisagens as quais entrava em contato. Seus desenhos são detalhados e cuidadosos, o que nos permite uma análise muito produtiva de sua obra, principalmente quando a inserimos em um contexto de pesquisa sobre o cotidiano e características sociais do século XIX. Contudo, não foi possível localizar informações sobre uma possível passagem deste pintor alemão pela região de Mogi Mirim. Sabemos que ele percorreu São Paulo, pois muitas de suas obras trazem o nome anotado, mas não podemos afirmar sua passagem pela nossa região de estudo. Mesmo assim, acreditamos ser este pintor uma referência no que diz respeito à caracterização e descrição daquela sociedade e é por isso que resgatamos algumas de suas obras que nos servem como referência a contextualização e entendimento do nosso recorte temporal.

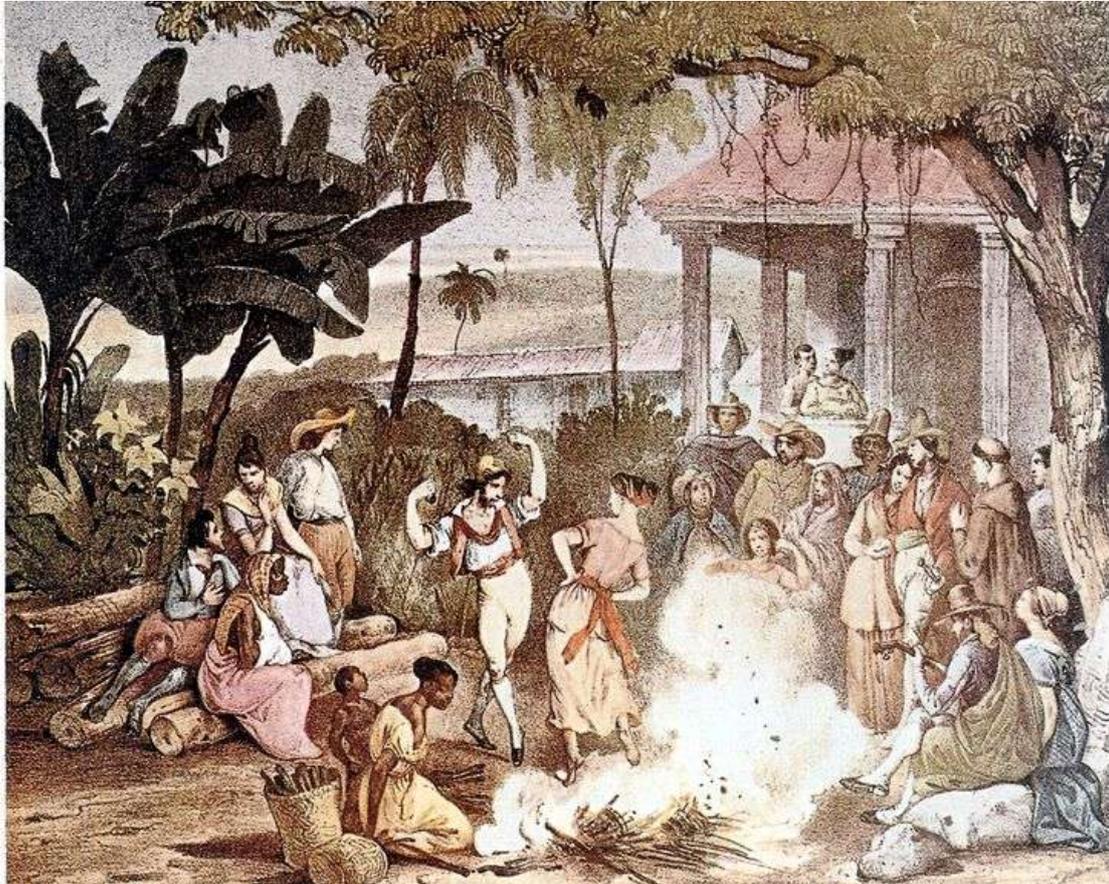
1.3.6.1 – Representação: Ambiente do Brasil-Colônia,

Podemos observar, na imagem a seguir, elementos de várias classes sociais sendo representados: o homem branco tropeiro e viajante (caracterizado pelas vestimentas), o homem branco mais abastado (posicionado dentro da edificação, em posição de observação, fora da roda de dança, porém não distante), o padre e o negro. Pela vestimenta retratada e pelo posicionamento das personagens na tela, observamos a hierarquia presente nessa sociedade. O que

¹¹ Informações disponíveis em: http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=928&cd_idioma=28555, acessado em 04/05/2012.

se torna mais interessante, para nós, é justamente o fato desta imagem representar uma festividade popular como um elemento aglutinador.

figura 17 Ambiente do Brasil-Colônia, a dança do lundu. Autor: J. M. Rugendas. Ano: 1835



Fonte: Revista de História da Biblioteca Nacional, ano 1, nº 8, fev/mar. 2006

Podemos entender que é de caráter popular principalmente pelo ambiente retratado: chão de terra batido, fogueira, homens e mulheres brancas dançando o lundu, uma dança folclórica de origem luso-angolana e má vista pelas sociedades mais elitizadas da época. Vem a nós, então, o entendimento de que a música, já naquele período, exercia um importante papel de reordenação do convívio social mais afastado dos grandes centros. Podemos observar, no canto inferior direito a imagem de um violeiro e assim indicar uma discussão a qual pretendemos fazer ao longo dessa dissertação de mestrado trabalho sobre o papel da cultura nômade na formação das redes urbanas no interior de São Paulo. Nesse sentido, o violeiro ganha destaque nesta análise, uma vez que a viola, instrumento de fácil

transporte, esteve presente nessa sociedade e nos núcleos formados a partir dos próprios pousos.

As imagens seguintes, também de autoria de Rugendas, mostra este cenário tipicamente interiorano: os viajantes, os tropeiros e a viola, e esta é uma observação que nos parece muito pertinente para a pesquisa pois esse ambiente é aquele característico do sertão, o qual nós buscamos melhor compreender. Sendo assim, acreditamos no importante papel da cultura imaterial, aqui representada pela música, como elemento também estruturador do espaço. Ou seja, acreditamos que a cultura imaterial se espacializou sobre o território, compondo uma relação dialética entre o plano imaterial e material.

1.3.6.2– Representação: o pouso de tropeiros

Figura 18 Pouso de Tropeiros, autor: J. M. Rugendas. Ano: 1835.



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Rugendas_-_Repos_d%27une_Caravanne.jpg, acessado em 06/11/2014. acessado em 13/04/2012.

Observamos elementos de algumas classes sociais sendo representados: o homem branco tropeiro e viajante (caracterizado pelas vestimentas) e o negro.

Esta obra de Rugendas nos permite analisar a tipologia de abrigo que eram esses pousos do interior do sertão. Além disso, o que atraiu nossa atenção foi mais uma vez a presença da viola nesse cotidiano sertanejo. Ao centro da imagem está representado o violeiro, personagem que se faz presentes em várias obras de Rugendas e de outros viajantes estrangeiros. Assim, enfatizamos nossa formulação sobre o significado dessa cultura nômade na formação e na produção social do espaço construído.

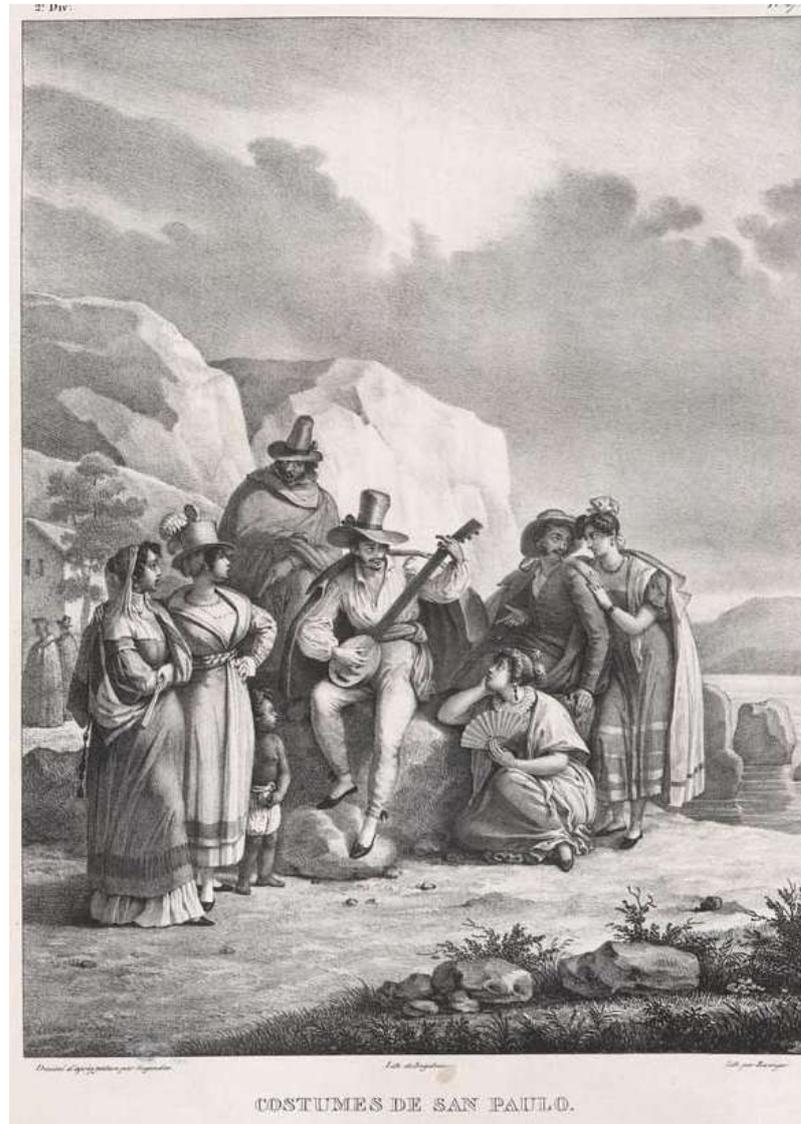
Esta tipologia de pouso aqui representada por Rugendas é compatível com a descrição feita por Saint Hilaire quando percorreu a região do leste paulista, vindo do rio Grande rumo a Mogi Mirim, em 1819. Em comum, ambos descrevem tais pousos como sendo locais de pernoite, sem vedação lateral, com cobertura feita por sapê e onde se instalavam vários viajantes que percorriam o território.

1.3.6.3 – Representação: Costumes de São Paulo

A imagem a seguir representa uma aglomeração de homens e mulheres em torno de um personagem principal: o violeiro. Nela, identificamos alguns personagens anônimos e elementos de sua cultura. Sendo que as obras de Rugendas caracterizavam-se por retratar o interior do território paulista, ao observarmos tal imagem, podemos elaborar a seguinte hipótese: Se nesta ilustração o elemento central é instrumentista, teria a música algum papel relevante na formação de aglomerados no território de São Paulo? Teria ela alguma relação significativa com o leste paulista?

Através de tal ilustração também podemos observar que a história aí presenciada e relatada dá-se em um ambiente “urbano” devido aos elementos que compõem a tela: uma casa e pessoas em segundo plano, além dos próprios acessórios femininos como leques, chapéus, véu e demais itens que compunham um certo “modismo” urbano. Também nos permite observar que a música era um agente aglutinador, pois nitidamente as pessoas retratadas na imagem estão voltadas para o violeiro, ou seja, estão ali para ouvir música.

Figura 19 Costumes de São Paulo. Autor: J.M.Rugendas. Ano: 1835.



Fonte: Viagem pitoresca pelo Brasil : Pranchas II – imagem 17
Coleção Malerisches Reise in Brasilien.

Não foi possível localizar informações sobre o local exato de onde foi observada e reproduzida esta cena; trata-se, de modo geral, dos costumes de São Paulo, sem definir se a obra faz referência à cidade ou a uma situação típica à província, de modo geral.

1.4 – Questões ideológicas, culturais e territoriais na concepção de urbanidade

O processo de construção do imaginário sobre o meio urbano brasileiro foi marcado pela espacialização da própria cultura sobre o território, na forma do traçado urbano. A cultura, os costumes e a própria noção de civilidade foram se expandindo através de um jogo de avanços e recuos sobre o território. Nesse avançar e recuar, a própria cultura atuou também ora como uma fronteira, estabelecendo limites entre os grupos; ora como elo entre os que conviviam numa mesma região.

Segundo Michel Foucault (2008), um valor típico e predominante entre grupos torna-se suficiente para delimitar um território. E assim, ficam estabelecidos nesse local uma identidade própria e sentido de pertencimento.

Na medida em que os viajantes avançavam em suas jornadas, produziam imaterialmente um território através de seus relatos e aquarelas. Desse modo, o tom pejorativo com o qual se referiam aos habitantes de Mogi Guaçu estava relacionado com a sua cultura e ideologia, que não lhes permitiam reconhecer valores diferentes dos seus. A estranheza, como já mencionada anteriormente, era a primeira reação frente um território hostil. E assim, sucessivamente, o sertão foi narrado como a terra de povos brutos e ignorantes, isto porque os sertanejos não viviam nos mesmo moldes das capitais e demais cidades do litoral, as quais buscavam copiar os costumes europeus, sobretudo os franceses.

Uma das mais completas descrições feitas sobre o sertão encontra-se na narrativa de August Saint-Hilaire. Mesmo que de modo pejorativo, a caracterização dos grupos habitantes do sertão nos permite perceber a unidade que se formava naquela região quanto aos costumes.

Então percebemos que no século XIX o território paulista era, na verdade, composto por dois territórios onde um era o civilizado e outro era o sertão. Sendo que a civilidade estava em constante expansão, os limites – fronteiras – entre eles eram constantemente redefinidos.

O historiador britânico Peter Burke (2007) nos apresenta três possíveis definições de fronteiras. A primeira delas é a fronteira como divisa territorial, referente aos limites políticos e administrativos impostos pela organização social humana. A segunda é a barreira física, no que diz respeito às questões geomorfológicas e, por exemplo, a utilização de rios e serras para a demarcação de territórios. A terceira delas é a fronteira enquanto zona de contato que são as áreas onde se dão, justamente, a transição social e cultural, política, administrativa e religiosa entre um ou mais territórios.

Fronteira, bem entendido, entre paisagens, população, hábitos, instituição, técnicas, até idiomas heterogêneos que aqui se defrontam, ora a esbater-se para deixar lugar à formação de produtos mistos ou simbólicos, ora a afirmar-se ao menos enquanto não a superasse a vitória final dos elementos que se estivessem mais ativos, mais robustos ou mais equipados. (HOLANDA: 1994. p, 08)

Neste trecho, o autor explicita que a fronteira pode ser identificada pela própria ideia de movimento, de encontro com o outro e, principalmente, local onde surgem as possibilidades de resignificação simbólica dos acontecimentos. Cabe a nós acrescentar a igual possibilidade de resignificação da terra.

O contínuo processo de dilatação das fronteiras implicou na superação de obstáculos e na delimitação de novos contornos. Por isso, um primeiro ponto que merece nossa atenção é a ideia de que o sertão foi um obstáculo a ser vencido pelo agente civilizador, ou seja, primeiro os bandeirantes e depois os viajantes, estrangeiros ou não, que percorriam os caminhos que cortavam o sertão.

Na medida em que avançavam sobre o território produziam, imaterialmente, o imaginário urbano para que depois outros viessem, tomassem posse, ocupassem e produzissem materialmente segundo as concepções de uma sociedade civilizada.

Segundo Fernando Ramón (1977) a ideologia é uma consequência da realidade, mas um grupo dominante é capaz de alterar essa realidade através das representações. Dessa forma a realidade representada pôde ser exibida de modo multilado, fazendo com que uma parte representasse o todo. O que justifica a

visão geral dos estrangeiros sobre os brutos, ignorantes, mentirosos e libidinosos que habitavam o Brasil.

Portanto, a historiografia urbana ou melhor dizendo, a pesquisa que busca investigar o processo de urbanização de um território pode auxiliar no esclarecimento dos aspectos não representados por aqueles viajantes do século XIX. E a tentativa de aproximação com a identidade local, a variação cultural, a noção de urbanidade e o *modus operandi* pertencente ao leste paulista, no século XIX, é um dos objetivos dessa dissertação.

Nesse sentido, buscaremos no próximo capítulo apresentar as características do processo de formação e reestruturação do território paulista, o qual levou à formação e fundação dos núcleos de Mogi Guaçu e Mogi Mirim. Desta forma, poderemos nos aproximar ao contexto local e analisar por meio da documentação de época encontrada as características particulares desse território que os viajantes não apresentaram em seus relatos.

CAPÍTULO II

De Pouso à Freguesia: a formação do “Binômio das Mogis”

Este capítulo faz uma análise histórica do processo de ocupação territorial de São Paulo, até serem fundadas as Freguesias de Mogi Guaçu e Mirim, percorrendo o ciclo das bandeiras e da mineração; insere o leitor no contexto regional inicialmente marcado pela forte presença indígena. A partir das descobertas do ouro, o capítulo aborda o contexto de formação dos pousos e a estruturação do Caminho dos Goíases - que se constituiu na espinha dorsal da rede urbana ali posteriormente existente. É abordado, também, o processo de posse e ocupação dessas terras onde se originaram os núcleos de Mogi Guaçu e Mogi Mirim. Destaca também a relação existente entre o episódio da “Guerra dos Emboabas” com o contexto regional e o seu significado para o contexto local das Mogis. O capítulo se finda no ano de 1769, data em que a Freguesia de Mogi Mirim foi elevada à condição de Vila. A análise, de um modo geral, atenta para as disputas sociais e territoriais ali existentes.

2.1 – Introdução ao ciclo das bandeiras

O Tratado de Tordesilhas foi assinado pelos reis Fernando e Isabel, soberanos de Castela e de Aragão, aos 7 de junho de 1494 - seis anos antes de Pedro Álvares Cabral chegar ao Brasil. Este Tratado era um documento oficial que dividia as terras por descobrir na América entre esses dois reinos. Tal linha imaginária passava pela foz do rio Amazonas e ia até o estuário do rio da Prata e do rio Paraguai. A leste, ao Atlântico, pertencia a Portugal e no sentido oeste as terras seriam espanholas. Os jesuítas invadiriam o território pertencente a Portugal e foram expulsos pelos bandeirantes paulistas, no século XVII, os quais anexaram ao Brasil aproximadamente seis milhões e duzentos mil quilômetros quadrados de terras antes pertencentes à Coroa espanhola.¹²

Após 30 anos do “achamento” das terras portuguesas na América o rei de Portugal ordenou uma expedição ao Brasil destinada a tomar posse de tais terras. Para esta missão foi designado o fidalgo português Martim Afonso de Sousa, que tinha por determinação real organizar administrativa e juridicamente a nova Colônia. Martim Afonso fundou, em 22 de janeiro de 1532, a primeira vila brasileira, São Vicente, fazendo erguer um sobrado para a Câmara, uma igreja, uma casa-forte, um estaleiro e o pelourinho. Mandou plantar alguns produtos, principalmente cana-de-açúcar trazida da ilha da Madeira, sendo construído o primeiro engenho, e dividiu em lotes as terras da região e as distribuiu entre os primeiros povoadores lusos (ARRUDA, 2011).

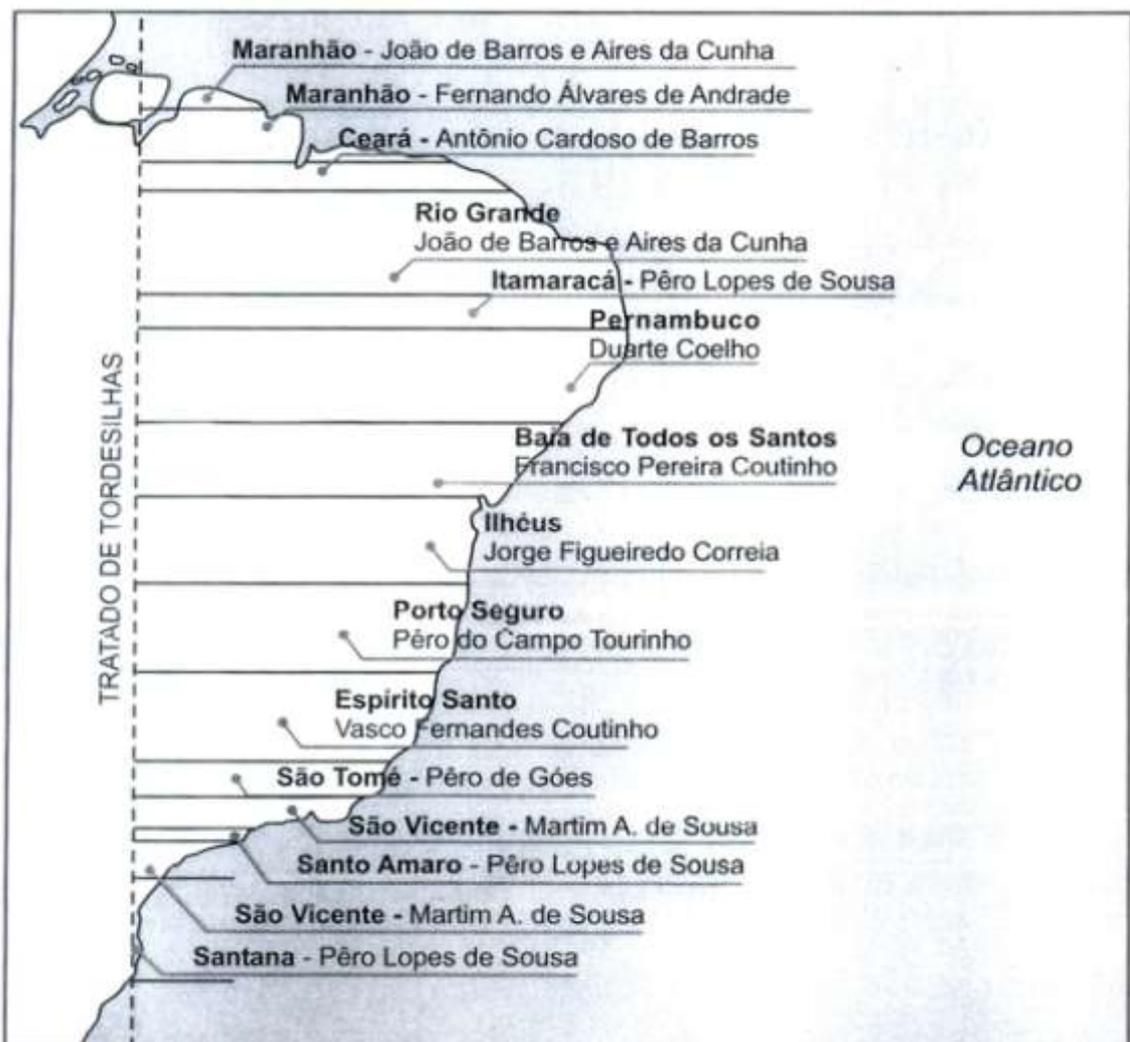
Nas terras que viria a ser o território paulista, a Serra do Mar era uma barreira natural estabelecida e que precisava ser vencida no intuito de ocupar e desbravar o interior desse território. Em ordem cronológica, podemos observar que estando na companhia de João Ramalho, Martim Afonso de Souza transpôs essa Serra e alcançou pela primeira vez o Planalto de Piratininga. Logo em setembro deste mesmo ano, foi deliberada a adoção do regime Capitânicas Hereditárias no Brasil, em cujo regime Martin Afonso e seu irmão Pero Lopes foram beneficiados com as melhores terras. A Capitania de São Vicente se estendia de Cananéia até Cabo Frio e tinha por donatário Martin Afonso de

¹² Baseamo-nos nas informações do acervo digital da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, disponível em: <http://www3.al.sp.gov.br/historia/governadores-do-estado/governantes3.htm>, acessado em 30/06/2013.

Sousa. Ao regressar a Portugal, em 24 de março de 1533, foi designado um representante legal para tal Capitania (ARRUDA, 2011).

De modo geral, os donatários passavam apenas breves períodos em suas respectivas Capitânicas, fazendo com que a administração desta acabasse por ficar a cargo de um representante legal, o capitão-mor que durante quase 200 anos dirigiram os destinos dessas terras.

figura 20 Mapa das Capitânicas hereditária e seus respectivos donatários. Autor desconhecido.



Fonte: Disponível em: <http://historiatanarede.blogspot.com.br/>, acessado em 14/11/2013

O primeiro núcleo de povoamento formado no planalto foi São Paulo de Piratininga, aos 25 de janeiro de 1554, elevado à vila no ano de 1560. Por decisão do oitavo donatário da Capitania, Francisco Luis Carneiro de Sousa, São Paulo foi elevado à condição de sede da Capitania em 23 de março de 1583. Era de São

Paulo de onde partiam os caminhos que levavam às regiões auríferas e as bandeiras, nos séculos XVI e XVII.

2.2 - Sobre as bandeiras e o leste paulista

Os sertanistas do Brasil colonial que penetraram os sertões brasileiros em busca de riquezas minerais, indígenas para escravização ou para extermínio de quilombo a partir do início do século XVI foram denominados por bandeirantes.

Eles geralmente saíam de São Paulo e São Vicente e dirigiam-se para o interior do Brasil caminhando através de florestas e também seguindo o percurso por rios, aproveitando-se das condições topográficas do relevo e apropriando-se dos caminhos e trilhas indígenas pré-existentes. Essas explorações territoriais eram chamadas de Entradas ou Bandeiras. As entradas eram expedições oficiais organizadas pelo Governo; já as Bandeiras eram financiadas por particulares, tais como senhores de engenhos, donos de minas e comerciantes.

O período de atuação dos bandeirantes foram variados. Segundo Arruda (2011), houve uma fase em que a atenção desses homens se voltavam para a caça ao índio - capturavam indígenas para serem escravizados e vendidos aos fazendeiros de cana-de-açúcar. Invadiam tribos e missões jesuítas para capturarem indígenas que eram levados, acorrentados, até os locais de leilão. Outro modo de atuação desses homens era o “sertanismo de contrato” - quando eram contratados para combater os quilombos, nos fins do século XVII. Tiveram importante atuação, também, nas descobertas auríferas, pois passaram a se dedicar à exploração das regiões específicas, principalmente de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, especialmente no início do século XVIII. Portanto o personagem bandeirante esteve sempre atrelado ao comércio e negociações.

Entre os principais bandeirantes, podemos citar Jerônimo Leitão, que comandou a primeira bandeira conhecida datada de 1581, ; Antonio Varjão, que encontrou ouro no ano de 1693, em Minas Gerais; Antonio Pedroso de Barros e Antonio Alvarenga, que adentraram os sertões de Mato Grosso; Bartolomeu Bueno da Silva, mais conhecido como “Anhanguera” foi o pioneiro nas explorações de Goiás, no final do século XVII. Antônio Raposo Tavares atacou as missões jesuítas espanholas, no atual Rio Grande do Sul, para capturar

indígenas e garantiu para o Brasil o que viriam a ser os Estados do Paraná e Santa Catarina.

Fernão Dias Paes Leme, desbravador dos sertões do Brasil, foi o responsável pela “bandeira das esmeraldas”, em 1661, adentrando o sertão de Apucarana, no atual Estado do Paraná. Manuel Borba Gato participou da descoberta de ouro em Minas Gerais; Domingos Jorge Velho foi o responsável pelo extermínio do Quilombo dos Palmares, em 1687. Podemos dizer então que os bandeirantes contribuíram para expansão do território brasileiro, desbravando os sertões além do Tratado de Tordesilhas.

As notícias mais antigas sobre a presença de bandeirantes no leste paulistas datam do século XVII. Por ter sido uma área de grande concentração indígena, podemos acreditar que esta região foi palco para a ação e satisfação dos interesses desses desbravadores. Destacamos, porém, que o processo de urbanização de nossa área de estudo - com formação das novas freguesias e a elevação da Vila de Mogi Mirim - ocorreu em função da mineração.

2.2.1 – Os indígenas do leste paulista

O interior paulista era uma das regiões brasileiras onde se concentravam a maior quantidade de índios, sendo grande número deles os Caiapós - índios bravios que ocupavam as proximidades do rio Mogi Guaçu. O mapa a seguir, produzido por Mesttraux, no século XVI, mostra a situação do índio no Brasil e faz uso da hachura para localizar e representar quantidade de indígenas nas diferentes regiões. Através dele podemos observar que a localização desses indígenas era predominantemente nas áreas litorâneas, sendo esmagadoramente presente no sudeste do Brasil – onde está localizado nosso objeto de estudo. Portanto podemos entender que a cultura indígena esteve presente ao longo do processo de produção social do espaço construído brasileiro, sobretudo ao que se refere à costa litorânea brasileira e nas demais áreas onde há significativa quantidade de rios. Desse modo, para além da barreira física constituída pelo relevo, o indígena também foi um obstáculo a ser superado no processo de desbravamento, posse e ocupação das terras que hoje compõem o Brasil.

Figura 22 Rio Mogi Guaçu. Fotografia de Delfin Martins e Rosa Gaiditano.



Fonte: Mogi Guaçu: o curso de um rio. Ed. Metalivros, 1999

Através da imagem podemos observar algumas das principais características do rio Mogi Guaçu, tais como sua forma serpenteante, a qual influenciou na toponímia do núcleo de Mogi Guaçu. Constitui-se também em um rio caudaloso, sendo sua margem atingir 40 metros de largura na área central de Mogi Guaçu. O rio corre de leste a nordeste do Estado de São Paulo e juntamente com o rio Pardo compõem a Bacia Hidrográfica do Pardo Mogi; são afluentes do rio Grande.

Entendemos, também, que para os indígenas a região das Mogis era uma reserva especial, pois nela tinham alimentação em abundância, caça e pesca. Segundo Marly Rodrigues (1999):

A flora era composta por espécies de porte alto e médio, como o jequitibá, a peroba, a canela, o jacarandá, o cedro, o guatambu, o araribá e o cabriúva. Nas áreas de cerrado, os campos limpos, cobertos de ervas, combinavam-se com os campos sujos, nos quais cresciam arbustos, e com o cerradões, onde predominava o arvoredado, com espécies de folhas pequenas, duras, de troncos curvos, retorcidos e raízes profundas. Entre as espécies encontradas, as mais comuns era o pau-ferra, o cinzeiro, o embiruçu-do-cerrado, o coqueiro-macauva, o murici, a sucupira, o angico, a perobinha e o ipê-amarelo. Margeando o Mogi Guaçu, havia uma densa mata ciliar, composta de árvores altas, de folhas largas, adaptadas às condições de inundações periódicas, como o jatobá, a figueira, a caxeta, o jequitibá-branco, o ingá, o jenipapo e o açoita-cavalo. Pontuais, algumas manchas de araucárias apareciam em certos trechos. (RODRIGUES, 1999, p. 32)

Podemos observar então que as áreas próximas ao rio Mogi Guaçu ofereciam boas condições para assentamentos. E a flora e fauna diversificada era um atrativo especial tanto para a população autóctone quanto para os desbravadores. O conjunto dessas características atraíram muitos caiapós para o local, assim como bandeirantes e mineradores. A forte presença desses índios nos permite compreender o porque dessa região - serras e rio - ser envolta por lendas; do mesmo modo, nosso entendimento sobre tal paisagem natural constituir-se como um elemento estruturador desse território e dos fluxos desde os seus primeiros habitantes – os indígenas. A disputa entre indígenas e mineradores por esse território se tornou tão intensa que foi preciso criar, no século XVIII, uma primeira guarda local destinada à defesa dos núcleos bandeirantes das Mogis (SILVA, 1960).

No âmbito cultural, os indígenas contribuíram com os hábitos locais. O método de pesca utilizando o cipó timbó, relatado pelo viajante Luiz D'Alincourt, em 1823, é de origem indígena. Além disso, a agricultura e a produção de artefatos em cerâmica também foram elementos da cultura indígena absorvidos pelos desbravadores locais. O rio Mogi Guaçu cedeu seu nome, cujo significado é “rio grande das cobras”, ao núcleo de Mogi Guaçu. E o rio Mogi Mirim, cujo significado é “pequeno rio das cobras”, cedeu seu nome ao núcleo de Mogi Mirim. A cultura indígena deu origem à uma lenda que cobre essa região; a seguir apresentamos a transcrição de partes da mesma.

2.2.2 – Transcrição da lenda do Rio Mogi Guaçu

Vivia feliz e descuidada a tribo Tapuia, à margem do Grande Rio, lá para o norte. Despreocupado e feliz também vivia o jovem e valente cacique, ao lado de sua meiga esposa, uma linda índia de cabelos e olhos mais negros do que o feio urutáu. Mas um dia a maldição desceu sobre a tribo. Vinda de terra distantes, apareceu uma negra sucuri-açu, matando um a um, todos os guerreiros que tentavam caçá-la.

Um dia chegou a vez do jovem cacique. A lua brincava de se esconder quando o chefe dos guerreiros deixou sua taba. Na beira da floresta ele olha para trás e para todos os lados, como se estivesse despedindo de tudo, e embrenha-se na mata. A lua assustada também se escondeu e passaram-se muitas horas. O sol apareceu e desapareceu várias vezes e, na tribo, todos

aguardavam ansiosamente em silêncio a volta do chefe (RODRIGUES, 1999, p. 43)

Podemos observar que a tribo foi caracterizada por ser guerreira e sua localização se dava na região norte, área cercada pelo rio Grande. Em seguida, nos foi apresentado o elemento central da história regional, a grande cobra, personagem enfrentada pelo cacique:

Na meia escuridão um raio de lua iluminou a figura do caçador arrastando o corpo enorme da serpente. No silêncio da noite os tambores rufaram anunciando a vitória do Cacique Cobra Grande. O céu ficou enfeitado das mais lindas estrelas e enrubescido com o clarão da fogueira, em volta da qual dançavam para comemorar a vitória do valente guerreiro, que também tomou parte no festim. Depois, cansado, adormeceu com a vestimenta de festa, feita de penas de araras e com o corpo untado de óleos perfumados. Quando a madrugada raiava, soou um grito angustiante. O cacique tombou, vítima do veneno da maldita serpente. O pajé, apontando o sul, parte com a tribo a procura de lugar digno onde enterrar o amado chefe. Na Cachoeira de Cima, ao lado do mais lindo jequitibá, o Cacique Cobra Grande tem a sua morada eterna. As lágrimas de tristeza que vertiam da grande serra (Mantiqueira) beijam a sepultura do cacique, onde ali, esposa e irmãos, fizeram nascer nova morada, dando origem à Mogi Guaçu (RODRIGUES, 1999, p.43)

Ao apontar para o sul, o pajé teria feito referência à região por nós estudada – o leste paulista. A referida Cachoeira de Cima, local para onde a tribo supostamente se mudou, foi a mesma área onde se deu o primeiro núcleo de moradores de Mogi dos Campos, antigo nome de Mogi Guaçu. Segundo Ricardo Artigiani (1994), esta área foi era um reduto de índios bravios, fato que levou o grupo de bandeirantes mineradores a se deslocarem quatro quilômetros rio abaixo, onde ergueram Igreja e fundaram o segundo núcleo, em 1720. Portanto, podemos concluir que a primeira ocupação dessas terras foi a indígena; e a partir da formação desse núcleo de bandeirantes mineradores originou-se a cidade de Mogi Guaçu.

Figura 23 O primeiro e o segundo núcleo de ocupação - Mogi Guaçu, século XVII. Elaborado pela autora.



Fonte: Elaborado a partir das informações contidas na obra de Ricardo Artigiani, intitulada *“Mogi Guaçu: três séculos de história”*.

O nome Mogi Guaçu, segundo o “Vocabulário Tupi-Guarani Português” de Francisco da Silveira Bueno (2008), traz a grafia M’Boiji (cobra, serpente) e Guaçu (grande), fazendo-nos entender que rio Mogi Guaçu tem por significado “rio grande das cobras” ou “grande rio que serpenteia”. De qualquer forma, a personagem da lenda, a “grande cobra”, é novamente citada.

A lenda diz que o rio teve origem através das lágrimas de tristeza vertidas pela serra da Mantiqueira. Para além das questões lendárias, a nascente do rio Mogi Guaçu está localizada nesta Serra, no atual município de Tocos do Mogi, região de fronteira entre os atuais Estados de São Paulo e Minas Gerais. Na imagem acima, podemos observar o relevo. À direita, vemos parte da Serra da Mantiqueira e ao meio dela o vale do rio Mogi Guaçu, possivelmente utilizado pelas bandeiras que por aí passavam buscando ouro.

2.3 – Os pousos de “Mogi dos Campos”

Na medida em que as bandeiras avançavam sobre o território estabeleciam pousos destinados ao reabastecimento da tropa, alimentação de animais e pernoite. As distâncias eram demasiadamente cansativas de serem percorridas – era necessário abrir picadas em meio a vegetação e também enfrentar animais ferozes e os índios bravios.

Em grande parte esses pousos não passavam de choupanas com cobertura de sapê e aberto nas laterais. Outros possuíam melhores condições e acomodavam melhor os viajantes. De modo geral esses pousos se constituíam de área para descanso, para a agricultura e criação de alguns animais, tendo sua produção voltada para o comércio entre os viajantes e subsistência. Entre aqueles que aí habitavam estavam familiares de bandeirantes, mineradores e agricultores que se aventuravam no sertão. A iconografia produzida por Johann Moritz Rugendas, as quais apresentamos no Capítulo 1 deste presente trabalho, retratam os costumes locais. Entre elas, destacamos a que retrata o pouso (**figura 18**) e que nos permite tecer algumas considerações.

Ao observar a imagem, podemos entender que os pousos, mais do que um mero abrigo, eram pontos aglutinadores de pessoas. Portanto, pontos onde havia as trocas culturais e comerciais; isso significa dizer que eles atuaram como “centralidades” em meio ao sertão em um período em que as distâncias eram demasiadamente grandes, a Igreja ainda não se fazia presente neste vasto território sertanejo e nem as fiscalizações do Governo atingiam essas áreas mais apartadas.

Nesse ambiente afastado dos grandes centros, era o viajante bandeirante o principal responsável pela comunicação e repasse de notícias vindas das vilas e freguesias que compunham o “território civilizado”, e vice e versa. Trazia consigo os relatos sobre essa realidade mais distante. As notícias e transmissão de conhecimento não se davam, entretanto, somente através da fala. Nesse sentido, a música teve importante papel de fomentadora cultural nesses pousos mais distantes. Isso porque, segundo Rogério Duprat (1964), a música atende as necessidades da cultura nômade, devido ao seu fácil transportes, especialmente quando lembrada pelos instrumentos de cordas, tal como a viola e o banjo - facilmente levada até as regiões mais apartadas. Segundo Holler (2010), até os anos de 1760, essa música era sacra e como não eram aceitos outros ritmos. Sendo assim, alteravam-se a letra para que ao som da mesma melodia cantassem os episódios do cotidiano desses pousos durante as festividades locais ou pequenas reuniões.

Através do personagem viajante, os pousos foram se conectando gradativamente aos costumes regionais, contribuindo para a sustentação de uma cultura propriamente brasileira, paulista e que tinha no nomadismo a sua principal ferramenta de consolidação. Dessa forma, ao nosso entender, os pousos também podem ser vistos como pontos de convívio; nós que fomentaram, em longo prazo, a criação de uma intrincada rede urbana por todo o território e que se segmentava por áreas, de acordo com a realidade produtiva de cada uma. Ou seja, os pousos também eram lugares onde havia e se manifestava uma noção de civilidade própria ao contexto local. Dessa forma a cultura nômade, pode ser vista como o um conjunto de conhecimentos e tradições transmitidos de pouso em pousos. Entre tantos elementos que se relacionam ao nomadismo, destacamos neste trabalho, a música que também atuou como um indutor de civilidade no sertão, na medida em que incentivava a aglomeração de moradores em torno de um pouso, em função do lazer. Esta foi uma entre tantas outras formas de expressão e comunicação popular que muito contribuiu com o processo de urbanização do sertão.

Os pousos mais frequentados, melhores abastecidos e onde ocorriam as festividades eram os que possuíam maiores números de habitantes em seu entorno. Foram esses pousos mais adensados que apresentaram maior desenvolvimento ou crescimento de seu traçado (SILVA, 2011). Entendemos que o contingente populacional influenciou a elevação desses pousos à categoria de arraiais, freguesias, vilas e até cidades, pois era necessário ordenar esse espaço, as pessoas e também controlar e fiscalizar o território e a produção ali existente. Compreendemos, também, que configuração do território paulista foi fruto do processo de sucessivos desmembramentos territoriais-administrativos ocorridos em função do social, tendo neste processo o pouso exercido a função de célula mater.

Conforme avançavam sobre o sertão, estabeleciam núcleos que posteriormente viravam capelas e assim passavam a ser subordinados eclesiasticamente à freguesia; e por consequência à vila, compondo uma estrutura ordenada e hierarquizada. Esses núcleos surgiam a partir de famílias que se alocavam nessas regiões. No período compreendido entre o final do

século XVII e início do século XVIII, tem-se registros da doação de grandes porções de terras (sesmarias) a alguns dos bandeirantes, tais como Anhanguera e Amador Bueno da Veiga, na região do leste paulista.¹³

O sistema sesmarial de concessão de terras implantado no Brasil pelos portugueses foi, também, um dos elementos que contribuiu com o processo de formação de novos núcleos. Isso porque o motivo da concessão era fomentar a ocupação, a agricultura, bem como aglomerar moradores dispersos da região dentro dessas terras. Todavia, as grandes extensões das sesmarias implicavam em grandes custos, fazendo com que muitos dos sesmeiros, com exceção dos ricos, não possuíssem condições de custear as elevadas despesas de manutenção. Dessa forma, esses menos abastados acabavam se tornando agregados dos ricos sesmeiros, compondo uma classe pobre que habitava o campo (SILVA, 2009).

Deste modo, um ou mais latifundiários acabavam cedendo terras para que essa população pobre pudesse se estabelecer e constituir morada. Mas a doação dessas glebas nunca acontecia diretamente à alguém da população, ela normalmente beneficiava um santo padroeiro, cabendo à Igreja os cuidados com a administração deste patrimônio (ABREU, 1963).

Estando a Igreja presente neste território, Igreja e Estado passavam a comandar os rumos do lugar. Alguns desses núcleos, assim como Mogi dos Campos, surgiram do entreposto comercial, dentro de uma sesmaria. Outros surgiram de interesses particulares, mas ambos possuíam uma sistemática de urbanização similar. Isto é, o núcleo, ou arraial ou povoado era, primeiramente, elevados à categoria eclesiástica de capela (curada ou colada), depois à freguesia ou paróquia, vila e por último ao status de cidade. Mas isso não significa uma regra geral. Existiram núcleos urbanos, a exemplo de São Vicente e São Paulo, que já “nasceram” no status de vila (PICCINATTO JUNIOR, 2012).

É importante ressaltar que o núcleo só obteria reconhecimento oficial, isto é, prestaria serviços tais como batismos, registros de casamento ou morte – os

¹³ Esta elaboração está baseada nas informações apresentadas na base cartográfica “Mapa da estrada dos goiases na Capitania de São Paulo”, **figura 30**

providenciados pela Igreja - se estivesse nele construída uma edificação destinada ao culto cristão-católico. Em situações diferentes desta, a população necessitava recorrer à freguesia ou vila mais próxima para obter tais serviços.

No quadro que apresentamos a seguir, temos ilustrado esse processo de desmembramento pelo qual passou o território paulista. Com referência aos limites estaduais utilizados na elaboração da cartografia, justificamos que, devido a imprecisão da extensão territorial da Capitania, no período em pauta, optamos por utilizar o contorno político-administrativo atual e confrontá-lo com o “Quadro de Desmembramento Territorial-Administrativo dos Municípios Paulistas”, produzido pelo IGC. Desta forma, foi-nos possível elaborar esta sequência de mapas.

No quadrante 1 (**figura 24**) temos em destaque a área litorânea e em vermelho toda a área subordinada à Vila de São Paulo, entre os anos de 1532 à 1560. O quadrante 2 aborda o período compreendido entre os anos de 1600 a 1630. Nele podemos observar os desmembramentos ocorridos na região litorânea e, principalmente, a área destacada em cinza que estava sob a jurisdição de Santana de Parnaíba, após esta desmembrar-se de São Paulo.

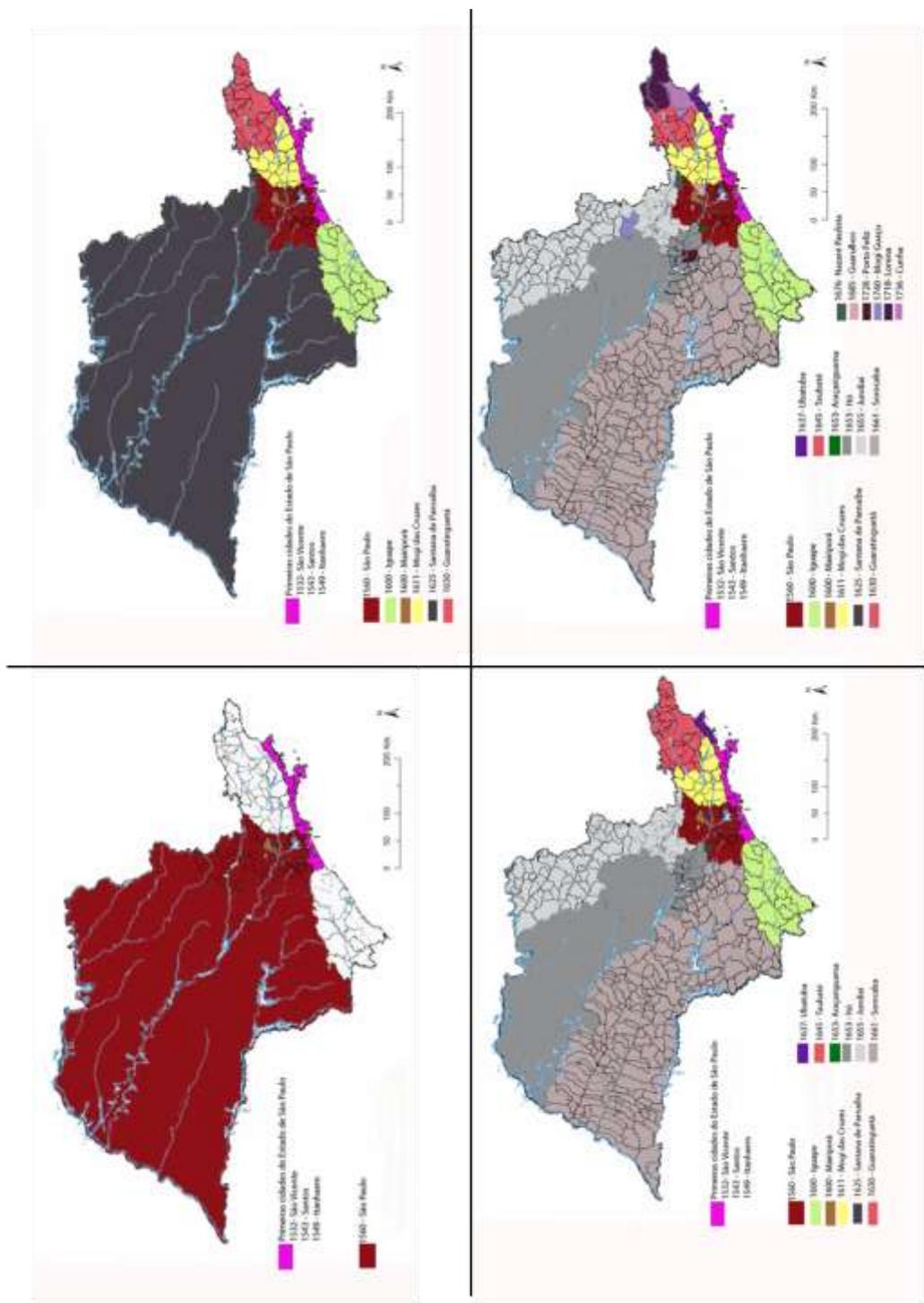
O quadrante 3 (**figura 24**) apresenta modificações ainda mais significativas. Podemos observar que entre os anos de 1637 a 1661 ocorreram desmembramentos no Vale do Paraíba e três outros pertinentes ao nosso estudo: a elevação das freguesias de Jundiaí, Itu e Sorocaba à condição de vila. Ou seja, enquanto freguesias estes três núcleos estavam subordinados à vila de Santana de Parnaíba. Tendo sido elevadas à vila, lhes foram demarcado o termo – área subordinada à sua jurisdição.

Dessa forma, toda aquela extensão territorial apresentada no quadrante 2 foi dividida em três partes, cabendo uma parte para cada uma das três novas vilas. A porção destacada em cinza claro é a correspondente ao termo de Jundiaí. Região onde surgiram diversos pousos, o Caminho dos Goiazes e o núcleo de Mogi dos Campos.

Podemos acrescentar à nossa análise que por mais conveniente ao processo de urbanização e fiscalização que estes desmembramentos pudessem ser, as regiões pertencentes à Jundiaí, Itu e Sorocaba ainda significavam grandes porções de terra desconhecidas, não mapeadas, as quais foram denominadas de sertão. Daí então a dificuldade de conseguirmos delimitar precisamente os contornos. Ao nosso entender, essas três vilas correspondiam aos limites da civilidade paulista, ou seja, uma região de fronteira entre uma parte que era o território já conhecido, mapeado e produzido socialmente e outra que era a terra ainda desconhecida – o sertão. Por isso, às vilas mais afastadas davam-se o nome popular de “boca do sertão”. **(figura 25)**

Se criarmos uma linha imaginária ligando todas essas vilas distantes do litoral, poderemos visualizar qual eram os contornos dessa civilidade, nesse período. A fronteira com o sertão não deve ser entendida apenas como divisa. A palavra fronteira, segundo Peter Burke (2007) possui também outros dois significados: zona de contato e barreira. Ao analisarmos a linha que representa o limite da civilidade paulista, estamos falando ao mesmo tempo de divisa e de zona de contato. Contato este que se dava entre pessoas com costumes e práticas diferentes umas das outras, fazendo ressurgir o sentimento de estranheza, e a concepção de que aqueles residentes no sertão eram “brutos e ignorantes”, “sem civilidade” e sem religiosidade. Uma percepção muito semelhante àquela apresentada pelos viajantes, pois assim como eles, os moradores das partes mais civilizadas apenas observavam de longe o sertão, sem presenciar o cotidiano dessas áreas.

figura 24 Vilas da Capitania de São Paulo, 1705. Elaborado pela autora



Fonte: Imagem ilustrativa do processo de desmembramento territorial administrativo dos municípios paulistas. Elaborado pela autora e baseado no "Quadro do desmembramento territorial-administrativo dos municípios paulistas" do Instituto Geográfico e Cartográfico – IGC.

Contudo a população residente no sertão tendia a aumentar na medida em que as notícias sobre o ouro eram reafirmadas. Surgiu nesse momento a necessidade de ordenar e fiscalizar esse território pouco conhecido; para isso era essencial a escolha de um núcleo em posicionamento estratégico e que ao mesmo tempo apresentasse um aglomerado populacional significativo. Surgiu assim a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Mogi dos Campos, uma nova centralidade dentro do sertão.

2.3.1 – A origem do núcleo de Mogi dos Campos

A citação mais antiga que conseguimos localizar sobre Mogi está na Coleção de Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, volume 2314, remetendo ao ano de 1668. Nela podemos encontrar a seguinte passagem referente à doação de sesmaria:

Registro de uma carta de sesmaria de doze léguas de terras dadas aos Religiosos de São Bento na Vila Formosa de Nossa Senhora do Desterro de Jundiahy, Capitania de São Vicente.

Segundo a historiadora Carmem Lucia Bridi (2009), essa enorme sesmaria se estendia das margens do rio Atibaia ao rio Mogi Guaçu. Os beneditinos pleitearam essas terras para pastagem do gado e subsistência.

A busca pelo ouro foi uma constante nos séculos XVII e XVIII. Neste mesmo período em que foi doada a sesmaria aos beneditinos, teria um grupo de homens partido da Vila de Nossa Senhora do Desterro de Jundiahy, à procura de ouro, até alcançarem as margens do rio Mogi Guaçu. Como já mencionado, o primeiro núcleos de Mogi dos Campos surgiu em uma localidade denominada Cachoeira de Cima, às margens desse rio (SILVA, 2009).

Mediante à pouca sorte com a mineração, a fartura de peixes teria feito com que trouxessem suas famílias para o local, atraindo mais pessoas. Segundo José A. Saccheta Ramos Júnior (1995), uma singela capela foi erguida junto aos

¹⁴ A transcrição deste documento está disponível em: http://www.camaramogimirim.sp.gov.br/?page_id=354, acessado 14/11/2012.

casebres em que viviam, dando origem ao primeiro assentamento branco às margens daquele rio. Esse ajuntamento de casas foi chamado de Nossa Senhora da Imaculada Conceição de Mogi dos Campos.

Murilo Marx (1991) nos diz que “uma ermida, uma pequena capela eram, e o foram por tanto tempo, uma aspiração de um pequeno arraial”. Entretanto esta capelinha construída na Cachoeira de Cima não era oficializada, não era reconhecida ainda pela igreja pois, ainda não havia sido sagrada, isto é, um padre ainda não havia rezado missa no local e nem tornado o solo bento. O mesmo continua:

Não bastava, contudo, erguer a ermida; não bastava construir, por melhor que fosse, uma capelinha; era necessário oficializá-las. Não era suficiente dotar o povoado de um abrigo para o exercício religioso em comum; era necessário sagrá-lo. (MARX, 1991, p.19)

Esse povoado provavelmente nunca chegou a ter mais do que cem moradores. Entre eles haviam índios e mamelucos. Por localizava-se nas proximidades de um reduto indígena e acabava por sofrer constantes invasões (ARTIGIANI, 1994).

Figura 25 Uma das primeiras casas construídas da Cachoeira de Cima, já demolida.



Fonte: Imagem cedida por Jair Tenório ao grupo História de uma Grande Cidade - Mogi Guaçu. S/D Disponível em: <http://www.facebook.com/photo.php?fbid=121724494592565&set=o.2405404>. Imagem cedida por Jair Tenório.

Na imagem podemos observar a tipologia construtiva da residência: a presença de vergas em porta e janelas e contra-vergas, as quais tinham a função de dar sustentação às paredes, evitando possíveis fissuras. Erguida em adobe, comuns nas construções antigas da Europa, especialmente Portugal e Itália. Entretanto este método construtivo não foi o mais utilizado na região das Mogis, onde impreva a taipa de mão. No telhado, podemos observar a irregularidade das telhas, feitas nas coxas de escravos. A imagem nos leva a crer que esta casa foi construída por portugueses, isso porque já apresentava a “eira”, localizada na parte superior da edificação e com a função de protegê-la da chuva - elemento presente nas construções de Portugal. No período do Brasil colonial, a eira era um status, um símbolo, presente nas casas de famílias de origem portuguesa e mais abastadas.

Devido às dificuldades enfrentadas nesse local, e as constantes passagens de bandeirantes na região, o núcleo foi deslocado para uma nova área; às margens do rio Mogi Guaçu e, não por acaso, às margens do caminho das bandeiras. Portanto, em um local onde cruzavam dois elementos estruturadores da região – rio e caminho. Os bandeirantes, por sua vez, significavam ainda uma forma de contato com o resto do mundo¹⁵.

Em 1682, uma Bandeira liderada por Bartolomeu Bueno da Silva, o primeiro Anhanguera, atravessou o rio Mogi Guaçu e armou seu abarracamento algumas léguas abaixo do vilarejo de Nossa Senhora da Imaculada Conceição do Campo. De acordo com Ramos Junior (1995), outros bandeirantes já haviam acampado naquelas redondezas: Antônio Ribeiro Roxo, Francisco Sutil Cid, Antonio Fernandes de Barros, Jerônimo Bueno, João de Lara, Manuel Correa, João Martins Herédia, capitão Francisco Ribeiro de Moraes e a tropa do capitão-mor Francisco Lopes Buenavides.

Essa movimentação, provavelmente, despertou o interesse dos moradores do povoado, contribuindo na somatória de fatores que os levaram a abandonar o local onde moravam, migrando para a área de pouso desses bandeirantes. Isso implicou no replantio de suas hortas, construção de novas moradias e fabricação de cercados para a captura de peixes nas curvas do rio. Formou-se, assim, no final do século XVII, o núcleo embrionário da futura freguesia de Mogi Guaçu. Por consequência da grande distancia em relação à Vila de Jundiáí, Mogi dos Campos tornou-se praticamente parada obrigatória para aqueles que decidiam seguir viagem (RAMOS JUNIOR, 1995).

¹⁵ Para esta elaboração nos baseamos em ARTIGIANI (1994) e SILVA (2009).

Segundo o autor supracitado, entre os primeiros moradores estavam Jacintho Nunes Porto, Joaquim José de Campos e Silva, os irmãos Salvador de Godoy e João Franco de Godoy, as famílias Pedrosa e Pereira Tangerino. Ressaltamos que foi no ano de 1669 em que pela primeira vez utilizou-se oficialmente a palavra “paulista” e no ano de 1698, descobriu-se os primeiros filões de ouro em Minas Gerais. Isto causou alvoroço na região de Mogi e induziu outras pessoas se realocarem na região.

A estrada usada por Anhanguera, que atravessava o rio Mogi Guaçu, era uma das possíveis vias de comunicação com o novo Eldorado. O modesto povoado, que nas décadas anteriores servira de entreposto para tropeiros e bandeirantes, agora se tornava ponto de passagem para forasteiros a caminho das novas minas. (RAMOS JUNIOR, 1995, p. 40)

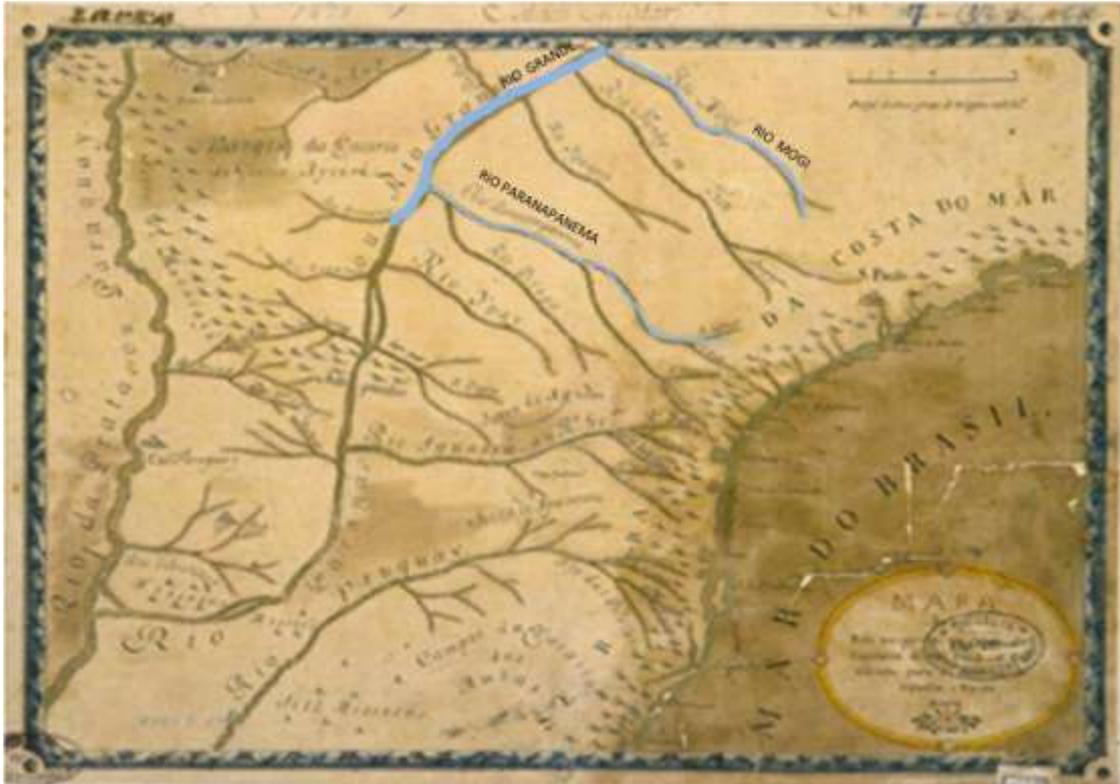
Contribuía para esse fluxo o rio Mogi Guaçu, navegável em maior parte de sua extensão, um importante meio de deslocamento, naquele período. Permitia a comunicação desde a Serra da Mantiqueira até o rio Grande. Na Serra da Mantiqueira havia os vestígios de ouro, enquanto que o rio Grande representava potencial comunicação com as minas possivelmente existente em Goiás.

Sendo assim, não foi a toa que o rio Mogi Guaçu já era mencionado nas cartografias de época, principalmente naquelas que destacavam a hidrografia. O mapa intitulado “Mapa dos rios navegáveis” é um documento que mostra-nos claramente o entendimento de que o rio Mogi estabelecia um limite a leste da Capitania.

Nele destacamos também rio Paranapanema e o rio Grande. Notamos a ausência do rio Pardo, que sabemos unir-se ao rio Mogi. Além disso, também podemos observar as grandes aproximações feitas entre as localidades, demonstrando uma significativa imprecisão dos dados e das distancias percorridas. Neste mapa não aparece o rio Atibaia e nem o Jaguary, importantes rios que, juntamente ao rio Mogi Guaçu, foram citados nos documentos de doação de sesmaria¹⁶, tendo eles a função de limites e divisas.

¹⁶ Sobre esses documentos nos quais foram registradas as doações de sesmarias na região das Mogis, citamos aquelas feitas em Nome de Amador Bueno da Veiga e Bartolomeu Bueno da

Figura 26 Autor não identificado, S/d, escala gráfica ilegível, arquivo MAC USP. Modificado pela autora.



Nos rios que possuíam o maior volume de águas a travessia só se fazia por meio de pontes toscas ou canoa. Dessa forma, para atravessá-lo, era cobrado imposto sobre a passagem de animais e mercadorias, induzindo-nos a pensar que mesmo de uma forma parcial e fragmentada já existia certa fiscalização nesse território. Os demais rios cujas nascentes se encontravam nas proximidades, e por isso ainda possuíam pequeno volume de águas, eram facilmente atravessados a pé ou no lombo de animais. Dessa forma não se tinha total controle sobre o possível escoamento de minérios (SILVA, 2009).

Nas zonas auríferas e em sua redondeza, mineradores e bandeirantes tratavam com hostilidade os portugueses que aportavam atraídos pela riqueza. A disputa entre paulistas e lusitanos nas áreas próximas à Serra da Mantiqueira ficou popularmente conhecida como Guerra dos Emboabas, ocorrida entre os anos de 1708 à 1711.

Silva, o Anhanguera. Trechos dessa documentação foi transcrita nas publicações comemorativas da "Pórquia de São José de Mogi Mirim – 1751 a 1º de nov de 2001)

Segundo Beatriz Picolotto Siqueira Bueno (2009), em 1709, em função das descobertas auríferas, a Coroa reincorporou os territórios já bastante dilatados das antigas capitanias de São Vicente e Santo Amaro, de modo ter controle efetivo da nova importante região. Dentro desse contexto de mineração e corrida pelo ouro, foi escolhida para sede da então Capitania de São Paulo e Minas de Ouro a Vila de São Paulo dos Campos de Piratininga, elevada à condição de cidade em 1711.

Desse período em diante, foram criadas oito novas vilas no território das Minas Gerais: Sabará, Nossa Senhora do Carmo (Mariana) e Vila Rica, em 1711; São João Del Ray, em 1712; Vila do Príncipe (Serro Frio) e Vila Nova da Rainha do Caeté, em 1714; Vila nova do Infante (Pitangui), em 1715; e São José Del Rey (Tiradentes), em 1718.

E, resposta a quatro estímulos – distribuição de terras; descoberta do ouro; necessidade de lei e ordem no sertão; e ameaça dos futuros interesses espanhóis - , a Coroa cobriu o sertão [mineiro] com essa rede de vilas, fazendo de algumas delas cabeças de Comarca (BUENO:2009, p. 272)

Isso demonstra a preocupação que tinha a Coroa com as regiões auríferas. Mas o território da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro aumentou ainda mais nas primeiras décadas do século XVIII com o advento das descobertas de ouro em Mato Grosso (1719) e Goiás (1725). Nesse processo, modestos arraiais foram logo elevados à condição de vila – Vila do Bom Senhor Jesus de Cuiabá (1726) e Vila Boa de Goiás (1736) (BUENO, 2009).

Mediante tão grande território e às dificuldades para controlá-lo, a Coroa desligou da Capitania de São Paulo, após 1720, as regiões das minas. Dessa forma desmembrou-se da Capitania de São Paulo as regiões de Minas Gerais (1720), Rio Grande de São Pedro e Santa Catarina (1738), Goiás (1744) e Mato Grosso (1748).

Assim podemos observar claramente que o território paulista não recebeu a atenção devida do Governo, faltando às regiões mais interioranas, nas quais surgiram um elevado número de pousos, uma estratégia efetiva de controle.

Entretanto, concomitantemente a esse descaso, o território paulista começou a abrigar uma série de novos caminhos que, em função das necessidades, contribuiu para o aperfeiçoamento do sistema de comunicação com essas novas regiões. *Dessa forma a rede urbana e de caminhos não só ampliou ao longo do século, como sofreu inúmeras melhorias* (BUENO: 2009, p. 273).

2.3.2 – O início da estruturação do leste paulista

O período compreendido entre os anos de 1709 a 1711, em que ocorreu a criação da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, após as disputas territoriais marcadas pela Guerra dos Emboabas, foi marcante para o contexto regional do leste paulista porque nesse momento ocorreu a separação administrativa da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, dando origem à Capitania de São Paulo e à Capitania de Minas Gerais.

Amador Bueno da Veiga foi um personagem que participou deste episódio e teve significativa importância no processo de ocupação dessa região. Consta que no ano de 1707 foi a ele cedida uma sesmaria, no sertão, compreendida entre o rio Jaguary e rio Mogi Guaçu. Amador teria partido para a região de conflito dos mineradores liderando um grupo de paulistas dispostos a lutar pela área de exploração das minas, em data imprecisa. Consta que após o episódio do Capão da Traição, os paulistas sobreviventes retornaram para a região próxima ao Caminho dos Goiazes, passando a residir nos arraiais e povoados que lá existiam (SILVA, 1960).

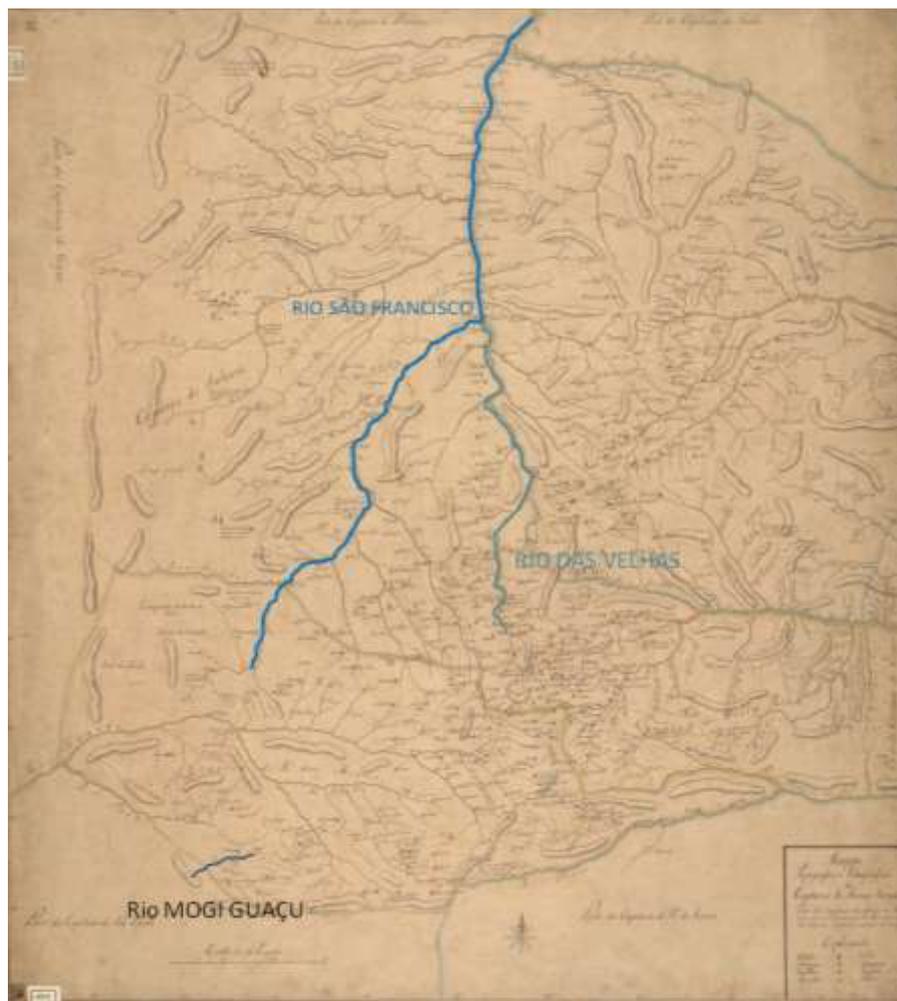
A sesmaria de Amador Bueno da Veiga abrigou exemplares desses paulistas desertados e foi dentro de seu perímetro que teve origem o povoamento de Mogi Mirim, a partir de 1711. O novo núcleo de Mogi dos Campos não estava inserido nesta sesmaria¹⁷; encontrava-se imediatamente depois, na outra margem do rio Mogi. Todavia, a população desse núcleo encontrava-se dispersa nas proximidades, possivelmente residindo em áreas pertencentes à sesmaria de

¹⁷ Ver Mapa da estrada para Goiás na Capitania de São Paulo.

Amador Bueno da Veiga. Conforme escreveu Artigiani (1994), com o decorrer do tempo essa região atraiu mais e mais aventureiros que buscavam ouro.

O Vale do rio Mogi Guaçu era um canal de comunicação com as regiões de mineração e que abrigou novos caminhos frutos da anexação daquelas novas áreas. Este vale corta a Serra da Mantiqueira e leva-nos à região onde era encontrado o ouro de aluvião – ouro superficial, nas proximidades da cidade de Ouro Fino -MG. Contudo, seguindo à frente era possível alcançar as regiões mineradoras daquelas novas vilas de São João Del Rey e Mariana. Essa característica, muito beneficiada pelo relevo, permitia a passagem de moradores locais, viajantes, tropeiros e exploradores das minas (RAMOS JUNIOR, 1995).

Figura 27 Mapa Topografia e Hidrografia da Capitania de Minas Gerais. 1816. Nome do autor ilegível, modificado pela autora.



Fonte: disponível em: <http://folhanova.com.br/1816-mapa-topografico-e-hidrografic-da-capitania-de-minas-gerais/>, acessado em 14/11/2013.

Temos neste mapa o destaque para os rios mais utilizados para se obter acesso à região das Minas, incluindo o rio Mogi Guaçu. Foi nesse período dos Setecentos em que foi montada em Mogi dos Campos a guarnição para os Dragões de São Paulo – Guarda Real – e a Infantaria das Vilas do Sul (**figura 28**). Esses oficiais percorriam o território minerador com a função de fiscalizar e garantir a exploração do minério pois o ouro recolhido nessas regiões também servia para a manutenção da Infantaria que defendia as vilas do Sul da colônia portuguesa (RAMOS JUNIOR, 1995)

Figura 28 Ordenanças



Fonte: RAMOS JUNIOR: 1995, p. 42. Em ordem: representante do 1º Corpo de Infantaria de São Paulo e Vilas do Sul; 2º Corpo de infantaria de Guaratinguetá e Vilas do Norte; 1º Corpo de Dragões de São Paulo e Vilas do Sul; e 2º Corpo de Cavalaria Ligeira de Guaratinguetá e Vilas do Norte

Como um quadro síntese dessas informações relacionadas especificamente ao leste paulistas, elaboramos um mapa (**figura 29**) que tem por objetivo apresentar todas essas informações. Em marrom, o rio Sapucaí e Mogi Guaçu cujas cobranças de travessia eram em nome de Batolomeu Paes Leme. Em azul, de cima para baixo, os rios Grande, Pardo, Jaguari e Paraíba, cujas cobranças de travessia eram em nome de Bartolomeu Bueno da Sila e João Leite S. Ortiz. Em amarelo, a sesmaria concedida a Amador Bueno da Veiga, em

21/01/1707; e em ocre, a sesmaria concedida aos religiosos de São Bento, em 15/11/1668¹⁸.

Com a intensificação dos achados de ouro, outras sesmarias foram doadas na região de Mogi, aumentando a sua expressão populacional. Por mais que a Coroa não apresentasse planos para essa região, na terceira década dos setecentos já se tornava cada vez mais necessária, do ponto de vista religioso, a oficialização de uma freguesia, isso porque até essa data todo o território que se expendia até o rio Grande ainda respondia à Jundiá e dependia dela para os serviços prestados pela Igreja¹⁹.

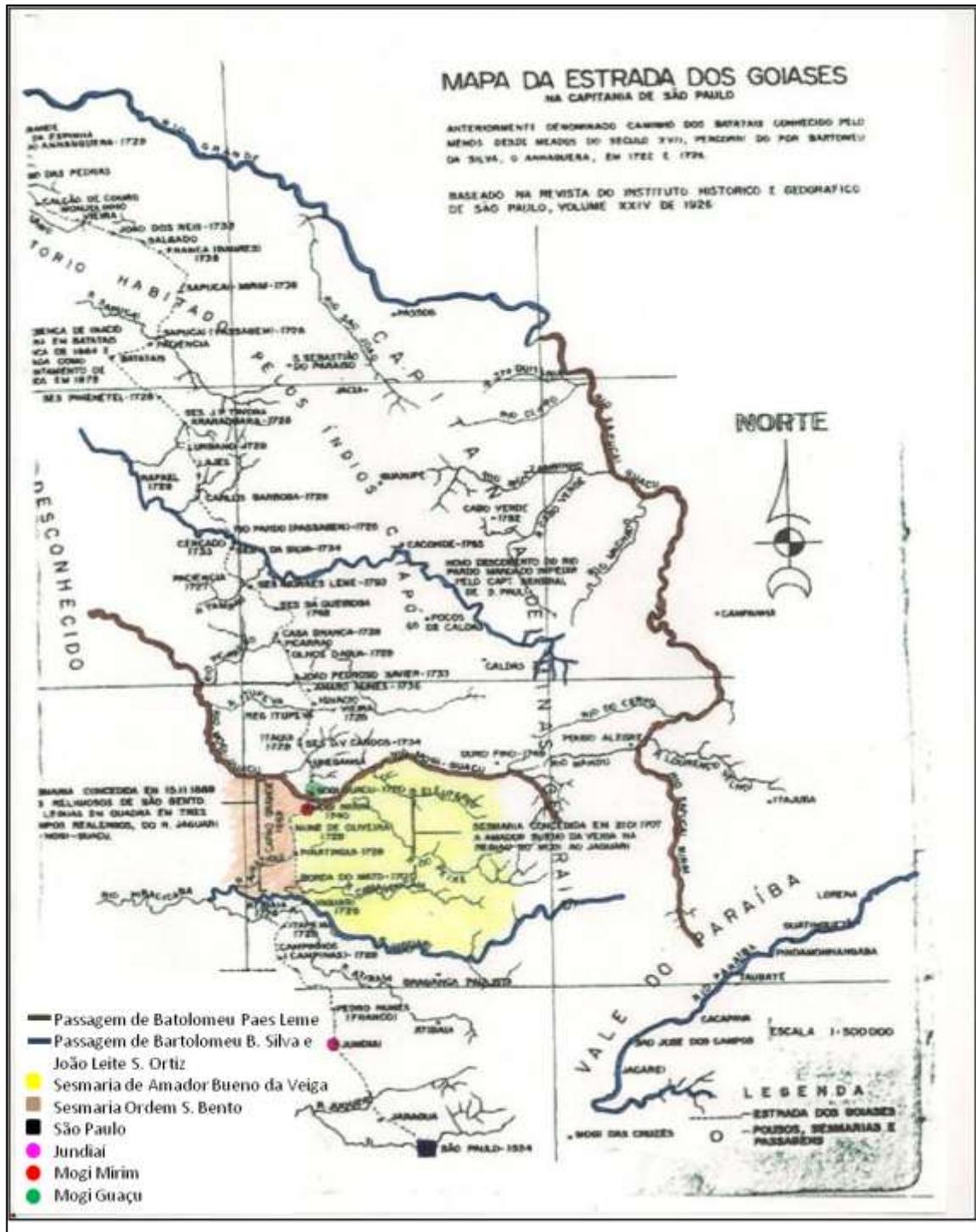
Segundo Artigiani (1994), duas Bandeiras notáveis cruzaram o rio Mogi Guaçu nesse período. Uma no ano de 1722 e outra no ano de 1726, ambas lideradas por Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo Anhanguera, que estava disposto a seguir os passos de seu pai e encontrar as jazidas de ouro que diziam existir em aquelas terras mais distantes. A bandeira que percorreu o território no ano de 1722 estabeleceu parada em Mogi dos Campos, entretanto não estiveram com a população que habitava as margens do rio Mogi Guaçu, mas sim à outra parte que residia nas proximidades e que deu origem ao segundo pouso existente na região, entre o Ribeirão de Santo Antônio e o rio Mogi Mirim.

É interessante analisar que este novo pouso não surgiu em terras para além de Mogi dos Campos; ao contrário, surgiu antes do rio Mogi Guaçu, mas ainda dentro da área de influência direta daquele pouso de Mogi dos Campos. Era a área que provavelmente pertencia à sesmaria de Amador Bueno da Veiga. Isso nos faz formular a hipótese de que estes moradores possuíam relação com aqueles paulistas liderados por Amador no episódio da Guerra dos Emboabas e que retornaram à região e aí estabeleceram morada, incentivados pelas notícias de ouro, além da facilidade de comunicação com o território de Minas Gerais.

¹⁸ As datas e personagens citados estão mencionados na base cartográfica do referido mapa. Sendo que essas informações estavam apenas em forma de nota, optamos por elaborar a identificação de tais sesmarias através das informações fornecidas no próprio legenda deste mapa, intitulado "Mapa da Estrada para Goiás".

¹⁹ Para esta elaboração, fundamentamo-nos na obra de Bueno (2009) e Silva (2009).

Figura 29 Mapa das Estrada dos Goiaes. Base não identificada, modificado pela autora. S/D. Escala 1: 500.000.



Fonte: Acervo MHPMP.

Para a elaboração do Mapa foi utilizada uma composição retrospectiva a partir de uma coletânea de informações sobrepostas à base cartográfica disponível virtualmente. Constam informações de datas diferentes, porém pertencentes a um mesmo período: até o ano de 1751. Para a elaboração de nossa análise fez-se necessário recorrer ao arquivo Municípios e Distritos do Estado de São Paulo, de 1995 e ao Quadro de Desmembramento Territorial dos Municípios Paulistas, ambos produzidos pelo Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC).

Foi este novo pouso que deu origem ao novo povoado de Mogi Mirim, cujo histórico de crescimento populacional esteve atrelada à vinda e fixação de antigos bandeirantes nesse núcleo, principalmente aqueles de 1719 e 1721, conforme comenta Lauro Monteiro de Carvalho e Silva (1960, p. 16).

A Bandeira que percorreu a localidade no ano de 1722, sob o comando do segundo Anhanguera, estava destinada à encontrar ouro em Cuiabá, e conforme os registros da Paróquia de São José de Mogi Mirim essa bandeira levava consigo um vigário que, tendo pousado nesse núcleo rezou uma missa na capelinha ali existente. Essa Bandeira não obteve sucesso em sua investida, sendo necessário organizar uma segunda. No ano de 1725 foi confirmada a existência de ouro naquelas terras distantes. A partir de então a região começou a receber cada vez mais forasteiros que vinham residir nesse sertão à procura de terras devolutas²⁰.

Em consequência da boa nova sobre o ouro em Goiás, promoveu-se a doação de sesmarias ao longo do caminho, destinadas justamente a Bartolomeu Bueno da Veiga, João Leite da Silva Ortiz e Bartolomeu Pais de Abreu. Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva (2009, p. 108), no termo de concessão²¹ estava contida a justificativa: “era preciso estabelecerem-se nas ditas passagens com gentes, plantas, criações, e o mais necessárias para as assistências de um sertão”.

Foram nesse sentido as então “melhorias” que o sertão paulista, especialmente a região em pauta, recebeu durante o período em que a Coroa voltava seus olhos para as regiões auríferas - a criação de uma rede de pousos destinada ao abastecimentos dos viajantes e tropeiros que iam para Mato Grosso e Goiás -, uma rede de suporte às viagens.

O principal produto comercializado na região das Mogis era o muar, pois apresentavam características positivas para o transporte de cargas. Também

²⁰ Tais informações constam nas publicações comemorativas da Paróquia de Mogi Mirim – “São José de Mogi Mirim – 1751 a 1º de Nov. de 2001”

²¹ Registro de uma carta de data de seis léguas de terra no rio Jaguari do capitão Bartolomeu Bueno da Silva e o capitão João Leite Ortiz, 2 de julho de 1726, Sesmarias, v.III (1725-1736), São Paulo, Arquivo Publico do Estado de São Paulo/IHGPS, 1937, p. 129-133.

foram estabelecidos os registros, onde arrematadores cobravam imposto tanto sobre animas como sobre indivíduos.

Como as sesmarias supracitadas estavam situadas em áreas onde se faziam a passagem de rios, os próprios sesmeiros recebiam o direito de cobrar pela travessia. O contingente populacional tornou-se tão expressivo na região que algumas atitudes precisaram ser tomadas. A primeira delas foi a necessidade de melhor fiscalizar esse território. Isso porque as grandes extensões de terra que compunham o termo de Jundiáí eram de difícil controle, permitindo que o ouro explorado em Goiás fosse facilmente desviado por caminhos entre a Serra da Mantiqueira (PRADO, 1951).

Outra preocupação era a forma como impediriam o desvio desse minério; além da população que se encontrava dispersa, distante e carente dos serviços civis e religiosos. Aos olhos daqueles que habitavam as regiões mais civilizadas, essa gente sertaneja não pertencia ao mesmo grupo social que eles. Eram outro grupo, mais ignorante e violento, filhos da exploração e apartados da civilidade. Era necessário ordená-los de alguma maneira. Além disso, era uma gente carente dos serviços religiosos.

Dessa forma foram tomadas três importantes medidas. A primeira delas dizia respeito ao reconhecimento de terras e de seus moradores; isto é, o capitão-general Rodrigo César de Meneses convocou os moradores do caminho para informarem suas condições:

Por ser conveniente ao real serviço de Sua Majestade que Deus guarde saber-se com individuação todas as pessoas que têm terras no caminho dos Goiazes, principiando da entrada do mato, da vila de Jundiáí por diante até o descobrimento que fez o capitão Bartolomeu Bueno da Silva, ordeno e mando que todas as pessoas de qualquer estado e condição que sejam, que no dito caminho tiverem terras, apresentar os título ou papéis por que lhe pertencem na Secretaria deste governo, no termo de dez dias.(DI, 13, p.85, bando de 19 de maio de 1726, appud SILVA: 2009, p.109).

A segunda medida foi a oficialização dos caminhos pelos quais poderiam escoar a exploração de minérios – o que proibia qualquer passagem por trilhas, serras e rios que não fossem considerados oficiais.

Que nenhuma pessoa de qualquer estado ou condição que fosse, pudesse passar às minas dos Goiazes sem ser pelo caminho que vai desta cidade à vila de Jundiáí, e continuava a Mogi dos Campos, e daí até as ditas minas, debaixo da pena de lhe serem tomadas por perdidas todas as fazendas e carregações que levarem de escravos, ou qualquer outro gênero. (DI, 13, p.85, bando de 19 de maio de 1726, appud SILVA: 2009, p.110).

Oficializou-se, assim, o caminho habitado pelos sertanejos, ao longo do qual se estabeleciam diversos pousos. A própria concessão de sesmarias ao longo desse caminho tinha por objetivo principal garantir a criação de novos pousos a espaços regulares, os quais amparariam os viajantes e o próprio fisco. Segundo Silva (2009), a concessão de sesmarias se multiplicou entre 1728 e 1735. Entretanto nem todas as sesmarias vingaram, e acabaram por se tornar terras devolutas.

Mas de modo geral, na década de 1730, já existia uma séria de pousos firmemente consolidados ao longo do trajeto até Goiás. Consta que no ano de 1733, Mogi do Campo exerceu a função de Registro²², justamente por estar situada às margens do rio Mogi Guaçu, nesse caminho. Outros dois caminhos oficiais também existentes eram o Caminho Real e o do Vale do Paraíba, os quais cercavam as regiões auríferas de Minas Gerais, ao mesmo tempo em que permitiam comunicação com todo o território da então Capitania (SILVA, 2009).

A terceira medida então tomada foi aquela de 1732, quando o povoado de Nossa Senhora da Imaculada Conceição de Mogi dos Campo foi elevada à condição de freguesia pelo frei Antônio de Guadalupe, bispo do Rio de Janeiro.

²² RIHGB/AHU/SP, 4:145 - Documentos Interessantes, 40:47/49.

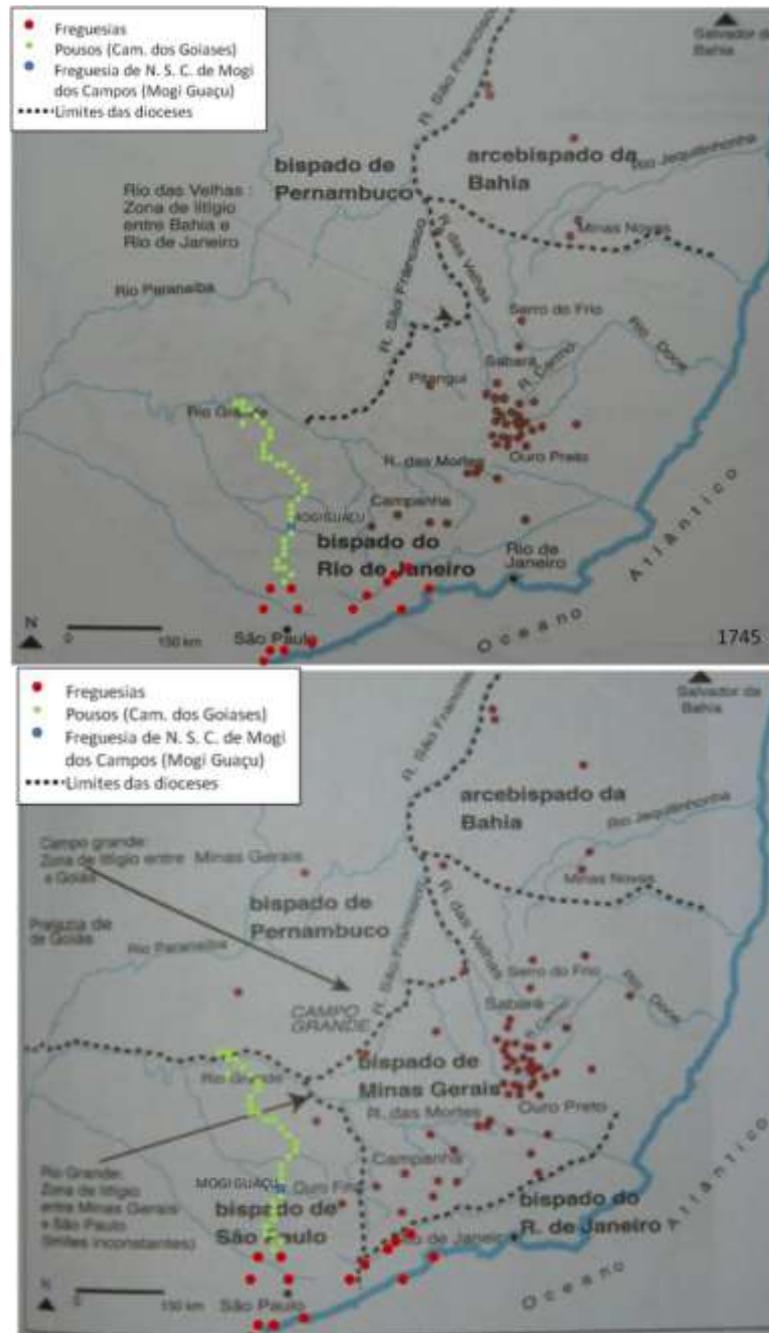
Figura 30 Vilas, pousos e Freguesia de Mogi dos Campos -1740. Elaborado pela autora.



Fonte: Para a elaboração do Mapa foram utilizadas as informações fornecidas por Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, em Dilatação dos Confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822), associadas às informações fornecidos no “Mapa da Capitania de São Paulo e seus sertões”.

Vale lembrar que nesse período, no que diz respeito às questões eclesiásticas, o território paulista não possuía bispado próprio, sendo subordinado ao bispado do Rio de Janeiro. E assim esteve até o ano de 1745, quando houve a criação da Diocese de São Paulo, como demonstra a ilustração abaixo:

Figura 31 Limites e divisas dos bispados antes e depois de 1745. Base produzida por Claudia Damasceno, modificada pela autora.



Fonte: Base cartográfica obtida em REI(2011). Podemos observar a criação do Bispado de São Paulo, no ano de 1745. No primeiro quadrante temos a identificação do Caminho dos Goiaes e a

Freguesia de Mogi dos Campos que estava subordinada ao Bispado do Rio de Janeiro. Após 1745 todo o leste paulista passou a integrar o bispado de São Paulo.

A **figura 30** nos permite entender que a criação da Freguesia de Mogi dos Campos significou a transposição daquela linha imaginária que separava o território civilizado do sertão. A freguesia representou desta forma o avanço de uma fronteira cultural e a criação de uma nova zona de contato entre o “mundo civilizado” e o “sertanejo”. Por consequência, também podemos entender que ela atuou como uma centralidade oficializada naquele referido sertão, cabendo a ela os cuidados com as almas que habitavam desde o rio Atibaia até o Grande. Isso porque, grande parte da noção de “civilizado” estava atrelada à religião católica, à época.

2.4 – A Freguesia de Nossa Senhora da Imaculada Conceição de Mogi dos Campos, 1733-1751.

Um ano depois da elevação do arraial de Mogi dos Campos à condição de freguesia, em 1733, ergueu-se uma igreja em louvor ao santo de devoção, em um lugar próximo ao rio. Segundo Artigiani (1994) este teria sido o segundo templo religioso do Brasil dedicado a Nossa Senhora da Imaculada Conceição. Todavia, não foi possível a esta pesquisa encontrar registros ou relatos que pudessem nos informar sobre quem teria sido o responsável pela doação do patrimônio ao santo de devoção.

De acordo com o mesmo autor, era uma construção pequena, em estilo português, a qual eternizou o sítio ao seu redor como centro daquela comunidade ribeirinha. De costas para o rio, a Igreja Matriz foi construída em taipa de pilão. De modo geral, as primeiras capelas e igrejas foram construídas de maneira precária, exigindo constantes reparos e contavam com capacidade reduzida para atender a crescente demanda populacional. Desta forma, sofriam alterações com o passar do tempo – construções de naves laterais, torres, ampliação do altar, entre outras.

Figura 33 Núcleo de Mogi Guaçu. Autor: Sebastião Tóride Celegatti, 1979.



Figura 32 Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Mogi Guaçu, século XX



As imagens anteriormente apresentadas nos permitem visualizar essas mudanças e adaptações ocorridas ao longo dos tempos. Entretanto a primeira imagem (**figura 32**), mesmo tratando-se de uma iconografia sujeita à interpretação do autor, nos apresenta características arquitetônicas que eram utilizadas na arquitetura religiosa do século XVIII, principalmente aquelas de origem jesuítica. Segundo Costa (1941), a necessidade de construir novos templos fez a Ordem dos Jesuítas enviar ao Brasil o arquiteto Francisco Dias, no ano de 1577. Assim, os projetos de reconstrução do Colégio de Olinda (1584) e do Rio de Janeiro (1585), os quais contavam com uma única nave, capela-mor e ao máximo duas colaterais foi o modelo mais difundido para a construção de outras novas Igrejas, devido a sua simplicidade construtiva (MENDES, p. 2007).

A presença de um arquiteto profissional de sua categoria no Brasil daquele tempo foi sem dúvida decisiva, não só no sentido de fixar, de forma definitiva e logo de início, as características de estilo próprias da nossa arquitetura jesuítica, como também no de influir nas construções não jesuíticas. (COSTA,1941)

Como podemos observar, o modelo apresentado na **figura 33** conta com apenas uma nave e os elementos de sua fachada simbolizavam os elementos da religião: frontão triangular – interpretado como a representação da Santíssima Trindade; fechamento superior do frontispício com a presença de um óculo circular, simbolizando Deus observando os habitantes do local. Além das janelas de iluminação e ventilação do coro e portada emoldurada em cantaria com folha dupla em madeira (MENDES, 2007)

Quanto ao seu interior, não conseguimos obter informações capazes de descrever o ambiente. Porém, em visita ao Museu Municipal de Mogi Guaçu, deparamo-nos com a primeira imagem sacra vinda à esta freguesia – a de Nossa Senhora das Dores (**figura 34**).

Segundo as informações disponibilizadas no MHMG, a imagem de Nossa Senhora das Dores foi a primeira a ornamentar a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Imaculada Conceição; fato que não ocorreu logo de início, havendo um

período de tempo não definido entre o término da construção da igreja e a vinda da imagem²³.

Figura 34 Imagem de Nossa Senhora das Dores, século XVIII. Fotografada pela autora, 2013.



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Mogi Guaçu.

Figura 35 Confessionário pertencente à Igreja Matriz de Mogi Guaçu, datado do século XVIII. Fotografado pela autora. Acervo do Museu

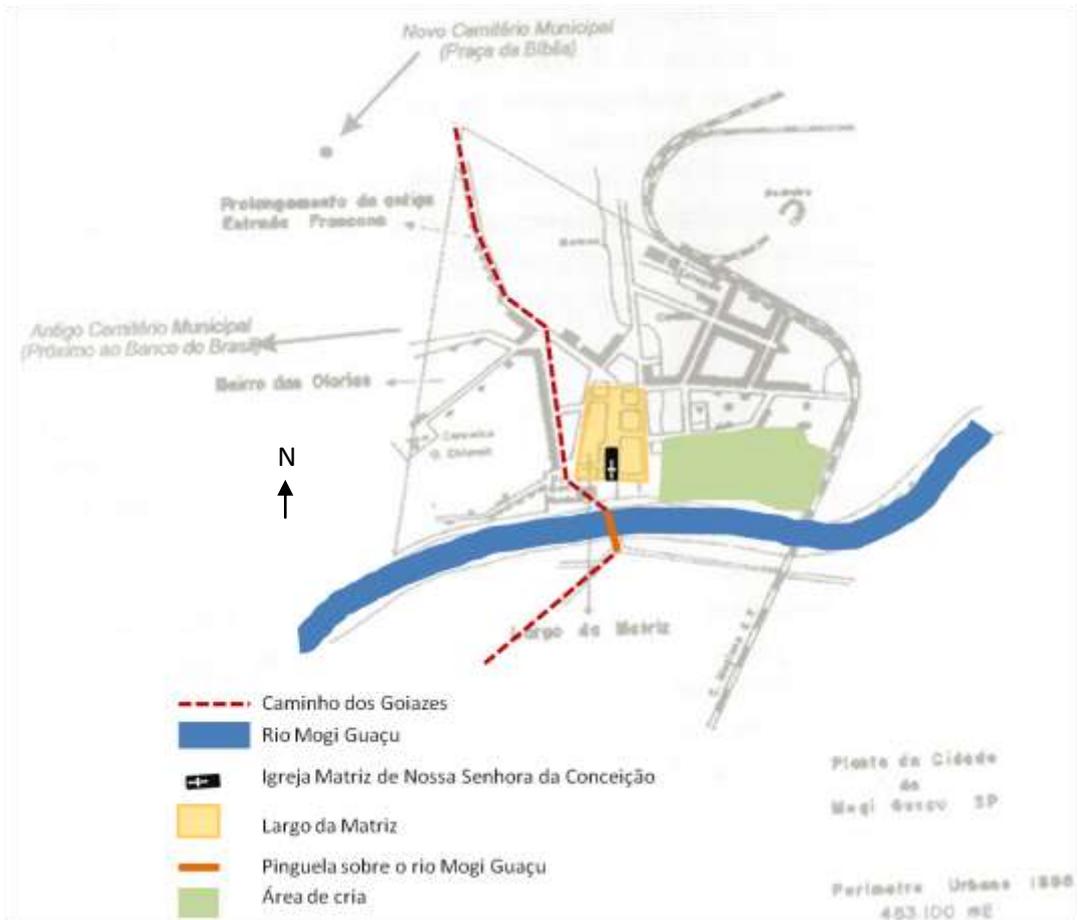


Fonte: Acervo do Museu Municipal de Mogi Guaçu.

Quanto à área externa e seu entorno imediato, o traçado urbano era caracterizado por um largo retangular frente à Igreja, de modo muito similar ao traçado tradicionalmente utilizado nos aldeamentos jesuítas. Entretanto este fato não foi retratado pelos viajantes do século XIX, também mencionados no primeiro capítulo dessa dissertação.

²³ Durante esta pesquisa não foi possível identificar o ano em que a imagem de Nossa Senhora das Dores foi entregue à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Imaculada Conceição. Sendo creditado, pelo Museu Histórico e Pedagógico de Mogi Guaçu apenas a identificação do século XVIII. Originalmente a imagem de Nossa Senhora das Dores trazia em seu colo a figura de uma criança e uma espada cravada ao peito. Durante o processo de recuperação e restauro da peça não foram localizados registros sobre a aparência original dessas partes. Sendo assim, optou-se por não fazê-la, recuperando apenas outros detalhes, entre eles: cores, partes em madeira, tecidos e oratório.

Figura 36 Reconstituição do traçado de Mogi Guaçu de 1733. Base cartográfica – autor desconhecido. Modificado pela autora.



Fonte: Base cartográfica fornecida pelo grupo “Histórias de uma grande cidade – Mogi Guaçu”. Mapa datado de 1898, onde se vê o perímetro urbano de Mogi Guaçu. Escala Ilegível

Como referência, coube a nós recorreremos ao acervo do Museu Municipal, onde foi possível localizar aquela que talvez seja uma das fotografias mais antigas do largo da Matriz. A análise feita por historiadores locais identificam ser esta do ainda do século XIX. Coube a nós reconstituirmos analisarmos os vestígios desse traçado original.

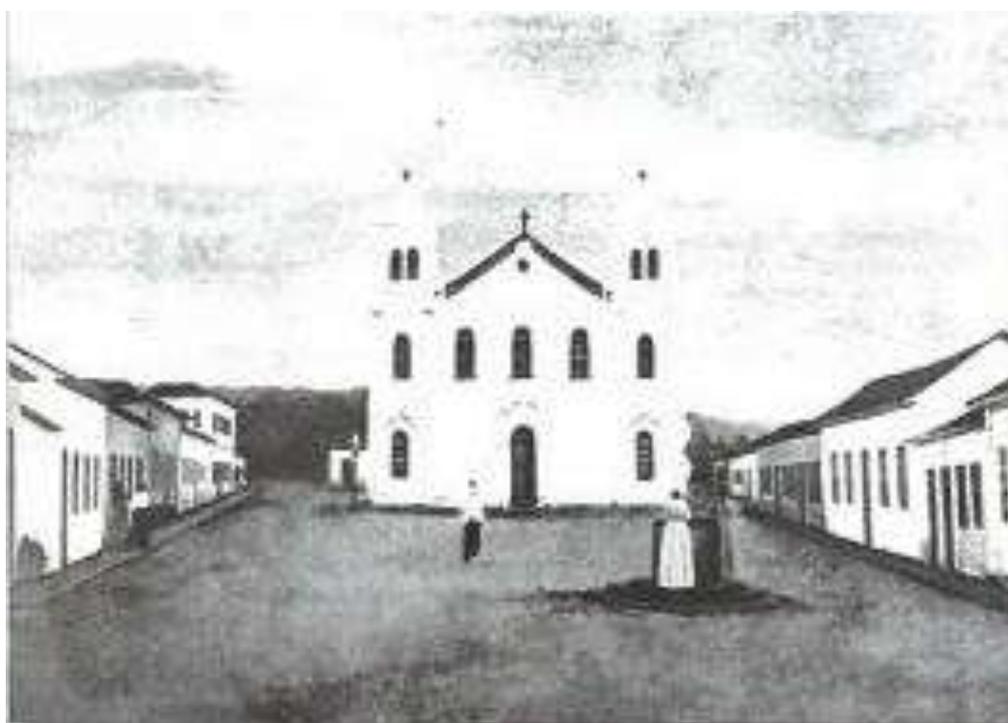
Nas imagens a seguir deparamo-nos com uma situação típica do Brasil colonial (**figura 39**): as primeiras casas alinhadas e compondo um espaço retangular frente à Igreja, - o largo - existindo entre este espaço e o templo religioso uma passagem que permitia a comunicação com as laterais do pátio.

Figura 37 Fotografia do largo da Matriz de Mogi Guaçu, século XIX.. Vista a partir da Igreja. Autor desconhecido, S/d.



Fonte: Imagem cedida pelo Museu Municipal de Mogi Guaçu, em 26/09/2013

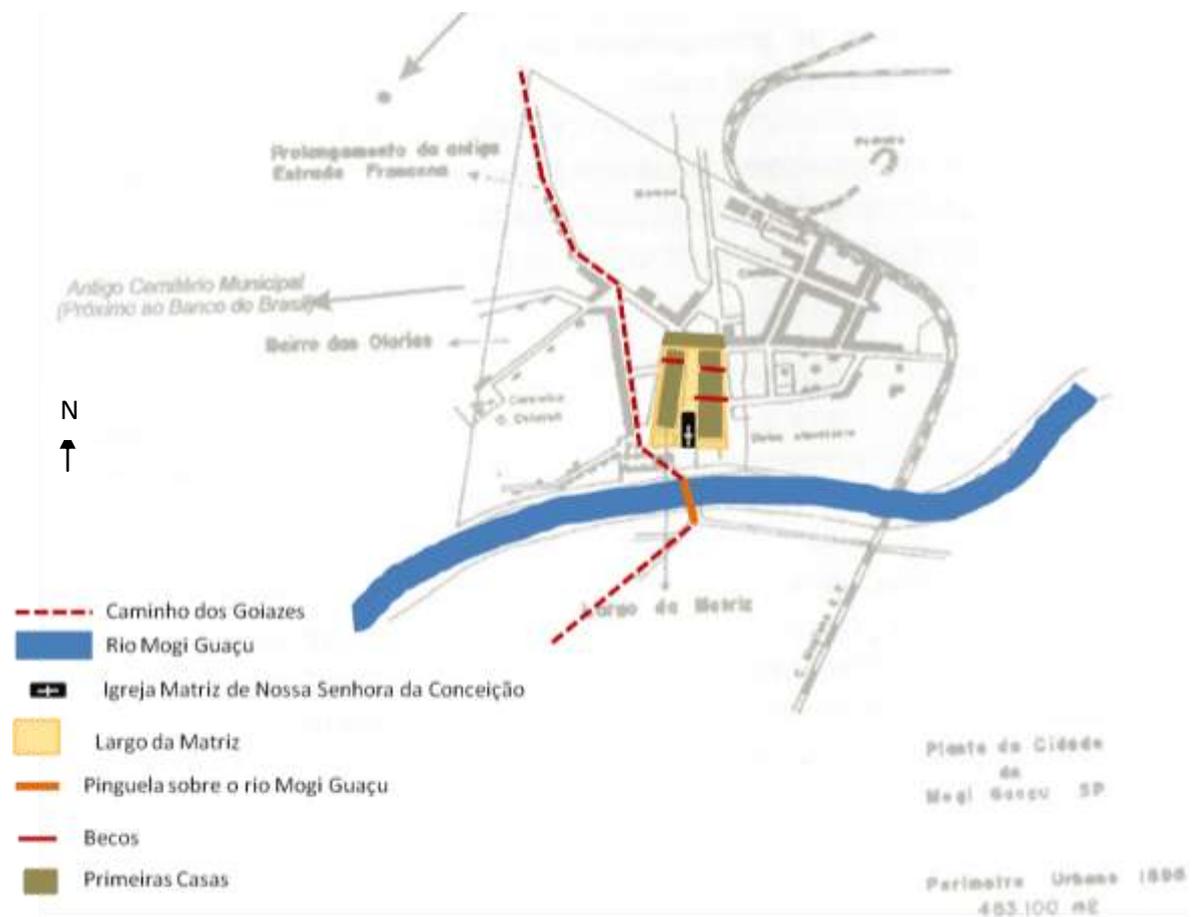
Figura 38 Imagem ilustrativa do Largo da Matriz de Mogi Guaçu em seus primórdios. Vista do largo para a Igreja Matriz. S/d. Autor desconhecido.



Fonte: Jornal “Gazeta Guaçuana”, de abril de 2011

As casas eram distribuídas em grupos, havendo curtas passagens entre elas, becos, os quais permitiam a comunicação do interior do largo com o exterior, além da ventilação. Esses becos são para nós o principal vestígio remanescente do traçado urbano original, preservados até os dias de hoje.

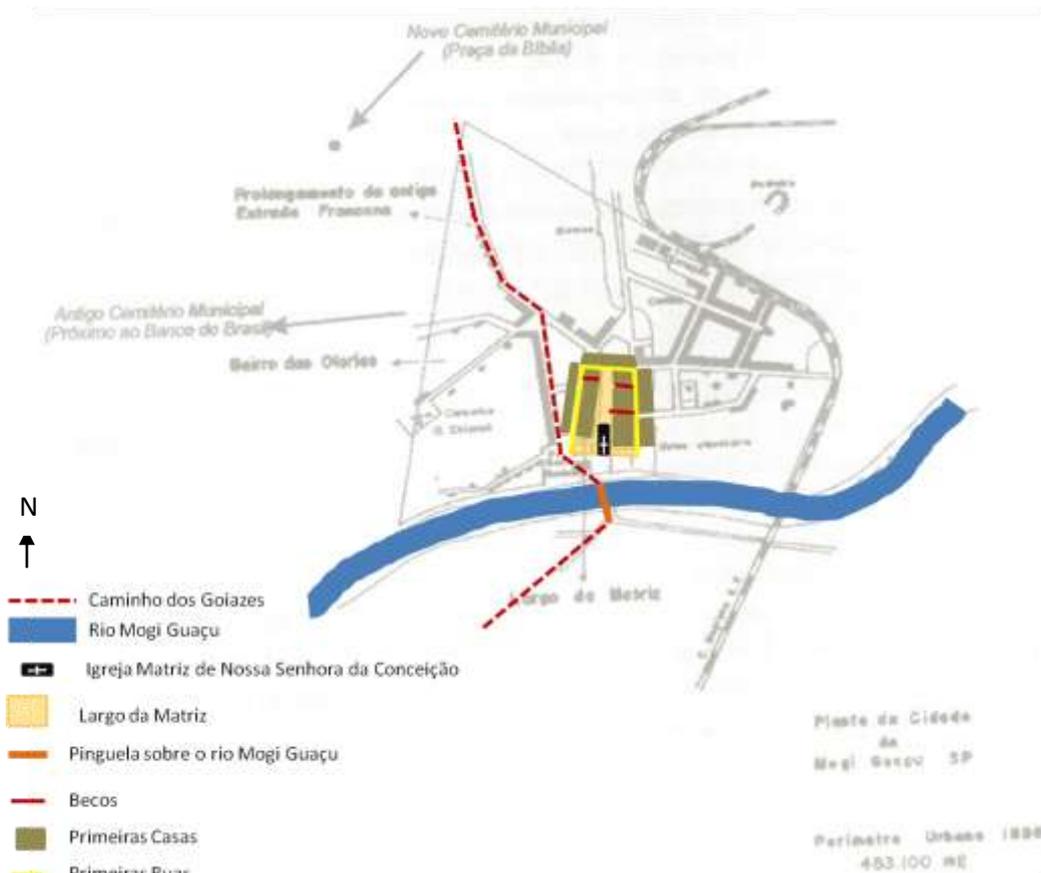
Figura 39 Reconstituição do traçado de Mogi Guaçu, primeira metade do século XVIII Base cartográfica – autor desconhecido. Modificado pela autora.



Fonte: Base cartográfica fornecida por Luiz Carlos Ferreira, Secretário de Cultura da Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu, ao grupo “Histórias de uma grande cidade – Mogi Guaçu”. Mapa datado de 1898, onde se vê o perímetro urbano de Mogi Guaçu. Escala ilegível.

Com o crescimento da população, novas casas foram construídas e tendo o entorno do largo já todo ocupado, as novas construções foram feitas atrás das primeiras, dando origem a duas novas ruas. Dessa forma, os becos tiveram seu papel reafirmado, permitindo a passagem desses moradores (ARTIGIANI, 1994).

Figura 40 Reconstituição do traçado de Mogi Guaçu - novas residências. Base cartográfica – autor desconhecido. Modificado pela autora.



Fonte: para a elaboração deste mapa foram utilizadas as informações contidas na obra de Ricardo Artigiani, “Mogi Guaçu, três séculos de história”.

Aos poucos, uma pequena rua perpendicular foi se configurando à direita da igreja; sua origem se deve à bica d’água ali existente. Segundo Ricardo Artigiani (1994), até o ano de 1886, a população desta freguesia tinha três meios de abastecimento de água. O primeiro deles era o próprio rio Mogi Guaçu; seguido pelos poços d’água de pouca profundidade, cuja qualidade das águas era duvidosa, e por último, a bica d’água que afluía de um barranco.

Interessante é observar que o traçado desta freguesia (**figura 40**) seguiu uma lógica, um desenho, muito frequente nas cidades coloniais portuguesas. E cujo traçado e disposição da Igreja e casas também remete ao traçado dos aldeamentos, apresentados no Capítulo 1 desta dissertação.

Figura 41 Reconstituição do traçado urbano de Mogi Guaçu - bica d'água. Base cartográfica - autor desconhecido. Modificado pela autora.



Fonte: para a elaboração deste mapa foram utilizadas as informações contidas na obra de Ricardo Artigiani, "Mogi Guaçu, três séculos de história". Escala ilegível

Entre as características que definem este traçado, destacamos a própria arquitetura da Igreja, aliada ao seu posicionamento imponente frente ao adro. Isso bastava para demarcar e determinar o uso daquele espaço: festividades religiosas, convívio, comércio e lazer da época. Local onde os moradores se reuniam e conviviam em sociedade sob os olhos vigilantes de Deus. Outro fator interessante para análise é a ausência de vegetação nesse largo, sendo registrado o primeiro plano de arborização só no século XIX. Além disso, chamou nossa atenção os becos e as novas casas que surgiram alinhadas paralelamente às primeiras, uma característica pertinente ao período. Não obtivemos informações sobre o método construtivo dessas primeiras casas. Cabe acrescentar a esta análise que além do projeto arquitetônico das igrejas, esta tipologia de

assentamento foi muito difundida e copiada no período colonial entre as novas freguesias formadas. Sendo assim, podemos sugerir que a Freguesia de Nossa Senhora da Imaculada Conceição de Mogi dos Campos também recebeu tais influências.

De acordo com as informações disponibilizadas no endereço eletrônico²⁴ da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Mogi Guaçu,, o primeiro vigário encomendado desta igreja foi Antônio Bento Barbosa, cidadão português, cuja formação teológica não conseguimos identificar.

No ano de 1740, esta freguesia tornou-se paróquia e como não possuía um pároco efetivo, as cerimônias religiosas eram ministradas por padres missionários que periodicamente vinham dar assistência espiritual (SILVA, 2009). Esse fato nos mostra claramente que Mogi dos Campos estava inserida em redes urbanas iniciantes na região, desde o século XVII: a primeira delas, a rede de caminhos das bandeiras, à qual servia de pouso e, posteriormente, a rede eclesiástica à qual estava subordinada à hierarquização religiosa.

Somado a isso, neste mesmo ano de 1740, Mogi dos Campos foi elevado a 1º Distrito da Vila de Jundiaí. Distrito territorialmente enorme, abrangendo sua jurisdição desde as barrancas do rio Jaguari até o rio Grande. Segundo Silva (2009), a ausência de uma paróquia mais adiante nesse caminho fazia com que todos os moradores desse distrito fossem subordinados aos eclesiásticos mogianos²⁵, que por sua vez se viam responsáveis por paroquianos vivendo a centenas de quilômetros de distância da igreja.

A solução encontrada foi a realização periódica das chamadas “desobrigas do caminho”, que consistiam no deslocamento do vigário de pouso em pouso, “desobrigando” cada fiel em suas necessidades religiosas. (SILVA: 2009, p. 112)

A autora ainda nos fornece uma informação interessante sobre tais “desobrigas”. Nelas, o padre também realizava casamentos, batismos e sepultamentos nas capelinhas existentes nos próprios pousos. Além disso,

²⁴ Endereço: http://www.matrizimaculada.com.br/matriz/index.php?option=com_content&view=article&id=1&Itemid=3, acessado em 02/06/2013.

²⁵ Tinha-se mogiano como gentílico dos que eram nascidos ou habitavam Mogi dos Campos. Atualmente, àqueles nascidos em Mogi Guaçu, denominam-se guaçuanos; aos de Mogi Mirim, Mogimirianos.

naqueles locais que se encontravam totalmente carentes de um templo, por mais tosco que fosse, esse serviços religiosos eram prestados mediante a utilização de um altar portátil carregado pelo vigário ao longo de sua jornada (**figura 42**). Esse altar era simples em ornamentações, esculpido em madeira e composto por três partes que se uniam através de dobradiças, fechando com uma singela trave de metal. Esse sistema permitia que o altar fosse levado durante as longas viagens.

Segundo Silva (2009), havia uma organização para esse verdadeiro evento que era a “desobriga”. Ela acontecia no sentido de Norte a Sul, indicando que o padre mogiano percorria o “Caminho dos Goiazes” provavelmente alertando à população sobre sua passagem de volta. Assim, enquanto retornava, os habitantes – fregueses – tinham tempo para se organizarem e se aglomerarem nos pousos onde receberiam os serviços religiosos. Dessa forma, os pousos mais uma vez se apresentam como locais de troca e convívio, ou seja, atuavam como “nós”, pontos de conexão entre caminhos, população, serviços e mercadorias.

Foi nesse período também, de acordo com as informações fornecidas por Artigiani (1994), que construíram a primeira ponte de pequeno porte – pinguela - sobre o rio Mogi Guaçu, cuja travessia só era possível até então por meio de canoa. Isso significou um grande avanço para a comunicação entre os núcleos da região, apesar de ainda ser precário. Mas nem tudo corria às maravilhas na Freguesia de Mogi.

O autor supracitado também salienta que localização do núcleo, escolhida em virtude da passagem das bandeiras, à margem do caminho que depois veio a definir-se como Caminho dos Goiazes, não foi em todo positiva. Situada em uma região de vale, a Freguesia sofria com os problemas advindos das cheias do rio Mogi Guaçu. Em tempos de cheia, o rio transformava a freguesia em verdadeiro lamaçal, o que contribuía para a proliferação de doenças, febres e mau odor.

Figura 42 Altar portátil, século XVIII.



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Mogi Guaçu, 2013. Fotografado pela autora.

Somado a isso estava a precariedade do serviço de abastecimento, o qual propiciava a propagação da malária e outras doenças endêmicas que infestavam esse local e acabavam por provocar a estagnação do desenvolvimento urbano do núcleo. Como consequência, parte da população sentia-se temerosa e acabava procurando outros lugares mais saudáveis (ARTIGIANI, 1994). Logo, não nos causa espanto o fato de muitas das famílias se transferirem para o pequeno núcleo vizinho - que se tornaria, futuramente, Mogi Mirim - conforme podemos constatar na obra de PRADO (1951). Esse afluxo de moradores contribuiu de tal forma com o desenvolvimento desse outro pequeno arraial que ensejou sua elevação, em 1751, à 2º Distrito de Jundiaí. Dessa forma, fica claro para nós que estes dois núcleos, cada qual de um lado do rio Mogi Guaçu tem suas histórias de origem entranhadas, compondo um binômio responsável por propulsionar ao restante do sertão as noções de civilidades e urbanidade daquele período. Sendo o último ponto oficialmente reconhecido, a “boca do sertão”, esses núcleos receberam influências tanto da parte daqueles oriundos de Jundiaí, quanto daqueles que habitavam regiões distantes.

É curioso analisar que na região de Mogi existia uma relação dialética entre territórios – civilizado e sertanejo. O viajante, tropeiro, bandeirante por muito tempo significou para os moradores daquela região verdadeiros mensageiros de notícias sobre o civilizado e urbanizado mundo das vilas e cidades. Eram tidos como uma ferramenta de contato com o mundo exterior. Em contrapartida, o vigário da Freguesia de Mogi dos Campos, ao realizar as “desobrigas”, era o principal responsável por trazer à Mogi e ao resto da Capitania, as notícias do sertão. Sertão cujos moradores exerciam a civilidade ao seu modo e possuíam um tipo de sociabilidade que se diferenciava daquela existente nos grandes centros, causando o sentimento de estranheza.

Na imagem a seguir (**figura 43**), visualizamos tais distâncias existentes entre os núcleos e a abrangência do 1º Distrito de Jundiaí. Vemos que Mogi Guaçu estava estrategicamente posicionada em uma área que unia três elementos importantes para o estudo da rede urbana no período colonial: o rio, o caminho dos goiazes e a serra da Mantiqueira. Três agentes que atuaram em conjunto na definição de fronteira dada por Peter Burke (2007). Nessa área houve

a fronteira enquanto barreira geográfica – rios e serra; fronteira enquanto limites administrativos – bispados e capitanias de São Paulo e Minas Gerais que se dividiram usando a Serra da Mantiqueira como marco geográfico; e , principalmente a fronteira enquanto zona de contato. Pois era na freguesia de Mogi dos Campos que se dava o contato entre civilizados e sertanejos; e entre paulistas e mineiros. Um verdadeiro cruzamento que, no âmbito cultural influenciou e dinamizou o processo de urbanização do leste paulista. Era um centro, era um cruzamento e possuía sob sua égide uma extensa região que levava aquela outra de maior interesse do Governo, no século XVIII – às minas de ouro em Mato Grosso e Goiás.

Quando em 1748 ocorreu o desmembramento do que viria a ser a Capitania de Mato Grosso, das terras que antes pertenciam à Capitania de São Paulo, alterou-se drasticamente o posicionamento da Coroa perante o solo paulista. Essa ação provocou a concomitante extinção da Capitania de São Paulo, “deixando de ter governo autônomo, ficando como simples comarca subordinada à Capitania do Rio de Janeiro”, conforme salientou BUENO (2009). Por consequência, os núcleos de Mogi dos Campos e Mogi Mirim precisaram criar novas formas de manter, minimamente, a economia local e subsistência. Iniciou-se a partir dessa data um período em que a Capitania de São Paulo esteve lançada à própria sorte.

Outro fato curioso, digno de nossa observação, é que até os anos de 1745, a extinta capitania estava subordinada ao Bispado do Rio de Janeiro. Em um período de três anos (1745-1748) a questão eclesiástica e política se invertem, passando da criação da Diocese de São Paulo para a extinção da Capitania. Isso acarretou nas regiões interioranas um controle muito mais religioso do que político. Segundo Bueno (2009), o ano de 1748 marcou o início de um período de dezessete anos de estagnação e decadência do território paulista; quadro revertido somente no ano de 1765, quando se deu a restauração da Capitania de São Paulo, por razões ligadas ao fisco e à necessidade de solucionar questões geopolíticas.

2.4.1 – A Freguesia de Mogi Guaçu, 1751 -1769.

No ano de 1751 a povoação vizinha de Mogi dos Campos, denominada arraial de Mogi Mirim, foi elevada a 2º distrito de Jundiáí, equiparando-se à sua vizinha. De acordo com Prado (1951), com essa elevação, Mogi Mirim ficou desmembrada de Mogi dos Campos, que dessa data em diante, tomou emprestado o nome do rio e passou a chamar-se Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Mogi Guaçu.

À época, Mogi Guaçu possuía ao todo cerca de duas mil pessoas, que viviam da engorda e venda de gado e produziam pequenas quantidades de aguardente, azeite de mamona, amendoim, rapadura e trigo. De acordo com o levantamento de dados elaborado por Artigiani (1994), com relação ao traçado urbano, pouca coisa ou praticamente nada mudou nos primeiros anos que sucederam tal cisão. Em contrapartida, o número de sítios e roças crescia consideravelmente.

A princípio não possuíam uma área externa à Igreja Matriz servindo de cemitério à população²⁶. Artigiani também comenta que os sepultamentos eram realizados dentro do templo religioso quando se tratava de um habitante mais abastado ou membro daquela irmandade religiosa. Quanto aos habitantes dos sítios e arredores, que não eram membros da irmandade e nem possuíam recursos, eram transportados em redes e enterrados nas áreas próximas à Igreja.

Tendo o núcleo permanecido sem significativas alterações por tantos anos, é de se supor que existia um cemitério primitivo aos fundos da Igreja Matriz, tal qual nos apresenta uma fotografia datada de 1905. Nela podemos observar a existência do que parece ser uma área cercada atrelada ao templo religioso.

²⁶ Ao longo desta pesquisa não obtivemos informações sobre a delimitação de uma área a ser destinada aos enterros, servindo de cemitério.

Figura 44 Igreja da Matriz, 1915. Autor desconhecido.



Fonte: Mogi Guaçu, três séculos de história. Artigiani, R.:1995, p. 248.

Este núcleo passou por um período de estagnação de seu desenvolvimento urbano compreendido entre os anos de 1751 – data da elevação do arraial de Mogi Mirim à freguesia - e 1769 - ano em que a freguesia de Mogi Mirim foi elevada à categoria de Vila, durante o governo de Dom Luis Antonio Botelho Mourão, o Morgado de Matheus (1765-1775). Para além do ano de 1769, Mogi Guaçu permaneceu na condição de freguesia até os anos de 1877, somando um total de cento e quarenta e quatro anos de subordinação à outras Vilas – Jundiaí e posteriormente Mogi Mirim.

A aparente ausência de modificações no traçado urbano desta freguesia não impediu, entretanto, a dinâmica social que aí se estabelecia. Ao longo da leitura da obra de Artigiani (1994), torna-se perceptível, no que se refere ao progresso urbano, que Mogi Guaçu esteve em situação precária, refletindo os tempos difíceis e franca decadência vivida em todo o território paulista.

Mas isso não impediu que o “binômio das Mogis” provocasse furor naquele cotidiano aparentemente monótono. Assim, as Mogis marcaram presença no contexto regional, tanto no que diz respeito às questões culturais, quanto às políticas e administrativas.

Durante o período de estagnação econômica do território paulista, as Mogis exerceram um significativo papel na região, devido às conexões de caminhos que nelas existiam, tal qual comenta Silva (2009). Essa possibilidade de conexão com outras áreas, sobretudo aquelas onde ocorria a mineração, fazia das Mogis um nó dentro dessa rede ainda iniciante. Sendo assim, o contato e comércio tanto em Minas Gerais quanto em Goiás e Mato Grosso fomentou a sobrevivência econômica dessa localidade, dado que, conforme também salientou Artigiani (1994), Mogi Guaçu e Mogi Mirim se caracterizavam por ser um importante entreposto comercial da região. A relação desses núcleos com as demais regiões teve especial contribuição para as questões culturais do leste paulista, uma vez havia contato entre pessoas de diferentes regiões e troca cultural. Desse modo, sobre essa rede existente na qual as Mogis eram uma espécie de conexão, a civilidade foi propulsionada sertão a dentro, em um período em que São Paulo encontrava-se carente de medidas e ação governamentais.

2.4.2 – O Arraial de Mogi Mirim: 1719-1751.

A segunda metade do século XVII marca a região do leste paulista com os primeiros registros de ocupação da área onde hoje estão situadas as cidades de Mogi Guaçu e Mogi Mirim. É importante esclarecer que naquela ocasião não havia a distinção entre esses núcleos; ambos compunham um único, denominado Mogi do Campo. Existiram alguns fatores que levaram Mogi dos Campos a tal cisão. Buscaremos aqui esclarecer dois desses principais motivos.

O primeiro deles foi o comércio de muares e alimentos. Os dois pontos de aglomeração que compunham Mogi dos Campos estavam à margem do Caminho dos Goiaes, porém, era o núcleo (que posteriormente deu origem à Mogi Mirim) localizado antes do rio Mogi Guaçu – no sentido de Goiás – onde ocorria maior

incidência de paradas dos viajantes para alimentação e pernoite. Sendo que ambos os núcleos sobreviviam do entreposto comercial com esses viajantes, a população local começou a se deslocar para esse pouso antes do rio Mogi Guaçu, contribuindo para que este se tornasse mais populoso que o outro núcleo.

Um segundo motivo foram as próprias condições naturais oferecidas pelo relevo de cada um dos núcleos. Esse núcleo que se tornou mais populoso e estava antes do rio se localizava em um plano inclinado, entre dois rios de pequeno porte: o ribeirão de São Benedito e o rio Mogi Mirim, do qual emprestou o nome. Esses rios, menos caudalosos do que o rio Mogi Guaçu, ofereciam água e alimento para a população. Do mesmo modo, o relevo permitia melhor ventilação, fazendo com que Mogi Mirim apresentasse condições mais saudáveis aos seus habitantes. Isso porque o outro núcleo, que posteriormente passou a denominar-se Mogi Guaçu, localizava-se em um vale de um rio mais caudaloso e cujas cheias alagavam frequentemente e beneficiava a proliferação de muitas doenças. Entre outros motivos existentes, acreditamos serem estes dois os principais que levaram à população local a optar por Mogi Mirim.

Um vestígio que comprova nosso raciocínio é a informação contida nas “publicações comemorativas”²⁷ da Paróquia de São José, a qual relembra que a Bandeira chefiada por Bartolomeu Bueno da Silva se instalou no pouso de Mogi Mirim, no ano de 1682. E desde então esse pouso teria sido preferido pelos bandeirantes.

Observamos outros dados que nos fazer pensar na existência de outro fator que contribuiu para a intensificação da ocupação no núcleo de Mogi Mirim: a sesmaria concedida à Amador Bueno da Veiga que se entendia desde o rio Jaguary até o rio Mogi Guaçu. Entretanto, não conseguimos reunir informações documentais suficientes para fazer tal afirmativa. Sabemos que o pouso de Mogi Mirim, integrante de Mogi do Campo, encontrava-se dentro dos limites de tal sesmaria, no ano de 1709. Supomos que, com o retorno dos paulistas, após o episódio da Guerra dos Emboabas, uma parte deles, liderados por Amador Bueno

²⁷ Publicações comemorativas da Paróquia de São José de Mogi Mirim. “São José de Mogi Mirim, 250 anos: 1751 /1º de novembro de 2001”. E “260 anos da Paróquia de São José Mogi Mirim: 1751 – 2011”. Disponíveis para consulta no acervo da Igreja Matriz de São José de Mogi Mirim.

da Veiga, tenham regressado e fixado em suas terras as quais já contavam com um núcleo e entreposto comercial, que era Mogi Mirim. Dessa forma, teriam eles também contribuído para o aumento populacional.

Durante esta pesquisa, não obtivemos acesso a nenhum documento ou registro oficial comprovando que Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo Anhanguera, tenha realmente residido em Mogi Mirim. Quem levanta esta possibilidade é Antônio Carlos de Oliveira (2001), em artigo presente na publicação comemorativa “São José de Mogi Mirim, 250 anos: 1751/1º de novembro de 2001”. Para tal formulação, o autor toma como base a presença de Anhanguera no ano de 1721 que, reunido com os demais bandeirantes integrantes da Bandeira de 1722, participou de uma missa realizada na capelinha local. Esse relato nos permite observar que o pouso de Mogi Mirim, por se encontrar distante de Jundiáí, teve uma primeira ermida erigida para o exercício da religião católica.

A ermida localizava-se na margem do primitivo caminho para Goiás, que com os achados do ouro passou à denominação de Caminho dos Goiazes. A situação era diferente daquela existente em Mogi Guaçu, cujo traçado retangular original não incorporava o primitivo caminho, mas formava-se nas proximidades. O arraial de Mogi Mirim se estruturou em função deste caminho, incorporando-o ao centro do núcleo e transformando-o no único acesso e canal de comunicação terrestre com pouso de Mogi Guaçu.

O caminho partia de São Paulo, passava por Jundiáí, atingia Mogi Mirim e logo em seguida a Mogi Guaçu. A partir deste último seguia sentido nordeste até atravessar o rio Grande e chegar em Mato Grosso e Goiás.

No trecho do Caminho dos Goiazes que precede o Ribeirão de Santo Antonio, temos a porção que estruturou o primitivo núcleo de Mogi Mirim e que, como pode ser observado na **figura 47**, foi preservado no traçado até os dias atuais. Referente a este trecho, descrevemos aqui um fragmento do artigo de Pedro de Mattos, intitulado “Notas Mogimirianas”, publicado no jornal “A Comarca”, cuja data não foi possível identificar.

A rua mais antiga desta cidade é a Rua Marciliano, estrada primitiva para Goiaz, Mato Grosso e Minas Gerais. Com o desenvolvimento do arraial de Mogy-Mirim, antes com o nome de Mogi do Campo, foram edificadas as primeiras casas, todas obedecendo ao estilo colonial, como ainda constata algumas setentas casas existentes naquela rua, onde edificaram a primeira igreja (MATTOS, s/d)

De acordo com Lauro Monteiro de Carvalho e Silva (1960), a celular mater deste arraial teria sido um pequeno ajuntamento de casas nas proximidades da capelinha²⁸.

Figura 45 A primeira capela de Mogi Mirim. Autor: Tóride S. Celegatti, 19/02/1978.



Fonte: Imagem publicada em Mogi Mirim - de volta ao passado.

²⁸ Algumas das imagens ora apresentadas, as quais foram elaboradas pelo artista plástico Sebastião Tóride Celegatti, não necessariamente retratam as características originais da edificação. Buscamos trazer tais iconografias a fim de ilustrar e auxiliar na compreensão de algumas das características descritas por Lauro Monteiro de Carvalho e Silva. Sabemos que tais iconografias foram elaboradas a partir das informações fornecidas por esse mesmo autor. Porém, assim como as representações feitas pelos viajantes estrangeiros que percorreram o leste paulista, a obra de Celegatti é fruto de sua livre interpretação, passível de relativizações.

figura 46 Mapa hipotético: reconstituição do Caminho dos Goiazes entre Mogi Mirim e Mogi Guaçu. Elaborado pela autora.



Fonte: Mapa interpretativo, correspondente a tentativa de recuperação do traçado do Caminho dos Goiazes no trecho situado entre o núcleo de Mogi Mirim (2) e o núcleo de Mogi Guaçu (1). Elaborado pela autora, segundo o artigo publicado por Pedro de Mattos, no jornal “A Comarca”, intitulado “Notas Mogimirianas”; segundo as informações contidas em “Estudo da Urbanização de Mogi Mirim”, de Carmem Lúcia Bridi(2009); informações da obra de Ricardo Artigiani (2009), intitulada “Mogi Guaçu, três séculos de história” e relatos elaborados pelos viajantes August Saint-Hilaire, em 1819 e Luiz D’Allincourt, em 1823 , ambos já apresentados nesta dissertação.

O artigo elaborado por Pedro de Mattos confirma a formulação de Carvalho e Silva sobre o ajuntamento de casas na localidade, afirmando que ainda era possível (na época da publicação do artigo) encontrar aproximadamente setenta casas originais do período na estrada primitiva para Goiás. As publicações comemorativas da Paróquia de São José de Mogi Mirim nos apresentam outro dado relevante: também haviam casas edificadas na lateral do templo, de modo que o alinhamento delas formava uma passagem que, disposta de modo perpendicular ao Caminho dos Goiazes, compunha em conjunto com o caminho o primeiro cruzamento existente no arraial.

Não foram encontrados registros de que o alinhamento de casas também teria delimitado um largo defronte a esta capela. Porém, sabemos que a Igreja Matriz, construída no ano de 1751, ano marcado pela elevação do arraial à condição de freguesia, foi erigida em uma nova localidade, tal qual descreveu Silva (1960). Já neste novo local, as casas edificadas nas proximidades da igreja se dispunham de modo alinhado em um grande retângulo, originando o largo da Matriz.

Isso nos faz concluir que a escolha do novo local para a construção da nova igreja relacionava-se às problemáticas do próprio traçado primitivo. Isto é, existindo casas no entorno imediato da capela, tal qual relataram Silva e Mattos, tornava-se difícil a demolição do templo antigo e a nova construção de um novo no mesmo local, por falta de espaço. Além de afetar diretamente as casas vizinhas, o templo da Igreja Matriz demandava uma proporção maior que a da capela. É factível supor que na pretensão ser um dia elevada à vila e depois cidade, tornava-se necessário escolher um novo local que permitisse a ampliação do templo, bem como do próprio núcleo. Por consequência, se fazia necessário a existência de um local onde pudessem ocorrer as manifestações e festividades religiosas – o largo. Outro fator digno de nota, apresentado em “Subsídio para a história parochial de Mogy-Mirim”, artigo publicado por Monsenhor Moyses Nora em 1910²⁹, é que o primeiro vigário da freguesia foi o Padre Antonio Damaso da Silva, um sacerdote de formação jesuíta. Mesmo tendo permanecido em Mogi Mirim somente por um ano, ele presenciou, comandou e possivelmente

²⁹ Estes artigos foram publicados no jornal “A Comarca” entre os meses de março e abril de 1910 e podem ser consultados na Biblioteca Municipal de Mogi Mirim.

influenciou a ordenação desse traçado iniciante durante o tempo de construção da Igreja Matriz.

Segundo Mendes (2007), o largo retangular defronte a Igreja Matriz é característico do período colonial brasileiro. Outro aspecto do traçado original a ser destacado, é o trecho do Caminho dos Goiazes, nas proximidades do Ribeirão de Santo Antônio. Não obtivemos registros do século XVIII, entretanto, ao levantarmos informações referentes ao século XIX deparamo-nos com os relatos de Luiz D'Alincourt e o Relatório Geral da comissão de engenheiros das Forças de 1865, que iriam fazer parte na luta na Guerra do Paraguai. Em ambos os relatos, a área que se tinha a partir de tal ribeirão era o local destinado ao pouso e pernoite; por isso, talvez, o motivo do caminho aparentemente contornar esse local (ver **figura 47**).

De acordo com Lauro Monteiro de Carvalho e Silva (1960), haviam entre os moradores de Mogi Mirim alguns dos bandeirantes que desbravaram o sertão paulista, entre os anos de 1719 e 1722. Segundo este autor, entre eles estavam: Manuel Garcia Velho, que assinou termo de 6 de novembro de 1720, em Cuiabá, para a conquista das minas de ouro, passando depois a residir em Mogi Mirim, conforme informações do 1ª livro de casamentos da Paróquia de São José de Mogi Mirim. Francisco de Siqueira e Ângelo Preto, também assinantes do termo supracitado, tendo ambos constituído família e permanecido neste núcleo.

Inácio Preto de Moraes, escrivão do termo em questão. Teria ele sido guarda-mor do caminho para Goiás, em meados dos Setecentos, além de arrematante dos impostos das passagens dos rios.

O seu inventário, feito em 1805, cujos autos se acham no primeiro cartório de órfãos dêste Termo de Moji-Mirim,(...) consta que êle era proprietário de casas na rua Direita e outras, além de diversas fazendas de criar neste têrmo. (SILVA: 1960, p. 16)

Este trecho deixa explícito o crescimento do Arraial de São José de Mogi Mirim. As informações coletadas durante esta pesquisa, referentes às duas primeiras décadas do século XVIII, nos apresentaram um núcleo iniciante

composto basicamente de um cruzamento – o Caminho dos Goiazes com a passagem lateral à capela, tal qual podemos observar no mapa de identificação a seguir:

Figura 47 Mapa de identificação do Caminho dos Goiazes no traçado urbano de Mogi Mirim, primeira capela, casas e área de pouso



Fonte: Mapa de identificação do Caminho dos Goiazes no traçado urbano de Mogi Mirim, primeira capela, casas e área de pouso. Elaborado pela autora a partir de base cartográfica de autoria de Engenheiro Garcia Redondo, em 1886. As identificações do Caminho, casas e posicionamento da primeira capela são baseadas nas informações contidas no artigo “Notas Mogimirianas”, publicado por Pedro de Mattos no jornal “A Comarca”, cuja data estava ilegível. A identificação da área destinada aos pousos é uma formulação da autora, fundamentada nos desenhos de observação feitos por Edmund Pink, no século XIX, cuja perspectiva demonstra detalhes da paisagem e relevo. Através destas características, bem como posicionamento da Igreja Matriz no desenho, foi possível identificar a área em questão - área ligeiramente afastada no núcleo. Escala ilegível.

Já a citação de Silva (1960) nos esclarece que em meados do mesmo século XVIII, período de transição do arraial à freguesia, o traçado urbano se encontrava ampliado com o surgimento da Rua Direita, a primeira via com

denominação de “rua” de Mogi Mirim. Além disso, novas casas já haviam sido edificadas ali, denotando o crescimento do arraial:

Figura 48 Mapa de identificação do Caminho dos Goiazes e expansão traçado urbano de Mogi Mirim, até 1751.



Fonte: Igreja Matriz, cemitério, novas casas e rua de possível identificação, da recém criada Freguesia de São José de Mogi Mirim. Elaborado pela autora a partir de base cartográfica de autoria de Engenheiro Garcia Redondo, em 1886. As identificações do Caminho, casas e posicionamento da primeira capela são baseadas nas informações contidas no artigo “Notas Mogimirianas”, publicado por Pedro de Mattos no jornal “A Comarca”, cuja data estava ilegível; e na obra intitulada “Mogi Mirim: subsídios para sua história”, cuja autoria é de Lauro Monteiro de Carvalho e Silva (1960). A identificação da área destinada aos pousos foi mantida em relação à imagem anterior pois as consta ser utilizada para esse fim até o século XIX. A identificação do cemitério está baseada no artigo publicado por Monsenhor Moysés Nora, intitulado “Subsídios para a história de Mogi Mirim”, no jornal “A Comarca”, de março de 1910. Escala ilegível.

A rua do comercio atravessava o Largo (em formação) e unia, por uma reta, dois pontos do Caminho dos Goiazes. No sentido Mogi Guaçu-Jundiaí, essa

rua permitia acesso direto ao lado direito do largo da Matriz e por isso às vezes também era referenciada por “rua direita”. Ela prolongava-se até atingir a outra extensão do Caminho. Segundo o relato de Luiz D’Alincourt, datado de 1823, ela apresentava duas larguras – uma mais estreita, que era a porção onde surgiram as novas casas de Inácio Preto de Moraes e levava à direita da Matriz; e outra porção mais larga, posterior ao largo e que se unia ao Caminho de entrada do núcleo, no sentido Jundiá. Mesmo este relato sendo datado do século XIX, temos nele um importante vestígio do traçado urbano existente no período de transição do arraial à freguesia, 1747 à 1751.

Segundo a listagem apresentada ao longo da obra de Prado (1951), entre outros moradores que habitavam Mogi Mirim, estava Salvador Jorge de Moraes, Antônio de Araújo Ferraz, Francisco Bueno Pedroso; genro, sobrinho e neto, respectivamente, de Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo Anhanguera. Também residiam na freguesia Liberata Leme da Silva, Vicente Adorno, Coronel Mateus de Cubas e Mendonça. Francisco Portes Del’Rey, sobrinho de Amador Bueno da Veiga. José Barbosa Rego, Sebastião Leme do Prado, Francisco Xavier Bezerra, Inácio Cardoso da Silva, Manuel Rodrigues de Araújo Belém, Domingos Gomes de Oliveira, Geraldo Pires de Araújo e Melchior Pereira de Campos. Entre os mais antigos e que residiam no arraial, havia José Grojão Cotrim, que figurava como morador desde os mais antigos assentamentos, provavelmente aquele originário na Cachoeira de Cima.

De modo geral, podemos concluir que o crescimento e ampliação do traçado foi consequência da estruturação e ordenação do espaço imposta ao núcleo à partir do assentamento dos primeiros alicerces da Matriz. Outra dificuldade enfrentada por nós ao longo do levantamento histórico, diz respeito à identificação da personagem responsável pela doação do Patrimônio à São José, terras onde foi erigida a freguesia. Frente ao desaparecimento³⁰ do primeiro Livro

30 Em pesquisa ao acervo da Paróquia de São José de Mogi Mirim deparamo-nos com a ausência do 1º Livro do Tombo de Mogi Mirim. Os registros encontrados neste acervo apontam que o desaparecimento deste volume se deu após 1910, período em que o acervo da Igreja Matriz foi realocado para a Igreja do Carmo, em função da demolição desta primeira e construção de um novo templo, no mesmo Largo. As informações que ora apresentamos referentes aos registros contidos no Livro do Tombo foram possíveis de ser utilizadas porque no ano de 1910 o pároco local, Moysés Nora, efetuou o restauro deste livro e publicou seu conteúdo no jornal “A Comarca”, entre os meses de março e abril do mesmo ano.

do Tombo, no qual possivelmente estaria registrada esta informação, resta a nós levantar uma hipótese, fundamentada em três observações, a saber.

A primeira delas é que, como já mencionado anteriormente, o pouso de Mogi Mirim estava situado dentro dos limites da sesmaria de Amador Bueno da Veiga, o Aclamado. A segunda observação refere-se ao fato do Capitão Amador Bueno da Veiga, o filho, ter uma fazenda denominada Jaguari, no termo de Mogi Mirim, tendo residido nela em seus últimos anos de vida até novembro de 1799, conforme as informações fornecidas por Mattos (s/d) e Prado (1951)³¹. A terceira observação a ser feita é que na lista de moradores acima apresentada, citamos Francisco Portes Del'Rey – sobrinho de Amador, como salientou Prado (1951) - um entre outros possíveis membros da família Bueno da Veiga residentes no arraial de Mogi Mirim. Dessa forma, levantamos a hipótese de que tenha sido Amador Bueno da Veiga o doador do patrimônio para a construção da Igreja.

Para sermos mais precisos quanto as datas, temos como referencia a obra de Carmem Lucia Bridi(2009), onde a autora comenta que em 29 de julho de 1747, em função da quantidade de moradores e expressividade do arraial, que o primeiro Bispo de São Paulo, D. Bernardes Rodrigues Nogueira ordenou o assentamento dos primeiros alicerces na nova Igreja de São José, ainda sob jurisdição paroquial de Mogi do Campo (Mogi Guaçu). Segundo as informações contidas na folha 1 do Livro 1º do Tombo da Paróquia de São José de Mogi Mirim, datado de 6 de novembro de 1754, interpretados na íntegra³² e publicado por Monsenhor Moysés Nora em artigo intitulado “Subsídios para a história da Parochia de Mog-Mirim”, no jornal “A Comarca” de 23 de março de 1910, a paróquia foi criada pela provisão de 1º de novembro de 1751, desmembrando-se da então Freguesia de Mogi do Campo.

31 Em posse desta informação, recorremos ao acervo da Paróquia de São José a fim de confirmar a veracidade deste dado nos Livros de Batismo.

32 Atualmente o 1º Livro do Tombo da Paróquia de São José de Mogi Mirim encontra-se desaparecido. Porém, no ano de 1910 ele ainda não o era. Segundo os relatos de Monsenhor Moysés Nora, pároco local e responsável pelas publicações mencionadas, o Livro já se encontrava em péssimas condições de manuseio no ano de 1910. Sendo assim, teve Monsenhor Nora o trabalho de interpretar e transcrever na íntegra as escritas ali contidas. Após esse trabalho, dedicou-se à produção semanal de artigos destinados a situar a população quanto aos ocorridos históricos da Paróquia. Suas publicações ocorreram nos meses de março e abril do ano de 1910 e foram utilizadas como fontes primárias nesta pesquisa.

2.4.3 – A Freguesia de São José de Mogi Mirim: 1751-1769.

A partir da data de 1º de novembro de 1751, o núcleo de Mogi Mirim, sendo Freguesia recém-criada, encontrava-se desmembrado da então Freguesia de Mogi do Campo, no que diz respeito às questões eclesásticas. Como já mencionamos, dessa data em diante Mogi do Campo passou a denominar-se Mogi Guaçu e a Freguesia de Mogi Mirim foi elevada à segundo termo de Jundiaí, tendo sua extensão territorial compreendida entre o rio Atibaia e o rio Mogi Guaçu.

Isso significava dizer que todas as pessoas moradoras dessa área não precisavam mais recorrer ao pároco de Mogi Guaçu. Cabia à Paróquia de Mogi Mirim prestar os serviços religiosos ao que aí iam; enquanto que na Freguesia de Mogi Guaçu a área do distrito, apesar de reduzida em prol de Mogi Mirim, continuava a ser demasiadamente grande. Isso fazia com que o pároco ainda tivesse de percorrer todo o extenso território realizando as “desobrigas”³³. Tanto o pároco de Mogi Guaçu quanto o de Mogi Mirim realizavam esse ao longo do Caminho dos Goiazes, sempre no sentido de retorno às freguesias

Em 1754, Padre Antônio Xavier de Mattos³⁴, em 1754, ao elaborar um memorial sobre vida e costumes de Mogi Mirim, o qual é considerado o documento histórico mais importante desta cidade. Anotou nesse memorial que dentro do termo de Mogi Mirim existia o que ele denominou ser onze bairros - prováveis aglomerações de moradores, dispersos no território-, sendo eles: Jaguari, Atibaia, Rio dos Couros, Pirapintigui, Olho d’Água, Caveiras, Mogi Mirim, Cercado, Montevideú, Macucos e Cachoeira.

33 Segundo os registros fornecidos na paróquia de São José de Mogi Mirim, e as informações contidas na obra de Silva (2009), entende-se por “desobrigas” a tarefa destinada ao pároco de uma dada freguesia com demasiadas extensões territoriais, onde ele tinha que percorrer o seu território para prestar auxílio religioso à população distante que não se deslocava até a Igreja Matriz. O padre percorria o caminho avisando sobre sua passagem e ao retornar, dava tempo para que os habitantes se organizassem, chamassem seus parentes para receber os serviços religiosos. Esses serviços poderiam ser casamentos, enterros, missas, batismo e quando não havia um ermida, utilizava-se um altar portátil que sempre era levado pelo pároco.

34 Arquivo do acervo paroquial de Mogi Mirim, intitula “Memorial do Padre Xavier de Matos”. Transcrito na publicação comemorativa desta paróquia, intitulado “São José de Mogi Mirim 1771-1/Nov/2001. P. 15-16)

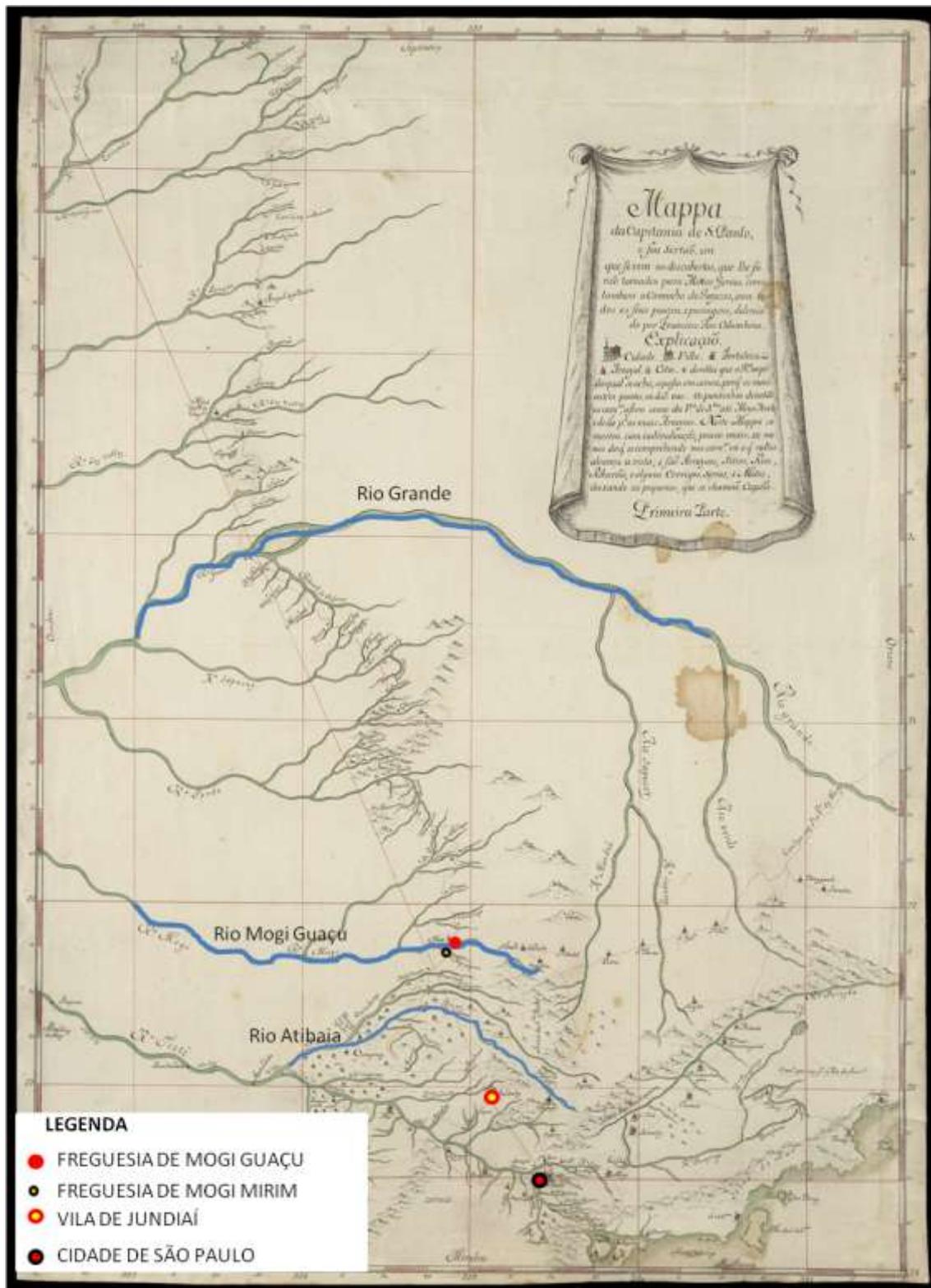
O termo se entendia entre os rios supracitados, que se distavam nove léguas. Alguns desses bairros, acima mencionados, localizavam-se uns mais distantes que outros em relação ao núcleo urbano da Freguesia de Mogi Mirim. Segundo o padre Xavier de Matos, o mais distante estava localizado à sete léguas, porém ele não faz a identificação deste aglomerado. Tomando como base essa antiga medida, cuja equivalência é de aproximadamente 6,6 Km, sabemos, assim, que a aglomeração mais distante estava a aproximadamente 46 km de Mogi Mirim. Essa distância, levando-se em conta condições tecnológicas do período, continuava a ser considerável.

O pároco também salientou em seu memorial que por mais que se fizesse necessário, não haviam possibilidades de ereção de capelas e nem “modo e meio” de suprir as necessidades lá existentes. Isso implica em dizer que nos primeiros anos de Freguesia foram relativamente poucos os serviços religiosos prestados aos fregueses. Fato em parte comprovado quando consultado o primeiro Livro de Batismo da Paróquia, no qual constam registrados apenas dois batizados no ano de 1751 e outros vinte e seis durante todo o ano de 1752³⁵.

Neste manuscrito constam alguns detalhes da então Igreja Matriz: um só altar, que era o da capela-mor. Paredes feitas de taipa-de-pilão, com teto ainda por forrar; servia-lhe como sacristia interinamente um dos corredores que ficava ao lado da mesma capela-mor. Não possuía sacrário e nem lâmpada; apenas uma pequena de latão a qual foi doada em esmola e servia aos oratórios. A Igreja Matriz possuía dois sinos: *“um pequeno, de arroba, e outro maior, de dez, o qual foi artificiado e fundido nesta mesma freguesia”*. Possuía também uma pia batismal feita de pau, “conforme a capacidade da terra”, como salientou o padre Xavier de Mattos, referindo-se às precárias condições financeiras dos fiéis.

³⁵ Informações obtidas através do artigo elaborado por Monsenhor Moysés Nora e publicado em “A Comarca”, de 27 de março de 1910.

Figura 49 Mapa de identificação do termo de Mogi Mirim e termo de Mogi Guaçu, 1751. Modificado pela autora



Fonte: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1033415.htm. Modificação feita pela autora com base nas informações contidas no Memorial de Padre Antonio Xavier de Mattos, em 1754, publicado na edição comemorativa “260 anos da Paróquia de São José de Mogi Mirim: 1751-2011”, p. 15.

Assim como a Freguesia de Mogi Guaçu, a Freguesia de Mogi Mirim não apresentou significativa alteração em seu traçado urbano, exceto pela criação do cemitério em terreno ao lado da Igreja, como pode ser observado na **figura 48**.

O adro que se lhe consignou e benzeo para cemitério consta de quarenta e cinco passos, caminhando de cara desde a porta principal para o poente; e doutros quarenta e cinco desde a parede do corpo para o sul; e de igual medida do outro lado e parede para o norte; tudo segundo os termos e divizas de pedra, e que forão fixadas e se mostrão patentes no mesmo adro, as quais fazem a mesma demarcação para o nascente. (Memorial do Padre Antonio Xavier de Mattos, 1754)

Além das delimitações do terreno, o padre também descreveu em seu memorial as quantias a serem pagas pelo serviços religiosos prestados, entre eles os batizados, os velórios, enterros, casamentos e confissões, tal qual o costume da época.

Renderá esta freguezia, pello maior, cento e setenta mil réis cada ano. He parochia encomendada e não tem rendimentos ou cõngrua alguma. Os usos e costumes úteis para os parochos são seis vinténs por pessoa de confissão que lhe pagão na Quaresma os freguezes, de dezobriga. Tem mais de recomendar nos enterros duas patacas, de acompanhar a outras duas patacas e huma velha de meia libra. (...) tem mais os parochos as offertas dos batizados e cazamentos, cujos rendimentos – huns e outros – virão a sommar conto e setenta mil réis de cada ano. (Memorial do Padre Antonio Xavier de Mattos, 1754)

Por mais que as dimensões do termo de Mogi Mirim não atingissem nem metade da dimensão do termo de Mogi Guaçu, a distância era suficientemente grande para se por como obstáculo para a população, fazendo com que o simples morador do campo realizasse os santos sacramentos, mesmo na ausência do pároco.

Prova disso é um episódio datado de 1758, e registrado pelo terceiro vigário da Paróquia de Mogi Mirim, Padre Vital Gomes Freire. Segundo os registros feitos por esse vigário no 1º Livro de Batismos³⁶, realizou ele, no dia 28 de maio daquele ano a validação do batismo de uma criança de nome Maria, a qual estava à beira da morte, e cuja cerimônia havia sido realizada por Antonio Correa Rangel, homem casado, morador da Freguesia de Mogi Mirim. Tal

³⁶ Transcritos na íntegra e publicados por Monsenhor Moyses Nora no jornal "A Comarca", entre março e abril de 1910, disponível para consulta na Biblioteca Municipal de Mogi Mirim.

episódio apenas confirma que em horas extremas como essa, não havia tempo hábil para a chegada do pároco na localidade. E assim, homens comuns realizavam as cerimônias religiosas à sua maneira.

Quanto aos enterros, o memorial de Padre Xavier de Mattos traz mais detalhes:

“Para os cléricos não há rendimento algum, e para a Fabrica hé costume pagar-se uma pataca por cada defuncto que se enterra no adro assistindo a cruz, cuja pataca vale trezentos e vinte réis; e da porta principal para dentro até no meio, seicentos e quarenta réis pela sepultura e trezentos e vinte réis pela Cruz; e do meio até as grades, mil e duzentos e setenta pela sepultura e 320 réis pela Cruz; e dentro do Cruzeiro trez mil e duzentos réis pela sepultura e 320 réis pela Cruz, e dentro da Capella-mor, mediante dispensa S. Exa. Revma., poderá ser enterrado dentro da Capella o que der a avultada esmolla de cinquenta mil réis, cuja dispensa se consegue, attendendo a esta Igreja ser pobre e de novo erecta.”

Ou seja, eram nesses serviços religiosos prestados que a Igreja Matriz de São José de Mogi Mirim mais angariava fundos, haja visto que os fregueses, ao que ficou demonstrado neste “memorial”, não possuíam grandes rendimentos financeiros. E nem sempre se deslocavam à Igreja Matriz nas datas emblemáticas do calendário cristão, fazendo com que o recolhimento anual da igreja fosse pequeno. No mesmo memorial, o padre cita que em seu paróquiato instituiu que o montante arrecado seria destinado à manutenção do templo, daquela data em diante, fazendo virar um costume da Freguesia.

Como já mencionado, o período em que os núcleos de Mogi Guaçu e Mogi Mirim foram elevados à condição de freguesia foi marcado pela extinção da Capitania de São Paulo e pouca atenção conferida dos governantes ao território paulista. Os olhos da Coroa se voltavam para as regiões mineradoras e assim, as terras paulistas se desenvolviam “ao sabor das circunstâncias”, como expressou Beatriz Picolotto Siqueira Bueno (2009). Os preços estipulados pelo então Padre Antonio Xavier de Mattos nada mais eram do que frutos dessas circunstâncias.

De acordo com as informações de Padre Xavier de Mattos, até a data de 1754, ainda não havia Confrarias em Mogi Mirim. Segundo ele, *“intentava-se levantar brevemente huma do santo Padroeiro, para a qual tem os freguezes já a sua provizão de erecção e da mesma forma cuidão os pretinhos em aver licença de erigir outra a Nossa Senhora do Rosário”*. No entanto, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos pretos foi ereta somente no ano de 1813.

A pesquisa no acervo paroquial nos levou a identificar apenas uma segunda mudança, além daquela primeira marcada pela delimitação do cemitério: a construção da primeira casa paroquial de Mogi Mirim, edificada no Largo da própria Igreja Matriz, sob a licença do Bispo Diocesano de São Paulo, em 1754:

“Concedo a licença que nos pede o Revmo. Vigário de Mogi Mirim para se fazer o acrescentamento dessa igreja, levantando as paredes da capela-mor; e também atendendo a grande indigencia³⁷ que há de casa para residencia dos párcos dessa freguesia, aplicamos as madeiras que se tirarem da capela-mor velha, para a feitura da referida casa paroquial. São Paulo, 16 de maio de 1754 – Bispo Diocesano” (São José de Mogi Mirim: 1751 a 1º de novembro de 2001, p. 14)

A construção da casa paroquial significava a certeza da existência de um local destinado aos padres. Padre Antonio Damaso da Silva e Padre Antonio Xavier de Mattos, por exemplo, conforme consta no referido memorial, não possuíam residência fixa, isto é, salário, e dependiam de alugueis caros, cobrados por outros moradores que possuíam residência destinada à locação. Com a construção das casas paroquiais, passaram eles a pagar aluguél, a preço reduzido, para a própria igreja³⁸.

A construção dessas casas pouco afetou a paisagem do núcleo. Mas chamou a nossa atenção o fato delas serem construídas no Largo da Matriz, demonstrando que no ano de 1758 tal largo ainda não estava totalmente ocupado, apresentando áreas vagas onde se poderiam construir novas edificações. Assim relatou o vigário, no “Termo de Posse”:

37 Segundo a “publicação comemorativa” São José de Mogi Mirim: 1751 a 1º de novembro de 2001, p. 14, indigência deve ser entendido como falta, deficiência ou ausência.

38 Não conseguimos obter informações ou registros sobre a quantia referente ao aluguel das casas paroquiais.

Aos trinta dias do mez de abril de mil setecentos e cinquenta e oito tomei posse das cazas feitas para rezidencias dos Revmos. Vigários, metendo-me dentro; e logo paguei aluguer do primeiro mez ao fabriqueiro Maurício José Machado, que recebeo por parte da fabrica³⁹ e carregou em sei livro, em cujo inventário perante mim também carregou. Tais cazas são de parede de pilão cobertas de telhas e seo tecto de tecanice, com trez lanços e sitas na vizinhança do adro da mesma igreja.(Transcrito por M. Moysés Nora em “A Comarca”, de 24/03/1910.)

A partir desse fragmento, podemos observar que o método construtivo mais utilizado era a taipa-de-pilão⁴⁰; com exceção da casa anteriormente mencionada e localizada na Cachoeira de Cima (**figura 25**), cuja construção era de adobe.

Dessa forma, ao analisarmos as condições em que se estabeleceram os dois primeiros núcleos do leste paulista, apreendemos a própria noção de urbano do período em pauta. Enquanto a Freguesia de Mogi Guaçu contabilizava, até o ano de 1751, a quantidade de 2 mil fregueses; na Freguesia de Mogi mirim eram contabilizados setenta e dois fogos, isto é, casas habitas; uma quantidade baixa de moradores, tendo como média a quantia de cinco habitantes por casa. Assim, percebemos que durante a primeira metade do século XVIII, foi a Freguesia de Mogi Guaçu aquela de maior expressividade na região. Pois além da extensão territorial que abrigava todos os pousos existentes entre ela e o rio Grande, era também a mais antiga. A expressiva atuação da Freguesia de Mogi Guaçu no campo social e cultural levou ao desenrolar de episódios marcantes, os quais dinamizaram a vida em comunidade naquela região. Além disso, a dinâmica existente entre esses núcleos fez a cultura local extrapolar os limites do traçado urbano, atingindo partes mais afastadas de seus respectivos territórios, e provocando um deslocar da população que contribuiu para a reafirmação desses

39 Segundo a “publicação comemorativa” São José de Mogi Mirim: 1751 a 1º de novembro de 2001, p.15, fábrica significava a administração do patrimônio e rendimentos da paróquia; bem como conservação dos bens móveis e imóveis desta.

40 A taipa é uma técnica herdada das culturas árabes e berbéres, constitui-se de paredes feitas de barro amassado e calcado, por vezes misturado com cal para controlar a acidez da mistura que vem a ser comprimida entre taipais de madeira desmontáveis, removidas logo após estar completamente seca, formando assim uma parede de um material incombustível e isotérmico natural e particularmente barato.

dois núcleos como uma “centralidade” dentro do sertão paulista. Referimo-nos às disputas territoriais ocorridas entre dadas Freguesias e a dinâmica populacional provocada pelas festividades religiosas, em especial à presença da música nesses eventos. Essas questões, esclareceremos a seguir.

2.5 – O binômio das “Mogis”

Com o surgimento da Freguesia de Mogi Mirim, Mogi Guaçu deixou de ser a única centralidade do sertão leste. A criação desta segunda Freguesia quebrou tal hegemonia fiscalizadora e religiosa que a antiga Mogi dos Campos (Mogi Guaçu) exercia no território compreendido desde o rio Jaguary até o rio Grande. Este momento de cisão entre o pouso e a freguesia contribuiu para uma maior dinâmica social na região – surgiram as disputas territoriais e as disputas sociais relacionadas aos batizados, ordenação de novos párocos e as festividades religiosas, tal qual nos informa os documentos transcritos e publicados por Monsenhor Moysés Nora, em “A Comarca” de 1910.

Segundo o artigo publicado por Monsenhor Moysés Nora⁴¹, até o ano de 1758, Mogi Mirim teve dois párocos: Padre Antônio Damaso da Silva, que comandou a paróquia de 1º de novembro de 1751 à, aproximadamente, agosto de 1752, em um período de remodelação do núcleo, uma vez que nessa data consta a construção da Igreja Matriz de Mogi Mirim; e Padre Antônio Xavier de Mattos, pároco da freguesia por um período de seis anos, entre setembro de 1752 até 28 de maio de 1758.

Foi no ano de 1759, no paroquiato do Padre Vital Freire, que se registrou as disputas territoriais existentes entre as duas Freguesias em questão. Com a criação da Freguesia de Mogi Mirim e o estabelecimento de novos limites para Mogi Guaçu, alguns moradores mais abastados, qualificados por Monsenhor Nora como “manda-chuvas” do local e que residiam na área compreendida entre o rio Mogi Guaçu e a Freguesia de Mogi Mirim, deixaram de ser fregueses de Mogi Guaçu, passando suas terras a integrarem a Freguesia de Mogi Mirim.

⁴¹ Artigo publicado no jornal “A Comarca”, em 03 de março de 1910.

Entretanto os moradores não respeitavam tal mudança. O artigo publicado por Monsenhor Nora cita, em tom irônico, que avanços para além dos novos limites da freguesia cometidos pelo pároco de Mogi Mirim devia-se ao fato deste confundir o rio Mogi Guaçu com um “*valo de metro e meio de largura*”⁴².

Além dele, a paróquia de Mogi Guaçu também revidava tais invasões. Como consequência, aqueles dez “*manda-chuvas da Ribanceira do Mogi*”, citados por Monsenhor Nora, levaram o caso ao Exmo. Bispo Diocesano, “*fazendo uma petição pessoal para continuarem pertencendo a Mogy-Guassú*”. E em resposta obtiveram o seguinte despacho:

Conservem-se, privilegiadamente, freguezes de Mogy-Guassú os suplicantes Manuel d’Oliveira, Diogo de Barbosa, Ignácio Delgado, Lourenço Delgado, Francisco de Siqueira, Manoel Alvares Tinorio, Antonio Freire, João Ribeiro da Proença, Manuel Ferreira e Domingos Dias, vistas as informações. Mas de nenhum modo gosarão da presente graça os moradores que de novo forem situar ou morar na mesma paragem, porque ficarão estes pertencendo à Freguesia de Mogy-Mirim. E para que se evitem mais dúvidas, ficará esta registrada nos livros competentes. S. Paulo, 14 de julho de 1759. Frei Antônio Bispo de São Paulo (A Comarca, 23/03/1910).

No âmbito administrativo, Mogi Guaçu e Mogi Mirim eram respectivamente o primeiro e o segundo distrito da Vila de Jundiáí, e estavam em igualdade entre elas. Entretanto, era costume elevar à condição de vila a freguesia mais antiga; assim, os requerentes supracitados acreditavam que era vantajoso continuarem sendo fregueses da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Mogi Guaçu, por ser ela a mais antiga.

Conforme relatou Monsenhor Nora em seu artigo de jornal, mesmo que oficialmente as duas freguesias estivessem em igualdade, no contexto local não era esse o quadro. Mogi Guaçu apresentava-se de modo superior e imponente à Mogi Mirim, posicionamento refletido no modo com que ambos os párocos lidavam com tal situação: os limites territoriais entre as freguesias não eram

⁴² Artigo publicado por Moysés Nora, no jornal “A Comarca” e intitulado “Subsídios para a história parochial de Mogi Mirim”, em 23 de março de 1910.

respeitados nem por eles, fazendo com que o pároco de Mogi Guaçu arrebanhasse à sua paróquia os moradores da Ribanceira do Mogi de fato e não por direito.

Segundo o mesmo artigo de Monsenhor Nora⁴³, haviam ambições descomedidas advindas das duas paróquias, causando problemas ou como ele mesmo cita, “embrulhos” entre elas. O autor afirma que após surgir novas intrigas referentes aos limites das paróquias e novas invasões de Vigários vizinhos, Padre Vital Gomes Freire abandonou a Freguesia Mogi Mirim, em 10 de setembro de 1761.

Entretanto o leste paulista não estava isolado do contexto político e administrativo do Brasil. Quando em 1750 foi assinado o Tratado de Madri, ficou reconhecido entre as partes interessadas –Portugal e Espanha – o território pertencente a cada um.

Baseado no princípio de *uti possidetis*, solucionou-se parcialmente o litígio (problemas de limites territoriais). O Brasil realizado geograficamente pelos sertanistas paulistas, pelos sertanistas do norte e pelos religiosos a serviço do Estado era, agora, legitimamente reconhecido pela Espanha. Assim, foi acordado que os luso-brasileiros permaneceriam nos trechos do território onde já haviam se estabelecido, valendo o mesmo para os hispano-americanos.(BUENO: 2009, p. 284)

Porém, essa divisão das fronteiras concedeu o território de Sete Povos das Missões (parte do Rio Grande do Sul) à colônia portuguesa, o que de certa forma impedia que os jesuítas espanhóis continuassem catequizando as aldeias indígenas da região, acarretando em verdadeiros conflitos. Mediante os obstáculos colocados por tais padres, em 1761 foi anulado o então Tratado de Madri. Por consequência, foi assinado o Tratado Del Pardo, segundo o qual todos os acordos feitos após o Tratado de Madri deveriam ser desfeitos e todos os territórios ocupados deveriam retornar ao comando de sua antiga colônia. Qualquer habitação, casa ou fortaleza construída após as demarcações estabelecidas pelo Tratado de Madri seria demolida como sinal de cooperação entre os colonos portugueses e espanhóis.

⁴³ Subsídios para a história da Parochia de Mogy-Mirim, publicado em “A Comarca”, em 23 de maio de 1910.

Segundo Bueno (2009), foi nesse momento que Pombal, primeiro ministro do governo de D. Luiz I, promoveu um povoamento mais intenso em certos trechos das fronteiras a partir da elaboração de uma política de urbanização diferenciada para cada região do território brasileiro. E para a Capitania de São Paulo, iniciou-se, no ano de 1765 o governo de D. Luís Antonio Botelho Mourão, o Morgado de Mateus.

A meta do novo governador da capitania, o Morgado de Mateus, concentrava-se na defesa do território, no combate aos espanhóis, no preparo militar necessário para tanto e na expulsão dos jesuítas (efetuada em 1759) – que, no entender da Coroa e de Pombal, estavam implicados nas usurpações territoriais e na manipulação dos índios. Quanto à preparação bélica, chamava novamente à luta o brio dos habitantes de São Paulo. Criou-se assim ambiente propício para a arregimentação de tropas de milícias ou tropas de ordenanças. (BUENO: 2009, p. 285)

Estava clara a necessidade de se obter maior controle e fiscalização das terras, sobretudo as da Capitania de São Paulo, onde a região leste era palco de constantes litígios e disputas territoriais.

A restituição da autonomia da Capitania de São Paulo, como também salienta a autora, foi fruto de necessidade geral, geopolítica, administrativa, local e de novas fontes econômicas, pois a produção aurífera tornou-se gradativamente mais escassa a partir de meados do século XVIII. Além disso, as medidas pombalinas visavam o fortalecimento do poder central e para isso ordenou em 1759, como forma de reafirmar seu propósito, a expulsão dos jesuítas.

Os jesuítas eram vistos como empecilhos aos planos de Pombal, pois a cultura que impregnavam na mente da população não condizia com os planos de ocupação e uso da terra, e de centralização do poder nas mãos do governo e nem do uso da mão de obra indígena no trabalho. Portanto, enquanto estivessem em terras brasileiras, e portuguesas, atrapalhavam o progresso econômico desejado por Pombal para o Brasil e para Portugal.

Mas foi a infraestrutura existente no território paulista que permitiu a obra de Morgado de Mateus. “*No período em que se encontrava extinta, a Capitania de*

São Paulo sobreviveu graças ao seu inter-relacionamento com as regiões vizinhas, assegurado pelas “moções” e pelo tropeirismo” (BUENO, 2009). Na região de Mogi Guaçu e Mogi Mirim havia tal comunicação e comércio com as Minas Gerais e isso dinamizava e sustentava, de certa forma, o comércio e a economia local.

O limite entre São Paulo e Minas Gerais foi estabelecido tendo como referência o topo dos morros e rios na área montanhosa que se estende sentido nordeste e integra a Serra da Mantiqueira⁴⁴. Essa cadeia de montanhas é cortada pelo rio Mogi Guaçu, cuja nascente encontra-se na mesma Serra e seu vale forma um canal de comunicação natural entre as duas capitânicas. No auge das descobertas auríferas, muitos mineradores partiram por esse canal e se estabeleceram em locais de fácil extração de ouro e escassa fiscalização.

Deram origem, então, a uma rede de caminhos não oficializados cuja essência era o ouro e o comércio. Compunha esse caminho vários pequenos núcleos que, segundo as informações fornecidas pelo IBGE e respectivas Câmaras Municipais, deram origem aos atuais municípios de Monte Sião, Inconfidentes, Ipuiúna, Bom Repouso, Camanducaia, entre outros possivelmente existentes. À frente de Pouso Alegre passava o caminho que ligava o Vale do Paraíba à região mineradora de Mariana e Ouro Preto, passando por Itajubá e a própria Pouso Alegre. Esse caminho e assentamentos seguiam as características topográficas do relevo e hidrografias.

Compunham um sistema de caminhos que ligavam a porção territorial paulista à Mineira, isto é, faziam a comunicação entre o Caminho dos Goiazes e o caminho das minas. No intuito de desviar o ouro dos pontos onde se recolhia o quinto, desviavam de Pouso Alegre, no sentido de Bom Repouso e Camanducaia e de lá transpunham a Serra da Matinqueira.

Esse conjunto de pequenos caminhos não era oficializado pelo Governo. Não era permitido o seu uso, mas isso não impedia os moradores e mineradores de caminharem por eles. A ciência desta passagem fez com que, no plano de

⁴⁴ “Questões de limites”, acervo digital do Arquivo Público Mineiro, disponibilizado em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/gravata/brtacervo.php?cid=16945&op=1>, acessado em: 14/11/2013.

governo de Morgado de Mateus, fossem enviadas tropas oficiais para a região de Mogi Guaçu no intuito de fiscalizar e controlar os acessos. Foram essas as tropas ou ordenanças, sobre as quais se referiu BUENO (2009, p. 285) e as quais já apresentamos anteriormente nesta dissertação.

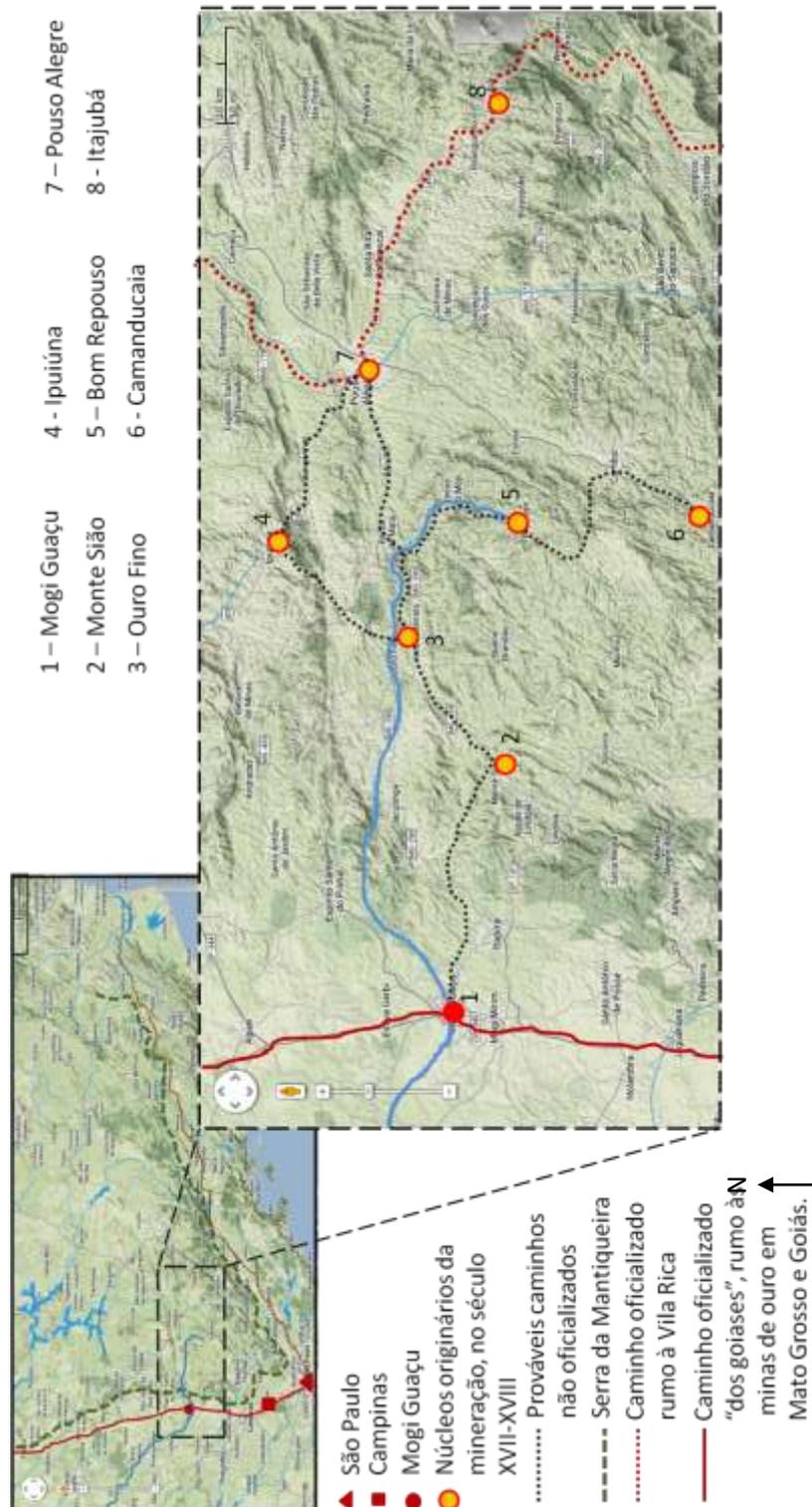
No recorte de nossa pesquisa, esses caminhos ora apresentados propiciaram a comunicação, o comércio agrícola e de mear, sustentando a economia local. Esses, em especial, são exemplos daqueles citados pela autora, significativos para a sobrevivência da Capitania de São Paulo e são exemplos também da rede urbana pertinente ao período colonial.

Entretanto, esses caminhos, além de representarem o desvio de minérios, especialmente o ouro, também apontavam para a existência de uma população dispersa sobre esse amplo território. Ao longo da extensão territorial pertencente à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Mogi Guaçu havia uma grande quantidade de pousos e pequenos arraiais que se formaram ao longo do Caminho dos Goiazes.

Por mais que a Freguesia de Mogi Guaçu prestasse os serviços religiosos à essa população através das desobrigas, isso não era suficiente; era necessário controlar de fato, fiscalizar e agrupar essas pessoas em torno de um centro, uma vila próxima, pois a Vila de Jundiaí apesar de única nessa porção leste, era demasiadamente distante.

Não somente na região das “Mogis”, mas com referência a toda a Capitania de São Paulo, o governo de Morgado de Mateus propunha agrupar a população dispersa. *Esta “era a primeira vez que o território paulista era abordado como objeto de um programa que o beneficiava”*.(BUENO, 2009, p.285)

Figura 50 Mapa dos caminhos não-oficializados que unem o Caminho do Goiazes ao Caminho das Minas. Elaborado pela autora.



Fonte: Mapa elaborado a partir das informações contidas nos sites das Prefeituras e Câmaras Municipais de Mogi Guaçu, Monte Sião, Ouro Fino, Ipuíuna, Bom Repouso, Camanducaia, Pouso Alegre e Itajubá; bem como as informações fornecidas pelo IBGE em Cidades@. Elaborado pela autora, Dissertação de Mestrado.

Nenhuma nova vila foi fundada entre os anos de 1705 e 1767. Nos primeiros anos de ocupação os olhos da Coroa estiveram voltados para as áreas de mineração e por isso, a Capitania de São Paulo permaneceu estagnada, com uma rede urbana limitada às vilas e freguesias existentes desde os primeiros anos de colonização. Conforme salientou Bueno (2009), governo de Morgado de Matheus via que a expansão da rede urbana sobre o território paulista era necessária. A oficialização de novos núcleos e a fundação de novas vilas contribuiu para tal expansão, dando suporte à fiscalização, ao progresso econômico, político e social. O território paulista carecia de novos “centros” capazes de contribuir no processo de urbanização do território.

Foi assim que, a partir do ano de 1766 iniciou-se uma política de fundação de novas vilas, tendo em 1767, elevado a tal condição a aldeia de São José do Paraíba (atual Mogi dos Campos). No ano de 1769, foram elevados também o núcleo de Atibaia e a referida Freguesia de São José de Mogi Mirim. A fundação das novas vilas seguia um objetivo preponderantemente estratégico⁴⁵ e na região das Mogis, o objetivo era defender os limites e fronteiras com Minas Gerais através do estabelecimento de um novo centro e novas freguesias, pois era essa área uma região de constantes disputas e litígios.

Entre outras observações que Bueno (2009) nos apresenta, é que entre as novas freguesias fundadas após 1767, a primeira delas foi a de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiaí, atual cidade de Campinas, cujo traçado urbano era reflexo da ideologia do governo de Morgado de Mateus. Durante este governo, priorizava-se a centralização e o controle do território, ganhou força o corpo militar e ordenança; por consequência, Campinas e as novas freguesias desenvolveram-se a partir de normas que ordenavam um traçado ortogonal, além da disposição dos edifícios.

Porquanto tenho encarregado a Francisco Barreto Leme formar uma povoação na paragem chamada Campina do Mato Grosso, distrito de Jundiaí, em sítio onde se achar melhor comodidade e é preciso dar norma para a formatura da referida povoação. Ordeno que esta seja em quadras de 60 ou 80 varas cada uma, e daí para cima, e que as ruas sejam de 60 palmos de largura, mando formar as primeiras cazas nos ângulos das quadras, de modo que fiquem

⁴⁵ Heloísa Belotto *apud* Bueno, B.P.S. (2009, p. 287)

os quintaes para dentro a entestar uns com os outros. (PUPO, C.M.M., 1969 apud BUENO:2009, p. 289)

Essas eram as recomendações direcionadas à Campinas, um núcleo recém-formado. Quanto à Vila de Mogi Mirim, cujo traçado urbano primitivo desenvolveu-se de modo autônomo e à mercê das possibilidades locais, em um período de completo descaso do Governo com a Capitania de São Paulo, ocorreram o que podemos chamar de adaptações desse traçado, para que ele se adequasse às novas normas. (BRIDI, 2009)

Porém, no contexto local, a elevação de Mogi Mirim à condição de Vila serviu também para intensificar ainda mais os conflitos existentes entre ela e a Freguesia de Mogi Guaçu. O histórico desses dois núcleos é recheado de picuinhas e intrigas causadas pela própria vida em sociedade, e a elevação de Mogi Mirim à vila serviu como a “gota d’água” para a acentuação de rixas entre esses núcleos, ao longo dos séculos XVIII e XIX.

2.5.1 – As disputas entre as “Mogis”

O relato mais antigo encontrado, sobre disputas entre os núcleos de Mogi Guaçu e Mogi Mirim, foi aquele ocorrido em 1758, já mencionado. Desta data até aproximadamente 1765, as medidas administrativas e políticas tomadas por Pombal resultaram em mudanças no cotidiano geral do Brasil, ocasionando reflexos inclusive nas Freguesias de Mogi Guaçu e Mogi Mirim, contribuindo para o aumento de tal histórico de desentendimentos.

O segundo relato é aquele citado por Holler (2010) e Duprat (1964), que se refere à influência que expulsão dos jesuítas do Brasil, em 1759, exerceu no cotidiano e na dinâmica social do Brasil e, por consequência, destas duas Freguesias e na região.

Enquanto estavam presentes no território brasileiro, os padres jesuítas também possuíam o papel de educadores e para tal ofício, utilizavam-se da

música para conquistar e repassar seus ensinamentos à população, sobretudo aos indígenas. Segundo Holler (2010), a própria questão musical estava extremamente vinculada às mensagens religiosas e era por isso que no Brasil, antes de 1760, não se falava em música popular. Ela era, majoritariamente, de cunho religioso; quando a criatividade tornava em canção algum episódio do cotidiano, simplesmente aproveitavam a melodia dos coros e hinos e trocavam-lhes a letra. Assim, segundo as informações fornecidas por esse autor, podemos entender que a música popular brasileira teve início a partir da expulsão dos padres jesuítas, entre 1759 e 1760.

Segundo Régis Duprat (1964), eram do mesmo ano de 1760 os relatos e documentações sobre as manifestações musicais nas Freguesias de Mogi Guaçu e Mogi Mirim. Compreendemos, então, que a expulsão dos jesuítas também se refletiu no contexto local dessas freguesias. Isso porque enquanto a música era de caráter religioso, cada Igreja Matriz possuía o seu respectivo mestre de capela e coro. E no largo da Matriz se davam as festividades, tendo cada freguesia o seu próprio grupo musical.

A partir do momento em que a música popular foi reconhecida, observamos que o mestre de capela tornou-se um profissional da música despreendido de sua paróquia.

O mestre de capela exerce ofício da música sob autorização do vigário da vara eclesiástica. É um arrematador de serviços prestados por músicos, cantores e instrumentistas trabalhando sob sua orientação e compasso (regência); eventualmente executante de instrumento acompanhante do coro (a harpa) ou do solista; proprietário dos materiais musicais (papéis de música), adquiridos ou copiados pela sua própria mão; eventualmente compositor de obras executadas na ou especialmente para a ocasião; integrante do coro ou cantor solista conforme a ocasião; não necessariamente ocupante de cargo estável de música em igreja; sempre teve o título identificado com o de regente (DUPRAT: 1964, p. 351)

Os músicos começaram, então, a percorrer a região. E não era rara a ocasião em que os mestres de capela exigiam exclusividade nos eventos. Os mais populares eventos ocorridos em Mogi Guaçu e Mogi Mirim continuavam a

ser aqueles de cunho religioso, ocorridos anualmente, tais como Festa do Divino, Patrocínio, Natal e São Francisco de Borja, como salientou Duprat (1964).

Mas existiam também as festividades populares, principalmente os casamentos e batizados que contavam também com a presença de tais músicos. Porém as referidas freguesias sofriam reflexos da situação geral da Capitania de São Paulo. E como tal, dificuldades financeiras, populações dispersas sobre o território das freguesias e contingente populacional eram também dificuldades para a atuação dos músicos. O núcleo urbano acabava por abrigar uma quantidade pequena de moradores; a população nem sempre se deslocava até a freguesia para a realização de casamentos e batizados – havia as desobrigas – e como consequência disso a quantidade de festividade no local tornava-se relativamente baixa ao ponto de impedir a formação de uma corporação de músicos locais. Isso criava um círculo vicioso:

Mandar buscar músicos de fora (por exemplo de Jundiaí, a 85 quilômetros) implicava numa série de providências suplementares (condução para um “próprio” avisar, e para os músicos, alimentação, e um pagamento maior: trata-se de músicos da localidade e daí profissionalização e eficiência maiores) encarecem a realização.(DUPRAT:1964, p. 351)

Não se formava a corporação e então eram obrigados a pagar músicos vindos da Vila de Jundiaí; a população não possuía dinheiro para tais gastos então, algumas vezes, contratavam os músicos locais, especialmente os que tocavam de graça. Mas exigiam qualidade profissional que este músico não possuía e assim acabavam retornando ao plano inicial de contratação de músicos profissionais, e assim sucessivamente. Como também comenta Duprat (1964), quando não contratavam os músicos vindos de outras Vilas próximas, especialmente Jundiaí, os músicos de Mogi Guaçu e Mogi Mirim não supriam as necessidades festivas das duas matrizes e acabavam realizando festas concomitantes nas mesmas datas.

O comportamento dos músicos era para obter proteção especial: recomendação oficial de autoridade eclesiástica competente, não permitindo que festeiros trouxessem músicos de fora, monopolizando (monopólio consistia em não vir músico de fora sem licença do mestre de capela beneficiado ou “sem lhe

pagarem o seu compasso”) os serviços musicais nas datas festivas. (DUPRAT: 1964, p.352)

Por consequência, não era sempre que a comunidade dispunha de “bons elementos” para a execução musical nas festas, sendo serviços em maior tempo por razoável nível de profissionalização dos músicos. Ao nosso entender, isso demonstra uma alteração no padrão comportamental dessa sociedade, nascida da rusticidade sertaneja. Mesmo diante das dificuldades financeiras, a exigência de bons profissionais da música nas festividades locais é um vestígio de que a produção social daquele espaço já recebia fortes influências de regiões civilizadas.

Vemos também como ousadia positiva para a expansão da urbanidade sobre o sertão, o fato das “Mogis” recorrerem aos profissionais oriundos da Vila de Jundiá por estarem descontentes com a qualidade dos músicos locais. Essa atitude dos moradores é um índice, ao nosso entender, a própria noção de urbano, no período em tela; além de demonstrar que o processo de produção social daquele espaço começava a render novos resultados: romper as barreiras impostas pela geografia, relevo e hidrografia; romper as distâncias e criar novas conexões nesse território.

Dessa forma, o relacionamento dos dois núcleos contribuiu para o processo de expansão da urbanidade no sertão leste paulista, porque além da dinâmica social que influenciava os moradores, esse sertão leste paulista era uma grande extensão de terra que compunha, oficialmente, o território das “Mogis”.

Quanto a essa dinâmica, Duprat (1964) também esclarece que nas situações de ausência de um músico competente, faziam-se o revezamento entre essas Freguesias. Intensificavam-se, assim, as rixas entre os moradores dos dois núcleos porque houve momentos em que a festividade ocorreu somente em uma Freguesia, em detrimento de outra.

Para além das questões de teor filosófico e antropológico sobre a relação entre a música e a sociedade, buscamos demonstrar através da música o papel que a cultura nômade teve em tal processo de urbanização. Resgatamos a

questão musical nas Freguesias de Mogi Guaçu e Mogi Mirim por ser ela um exemplo, entre tantos outros, das mudanças que ocorriam no espaço físico na medida em que se construíam a própria noção de urbano. Percebemos através deste exemplo que situações contraditórias que marcaram tal processo de expansão da civilidade.

Havia contradição no contexto social: o que a comunidade podia oferecer e o que queria exigir do músico; e o que o músico podia oferecer e queria exigir da comunidade (DUPRAT: 1964, p.352)

Como tentativa de solucionar o impasse, recorriam aos profissionais de outros núcleos, criando por consequência novas conexões e redes. Ou seja, mesmo que no plano político e administrativo do governo não houvesse estímulos à ampliação e consolidação da rede urbana no território paulista, a própria dinâmica social ocorrida nas áreas de fronteira entre o sertão e a civilidade cumpriram esse papel. Compreendemos a partir desses vestígios pesquisados que Mogi Guaçu e Mogi Mirim atuaram como um epicentro propulsor de urbanidade para o sertão, inicialmente em um período crítico para a Capitania de São Paulo no qual os núcleos estavam à mercê da própria sorte.

Foi nesse período também que se intensificaram as disputas entre as paróquias, resultando em grande alternância de paroquiatos, conforme pudemos constatar mediante análise do artigo publicado por Monsenhor Moysés Nora. Em 10 de setembro de 1761, como já mencionado, Padre Vital Freire deixou a Freguesia de Mogi Mirim. Por consequência, esta ficou anexada à Paróquia de Mogi Guaçu, sob os cuidados do vigário Padre Antonio Prado de Siqueira, responsável por deslocar-se até lá aos domingos para a prestação de serviços paroquiais. Permaneceu no comando das duas freguesias até o ano de 1766, quando assumiu a paróquia de Mogi Mirim o então Padre Inácio Francisco de Moraes, paulistano.

Escassas são as fontes documentais sobre este paroquiato. Padre Inácio desapareceu da vida ativa de Mogi Mirim, deixando registrado apenas a data de seu último batizado realizado no dia 03 de junho de 1769. Em 1º de julho deste

mesmo ano encontramos um registro⁴⁶ lavrado por Padre José Rodrigues Bueno, coadjutor de Mogi Guaçu e novamente em 03 de junho de 1770, registros paroquiais elaborados por Padre Antônio Prado de Siqueira, mais uma vez tomando conta de Mogi Mirim, anexada à paróquia de Mogi Guaçu.

É fácil deprender a jiga-joga de tudo isso... atendendo-se a que Mogy-Mirim era freguesia nova, desmembrada da de Guassú, talvez com hórridos amargos de bocca d'alguém, que espreitava sempre ocasião de desgostar os parochos de Mogy-Mirim para... no si sá! (MONSENHOR NORA; "A Comarca", 31/03/1910)

Entretanto havia aí uma situação curiosa: no dia 22 de outubro de 1769 Mogi Mirim havia sido elevada à Vila. Então a partir desse momento, no âmbito político e administrativo, a Freguesia Mogi Guaçu passou a subordinar-se à Vila de Mogi Mirim; mas no âmbito religioso era o território de Mogi Mirim quem estava anexado – subordinado - à paróquia de Mogi Guaçu. E tal situação assim permaneceu até o ano de 1774, quando foi nomeado um vigário efetivo para Mogi Mirim, conforme relatou Moysés Nora.

Mediante o histórico de disputas territoriais, concorrência quanto às festividades e o "jiga-joga" de párocos, além das constantes anexações de uma paróquia à outra, a elevação de Mogi Mirim à condição de Vila, em detrimento de Mogi Guaçu, só fez aumentar as indiferenças que surgiram ao longo dos anos.

Elevar uma destas duas freguesias à condição de Vila era parte da política de centralização e aglutinação dos moradores dispersos no território, idealizada e executada pelo então Governador D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, a partir de 1767. Entretanto seguia-se o costume de elevar à Vila aquela freguesia mais antiga e pioneira na ocupação, historicamente compreendida como um primeiro núcleo de povoação – ou centralidade – em meio a um território pouco conhecido – sertão. Esta era Mogi Guaçu, originária de 1733, enquanto Mogi Mirim datava de 1751.

⁴⁶ 1º Livro de Batismos, mencionado por Monsenhor Moysés Nora em artigo publicado no jornal local "A Comarca", em 31 de março de 1910.

CAPÍTULO III

Uma nova representação das Mogis – 1769 a 1875

Este capítulo aborda os reflexos que os momentos emblemáticos do Brasil e São Paulo exerceram no território da Vila de Mogi Mirim, entre finais do século XVIII até o ano de 1875. Apresenta a relação dialética existente entre reestruturação do leste paulista e o desenvolvimento do traçado urbano de Mogi Mirim. Apresenta, também, mapas temáticos por nós elaborados e, a partir de suas respectivas análises conduz o leitor à percepção de que os relatos produzidos pelos viajantes podem ser relativizados, mediante o comparativo feito entre eles e os documentos oficiais. Mostra também um breve comparativo entre as Mogis – o progressivo crescimento da Vila de Mogi Mirim e a nítida estagnação da Freguesia de Mogi Guaçu - nos século XIX, bem com as influências da economia e da política nacional e estadual na configuração do traçado urbano e reestruturação regional. Após apresentar o fim do ciclo da lavoura de cana de açúcar e o início da lavoura cafeeira, são pontuadas algumas mudanças significativas do traçado urbano de Mogi Mirim, causadas pelo novo contexto econômico. O capítulo se finda com o coroamento deste novo ciclo – o cafeeiro – com a instalação da estação ferroviária da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, no ano de 1875. Data esta em que tem um início um novo ciclo econômico na região, caracterizado, principalmente, pelo início do processo de industrialização do leste paulista.

3.1 – Mogi Mirim: da Freguesia à Vila

Segundo as informações fornecidas pela Câmara Municipal de Mogi Mirim⁴⁷, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, o IV Morgado de Mateus, Governador da Capitania de São Paulo, enviou ofício ao ouvidor-geral corregedor da Comarca de São Paulo em 27 de junho de 1769, ordenando-lhe que “faça erigir a dita povoação de Mogi Guaçu em vila, levantando-se pelourinho e assinalando-lhe termo assinado pelos Vereadores das Câmaras circunvizinhas”. Mas Dr. Salvador Pereira da Silva, ouvidor e corregedor da Comarca de São Paulo, chegou à Vila de Jundiá para efetuar correição e colocar os vereadores a par das ordens do governador somente em 06 de outubro de 1769.

A Câmara Municipal de Jundiá, por sua vez, ordenou que um mensageiro entregasse ao Governador da Capitania de São Paulo uma representação feita por seus vereadores, datada de 06 de outubro de 1769, na qual apresentavam as divergências existentes quanto à elevação da Freguesia de Mogi-Guaçu à Vila e sugerindo em vez disso elevar a sua vizinha Mogi Mirim:

... se nos faz preciso informar a V. Exa. Com aquela verdade a que somos obrigados pelo Juramento que recebemos quando principiámos a servir, pois além de estar fundado sobre o rio e em uma baixa tal e tão limitada que não tem comodidade para se poder estender em tempo algum, por ser achar rodeado por uma e outra banda por lamaçais, e a única rua que tem, chovendo não se pode circular por ser o lodo muito nela, sem areia alguma por se achar entre matos, além do que tem sucedido encher o rio em tal forma que subindo por um ribeiro que nele desemboca, alagar o mesmo Arraial, sendo preciso andar no meio dela em canoa, cujo rio tem sucedido deixar na sua vazante um lamaçal e epidemia de malinas, que com elas tem morrido muito povo... (appud BRIDI: 2009, p. 12)

No governo de Morgado de Mateus, como já mencionado, priorizava-se que as novas Freguesias e Vilas seguissem às regras de traçado capazes de garantir melhor mobilidade da milícia – fiscalização e controle -, e crescimento do núcleo. Por isso o traçado ortogonal tornou-se recorrente, além da busca pelas áreas mais elevadas e salubres que permitissem melhor campo de visão. Ao

⁴⁷ Os trechos dos documentos ora mencionados foram transcritos e estão disponíveis para consulta através do sítio eletrônico da Câmara Municipal de Mogi Mirim, http://www.camaramogimirim.sp.gov.br/?page_id=81, acessado em 27/09/2013.

contrário desse pensamento, a Freguesia de Mogi Guaçu localizava-se em um vale, às margens do rio Mogi Guaçu e, desde sempre, sofria com as constantes inundações. Foram elas, inclusive, que incentivaram o surgimento do núcleo vizinho, depois Freguesia de Mogi Mirim, a qual ganhou expressividade populacional com os migrantes de Mogi Guaçu buscando local mais saudável para viver. Assim, a representação dos vereadores de Jundiaí ressaltavam as características positivas do núcleo sugerido:

(...) à uma légua para cá de Mogi guaçu se acha o Arraial de São José de Mogi Mirim assentado em uma planície de campo proado dos ventos, alegre, avantajado, saudável, cercado de boas aguadas. Além de correr por dentro do mesmo Arraial um ribeiro de água tirada por indústria dos moradores, que com ela pode todo o povo regar suas hortas, é a planície tal que tem capacidade nela pelos tempos futuros estender-se uma grande cidade, a este respeito nos parece ser com mais acerto mandar V. Exa. formar a dita vila em Mogi Mirim. (appud BRIDI: 2009, p.12-13)

Depois que recebeu ofício da Câmara de Jundiaí, o Governador da Capitania de São Paulo enviou correspondência para o ouvidor-geral, ordenando “examinar qual dos sobreditos dois arraiais” era “mais próprio e conveniente para nele se levantar vila”. E vendo o ouvidor-geral que o de Mogi Mirim prevalecia nos requisitos, deveria ele mandar “*erigir em vila, na forma das antecedentes ordens*”. Em 11 de outubro, segundo as fontes consultadas⁴⁸, o Governador da Capitania de São Paulo enviou um ofício e agradecimento aos Juízes Ordinários e Oficiais da Câmara da Vila de Jundiaí:

“Louvo muito a Vossas Mercês o zelo, com que me expõem as circunstâncias que concorrem para haver de mudar a ideia, o que pretendia levantar vila no Arraial de Mogi Guaçu, deixando este por menos idôneo e elegendo o de Mogi Mirim, que o excede muito, em todos os requisitos.”

Aos 22 de outubro de 1769, chegou à Mogi Mirim, “para efeito de fundar e estabelecer esta nova Vila”, o Juiz de Órfãos Trienal da Vila de Jundiaí, Sargento Jorge de Godoy, por ordem do Dr. Salvador Pereira da Silva. Mediante a

⁴⁸ Arquivo da Câmara Municipal de Mogi Mirim, disponível virtualmente pelo endereço: http://www.camaramogimirim.sp.gov.br/?page_id=81, acessado em 27/09/2013.

oficialização da nova vila, São José de Mogi Mirim passou a abranger um grande território, tendo por limites o rio Atibaia e o rio Grande, a fim de cumprir com os planos propostos pelo governo de aglomerar populações dispersas sobre o território, sobretudo intensificar a ocupação nas áreas de fronteiras. Nesse sentido, o território fazia fronteira a leste com o território de Minas Gerais, palco de inúmeras disputas e litígios. E ao norte, tendo o rio Grande como delimitador, parte do território de Minas Gerais e parte do território de Mato Grosso.

Observamos também que, dentro do contexto de elevação à Vila, os aspectos naturais foram determinantes para a elevação de Mogi Mirim em detrimento de Mogi Guaçu. O que denota a preocupação da época com questões de salubridade. Tal preocupação com possíveis alagamentos e doenças intermitentes também compunha o referencial dos viajantes estrangeiros que, assim como os vereadores da Câmara de Jundiaí, descreveram o núcleo de Mogi Guaçu de modo pejorativo, dadas as suas características de relevo.

3.2 – A Vila de Mogi Mirim

Apresentaremos aqui a Ata de Fundação da Vila de Mogi Mirim, redigido no 1º Livro de Atas de Mogi Mirim. Buscaremos a partir dele subsídios para nossa análise sobre o desenvolvimento do traçado urbano desta Vila.

Transcrição da Ata de Fundação

“Aos 22 dias do mês de outubro de 1769 anos, nesta Freguesia e lugar de São José de Mogi Mirim, aonde veio o Juiz de Órfãos trienal da Vila de Jundiaí, Sargento Mór Antonio Jorge de Godoi, por ordem do Doutor Salvador Pereira da Silva, Ouvidor-Geral e Corregedor desta Comarca de São Paulo, para efeito de fundar e estabelecer esta nova vila, e sendo aí por ele foi mandado lançar pregão público pelo porteiro Inácio da Cunha Lara, em que declarasse que neste lugar se fundava Pelourinho para sinal desta nova vila, e de como se estabelecia jurisdição nela, ficando os Povoadores dela e seu Termo sujeitos à jurisdição das Justiças desta nova vida, e isentos da vila de Jundiaí, aonde até agora estavam subordinados, e sendo presentes as pessoas que aí se achavam, por ele e com os ditos Povoadores foi escolhido este lugar, no qual se fundou e fincou o Pelourinho de um pau chamado “cabreuva”, com quatro quinas e em cima uma cabeça na qual se por um castelo de pau por não haver tempo de se fazer de pedra e menos de lhe por outras insígnias de ferro, cuja diligencia se lhe faria pelo

tempo adiante, quando houvessem Justiças que cuidassem no aumento da Vila e do bem comum, e de como se fundou o dito Pelourinho e se deram aqueles pregões costumados pelo Porteiro Inácio da Cunha Lara mandou o dito Juiz de Órfãos com as mais pessoas que se achavam presentes a este ato e o Porteiro, e eu, Antonio Marques Barbosa, Escrivão de Órfãos eleito para esta diligencia, que o escrevi.

Antonio Jorge de Godoi, Salvador Jorge de Moraes, Antonio Luiz de morais Pizarro, José Ruiz Pimentel, José Bicudo Vaz, Salvador Pires de Camargo, Agostinho do Prado Vilasboas, Francisco Xavier do Prado, Joaquim Antonio de Lacerda, José Garcia de Siqueira, Antonio Correia de Lacerda, José Antonio de Figueiredo, Antonio da Costa Leme, José Francisco da Paixão, José da Silva Passos, Joaquim Pinheiro, Manoel de Oliveira, Inácio da Cunha Lara.

Para servirem os cargos da República⁴⁹ na nova vila foram nomeados pelo mesmo Capitão General:

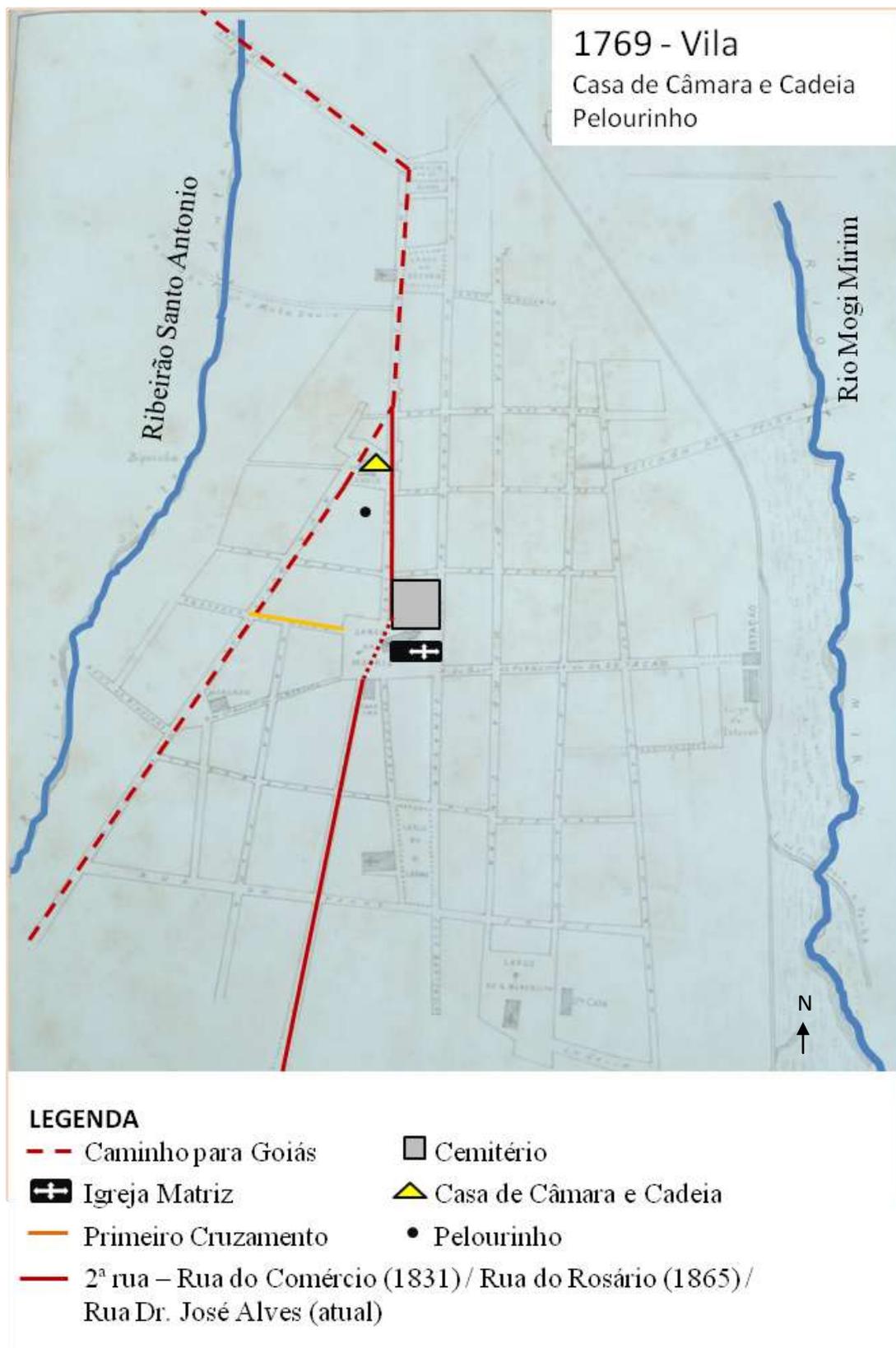
Juizes: Salvador Jorge de Moraes e o Capitão Manoel Rodrigues de Araujo Belem. Vereadores: Antonio Luiz de Moarais Pizarro, José Pereira Tanjarino e Domingos Rodrigues Viana. Procurador do Conselho: Maurício José Machado.”

O local escolhido para a construção da Casa de Câmara e Cadeia de Mogi Mirim e o Pelourinho ficava nas proximidades da Igreja Matriz, em um grande espaço plano e possivelmente descampado, compondo um largo rudimentar. **(figura 51)**

Igreja e Câmara não ficavam frente a frente. Mas, dispostas de tal modo, como mostrado na imagem anterior, que nos leva a supor que havia a existência de uma delimitação ortogonal para este espaço, evidenciado pelo traçado da rua do comércio, a qual unia a Igreja Matriz à Casa de Câmara e Cadeia em linha reta. Não encontramos vestígios de construções dentro desse espaço no ano de 1769, mas somente em seu entorno. A ausência de vestígios reforça nossa hipótese deste ser um espaço amplo e descampado, compondo um largo, propício ao controle e fiscalização tal qual ordenava o plano de Morgado de Mateus.

⁴⁹ Esta transcrição da Ata de Fundação foi publicada em “História de uma Cidade Bandeirante”, obra de Washington Prado (1951, p. 10). O autor salienta que a expressão “para servirem aos cargos da República” nada tinha a ver, conforme escreveu Silveira Bueno, “com a forma de governo por nós denominada *república*: era sempre o estado, a nação, o povo regido por leis e costumes e tudo que com ele se relacionava. Compreendia qualquer forma de governo que não fosse presidido por monarca, mas os escritores continuaram depois a empregar o termo, ainda quando havia rei, como se lê nos clássicos”.

Figura 51 Estudo da evolução do traçado urbano de Mogi Mirim: 1769. Elaborado pela autora.



Fonte: Igreja Matriz, cemitério, Casa de Câmara e Cadeia da recém criada Vila de Mogi Mirim. Elaborado pela autora a partir de base cartográfica de autoria de Engenheiro Garcia Redondo, em

1886. As identificações do Caminho; na obra intitulada “Mogi Mirim: subsídios para sua história”, cuja autoria é de Lauro Monteiro de Carvalho e Silva (1960). A identificação do cemitério está baseada no artigo publicado por Monsenhor Moysés Nora, intitulado “Subsídios para a história de Mogi Mirim”, no jornal “A Comarca”, de março de 1910. E a identificação da Casa de Camara e Cadeia, em “História de Uma cidade Bandeirante” de Washington Prado.

As construções existentes e relatadas nos documentos paroquiais⁵⁰ referem-se àquelas nas proximidades da Igreja e, quando analisadas sequencialmente, nos permitem compreender que durante alguns anos (1769 a 1847) o traçado urbano desenvolveu-se em torno desse “largo” original. Os relatos do viajante Saint-Hilaire (1819), Luiz D’Alincourt (1825) e a iconografia produzida por Edmund Pink (1823) comprovam a ocupação residencial e comercial nos alinhamentos próximos à Igreja Matriz, mas não evidenciam a completa delimitação do “largo da matriz”. Especialmente a obra de Pink demonstra-nos que as laterais da Igreja não apresentavam edificação.

Já na iconografia de Willian J. Burchell, que esteve em Mogi Mirim em 1827, as duas perspectivas por ele elaboradas a partir de pontos opostos uma da outra, nos permitem observar uma realidade diferente daquela representada por Pink, em 1823: Burchell desenhou um largo delimitado por casas, frente à Igreja, de tal modo ocupado que estavam livres de construção somente as passagens – ruas. Isso nos leva a crer que, nesse curto período de tempo a quantidade de moradores da Vila provavelmente aumentou, fazendo com que as novas residências fossem construídas de modo alinhado, ocupando inclusive aquele espaço descampado existente entre a Igreja Matriz e a Câmara Municipal.

Desse mesmo período, cuja data não sabemos precisar, é o Beco do Riachuelo - uma curta passagem responsável por unir o antigo “Caminho dos Goiazes” à Igreja Matriz de Mogi Mirim e que se posicionava paralelamente à Casa de Câmara e Cadeia. Outra característica a ser ressaltada é que a essa edificação encontrava-se estrategicamente construída às margens do Caminho, fazendo com que a fiscalização e o controle da milícia fossem mais eficazes

⁵⁰ Relatório do Padre Xavier de Mattos e Termo de posse da casa paroquial. Disponíveis no acervo da Paróquia de São José de Mogi Mirim.

Figura 52 Casa e Camara e Cadeia, século XVIII. Autor: Sebastião Tóride Celegatti, 1979. Fonte: Mogi Mirim - viagem ao passado.



Fonte: Iconografia produzida por Sebastião Tóride Celegatti, no ano de 1769. Disponível em : “Mogi mirim, viagem ao passado”. Salientamos que esta é baseada em sua livre interpretação sobre documentos de época por eles localizado e eidentificado, sem a imagem refletir de seu entendimento sobre dada realidade

Retornando ao século XVIII, a Casa de Câmara e Cadeia fora inicialmente construída de modo precário. Em 1790, ela foi reconstruída no mesmo local, em taipa de pilão, assobradada, ficando no térreo a Cadeia e no andar superior a Câmara Municipal. Segundo Prado (1954, p. 20), era costume o preso sere encarcerado com colares no pescoço, algemas nas mãos e correntes nos pés. Consta no “Livro de Vereança (1816-1823)”⁵¹ a seguinte ordem de pagamento: “(...) e mandaram passar mandato de pagar a Monoel da Silva Gordinho de vinte e sete mil quinhentos réis de uma corrente e onze colares e quatro algemas que fez para esta Cadeia” – que nos possibilita comprovar o costume de usar tais utensílios desde o início da Vila, sendo necessário agora a substituição por novos.

⁵¹ Livro de Vereança (1816-1823) onde eram registrados os pedidos e ordens executadas pela Câmara.

Próximo à Câmara também ficava a Casa do Registro⁵², a casa do fiel⁵³, a casa do administrador, o quartel dos soldados, um rancho para tropeiros contribuintes, um curral para animais e um portão com a finalidade de isolar e proteger o núcleo dos aventureiros indesejados que percorriam o Caminho dos Goiazes. Além dessas informações, o Arquivo da Receita Federal⁵⁴ também nos informa que, por segurança, o referido “*portão era fechado com um cadeado*”.

Figura 53 Antiga rua Padre Roque com porteira de entrada na cidade. Autor: Sebastião T. Celegatti, 1979.



Fonte: Mogi Mirim - viagem ao passado.

⁵² De acordo com a Receita Federal, existiram cinco tipos de registro: registro do ouro, registro de entradas, registros dos meios direitos da casa doada, registro da demarcação diamantina e contagens. Os registros de Caconde e Mogi Guaçu eram subordinados ao de Mogi Mirim; e sendo que nesta Vila ficava o quartel central responsável por suprir esse núcleos, essa rede de registros era denominada de “Registros de Mogi Mirim”. Assim foram citados na carta do Secretário do Governo da Capitania de São Paulo, Luis Antônio Neves de Carvalho, em 1805. Informação disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/administracao/reparticoes/colonia/registros.asp>, acessado em 14/11/2013.

⁵³ Representante da Fazenda Real, de acordo com as informações fornecidas pela Receita Federal.

⁵⁴ Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/administracao/reparticoes/colonia/registros.asp>, acessado em 14/11/2013.

Segundo a “Relação de Párocos de Mogi Mirim”, publicado em “São José de Mogi Mirim: 1771-1º/Nov/2001”, até o ano de 1774, Mogi Mirim esteve sob os cuidados da Paróquia de Mogi Guaçu. Em 05 de Outubro de 1774 tomou posse da paróquia de São José o Padre José Paes D’Almeida Leme, cujo paróquiato durou somente dois anos, findando em 24 de agosto de 1776. O sexto vigário de Mogi Mirim foi Padre Frei José de Jesus Maria do Desterro, cujo paróquiato iniciou-se em 15 de setembro de 1776.

Mal este vigário tomou posse da paróquia e logo começaram as desavenças entre ele e os moradores da Vila por causa do “emolumento do sacristão”, isto é, rendimento do cargo além do ordenado fixo estabelecido em tabela. O Padre levou o desentendimento aos ouvidos do então Bispo de São Paulo D. Frei Manuel da Ressurreição, cuja sentença foi contra o povo. Mediante tal fato, os moradores se colocaram em greve, interrompendo as contribuições com a Paróquia de São José de Mogi Mirim e requerendo ao Exmo. Prelado para ficarem servindo-se da Paróquia de Mogi Guaçu, como ocorrido em 1759⁵⁵.

D. Frei Manoel da Ressurreição, vendo a brejeirice d’alguns cabeças de motim, não esteve pelo autos, e cortou o mal pela raiz – não só indeferindo o requerimento d’agora, como cassando a licença privilegiada aos que em 1759 a haviam conseguido do seu antecessor, que tão luminosamente dirigiu a Diocese paulista (MONSENHOR NORA, “A Comarca”, 31/03/1910).

Por consequência, os moradores que habitavam a Ribanceira do Mogi e que, mesmo em território de Mogi Mirim serviam-se de Mogi Guaçu, voltaram a compor o quadro de membros da Paróquia de São José de Mogi Mirim. Cessaram-se então as disputas territoriais entre moradores de Mogi Guaçu e de Mogi Mirim. Este padre não chegou a paroquiar por um ano em Mogi Mirim, deixando a Vila em 07 de setembro de 1777.

No dia imediato, vê-se pelo Livro do Tombo, reaparecer-nos denovo o Padre topa-a-tudo, Reverendíssimo Antonio

⁵⁵ Ver “Subsídios para a história paroquial de Mogi Mirim”, publicado por Monsenhor Moyses Nora, em 31/03/1910.

Prado de Siqueira⁵⁶, que desta vez aqui assentou arraiaes, vindo mesmo de pedra e cal, resolvido a ficar. (MONSENHOR NORA, “A Comarca”, 31/03/1910).

Nem os documentos paroquiais pesquisados e nem o artigo publicado por Moysés Nora revelam a morada de Padre Siqueira. Não sabemos ao certo se tal padre se mudou para a Vila de Mogi Mirim ou se continuava residindo em Mogi Guaçu, deslocando-se diariamente à Mogi Mirim. O curioso foi que novamente no âmbito religioso, por dezenove anos, Mogi Mirim permaneceu subordinada à Mogi Guaçu. Sendo que nas questões políticas e administrativas Mogi Guaçu estava sob o comando de Mogi Mirim. Para além das questões oficiais do governo e falta de espanto da população mediante uma situação a qual já haviam lidado anteriormente, essa complexa relação entre as Mogis contribuiu para o enriquecimento cultural da sociedade – aumentarem-se as “idas e vindas” de um núcleo ao outro e por consequência as trocas sociais foram dinamizadas.

É curioso observar que toda a extensão territorial compreendida entre o rio Atibaia e rio Grande estavam, do ponto de vista político e administrativo, subordinado à Vila de Mogi Mirim. Elevada a tal situação como resultante dos planos do governo de Mogado de Mateus e responsável por centralizar a população dispersa nessa grande faixa de terras e fronteiras. Porém, no âmbito religioso, tal extensão territorial recebia os serviços e cuidados vindos da Paróquia de Mogi Guaçu.

Percebemos então, que outra lógica de estruturação e ordenação do espaço coexistiu àquela primeira analisada por Murilo Marx (1989). Enquanto Marx apontou em sua obra que, Estado e Igreja estavam associados no processo de ordenação e estruturação do território, percebemos que no leste paulista, entre 1777 e 1796 essa lógica não se fez presente. Coexistiram duas, ou mais formas de se ter controle sobre essas as terras. Aqui identificamos dois processos: um onde Estado e Igreja corriam paralelamente pelo domínio e hierarquia do território. E outra, no final do século XVIII, onde Estado e Igreja corriam paralelamente pelo domínio das terras. Sendo eles ora diferentes e ora eram

⁵⁶ Vigário da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Mogi Guaçu.

complementares; e fazendo coexistir, em um mesmo território, uma lógica de estruturação fundamentada nos preceitos eclesiásticos e outra laica, diretamente ligada aos interesses do Governo.

Dessa forma, podemos concluir que de 07 de setembro de 1777 à 14 de fevereiro de 1796, mais uma vez o binômio formado pelas Mogis protagonizou a propulsão da urbanidade nesse território. Estabeleceu-se uma comunicação ainda maior entre os habitantes do sertão e as Mogis. Os serviços ora eram requeridos em um núcleo, ora em outro, dependendo da necessidade. Tal relação firmada deixava claro que se tratavam de núcleos-irmãos e territórios relacionais⁵⁷; isto é, um núcleo mantinha-se e existia em função do outro; e vice e versa, não sendo possível sobreviverem isoladamente.

Por ter comandado Mogi Guaçu por tantos anos e também a Mogi Mirim por dezenove anos seguidos, Padre Antônio Prado de Siqueira tornou-se pároco efetivo de ambos os núcleos. Foi durante o tempo de seu paróquio que Mogi Mirim mais se desenvolveu em termos de população. Conforme salientou Moysés Nora em artigo publicado em 31 de março de 1910: enquanto que em 1751 foram registrados 32 batizados, em 1796 foram 206. Foi nesse período também que se afirmou o contínuo processo de inclusão desses habitantes das Mogis no contexto social de toda a Capitania de São Paulo e do Brasil; ou seja, podemos observar, a partir dos registros deixados por tal padre no Livro do Tombo de Mogi Mirim que a cada dia que passava mais este território, antes sertão, inseria-se no contexto daquele outro, o civilizado.

O primeiro facto histórico, digno de menção, neste tempo, a que o Livro do Tombo se refere, é uma pastoral do Bispo D. Frei Manoel da Ressurreição, em data de 30 de janeiro de 1786, noticiando aos povos os faustosos casamentos do Infante D. João com a Infanta D. Carlota Joaquina, filha do Príncipe das Austrias; e o da Infanta D. Marianna Victoria com o Infante de Hespanha D. Gabriel, filho d'El-rei catholico.(MONSENHOR NORA, "A Comarca", 31/01/1910)

⁵⁷ Nesse sentido, ver Pollinari, 2008. O autor esclarece que o conceito de territórios relacionais está fundamentado na relação de dependência mútua entre as partes envolvidas, e onde uma das partes não sobrevive sem a outra.

Monsenhor Nora segue seu artigo nos esclarecendo que tal pastoral ordenou aos Vigários promoverem festejos por tais casamentos. Padre Antonio Prado Siqueira levou a recomendação à risca, conforme informava o antigo registro do 1º Livro do Tombo, à folha 09, atualmente desaparecido, mas cujo conteúdo foi publicado por Monsenhor Nora em jornal local, em 1910. Os festejos ocorreram

(...) nos dias 19, 20 e 21 de março com Te Deum, missa cantada, sermão, Senhor Exposto no throno; e terço com missa cantada e Exposição; e nos treze dias se iluminou a Igreja e todas as ruas com luminárias e repiques de sino, com grande aplauso e contentamento de todos.

Esse relato é para nós um vestígio significativo da civilidade e própria noção de urbanidade que tinham os habitantes do local, indicando a existência de um *modus operandi* na produção social do espaço construído da Vila de Mogi Mirim; capaz de contribuir na desconstrução do imaginário criado e representado pelo viajante europeu em seus relatos, comentados no Capítulo I desta dissertação. Esses viajantes que percorreram o leste paulista, no século XIX, como mencionado no referido capítulo, possuíam um olhar distante da realidade local. Desconheciam que nesses locais “mais apartados” da “civilidade” existia um de sociabilidade produção e ocupação social do espaço própria ao contexto local. Havia uma concepção própria, nessas áreas, sobre o meio urbano.

Tendo em mãos registros oficiais como esse, acima transcrito, observamos que os relatos dos viajantes estrangeiros podem ser relativizados, pois tratavam de observações distantes, sem contato direto com o cotidiano local. Os documentos evidenciam que, ao contrário do que tais viajantes estrangeiros descreviam sobre as Mogis e seus respectivos territórios, havia ali uma sociabilidade característica que em muito se assemelhava aos padrões sociais do referido “território civilizado”. É importante salientar, também, que aos relatos e qualificações feitas por tais viajantes diziam a respeito do território que estava sob o comando da Vila de Mogi Mirim. Sendo Mogi Mirim uma vila conectada às demais e que sofria influências diretas de seus superiores, torna-se contraditório descrever o seu território como “sertão”, no século XIX. Haja visto que este

território já era conhecido, mapeado e a Igreja se fazia presente nele desde o século XVIII.

Os acontecimentos sociais evidenciados pelos “episódios reais” ocorridos em Mogi Mirim não cessaram por aí. Conforme também relatou Monsenhor Nora, em data próxima a tais festejos faleceu D. Pedro III, em Portugal. E por ordem da Rainha, fez-se luto de um ano, sendo seis meses de luto rigoroso - sem festividades, comemorações oficiais -, e seis meses de luto aliviado, sendo que nos primeiro oito dias deveria toda a população vestir-se de preto e por as bandeiras em posição.

Percebemos assim a mudança aí ocorrida em poucos anos. Enquanto a Capitania de São Paulo encontrava-se esquecida pelas autoridades, a vida em sociedade desenrolava-se ao sabor dos acontecimentos locais e relações estabelecidas com núcleos vizinhos. Com o governo de Morgado de Mateus e o início do processo de fundação de novas vilas, do qual Mogi Mirim é fruto, o cotidiano do leste paulista passou a alternar-se ao sabor do contexto dos grandes centros. Isso implicava em dizer que as festividades e eventos oficiais ocorridos na Vila de Mogi Mirim nem sempre eram reflexo do estado de espírito de seus moradores. Enquanto festejavam casamentos reais, a população sofria com doenças. Essa situação foi denominada por Monsenhor Nora como sendo uma “alegria postiça”, mas que não excluía o fato de Mogi Mirim estar integrada ao contexto dos grandes centros urbanos. De modo geral, podemos dizer a nova realidade instalada nas Mogis foi fruto da política de urbanização iniciada por Morgado de Mateus, cujo governo teve a duração de dez anos, findando-se em 1775.

Após a criação da Vila de Mogi Mirim, até o início do século XIX não ocorreram mudanças no traçado urbano da Vila e nem mudanças territoriais na mesma. As mudanças na região eram processos lentos, decorrentes de significativo crescimento populacional ocorrido, principalmente, durante o governo de Bernardo Lorena. No governo de Franca e Horta, foi elaborado um importante relatório, datado de 1803, pondo o Conselho Ultramarino a par da importância e das dificuldades enfrentadas pela Vila de Mogi Mirim. Este material, intitulado

“Carta do Governador Franca e Horta ao Conselho Ultramarino”⁵⁸ nos trás as seguintes informações:

O Destricto da Villa de Mogimirim he hum dos maiores desta Capitania. Elle tem mais de sessenta legoas de extenção, e he cortado pela única Estrada que daqui segue para a Capitania de Goiaz. As terras inda que são boas, se achão incultas por falta de gente que as povo-e, o que he Cauza, que o gentio de tempos em tempos infeste aquelles sertones roubando, incendiando e matando atraçoadamente os moradores e Viajantes, de maneira que para repelir os seus insultos he preciso que o Estado forneça, de polvora e chumbo, os habitantes mais remotos. Compreende este Destricto as 2 freguezias de Mogimirim e Mogi-Guassu, e sua população pelas listas do anno de 1803 hé de 7.010 almas.

A população que em 1751 encontrava-se em torno de 2 mil almas, agora em 1803 passara a ser 7.010. Estavam somados a elas todos os moradores do território contabilizado; faziam parte deste montante os habitante das áreas mais apartadas, dos pousos e as capelas de Batatais, Franca, Caconde e São João da Boa Vista⁵⁹ que localizavam-se distantes umas das outras sobre esse território do leste paulistas.

Batatais e Franca na área mais a norte, no sentido do Rio Grande e que além do histórico das bandeiras e pousos, tinham uma localização estratégica no que diz respeito à defesa do território nas áreas próximas da divisa com Goiás e Minas Gerais; uma região historicamente marcada pelas disputas de terra; Caconde e São João da Boa Vista mais a leste, no sentido de Minas Gerais e apesar de mais jovens também eram pousos que estavam em igual região de constantes disputas territoriais; possuíam localização estratégica, posicionados entre dois importantes rios do leste paulista: o rio Mogi Guaçu e o rio Pardo. Ou seja, São João da Boa vista, como o próprio nome já diz, localizava-se entre dois

⁵⁸ Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, p. 68 *appud* BRIDI,2009, p. 12.

⁵⁹ Através de levantamento nas respectivas Câmaras Municipais e dos dados do IBGE foi-nos possível identificar que as atuais cidades de Batatais, Franca, Caconde e São João da Boa Vista já se encontravam na condição de Capela curada, no início do século XIX. Entretanto, não nos foi possível precisar as datas devido a ausência de documentação do período. Portando, para a elaboração do mapa temático desta rede de capelas, utilizamos como marco o termo “a partir de 1800”.

vales numa região de altitude que permitia visibilidade. Caconde, por sua vez, em região de vale, nas proximidades do rio Pardo que, assim como o rio Mogi, tem sua nascente na Serra da Mantiqueira. Portanto um provável canal de comunicação em tempos mais remotos.

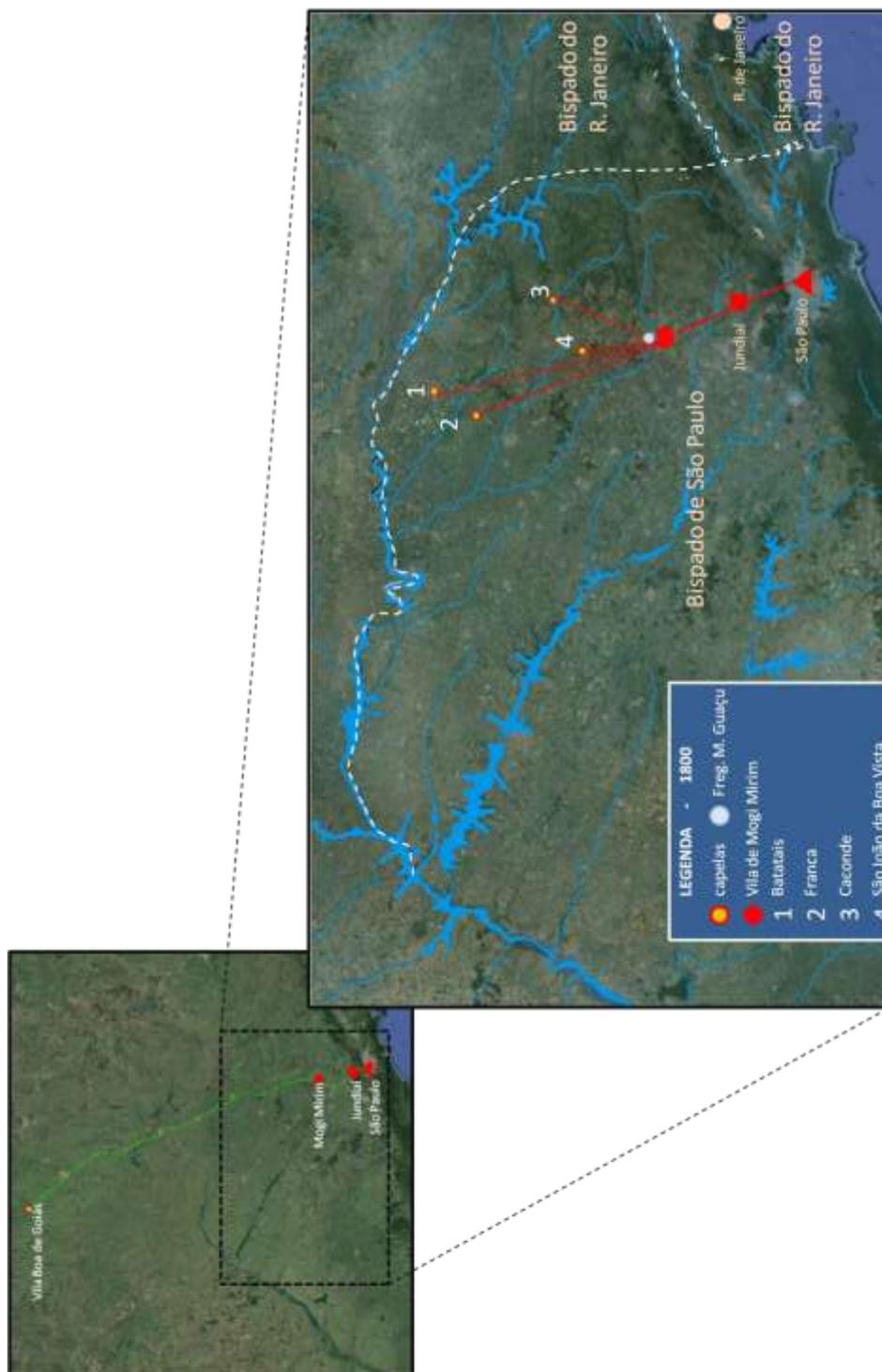
Cabe- nos salientar que tais núcleos, no período pesquisado, compunham a rede administrativa e eclesiástica que se ramificava a partir de Mogi Mirim, a qual se subordinava a São Paulo: tais núcleos estruturavam a porção referente ao leste paulista. Deste modo, a Vila de Mogi Mirim estava conectada à duas realidades: uma referente ao contexto das vilas e do território civilizado que compunham; outra referente às capelas, em meio ao sertão, integrantes de um território parcialmente desconhecido.

A elaboração de uma cartografia temática abordando esta condição de dualidade existente em Mogi Mirim, até o século XIX, serve-nos para confirmar o papel deste núcleo urbano enquanto uma fronteira, tal qual descrita por Peter Burke (2007), cujo significado é ser uma zona de contato entre duas áreas com qualidades e características diversas. Mais do que uma região de fronteira, era um região de transição; ficam claras as influencias que este núcleo recebia de ambas as partes e por isso, talvez, o modo particular de compreender e construir a própria noção de civilidade.

Através das novas conexões estabelecidas e ampliadas sobre o território, foi construído o imaginário urbano materializado sob a forma do traçado e edificações. Um processo lento, dependente das ações de particulares e governo, mas que serviu de referência para os núcleos do sertão, além Mogi.

No âmbito religioso: o paróquiato de Padre Siqueira findou-se em 1796, sendo sucedido por Padre João Safino da Fonsceca, que liderou a paróquia de Mogi Mirim por vinte e seis anos, até 1822. Era o fim da lógica inversa à abordada por Marx e sobre a qual reclamavam os moradores; pois nela a paróquia da Vila de Mogi Mirim subordinava-se à paróquia da Freguesia de Mogi Guaçu. Afinal, mediante tantas rixas existentes entre as “Mogis”, como entender o fato de uma Vila submeter-se à uma Freguesia? Agora voltara à “normalidade”:

Figura 54 Mapa da Rede Urbana do Leste Paulista, a partir de 1800. Elaborado pela autora.



Fonte: Para a elaboração deste mapa foram utilizadas as informações contidas na obra de Bridi (2009) e no Cidades@ do IBGE.

Estado e Igreja estavam novamente associados. Foi durante este paróquia que os pousos existentes ao longo do Caminho dos Goiaes começaram a ganhar maior expressividade populacional, sendo neles construída uma pequena ermida e tornando-se Capela, tal qual ocorreu com Mogi dos Campos, no início do século XVIII.

3.3 – As questões econômicas e o “quadrilátero do açúcar”

Antes de darmos continuidade ao estudo do leste paulista, lançando-nos aos acontecimentos do século XIX, faz-se necessário situarmos brevemente o leitor sobre a condição econômica presente em São Paulo, antes da virada do século. Nesse período, a cultura da cana de açúcar representava uma grande fonte de renda no mercado internacional, chegando o quilo do açúcar a comparar-se ao do ouro. Segundo Petrone (1968), no território de São Paulo, a lavoura canavieira teve início de sua expansão em 1765, tendo se intensificando a partir de 1776 devido a dois importantes momentos da história mundial. O primeiro deles, a guerra de libertação das colônias norte americanas que, desvinculando-se da Inglaterra, causou oscilações econômicas nesse mercado; e o segundo, a luta libertária da colônia francesa, atual Haiti, também produtora de açúcar. A insuficiência da produção do açúcar fez essa cultura ganhar força no Brasil, e no território paulista.

Paralelamente a isso, havia em São Paulo o governo de Morgado de Mateus, interessado em expandir a economia, aglutinar pessoas e garantir maior fiscalização do território. A mineração estava em decadência e aqueles mineradores e ex-bandeirantes começavam a regressar das minas rumo ao litoral paulista, em busca de outras oportunidades. Fixar essa população em determinadas áreas estratégicas era o que o plano do governo paulista propunha. Sendo assim, a lavoura canavieira foi uma importante aliada às intenções centralizadoras do governo e serviu de justificativa para a aglomeração dos moradores dispersos em regiões de interesse.

Quando o Governo elevou Mogi Mirim à condição de Vila em 1769, fomentou, com essa atitude, um ambiente econômico, social e político capaz de atrair novos moradores. Os benefícios trazidos por tal elevação, somados à lavoura canavieira que apresentava altos índices de lucratividade, impulsionou a dinâmica social e o comércio em Mogi Mirim, contribuindo para a formação de uma elite local canavieira. Segundo o relato de Augusto Saint-Hilaire, em 1819, era contabilizado uma quantia superior a trinta engenhos em Mogi Mirim.

A formação dos engenhos de açúcar paulista, segundo Petrone, possuía a mesma estrutura física dos engenhos existentes no nordeste brasileiro: a casa grande, a senzala, matas, área para o plantio da cana, o senhor de engenho e os escravos. Porém a produção desses engenhos diversificava principalmente em dois produtos; um era o açúcar, requisitado no mercado internacional; outro era a aguardente, comercializada no mercado interno.

A lavoura canavieira espalhou-se por São Paulo, sendo a região de maior produção aquela compreendida, entre as Vilas de Sorocaba, Jundiaí, e as Freguesias de Piracicaba e Mogi Guaçu. A esta região, Petrone (1968) denominou “quadrilátero do açúcar”, por espacialmente comporem a forma de um quadrilátero não perfeito.

Esta região era a de maior produção e rentabilidade financeira ligada à lavoura, porém enfrentava dificuldades decorrentes da distância existente entre ela e o porto de Santos – a Serra do Mar era um obstáculo geográfico a ser novamente vencido. Em função das dificuldades de transporte do açúcar pelo território paulista, no final dos setecentos ocorreu os maiores investimentos na expansão de caminhos destinados a levar a produção até o porto. Entre eles destacamos a obra de calçamento realiza ao longo de 50 quilômetros da Serra do Mar, durante o governo de Bernado de Lorena, entre os anos de 1790 e 1792. De acordo com a descrição de Denise Mendes (1994), a “Calçada do Lorena”, como ficou conhecida, ligava São Paulo de Piratininga à Santos, transpondo mais de 700 metros de desnível, em meio a uma área de mata densa e elevados índices pluviométricos.

Na realidade, o açúcar teve que organizar toda a infraestrutura indisponível à sua comercialização. As estradas, o porto, o comércio tudo se desenvolveu em função da nova atividade econômica dos paulistas e se adequou a essa função. Santos antes de ser porto do café, foi porto do açúcar (PETRONE:1968, p.200).

Conforme comentou Mendes (1994), apesar dos investimentos em novos caminhos e obras de engenharia até então inéditas na Capitania de São Paulo, as distâncias acabavam por afetar a qualidade do produto na hora da venda, fazendo com que o açúcar paulista fosse o menos valorizado no comércio internacional, ao contrário do açúcar produzido no nordeste do Brasil, próximo do porto.

Todavia, a cultura canavieira modificou as características da sociedade paulista e mogimiriana. Como também já mencionado, aumentaram-se os habitantes e expandiu-se o traçado urbano em Mogi Mirim. A cana de açúcar modificou o olhar pejorativo que a população tinha sobre a agricultura, passando esta a ser algo positivo; determinante para a reestruturação social.

Com o desenvolvimento da lavoura canavieira, há em São Paulo uma completa mudança de valores econômicos e sociais. A agricultura, que antes do ciclo do açúcar, não raro, era considerada degradante deixa de sê-lo (...)O ser Senhor de Engenho, como mais tarde, o ser Senhor de Café, eleva a pessoa à mais alta classe, à classe dominante, da qual dependem todas as outras, e de cuja influencia escapam apenas alguns elementos, tais como os fazendeiros de gado. (PETRONE:1968, p.200)

Desta forma, não nos causa espanto os registros de Monsenhor Nora, publicados no jornal no ano de 1910, apontando para a existência de dez “mandachuvas” em Mogi Mirim, que compunham a elite local, proveniente da lavoura canavieira. Assim como a intensificação do fluxo de pessoas percorrendo o território do leste paulista deste o rio Grande para enfim alcançarem as proximidades de Mogi Mirim e Mogi Guaçu – onde se tinha comércio e melhores ofertas de trabalho.

August Saint Hilaire, ao retornar de sua viagem à Goiás pelo “caminho dos goiazes”, descreveu minuciosamente todo o trajeto percorrido. Ao descrever a extensa região compreendida desde o rio Grande até Mogi Mirim, ora denominada por “leste paulista”, o viajante apontou para algumas características desse território - o termo da Vila de Mogi Mirim. Salientou que na medida em que se aproximava às Mogis, alteravam-se as características do habitante desse sertão, bem como as tipologias dos núcleos, denotando que a partir de Mogi Guaçu tinha início uma região mais próspera, dinamizada pelo cultivo da cana de açúcar.

E' com a paróquia de Mogí-Guaçú que começa a vasta extensão de terras muito povoada que, em toda a província de São Paulo, produz maior quantidade de cana de açúcar e compreende os termos de Mogí-Mirim, São Carlos, Jundiá, Itú, Capivarí, Pôrto-Feliz e Constituição (252). Só na paróquia de Mogí-Guaçú, já havia, em 1819, vinte engenhos de açúcar, e as terras da região passavam por muito férteis.

Podemos observar então que o território que correspondia ao termo da Vila de Mogi Mirim era socialmente estratificado, devido às distâncias a serem percorridas que dificultavam o desenvolvimento econômico em certas regiões, nesse período. Mogi Mirim era a vila e em consequência desse *status* ela era a mais favorecida em termos de desenvolvimento advindos da nova fonte de renda dos paulistas. Nesse sentido, assim também descreveu August Saint-Hilaire:

Suas terras[as de Mogi Mirim] são muito férteis e apropriadas à cultura da cana de açúcar, havendo na região grande número de engenhos de açúcar. Os proprietários ricos enviam o açúcar que fabricam ao Rio de Janeiro, por mar, pelo porto de Santos; os menos abonados vendem-no a mercadores de São Paulo, que vêm buscá-lo à porta, pagando à vista e, muitas vezes, adiantando numerário sobre a futura produção ou safra. (SAINT-HILAIRE, A. 1819. Viagem à Província de São Paulo. p. 105-106)

O Caminho dos Goiazes que outrora abrigara os bandeirantes em busca do ouro rumo à Goiás, agora cedia seu trajeto ao escoamento do açúcar, no sentido inverso rumo à São Paulo e daí até Santos, durante o ciclo do açúcar - que segundo Petrone (1968), ocorreu entre os anos de 1765 e 1850. Entretanto,

podemos observar que apesar das Mogis estarem inserida no contexto próspero do quadrilátero do açúcar, elas não usufruíam plenamente das mesmas condições financeiras que os demais núcleos integrantes desse privilegiado grupo. Isso ocorria porque apesar de apresentar uma expressiva produção, a maior parte dela era destinada ao mercado interno e não externo, diminuindo a sua lucratividade. A imagem a seguir nos permite analisar o quadro da produção de açúcar no território paulista, no ano de 1854, auge da colheita em Mogi Mirim – 227 mil arrobas.

Figura 55 Fazendas de açúcar em São Paulo, 1854

MUNICÍPIOS	FAZENDAS	AGREGADOS	COLONOS	ESCRAVOS	ANIMAIS DE CONDUÇÃO	AÇÚCAR EM ARROBAS	IMPORTÂNCIA EM RÊIS	ÁREA EM LÉGUAS ²
Jundiaí	19	60	0	720	400	22.000	50.000.000	4
Campinas	44	0	0	1.967	944	62.290	99.694.000	16
Piracicaba	51	0	0	1.889	540	131.000	262.000.000	29
M. Mirim	57	0	9	1.524	3.096	227.000	452.000.000	30
Limeira	13	22	0	80	400	3.500	63.100	-
Rio Claro	30	108	0	501	210	33.980	53.600.00	27
Araraquara	12	0	0	108	90	5.000	10.000.000	10
Franca	20	40	0	243	500	8.800	20.000.000	-
Sorocaba	10	3	0	409	70	12.325	19.720.000	7
Itu	164	40	0	3.408	4.190	159.070	254.512.000	412
P. Feliz	38	0	0	942	1.062	43.310	61.950.000	4 1/2
Pirapora	47	10	1	962	345	43.000	81.950.000	-
Capivari	70	0	0	1.500	400	100.000	140.000.000	-
TOTAL	575	283	10	14.253	12.247	851.275	1.568.526.000	539

Fonte: Quadro Estatístico de Alguns Estabelecimentos Rurais da Província de São Paulo em 1854 *appud* Melo (2006).

Com referência ao mesmo ano, Petrone (1968), nos apresenta um comparativo entre exportação e importação, mostrando que em Mogi Mirim apenas 2% de sua colheita era destinada ao porto de Santos, cabendo ao restante da produção abastecer o mercado interno da Província de São Paulo.

Figura 56 Produção e exportação de açúcar em São Paulo, 1854.

MUNICÍPIOS	PRODUÇÃO	EXPORTAÇÃO	%
Campinas	62.290	12.085	19,40
Itu	159.070	40.099	25,21
Piracicaba	131.000	38.707	29,55
Porto Feliz	43.310	37.404	86,36
Capivari	100.000	33.274	33,27
Jundiá	22.000	1.062	4,83
Mogi-Mirim	227.000	4.596	2,03

Fonte: Quadro Estatístico de Alguns Estabelecimentos Rurais da Província de São Paulo em 1854”, apud Petrone (1968).

Comparando-se o relato de Saint-Hilaire aos dados apresentados por Melo (**figura 55**) e Petrone (**figura 56**), podemos concluir que se somente os proprietários ricos destinavam o açúcar produzido ao Rio de Janeiro para a exportação, eram eles que representavam os 2,03% indicado por Petrone. Assim, cabia aos produtores menos abastados a maior parte da produção, que era comercializada internamente, pois não podiam arcar com os preços cobrados pelo transporte do açúcar até o porto de Santos.

Apesar da fertilidade da região, as frequentes moléstias que reinam em Mogí e seus arredores detiveram, naturalmente, o desenvolvimento dessa pequena localidade, progresso entravado, também pelo inconveniente de serem os agricultores obrigados a pagar, pelo transporte de seus produtos, enormes taxas de passagem, às quais não estão sujeitos os habitantes das localidades mais próximas de São Paulo. (SAINT-HILAIRE, A. 1819. Viagem à Província de São Paulo. p. 105)

Isto é, as frequentes moléstias, também descritas por Luiz D’Alincourt, contribuíram para o diminuto crescimento financeiro, pois acometia boa parte da população. Mas além delas, a distância e as passagens sobre os rios eram fatores extremamente relevantes ao encarecimento da mercadoria para esses agricultores locais.

Se nas Mogis o transporte já era considerado caro, podemos sugerir que nas regiões mais distantes do seu termo o preço deveria chegar à quantias exorbitantes; fato que levava a população destas áreas mais apartadas a recorem com frequência ao núcleo das Mogis em busca de melhor condições para comercialização. Dessa forma, Mogi Mirim tornava-se uma referência para os demais núcleos do “sertão”. Quanto ao “Quadrilátero do açúcar”, ela apresentava uma produção de destaque, mas não acompanhava o progresso financeiro ocorrido em outras localidades, a exemplo São Carlos, atual cidade de Campinas, que no início da lavoura canavieira ainda era freguesia e já se apresentava mais promissora do que Mogi. Isso nos faz concluir que o panorama financeiro do lesta paulista era heterogêneo e a ascensão financeira estava relacionada às distancias a serem percorridas.

Para saírem das “Mogis” e alcançarem o porto de Santos, era necessário pagar passagem sobre os rios Mogi Guaçu, Juaguary e Atibaia, cuja travessia era necessária. Tal fato encarecia o produto, ao passo que o fazia perder em qualidade devido ao tempo de estoque. Desta forma, naturalmente, os núcleos produtores de açúcar que se localizavam em áreas mais próximas à São Paulo, como Jundiaí e Sorocaba, eram mais beneficiadas do que as localizadas próximas às “Mogis”, devido às distancias e rios a serem atravessados. Portanto, a observação feita por August Saint-Hilare de que, vindo de Franca e aproximando-se de Mogi, a quantidade de vendas e casas aumentavam insinuando estar ele chegando a uma grande cidade e região mais rica é coerente. Pois, para além de Mogi, a produção de açúcar já era menor, diminuta e encarecida devido aos impostos a serem pagos.

Mas o fator financeiro não impediu que no cotidiano os hábitos mais sofisticados, provenientes do contato com outras áreas mais “civilizadas” e em contínua ascensão financeira, modificassem a sociedade e o meio urbano mogimiriano. No ciclo do açúcar, a região encabeçada por Mogi Mirim passou a interagir com as outras partes da Província, tais como Itu, Porto Feliz, Campinas, Jundiaí, Sorocaba, entre outras também pertencentes à região de lavoura canavieira. Dessa forma, ampliou-se o leque de referências “urbanas” para Mogi, bem como o contato e novas relações políticas, econômicas, sociais e

administrativas firmadas com tal área “civilizada”, igualmente produtora de açúcar. Por consequência, houve a inserção de novos valores e padrões sociais naquele contexto local de Mogi Mirim, de tal forma, que como resultado houveram modificações na própria compreensão de urbano, assim como consequente reestruturação do leste paulista.

3.4 – Século XIX: uma nova compreensão de urbano.

Segundo Laurentino Gomes (2007), no início do século XIX, mediante a delicada situação de Portugal frente à França e à Inglaterra causada pelo então Bloqueio Continental, e sem condições de resistir à invasão francesa, D. João e toda a corte portuguesa fugiram para o Brasil, sob a proteção naval da marinha inglesa. Após 54 dias em alto-mar, e depois de passarem por Salvador, na Bahia, desembarcaram no Rio de Janeiro em 8 de março de 1808, onde foi instalada a sede do governo.

O autor supracitado nos esclarece que a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro provocou uma grande transformação na cidade. D. João teve que organizar a estrutura administrativa do governo: nomeou ministros de Estado, colocou em funcionamento diversas secretarias públicas, instalou tribunais de justiça e criou o Banco do Brasil ainda nesse mesmo ano. Era necessário, também, deixar a cidade com “novos ares”, uma nova aparência. Iniciou-se assim um processo de embelezamento urbano: limpeza de ruas, pinturas nas fachadas dos prédios e apreensão de animais. As construções passaram a seguir os padrões europeus - novos elementos arquitetônicos foram incorporados. Em abril de 1808, foi criado o Arquivo Central, que reunia mapas e cartas geográficas do Brasil e projetos de obras públicas. Em maio, D. João criou a Imprensa Régia e, em setembro, surgiu a Gazeta do Rio de Janeiro. Logo vieram livros didáticos, técnicos e de poesia. Em janeiro de 1810, foi aberta a Biblioteca Real, com 60 mil volumes trazidos de Lisboa. Criaram-se as Escolas de Cirurgia e Academia de Marinha (1808), a Aula de Comércio e Academia Militar (1810) e a Academia Médico-cirúrgica (1813). A ciência também ganhou com a criação do Observatório Astronômico (1808), do Jardim Botânico (1810) e do Laboratório de Química (1818). Em 1813, foi inaugurado o Teatro São João (atual

João Caetano). Em 1816, a Missão Francesa, composta de pintores, escultores, arquitetos e artesãos, chegaram ao Rio de Janeiro para criar a Imperial Academia e Escola de Belas-Artes. Em 1820, foi a vez da Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura-civil.

Todas essas mudanças pelas quais passou o Rio de Janeiro também se refletiu em outras regiões do Brasil, inclusive no leste paulista. Em meio ao ambiente de formação de centros educacionais, academias e escolas, a partir de 1811, também tiveram início as formações de algumas instituições públicas que representaram significativos avanços para os moradores de todo o território da Vila de Mogi Mirim.

Em 22 de março de 1811, um despacho favorável ao senhor Francisco de Paula Andrade, permitiu a ele criar e reger a *“primeira escola pública de ensinar meninos na Vila”*(PRADO, 1951, p. 36). Mas esta era uma ação que se opunha ao pensamento dos oficiais da Câmara, fazendo-os informarem ao Capitão Geral que *“pouco frutoso seria para os habitantes desta terra os professores pela sua suma pobreza”*(PRADO, 1951, p. 35). Que descompasso era o pensamento dos oficiais e o desejo da população! O levantamento de documentações realizado para a elaboração desta dissertação nos fez perceber que desde os idos 1760 o conhecimento, as referências aos padrões sociais e a própria noção de urbano e civilidade não condiziam com a condição financeira de Mogi Guaçu e nem de Mogi Mirim. A compreensão da urbanidade se desenvolveu, aparentemente, de um modo mais rápido do que a condição econômica da maioria dos habitantes locais, acentuados principalmente pelas mudanças ocorridas Rio de Janeiro, com a chegada da Família Real.

Isto é, no caso de Mogi Mirim, conseguimos identificar alguns registros de eventos oficiais, comemorados com a devida pompa - vestimentas apropriadas à ocasião, de linho fino – tal qual descreveu Moysés Nora em seu artigo datado de 03 de abril de 1910 – ocorreram em cumprimento de protocolos mas,, a princípio, em nada condiziam com a realidade local da Vila . Posteriormente, Prado (1951, p. 24) salienta para o que havia se tornado um hábito a partir de 1808: nas eleições para vereadores, *“as autoridades locais aparecerem todas usando roupas à moda da época, com colarinhos afogadiços”*. Ao nosso entender,

vestimentas, enfeites e decoração de vias públicas sinalizam as mudanças ocorridas no modo de se apropriar do ambiente urbano e fazer uso dele, além de denotarem uma significativa preocupação com a aparência, que buscava condizer com a realidade urbana de outras Vilas. Entretanto, este posicionamento era financeiramente custoso à população e atrelados à mudança pela qual passava a sociedade brasileira. Completa esta nossa formulação o fato de, mediante a criação das instituições de ensino no Rio de Janeiro iniciadas com a vinda da Família Real, a população de Mogi Mirim também requereu a criação de uma escola local, provavelmente influenciada pelas inaugurações ocorridas no Rio de Janeiro. Entretanto, o pedido foi inicialmente vetado porque tal obra não condizia com a realidade de “*suma pobreza*” do local, fato que consolida nosso entendimento de que a compreensão da urbanidade, ilustrada pelos novos elementos inseridos à cultura local, estava além das condições econômicas da Vila de Mogi Mirim.

O leste paulista não apresentava uma economia estabilizada e homogênea, diferenciando-se muito das condições financeiras das demais regiões da Província onde a produção de açúcar era voltada para o mercado internacional. Mediante tantas dificuldades de transportar o produto até o porto de Santos, não é de causar espanto que a economia local não fosse capaz de acompanhar as mudanças sociais ocorridas a partir de 1808. Mas as tentativas de instalarem uma instituição de ensino nesta vila não cessaram, tornando-se realidade na década de 1820. Padre Joaquim de Oliveira Brazeiro também foi um precursor da educação em Mogi Mirim, que se propôs lecionar gramática latina. Na data de 20 de setembro de 1826, ele e Francisco de Paula Andrade foram nomeados “Professores Públicos da Vila”, com um ordenado anual de 50 cruzeiros. Com o passar do tempo, já na segunda metade do século XIX, formou-se em Mogi Mirim o “Conselho Municipal de Instrução Pública”. Existiram também colégios e escolas particulares, tais como “*Colégio Infantil, dirigido por Dona Rita de Andrade e Rodolpho de Andrade. Escola de Serafim Antonio Teixeira, Dona Ana Leopoldina de Araújo, Dona Francelina dos Santos Cruz e Dona Elisa Josefina de Camargo*”(PRADO, 1951, p. 57).

Com o cessar das disputas entre França e Inglaterra, veio a abertura dos portos brasileiros às nações amigas. Assim, teve início um período de grande presença de artistas estrangeiros - botânicos, médicos, cientistas naturalistas, entre outros - que representaram o cotidiano brasileiro e significaram um novo canal de comunicação entre a realidade interna do Brasil e a exterior. Os estrangeiros viajantes e novos colonos trouxeram consigo novos hábitos e costumes que contribuíram para uma nova fase de miscigenação da cultura brasileira.

Nesse período de mudanças e incorporação de novos valores, o próprio traçado urbano também apresentou reflexos do novo padrão comportamental de seus habitantes. Embelezamento, arquitetura europeizada tudo isso, com as devidas adaptações ao contexto e realidade local também ocorreram nas Vilas do interior.

No ano de 1813 concretizou-se o tão aguardado sonho da Irmandade dos Homens Pretos de construir a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor. Esse templo localizava-se às margens do Caminho dos Goiazes, ao fundo da Casa de Câmara e Cadeia e, possivelmente, muito próximo ao portão com cadeado que isolava o núcleo de tal Caminho. Identificamos que nessa área próxima à Igreja do Rosário existiu uma forca, destinada à execução de escravos traidores e ladrões. Ao local onde se fixava a forca deram o nome de “Cruz das Almas”, o qual permaneceu como um marco no imaginário popular e no próprio traçado da Vila de Mogi Mirim.

Figura 57 Igreja do Rosário. Foto: autor desconhecido. 1910.



Fonte: Celegatti, 2005. *Mogi Mirim: Retratos de uma época – photographias de 1875 a 2006*. A Igreja do Rosário era um dos templos religiosos mais antigos do leste paulista, ainda existente na primeira metade do século XX. Devido aos riscos de desabamento, a edificação foi demolida e seu terreno incorporado ao Colégio Imaculada, no mesmo período.

No ano de 1819, passou pelo território paulista o viajante August Saint-Hilaire que, como já mencionado anteriormente, produziu minucioso relato de viagem e nele descreveu regiões e núcleos, incluindo a Vila de Mogi Mirim:

Em 1819 compunha-se unicamente de duas ruas paralelas. (...)As casas são baixas, muito pequenas e, em sua maioria, feitas de paus cruzados e barro cinzento, o que lhes dá uma aparência muito triste.(...) Além da Igreja paroquial, que é muito modesta e dedicada a São José, há ainda em Moji uma outra, consagrada a Nossa Senhora do Rosário.Vê-se na cidadezinha um grande número de vendas muito mal providas, além de um par de lojas, sendo uma delas muito bonitas. (SAINT-HILAIRE, A. 1819. Viagem à Província de São Paulo. p. 105-106)

O viajante também identificou a existência de alguns engenhos na região. Alguns deles encontravam-se entre Mogi Guaçu e Mogi Mirim, enquanto que

outros também se localizavam ao longo da atual rua Padre Roque, antiga rua conhecida popularmente pelo nome de rua do Vira Copo. Neste mesmo relato, o naturalista também faz menção ao Capitão-Mor de Mogi Mirim.

Não quis deixar Moji antes de fazer visita ao capitão-mor do distrito. Dirigi-me à sua casa, onde me deixaram esperando durante meia hora para finalmente me informarem de que ele se achava doente. (SAINT-HILAIRE, A. 1819. Viagem à Província de São Paulo. p.106)

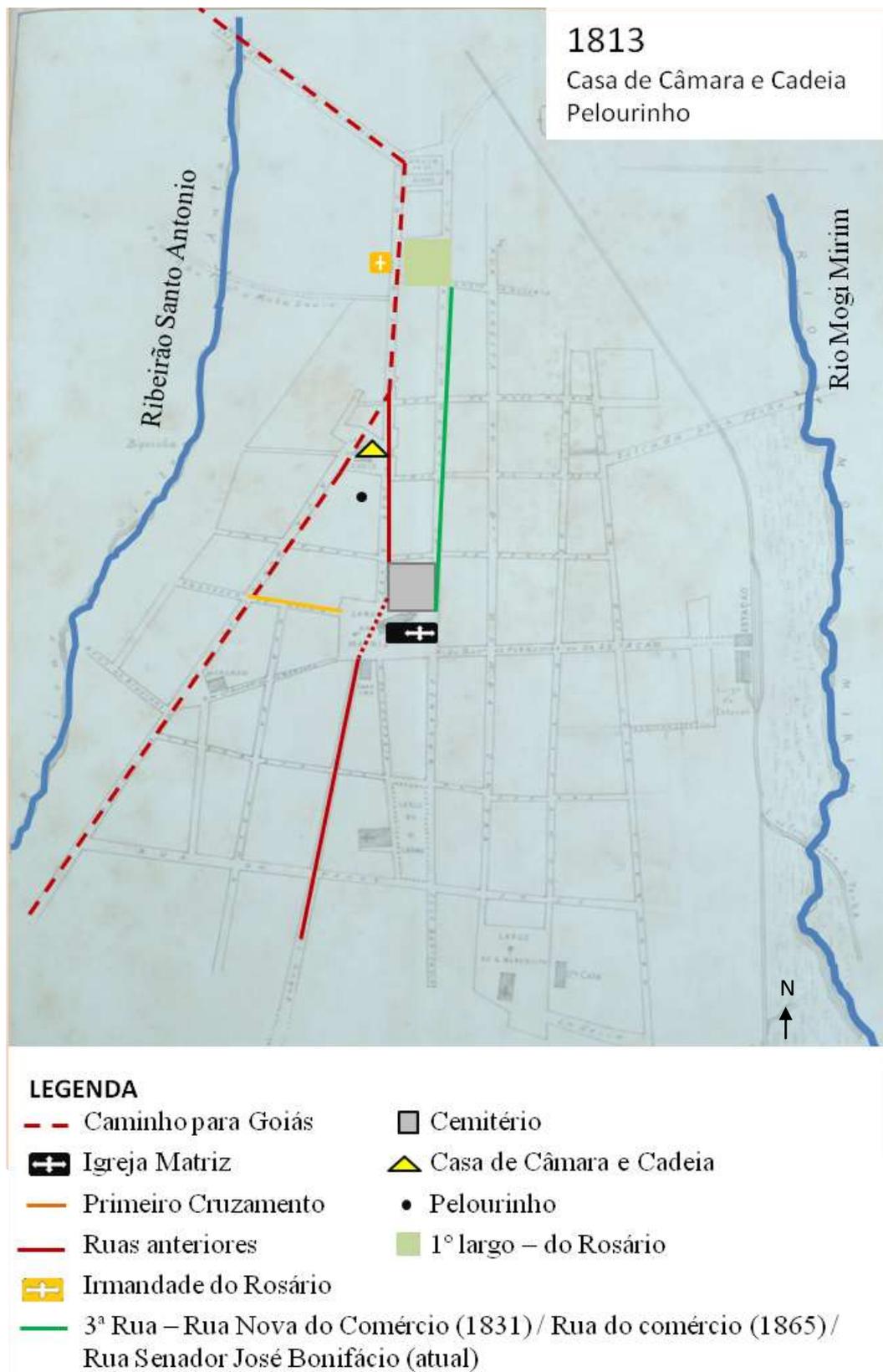
O primeiro Capitão Mor de Mogi mirim foi José dos Santos Cruz. Segundo Prado (1951), em julho de 1802 as autoridades competentes promoveram a criação de um posto que “muita gente, boa ou má, sonharia em ocupar: Capitão-Mor”, para exercício nas Vilas do interior.

Não foi possível identificar o período de permanência de José Cruz neste posto. Assim sendo, não podemos afirmar ser ele o Capitão Mor que deixou August Saint-Hilaire aguardando em vão. Devido às valiosas informações disponibilizadas por Prado (1951, p. 18) sabemos, porém, que este era um posto de grande relevância na época, *“competindo-lhe, entre outros, todos os assuntos da alçada policial”*. Mas eram proibidos pelas “ordenações” ocuparem tal cargo os negros e os “oficiais mecânicos” - os pedreiros, os alfaiates, os carpinteiros, etc.

Quando estes aspiravam ocupar algum “cargo na nobreza” – como o de capitão-mor, Meirinho do Campo, Almotacél – eram compelidos a obedecer aos aristocráticos cânones das Ordenações.

Aos olhos do governo e da milícia o território da Capitania de São Paulo se estendia até as divisas naturais com a Capitania de Goiás, estabelecidas através do rio Grande (**figura 59**).

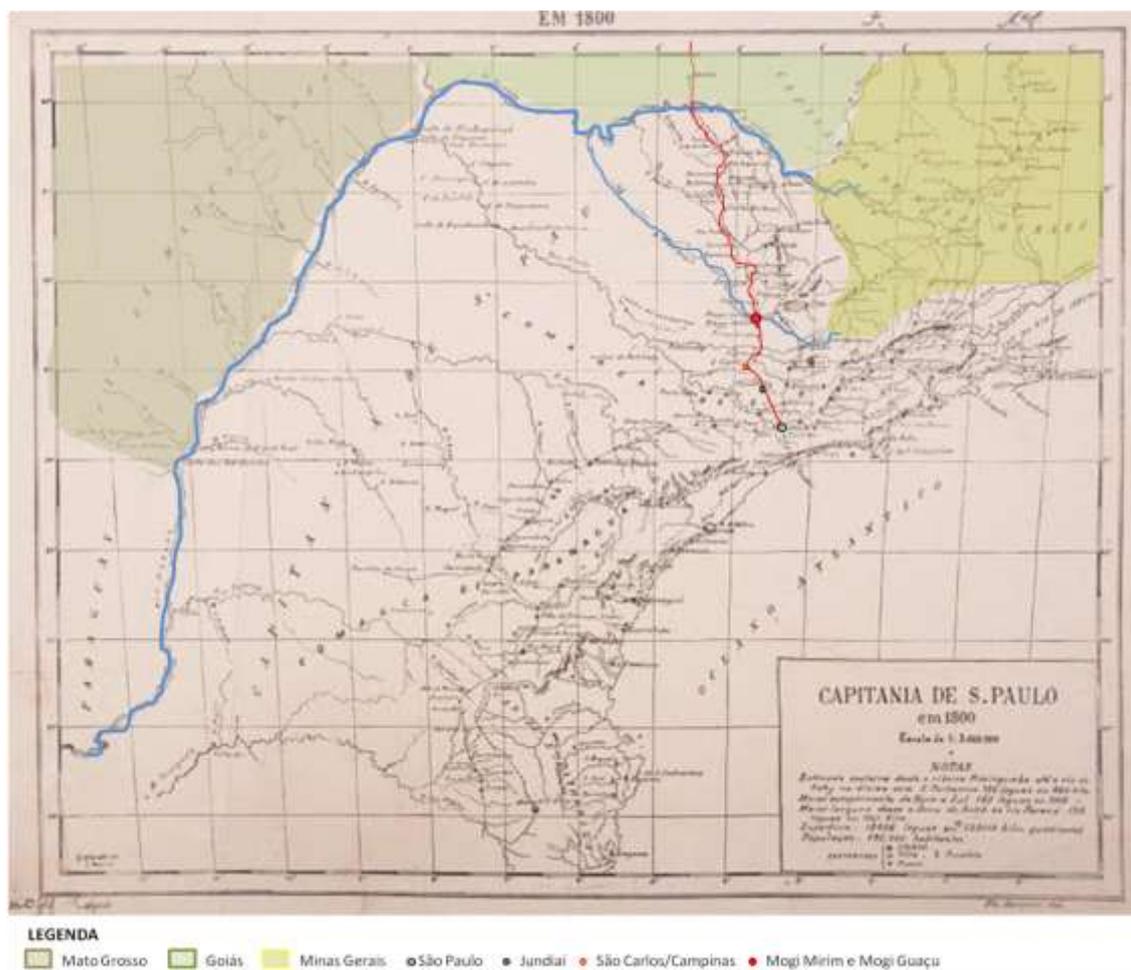
Figura 58 Expansão do Traçado urbano da Vila de Mogi Mirim, 1813. Elaborado pela Autora.



Fonte: para a elaboração deste mapas da evolução do traçado urbano de Mogi Mirim utilizamo-nos das informações contidas no “memorial do Padre Xavier de Matos” para a identificação da Igreja Matriz; Prado (1951) para a identificação do

posicionamento da Casa de Câmara e Cadeia e Igreja do Rosário e, “Monografia geográfica de Mogi Mirim” de Antenor Ribeiro, para a identificação das primeiras ruas que compuseram o traçado urbano de Mogi Mirim.

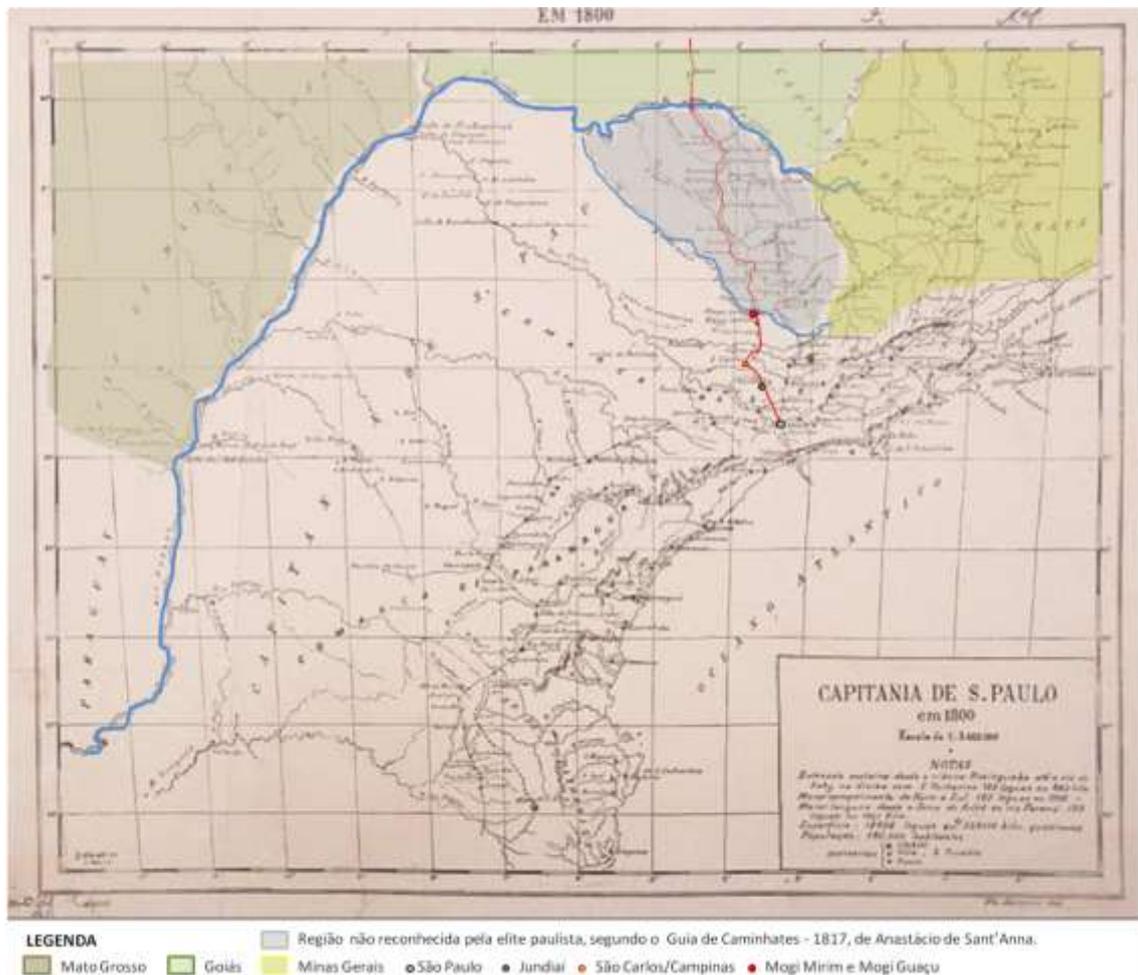
Figura 59 Capitania de São Paulo, em 1800. Autor: ilegível. Modificado pela autora.



Fonte: Base cartográfica disponível em: <http://textolivre.com.br/contos/cronicas/45060-plebiscito-no-para-o-que-nos-os-brasileiros-de-outros-estados-temos-a-vermos-com-issotudo>, acessado em: 12/11/2013.

Porém, no imaginário popular, os limites da Capitania, no início do século XIX, findavam na área das Mogis, tendo o rio Mogi Guaçu como um delimitador entre os territórios paulistas goianos (**figura 60**).

Figura 60 Capitania de São Paulo, 1800, segundo o imaginário popular. Elaborado pela autora.



Fonte: Base cartográfica disponível em: <http://textolivre.com.br/contos/cronicas/45060-plebiscito-no-para-o-que-nos-os-brasileiros-de-outros-estados-temos-a-vermos-com-issotudo>, acessado em: 12/11/2013. Modificado pela autora segundo as informações contidas no Guia dos Caminhantes (**figura 61**), de Anastácio de Sant'Anna, elaborado em 1817 e disponível no acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Se a cartografia oficial expressava os interesses e preocupação com a manutenção territorial da Capitania de São Paulo; em contraponto, o atlas Guia dos Caminhantes, elaborado por Anastácio de Sant'Anna, em 1817, indicava uma diferença significativa no modo de apreender e descrever o espaço vivido pelas elites locais (ver **figura 60** e **61**).

Essa documentação nos oferece uma perspectiva diferenciada da visão dos engenheiros militares. Anastácio de Sant'Anna justificou a necessidade de fazer um novo atlas para suprimir os “erros” difundidos pelos mapas impressos e roteiros preparados pelos “homens de ciência” e militares. O seu Guia de

Caminhantes era elaborado segundo a visão que comerciantes, fazendeiros e feitores tinham do território paulista.

Figura 61 Guia de Caminhantes, 1817. Autor: Anastácio Sant'Anna. Modificado pela Autora.



Figura 62 Legenda original do Guia de Caminhantes, 1817. Autor: Anastácio de Sant'Anna.



Podemos observar através desta legenda a compreensão que tinha a sociedade paulista sobre o território, bem como a estruturação da rede urbana existente e composta por Cidades, Vilas, Freguesias, Arraues, capelas e sítios.

Aproveitamos essa base cartográfica para nela demarcarmos o itinerário de August Saint-Hilaire, em 1819. Sendo ele também um “homem da ciência”, o mesmo descreveu limites da Capitania de São Paulo de modo semelhantemente aos engenheiros militares – com rigor metodológico. Por isso, ao sobrepor seu itinerário ao mapa, podemos comparar os dois pontos de vista existentes: o científico e o “popular”. Se na visão dos habitantes da Capitania, Mogi Guaçu era o “limite”, isso pode significar que no imaginário popular a porção de terra existente para além Mogi ainda era entendida como sertão; desconhecida e pouco aproveitável para a elite, o comércio e os fazendeiros que até então se beneficiavam da cana de açúcar. Nesse sentido, Mogi Guaçu e Mogi Mirim nos são apresentados, novamente, como uma zona de contato, tal qual descreveu Peter Burke (2007), responsável pela transição entre dois territórios distintos., neste caso, entre a “civildade”, onde se tinha uma economia dinâmica e estruturada em função da lavoura canavieira, e o sertão – uma área, a princípio, de pouco interesse para a elite paulista, demasiadamente longe e inviável para a

lavoura de cana de açúcar por causa dos altos valores a serem pagos durante o transporte até o porto de Santos. Portanto, podemos compreender que no imaginário popular, representado por Anastácio de Sant'Anna, as Mogis significavam uma "fronteira imaginária".

Torna-se ainda mais curioso se nos atentarmos para o caso de Franca, elevada à freguesia desde 1805, segundo os dados do IBGE. Na qualidade de freguesia, ela já possuía um vigário e algumas capelas dispostas aos seus cuidados. Segundo, Dirceu Piccinatto Junior (2012), Franca estava localizada em uma região de constantes conflitos sendo ela mesma requerida sem sucesso à Capitania de Minas Gerais, no ano de 1823. Portanto uma área instável cuja ocupação se deu por meio dos mineiros regressos de Minas Gerais e Goiás. Sua elevação à freguesia se deu durante o governo de Franco da Horta, através de uma política de centralização da população dispersa no "Sertão do rio Pardo". O governo reconhecia esse território e tinha interesses em sua ocupação e manutenção, mas como pudemos observar no Guia de Caminhantes, a princípio, essa área não apresentava atrativos para a elite canavieira paulista.

De modo geral, o território do leste paulista continha uma incipiente hierarquização religiosa e administrativa que, até o ano de 1820, contava com apenas seis freguesias e algumas capelas. Essa rede estava em processo de formação e era encabeçada pela Vila de Mogi Mirim. Mogi Mirim, por sua vez, fazia parte da região de maior produção açucareira de São Paulo, o "quadrilátero do açúcar". Portanto, por mais que seu território fosse o dito sertão, o núcleo urbano de Mogi Mirim já não o era. Enquanto Vila, Mogi Mirim respondia diretamente ao governo de São Paulo e por consequência fazia as medidas governamentais se refletirem no seu território direta ou indiretamente. Era uma questão de subordinação e prestação de contas. Mediante isso, ao nosso entender, nossa hipótese de Mogi Mirim ter sido um epicentro propulsor de urbanidade para este referido sertão se confirma.

A seguir, apresentaremos um mapa temático (**figura 63**) que tem por objetivo esclarecer a rede urbana supracitada, cujo destaque dado para as seis freguesias existentes pode ser melhor observado. Nota-se que a região de

fronteira com a Capitania de Minas Gerais é a área onde estão localizadas a maior parte destas freguesias.

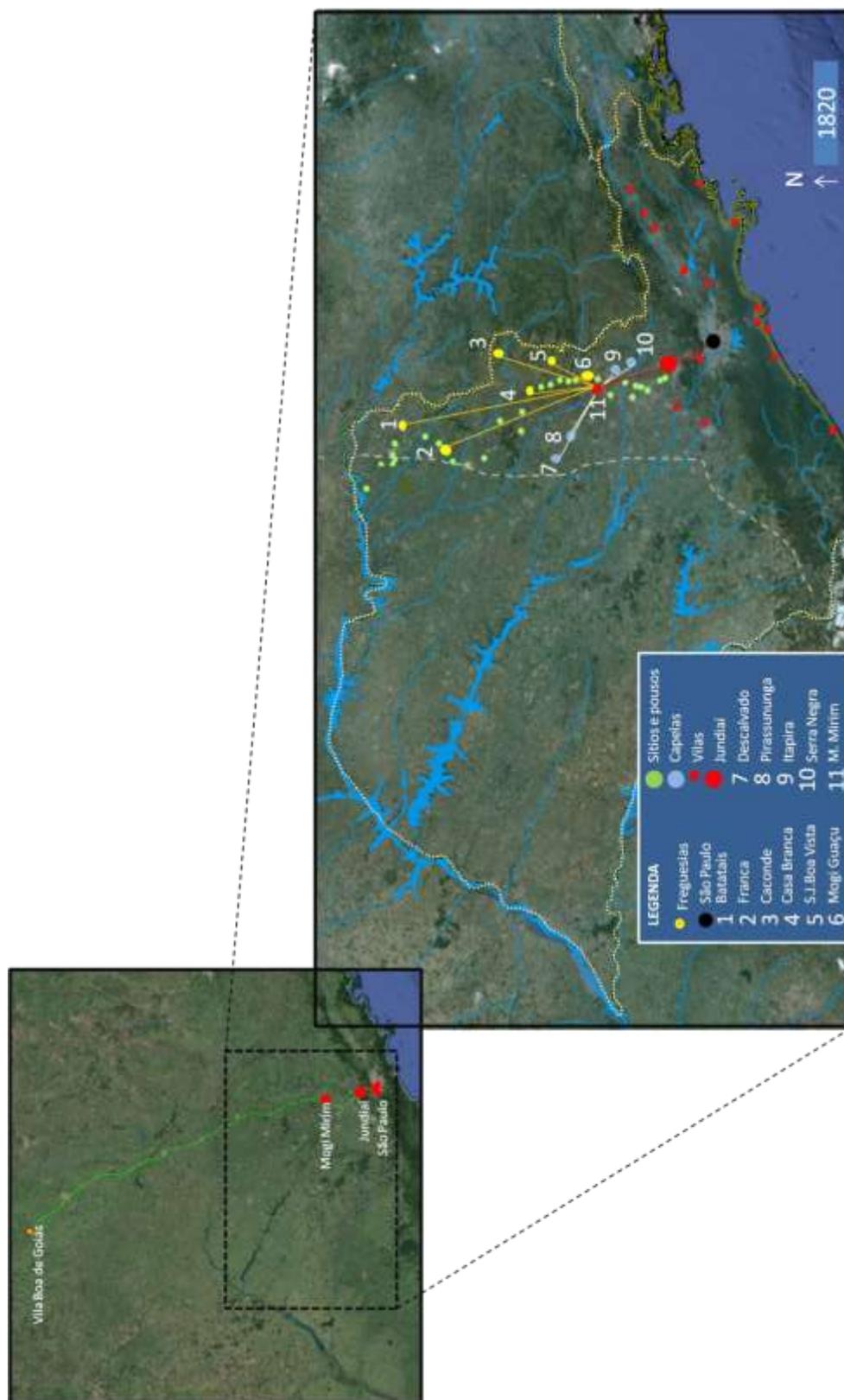
Coerente ao contexto que pertencia, o do “quadrilátero do açúcar”, a Vila de Mogi Mirim necessitava aparentar, de fato, uma vila. Sua realidade econômica não se comparava a outros núcleos do mesmo contexto, tais como Jundiá ou Campinas, mas assim como ocorria em todo o Brasil, era necessário construir uma identidade, uma imagem e materializar os valores da civilidade no próprio espaço urbano.

O ano de 1820 também é importante para nossa análise porque pertence ao período “pré-independência” do Brasil, onde os brasileiros buscavam uma identidade própria. Era uma fase de muitas mudanças e alteração de padrão que se refletia no próprio traçado das vilas mais distantes, como o caso de Mogi Mirim (**figura 61**). Não foi por acaso que dessa data em diante começaram as constantes ampliações e melhorias na Vila de Mogi Mirim; mesmo que rudimentares, se comparado a outros grandes centros.

De acordo com o “Quadro de nomenclatura das ruas, travessas, becos, avenidas, ladeiras e pátios de Mogi Mirim”, presente na obra de Ribeiro (1944), ampliou-se o traçado ortogonal de modo paralelo às duas ruas já existentes e a Igreja Matriz ganhou um largo à sua frente, o segundo largo de Mogi Mirim. Aumentou-se, também, o número de casas nessas novas ruas; isso porque chegavam à vila muitos ex-mineradores procurando trabalho na lavoura de açúcar. A elite, porém, viva em fazendas, na área rural; mantinham uma casa na área urbana para uso aos finais de semana. Dessa forma, a maioria da população que residia de fato em área central era aquela mais pobre, que vivia em função do comércio local de animais e produtos agrícolas.

(...) geralmente as casas são pequenas, algumas de taipa, porém a maior parte construída de paus a prumo, ligados com ripas horizontais e os vãos cheios de barro; há somente duas moradas altas, a do capitão-mor, e a da Câmara, com a cadeia por baixo; a rua Direita, e do Comércio são as mais povoadas. (D'ALINCOURT. 2006: P. 38-40)

Figura 63 Rede Urbana do leste paulista, em 1820. Elaborado pela autora.



Fonte: Para a elaboração deste mapa temático, utilizamos como base o “Mapa das Igrejas e Paróquias da Comarca de Mogi Mirim”, localizado no acervo paroquial da Igreja Matriz de São

José de Mogi Mirim. Os dados nele contidos foram comparados com as informações disponibilizadas no Cidades@, do IBGE. Todas essas informações também foram comparadas à narrativa de viagem de Augustus Saint-Hilaire. A identificação das demais vilas deu-se através das informações contidas em “Dilatação dos Confins”, de Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno (2009).

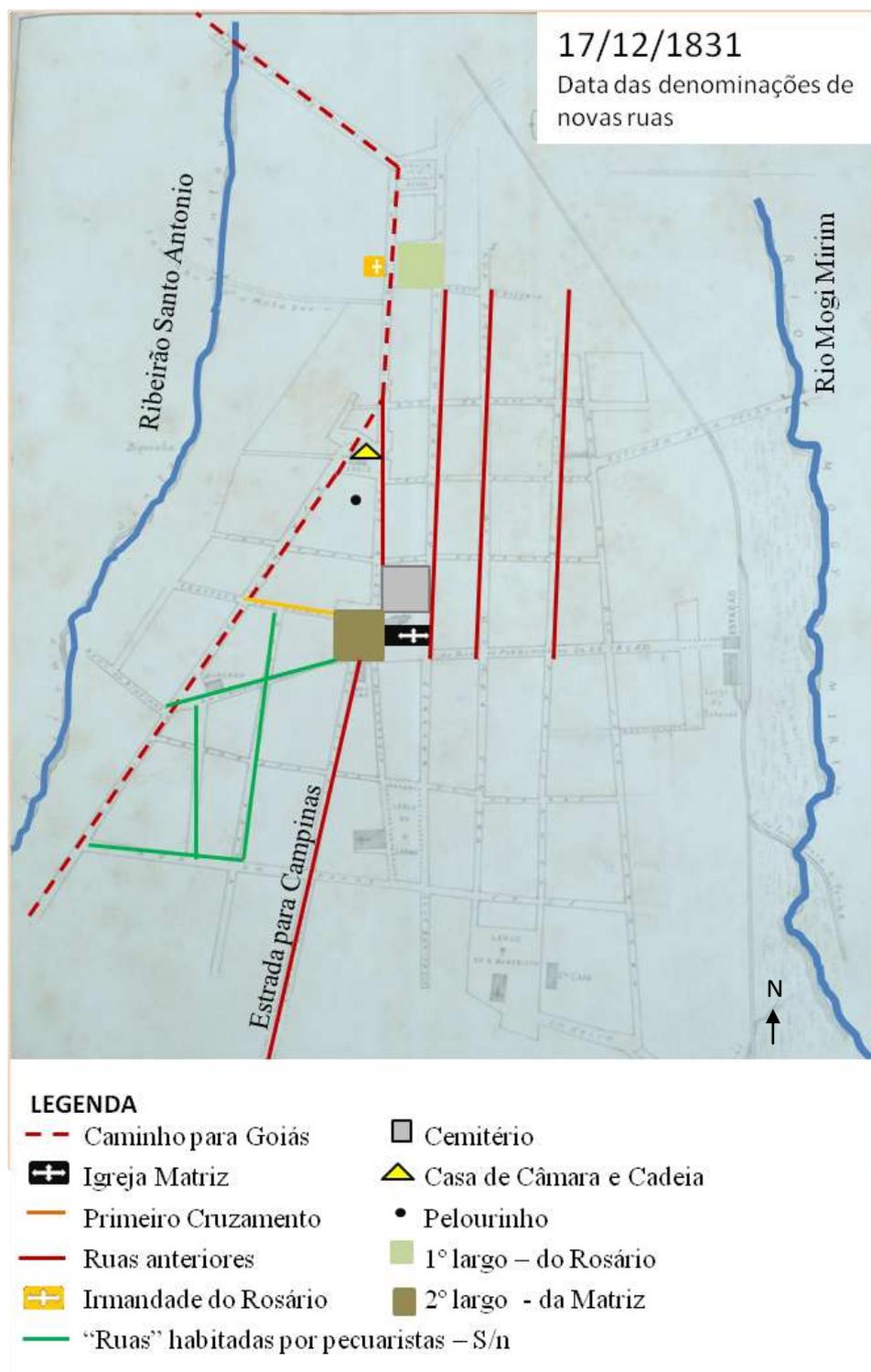
Os novos padrões arquitetônicos inseridos no Brasil com a vinda da corte, não alcançaram efetivamente as edificações de Mogi Mirim. Eram poucos os que possuíam recursos financeiros para construir residências maiores, fazendo prevalecer a técnica construtiva mencionada na citação de D’Alincour, tradicional, mais encarecida, e deles já conhecida.

Também em 1820, houve em Portugal a Revolução Liberal do Porto, terminando com o Absolutismo e iniciando a Monarquia Constitucional. D. João deixou de ser monarca absoluto e passou a seguir a Constituição do Reino, cujo juramento efetivou-se em 26 de fevereiro de 1821. Dessa forma, a Assembleia Portuguesa exigiu o retorno do monarca, pois desejavam recolonizar o Brasil, retirando-lhe a autonomia administrativa. Em 26 de abril de 1821, D. João VI cedendo às pressões, volta a Portugal, deixando seu filho D. Pedro I como príncipe regente do Brasil. Segundo Prado (1951) tal constituição foi solenemente jurada em Mogi Mirim no dia 15 de julho de 1821, em uma festiva reunião de povo e autoridades da Vila.

Segundo Gomes (2007), a regência de D. Pedro foi conturbada entre 1821 e 1822, pois Portugal queria sua volta e os brasileiros a sua permanência. Na época, havia dois grupos políticos: os radicais, que desejavam a independência do Brasil e a instalação de um governo republicano, representavam as camadas urbanas da sociedade brasileira; e os moderados, defensores da ideia de que a independência deveria vir com uma Monarquia Constitucional, liderados por José Bonifácio.

O mesmo autor nos afirma que em janeiro de 1822, ameaçados pela recolonização, moderados e radicais se uniram e pediram a permanência de D. Pedro I, no dia 9 de janeiro de 1822, um episódio conhecido como “Dia do Fico”. Porém, Portugal desconsiderou oficialmente o ato e continuou a exigir o retorno de D. Pedro I. Em 7 de setembro de 1822, proclamou a independência do Brasil, no evento conhecido como “Grito do Ipiranga”, por ter ocorrido às margens do riacho de mesmo nome.

Figura 64 Traçado urbano da Vila de Mogi Mirim, 1820. Elaborado pela autora.



Fonte: para a elaboração deste mapas da evolução do traçado urbano de Mogi Mirim utilizamo-nos das informações contidas no “memorial do Padre Xavier de Matos” e para a identificação das novas ruas, a, “Monografia geográfica de Mogi Mirim” de Antenor Ribeiro. Escala Ilegível

Segundo Prado (1951), a nova do grito do Ipiranga invadiu, lentamente, o interior paulista. Ofícios e mais ofícios revelaram-se às autoridades competentes. Na então Vila de Mogi Mirim, já em 10 de outubro de 1822, os vereadores se “juntaram para tratar do bem comum”, na Casa de Câmara e tomaram conhecimento de um ofício do Senado da Corte do Rio de Janeiro, datado de 17 de setembro de 1822.

Acompanhava-o “uma fala para aclamação do nosso primeiro imperador constitucional do Brasil”. E a 12 de outubro de 1822, promoveram festejos extraordinários, dos quais constavam repiques de sinos, fogos, descargas da companhia de ordenanças e solenes ofícios religiosos para celebrarem a libertação política do País (PRADO:1951, p.21)

No ano de 1823 passou por Mogi Mirim o viajante estrangeiro Edmund Pink e, em 1825, Luis D’Alincourt cujas respectivas produções iconográficas e descritivas já foram citados no Capítulo 1. Em 1827, foi a vez de Willian John Burchell, que elaborou dois importantes desenhos de perspectiva capazes de apreenderem as características da região central de Mogi Mirim - o largo da Matriz já totalmente delimitado por casa, compondo um espaço público e, devido às construções, parcialmente isolado da edificação da Casa de Câmara e Cadeia.

No ano de 1829 uma nova instituição pública chegou à referida Vila: o Correio. Segundo Prado (1951, p. 26), em julho deste ano, os vereadores de Mogi enviaram ofício ao governo da Província de São Paulo requisitando a instalação na Vila de Mogi Mirim uma casa de Correio que, desde sua origem, representava uma importante medida de progresso. O pedido foi deferido em 12 de agosto de 1829, sendo nomeado o primeiro agente local: Domingos Gomes de Oliveira.

O mesmo autor nos informa que o serviço de correio acontecia apenas três vezes por mês, tendo como transporte o lombo de burros. Não existiam, segundo este autor, nem selos e nem envelopes. Sendo a correspondência enviada com “porte a pagar”. Tal situação alterou-se somente treze anos depois, em 1842, quando o Brasil começou a seguir o exemplo Inglês, de 1840, e imitiu os primeiros selos postais denominados “olhos de boi”.

A vinda de instituições públicas às áreas interioranas, como era o caso de Mogi Mirim, representava o progresso pelo qual o Brasil e a Província de São Paulo passavam. As formas de comunicação se ampliaram, porém continuavam dependentes daquela rede de caminhos desenvolvida desde tempos mais remotos da colonização. O Caminho dos Goiazes, originário da constante passagem de bandeirantes em busca de índios e minérios, viu por ele se sobrepor vários outros fragmentos de redes: a rede da mineração, a qual permitira a comunicação entre territórios de São Paulo, Minas e Goiás e garantiu a sobrevivência de vários núcleos em um período de escassos recursos em São Paulo; depois a rede eclesiástica que foi uma forma de estruturar e organizar tão vasto território. A rede composta pelos registros, pontos de fiscalização e verdadeiros “nós” em meio aos caminhos. E não esquecendo também a rede estabelecida pelas instituições públicas criadas a partir de 1808. Portanto observamos que a rede inicialmente estruturada a partir do Caminho dos Goiazes se tornou, gradativamente, mais ampla e complexa; agrupando núcleos em função das várias temáticas existentes, delimitando novos territórios em função da produção excedente e possibilitando, assim, o contínuo processo de resignificação da terra.

Esses fragmentos de rede sobrepunham-se, sendo que muitos deles percorriam exatamente os mesmo caminhos que os demais. Era uma questão de recursos. Mas ao analisar tal sobreposição e comparando-a com mapas temáticos anteriormente apresentados, podemos observar claramente a expansão da civilidade e os resultados da produção social que se tinha naquele sertão e, desta forma, a propulsão da urbanidade para locais distantes, antes tidos por áreas muito remotas – sertão. As distâncias começaram a diminuir e o sertão foi deixando de ser sertão – desconhecido e incivilizado.

O progresso urbano das Mogis, quando comparado ao existente nas demais vilas de São Paulo e Rio de Janeiro podia ser considerado pequeno; mas no contexto regional esse progresso tornava-se extremamente relevante e significativo, porque denotava a própria expansão da urbanidade pelo sertão. Entre civilidade e sertão havia contextos culturais diferentes e situação econômica diversa. Portanto, para o território que respondia à Vila de Mogi Mirim, essas

pequenas modificações do traçado urbano e inserções de novas instituições urbanas representaram a inserção do núcleo no território civilizado. Portanto não se tratavam mais de um ambiente rústico e desinformado, e nem de completos ignorantes; tendo em vista as ampliações do traçado, da dinâmica social e da produção ali ocorrida, este ambiente não era mais simplório.

Entretanto, os viajantes que, presos às suas concepções e à sua cultura europeia, ainda descreviam Mogi Mirim como tal. Como exemplo, podemos citar o comentário feito por Milliet de Saint-Adolphe, no ano de 1840: “*MOGI MIRIM – Vila medíocre da província de São Paulo, nas estradas para Goiás, trinta léguas mais ou menos a nordeste da cidade capital da província*” (Saint-Adolphe *appud* PRADO: 1951, p. 31).

Compreendemos, dessa forma, que o conceito de “medíocre” era decorrente da cultura, formação científica e contexto geral utilizado como comparação. Fazendo com que as descrições remetessem a estereótipos de urbanos e de sertanejos previamente concebidos.

Os viajantes estrangeiros elaboraram seus relatos a partir de uma leitura pontual e momentânea da Província de São Paulo e de seus habitantes. Percebemos que assim como os primeiros viajantes citados no Capítulo I desta dissertação, estes também *estranharam* a realidade aqui presenciada, que muito se diferenciava do ambiente urbano europeu. Assim como no século XVII e XVIII, os relatos do século XIX foram produzidos mediante a observação da paisagem aqui encontrada, todavia, esses últimos viajantes eram “homens da ciência”, letrados e inseridos em uma sociedade mais complexa. Entretanto eles não presenciaram o desenrolar do processo de produção social do espaço construído ocorrido nesse território e também não apresentaram, ao longo de suas análises, referências às fontes documentais oficiais. Observando, eles foram capazes de detectar a heterogeneidade social e econômica existente na Província de São Paulo, mas descreveram tais diferenças em tom pejorativo não como reflexos de um processo histórico de posse e ocupação territorial.

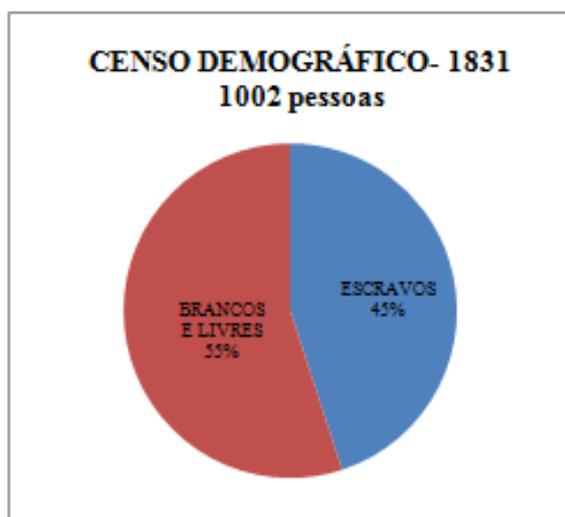
Tais diferenças de fato existiram, principalmente porque o tempo de resposta dessas regiões se dava em função da comunicação existente entre as

partes do mesmo território. Mas isso não excluía ou anulava o fato de no leste paulista existir uma própria noção de urbano, uma civilidade coerente ao contexto local e, portanto, ser uma região em processo de urbanização e não categoricamente uma “terra de brutos e ignorantes”, como descrito por August Saint-Hilaire, em 1819.

Frente aos dados levantados, relativizamos as informações contidas nos relatos dos viajantes, pois ocorreram nas Mogis os reflexos de vários momentos emblemáticos para o Brasil e São Paulo; fatos que provavelmente não ocorreriam se os habitantes desse dito sertão – leste paulista – fossem realmente completos ignorantes. Contrapõem-se também à visão dos viajantes os episódios ocorridos nas Mogis referentes às disputas sociais, territoriais e as relações profissionais existentes entre os núcleos e outras vilas. Além disso, ocorreram nessa região, tida como sertão, as comemorações referentes ao cotidiano da Coroa, contradizendo a ideia que os viajantes tinham de ser o sertão um lugar desinformado, desconhecido e sem comunicação com os demais contextos da Província.

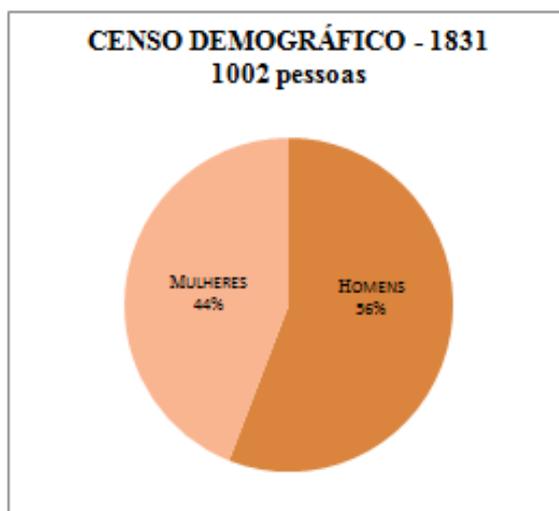
Outra informação que também se contrapõe às descrições realizadas por esses viajantes diz respeito aos elementos que compunham a sociedade de Mogi Mirim, na primeira metade do século IX - mesmo período de produção de tais relatos-, como se verá a seguir.

Figura 65 Gráfico da composição social de Mogi Mirim, 1831. Elaborado pela autora.



Fonte: Maços de população de 1831.

Figura 66 Composição da população de Mogi Mirim entre Homens x Mulheres, 1831. Elaborado pela autora.



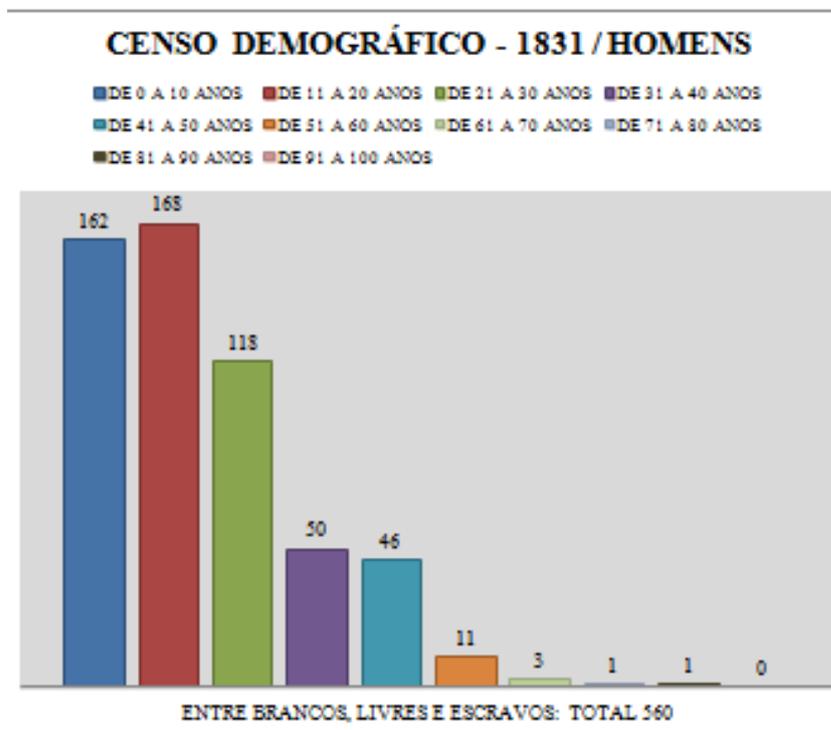
Fonte: Maços de população de 1831- Arquivo Publico do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/recenseando.php>, acessado em: 17/10/2013.

Nesse momento, a população do núcleo de Mogi Mirim era composta, segundo o relatório produzido e intitulado “Maços de População de 1831”⁶⁰, predominantemente por brancos e livres (55%), enquanto que escravos representavam uma parcela menor, mas não menos significativa (45%). Sendo que à época, no Brasil, a quantidade de escravos era proporcional aos recursos financeiros e representava *status* social, concluímos que, de modo geral, a população de Mogi Mirim não era tão “desprovida de recursos” como comentou Saint-Hilaire.

O mesmo senso também nos permite observar que a maior parte dessa população, considerando-se os brancos, livres e escravos, era composta predominantemente por homens (56%). A população de Mogi Mirim era formada por paulistas migrantes, elite açucareira, e por muitos ex-bandeirantes e reentrantes mineiros – homens - que se deslocaram pelo território brasileiro e se fixaram em Mogi Mirim atraídos pelo contexto econômico do quadrilátero do açúcar e as políticas governamentais de centralização populacional existentes no território paulista, nesse período. Era, maciçamente, uma população jovem, com a população masculina sobrepuja-se à feminina.

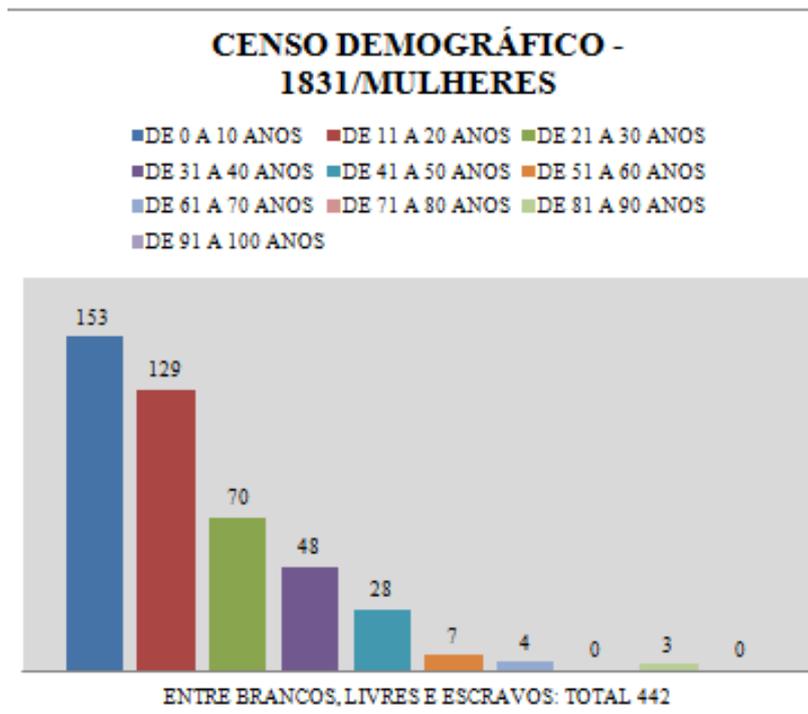
⁶⁰ Arquivo disponibilizado no site do Arquivo Publico de São Paulo: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/recenseando.php>, acessado em: 17/10/2013.

Figura 67 Gráfico de composição populacional - homens, 1831. Elaborado pela autora.



Fonte: Maços de população de 1831- Arquivo Publico do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/recenseando.php>, acessado em: 17/10/2013.

Figura 68 Gráfico de composição populacional - mulheres, 1831. Elaborado pela autora.



Fonte: Maços de população de 1831- Arquivo Publico do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/recenseando.php>, acessado em: 17/10/2013.

Se comparadas essas informações com os registros anteriormente apresentados, elaborados pelos párocos de Mogi Mirim, podemos observar que a população residente no núcleo urbano havia crescido consideravelmente nos primeiros anos do século XIX, como reflexo da migração regional ocorrida desde o início da economia açucareira. Conseqüentemente, a elevação do poder aquisitivo refletido na posse de escravos e as novas ocupações do tecido urbano: o traçado da Vila de Mogi Mirim sofreu reflexos e também passou por mudanças, contrapondo-se à estagnação mencionada pelos viajantes.

Na sessão da Câmara datada de 17 de dezembro de 1831, o Capitão Venâncio Maria Torriani salientou a necessidade de dar denominação à todas as ruas, travessas e largos da Vila de Mogi Mirim. E sendo assim, ofereceu nomes que posteriormente foram pintados a óleo nas principais esquinas:

Nome das ruas: Rua do Comércio, onde mora o Venâncio; Rua da Via Sacra, onde mora a viúva do Inácio; Rua Nova do Comércio, a do Vigário; Rua das Flores, a do João Ferraz; Rua da Sociedade, a do José Suarte; Rua da Boa Vista, a do Lavapés; Rua do Rosário, a do João Teodoro; Rua da Bexiga, a do João Adorno; Rua da Esperança, do João dos Santos; Rua da Palma, a do Manoel Soares e Campo da feira, a biquinha. Nome das Travessas: Travessa da Cruz, areão; d'alegria, a do Carmo; da Bexida, a do Venâncio; do Conselho, a do Manoel Jacinto; da Paz, a do Alvarenga; da Biquinha, a do João Batista; do Fiscal, a do Francisco Luiz. Pátios: Rosário, Matriz, Carmo e São Benedito. (appud Prado: 1951, p.27)

De acordo com a fonte pesquisada⁶¹, essa foi a primeira tentativa de sistematizar a nomenclatura das ruas de Mogi Mirim, cujos nomes antigos obedeciam ao corriqueiro sistema de nomeá-las de acordo com o nome ou apelido de alguns dos moradores de grande evidência política ou social. Algumas dessas “ruas” ainda eram pouco habitadas, sendo seu trajeto prolongado na medida em que uma edificação importante, como as Igrejas, era construída.

Neste documento de 1831, Capitão Venâncio cita o “Pátio do Carmo” entretanto a Igreja do Carmo, mantenedora deste espaço, só foi construída em 1844, treze anos após a denominação desse espaço público. O mesmo ocorreu

⁶¹ PRADO (1951)

com o então “Páteo de São Benedito”, cuja construção da Igreja data de 1847. Por isso, em nossa análise e produção cartográfica priorizamos os espaços já edificados, sendo possível elaborar uma sequência de mapas sobre o desenvolvimento do traçado urbano da Vila de Mogi Mirim em função da ocupação e construção ocorrida nesses logradouros.

A evolução do traçado da Vila de Mogi Mirim não ocorreu de maneira isolada do contexto regional; o segundo quartel do século XIX foi marcado por sucessivos desmembramentos territoriais e criação de novas vilas. Em 1824, Franca já fora elevada a tal condição; em 1839 foi a vez de Batatais e em 1841, Casa Branca. Portanto, a evolução do traçado urbano de Mogi Mirim foi concomitante às modificações ocorridas em seu território. O artigo intitulado “Questão de Limites”⁶², citado na obra de Prado nos apresenta a situação do leste paulista no ano de 1835:

Em 1835 as autoridades locais informavam ao Governo da Província que a Vila de Mogi Mirim se achava dividida em 14 distritos. Os limites eram os seguintes: “ao N. – Vila da Franca, ao S. – vilas de São Carlos [Campinas] e Bragança; a L. – Freguezias de Ouro Fino e de Caldas; e a E. – “capela” de Limeira. (PRADO: 1951, p. 19)

Através dele podemos compreender que o território de Mogi Mirim apresentava, em 1835, uma estrutura de ocupação gradativamente mais complexa. Ou seja, observamos duas fases desse processo de “dilatação dos confins”. A primeira, aquela ocorrida desde o início do século XVI, no período colonial, que se irradiava costa litorânea para o sertão através do desbravamento, assentamentos e políticas de centralização. A segunda fase é a do século XIX, dando continuidade ao processo de posse e ocupação do território, mas ocorrendo em função da re-significação de uma rede urbana pré-existente.

⁶² Em 1719 fora elaborado um documento chamado “Questão de Limites”, cuja autoria é de Diogo Luiz Pereira de Vasconcellos, também utilizado nesta pesquisa; porém este fazia referencia ao estabelecimento dos limites entre as Capitanias de São Paulo e Minas Gerais e encontra-se disponível no Arquivo Publico Mineiro- <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=488>, acessado em 08/2012. O artigo “Questão de Limites” agora mencionado, é de Washington Prado, redigido em 1951 e se refere ao contexto de limites territoriais entre Mogi Mirim e as novas freguesias que surgiram no leste paulista, ramificando a rede urbana no ano de 1835.

O sertão do século XIX, no contexto do leste paulista, já não era o mesmo sertão do século XVIII. Tornava-se cada vez mais conhecido em função do aprimoramento e ampliação da rede urbana, cuja espinha dorsal era o próprio “Caminho dos Goias”. Agora não mais se desmatava para formar pousos; ao contrário, apropriavam-se deles e intensificavam a vida em sociedade nesses pequenos nós, dotados de potencial de comunicação e conexão com outros núcleos paulistas, mineiros e goianos; a preocupação não era em formar pousos, era formar Vilas e garantir que esse sertão fosse cada vez mais dotado de urbanidade. O reconhecimento do território não estava mais relacionado aos lucros que a exploração natural renderia à Coroa portuguesa; buscava-se construir uma economia própria que, ao contrário do período colonial onde a agricultura era visto como algo vergonhoso pela sociedade, via-se agora na agricultura a sua grande força econômica, capaz de mudar o cenário do leste paulista por meio de duas grandes lavouras, a de açúcar e posteriormente a de café. A grande semelhança que percebemos entre estas duas fases é o *modus operandi* desse processo de fundação de cidades, o qual em ambos os casos consistia em atender as necessidades de uma região mais distante, cuja população encontrava-se dispersa e carente de serviços.

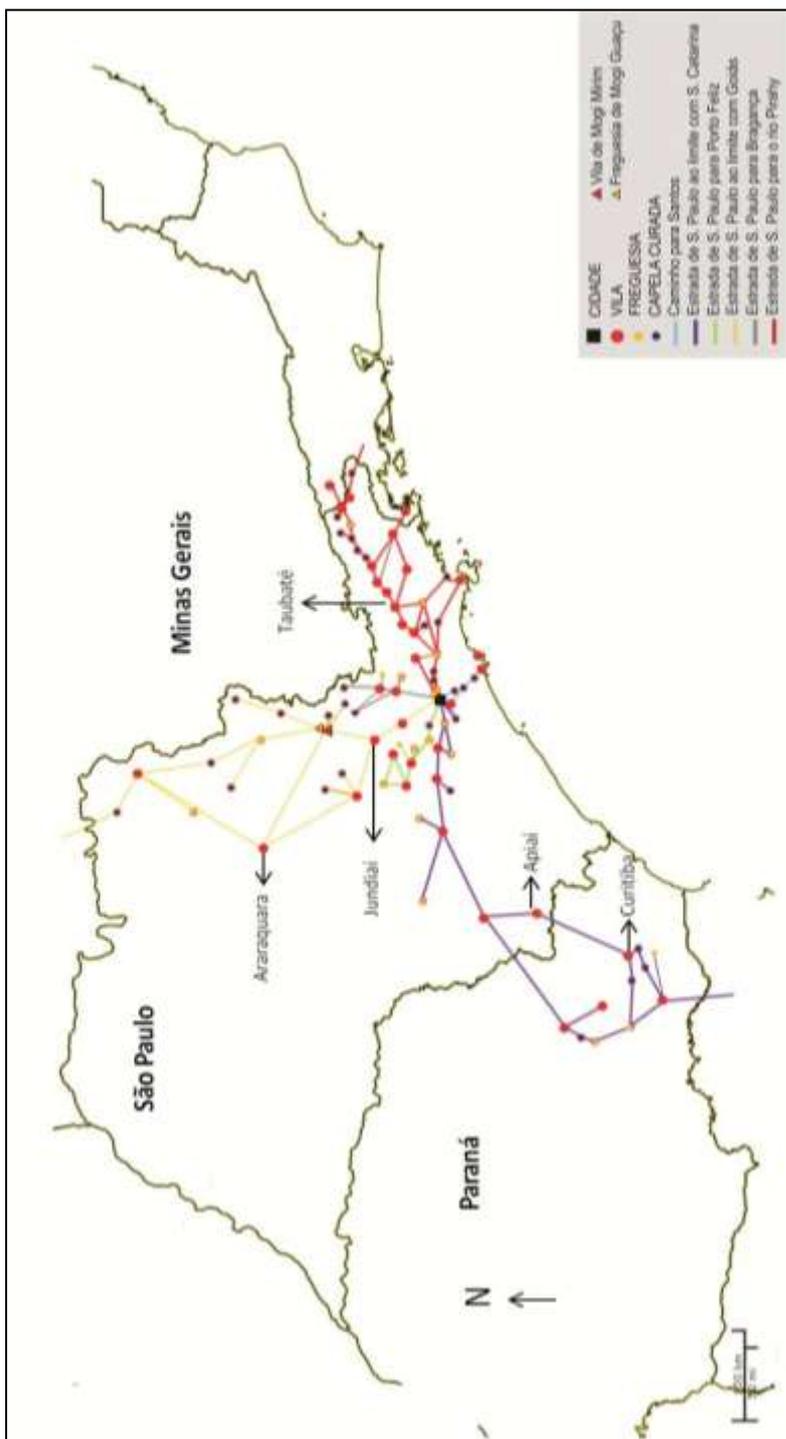
No século XIX, com o advento da abertura dos portos às nações amigas, uma grande quantidade de cientistas, militares, botânicos e artistas começaram a percorrer o território brasileiro. Por consequência, ele se tornou cada vez mais conhecido através das representações artísticas e cartográficas elaboradas. Nesse sentido, destacamos aqui o itinerário elaborado por Daniel Pedro Müller, no ano de 1838, através do qual nos foi possível elaborar uma cartografia representando todos os caminhos e estradas de São Paulo que foram identificados por esse autor (**figura 69**).

Observamos nitidamente que a porção litorânea, leste e nordeste já se encontravam mais adensadas⁶³. A oeste, o sertão ainda se fazia desconhecido; a porção sul ainda não apresentava nenhum adensamento significativo, contudo alguns núcleos importantes já se estabeleciam, sendo eles responsáveis pela

⁶³ Os limites apresentados e referentes a São Paulo são os atuais e não devem ser entendidos como os existentes no ano de 1838. Utilizamos a divisão política atual com a finalidade de viabilizar o georeferenciamento das informações. Dessa forma, conseguimos obter um panorama geral dos caminhos.

articulação dos caminhos. Notamos que alguns núcleos são fundamentais para a estruturação dessa rede de caminhos, enquanto que outros acontecem de maneira muito mais isolada. Nesse sentido, a rede urbana nesse momento se

Figura 69 Mapa de itinerários. Elaborado pela autora, baseado nos registros de itinerário de Daniel P. Muller, 1838.



Fonte: Ensaio de um quadro estatístico da Província de São Paulo

configurava de forma muito mais truncada⁶⁴.

Tendo como base o “Mapa de itinerários” (**figura 69**), sobrepomos a ele as informações por nós coletadas referentes ao leste paulista, no segundo quartel do século XIX. Do resultado dessa operação, observamos então que do “Caminho dos Goiazes” partiam várias ramificações, e entre elas aquela responsável por ligar Franca e Mogi Mirim à Araraguara. Mas as ramificações que levavam para a região oeste da Província não eram tão próximas e constantes como aquelas existentes na área de fronteira entre São Paulo e Minas Gerais. Entre o Caminho dos Goiazes e o Caminho velho estavam os núcleos originários do período da mineração. E essa estrutura de caminhos ora apresentados como “não oficializados” continuavam a permitir comunicação entre essas duas Capitanias.

O ouro já não escoava clandestinamente por tais caminhos; cedera espaço à agricultura, aos compradores de açúcar e aguardente. Em comum ao século anterior, essa região permaneceu como área de disputa territorial, especialmente nas proximidades de Caldas e Ouro Fino, atuais municípios de Minas Gerais, antes capela e Freguesia, respectivamente subordinadas à Mogi Mirim. (Prado, 1951).

Acha-se neste distrito [Ouro Fino] princípio de uma invasão cometida por alguns mineiros que por usurparem alheios terrenos querem por força pertencerem à Província de Minas Gerais e até chegaram a arrancarem alguns marcos de divisas no quinto distrito da Vila de Mogi Mirim e fiados naquele exemplo concorrem muitos homens da Província de Minas para aquele lugar. (Questão de Limites appud PRADO: 1951, p. 19)

Como síntese de tais informações, elaboramos o “Mapa síntese” (**figura 70**), que aproveita a mesma base cartográfica do “mapa de itinerários” (**figura 69**), acrescentando a ele todas as demais informações já mencionadas, incluindo a identificação da área então denominada por Petrone (1968) como “Quadrilátero do açúcar”.

⁶⁴ Diz-se que uma rede urbana é mais truncada quando a mesma possui uma série de ligações e ramificações.

Em 14 de março de 1839 foi sancionado o decreto que criava a sétima comarca da Província de São Paulo, constituída pelo termo da Vila de Franca do Imperador (Franca), e o termo de Mogi Mirim, além dos distritos pertencentes a cada uma dessas localidades (FERREIRA, 2005). Isso significava dizer que a sétima comarca correspondia a toda a extensão territorial compreendida entre o rio Jaguary e rio Grande; além das regiões de fronteira com Minas Gerais, a exemplo dos núcleos de Ouro Fino e Caldas. No ano de 1841, a Freguesia de Casa Branca foi elevada à Vila e seu termo passou a integrar a sétima comarca, incluindo a Vila de Batatais, criada em 1839. Através da união destes termos em torno de uma mesma comarca, foram diminuídas as disputas territoriais no leste paulista; delimitou-se juridicamente o território pertencente à Província de São Paulo, nessa área de fronteira com Minas Gerais.

Isso significava dizer também que a Vila de Mogi Mirim, antes única Vila do leste paulista, estava em igualdade com outras três Vilas que se originaram dentro de seu território. Enquanto que até o século XVIII as disputas ocorriam entre Mogi Guaçu e Mogi Mirim, na quarta década dos oitocentos, Mogi Guaçu permaneceu estagnada enquanto que Mogi Mirim ordenava o leste paulista juntamente com outras vilas, competindo juridicamente entre elas.

Se por um lado o território encontrava-se mais organizado após a criação da comarca, no plano econômico a realidade não era exatamente essa. A década de quarenta representou um período de transição entre a lavoura canavieira e o café. É certo que os benefícios decorrentes de tal economia ocorreram em diferentes proporções, segundo uma lógica de localização territorial; mas de modo geral o açúcar trouxe inúmeras modificações e desenvolvimento para o leste paulista: houve aquecimento econômico, novos valores e padrões sociais, novas culturas. Foram modificações que exerceram reflexo no traçado urbano, pois ao se modificar padrões e valores sociais, diretamente alterna-se o modo de ver e construir o espaço do convívio social que é a própria cidade.

3.4.1 – Sobre as modificações no tecido urbano de Mogi Mirim

Aproveitamos, então para analisarmos as modificações ocorridas na Vila de Mogi Mirim em função de seu crescimento e do desenvolvimento regional ocorrido no século XIX. As modificações sobre as quais nos referimos, são aquelas pertinentes à configuração do traçado urbano da Vila. Surgiram, neste século, os primeiros espaços públicos destinados ao convívio social e lazer. Então, podemos supor que a vida em sociedade ganhou mais intensidade neste século; e no que se refere ao traçado urbano, este se expandiu em função dos usos estabelecidos pela população, sobretudo nesses espaços de socialização.

Era nessas grandes áreas abertas, denominadas “pátios” ou “largos”, e geralmente delimitados pelas edificações alinhadas em seu entorno, onde ocorriam os eventos da Vila e as diversões públicas. Em Mogi Mirim, segundo Prado (1951, p.56), eram considerados eventos as touradas, cavalhadas e congadas, responsáveis por atrair os moradores para o centro da Vila, incluindo aqueles habitantes das áreas rurais.

Figura 71 Festividades no largo da Matriz. Autor: Sebastião Tóride Celegatti.



Fonte: CELEGATTI, 2001. “Mogi Mirim, viagem ao passado”. Iconografia datada de 1979 e que tem por objetivo *representar* o Largo da Matriz em dias de festividades populares, em meados do século XIX

Os dias de eventos na Vila eram oportunidade para usarem as melhores roupas, enfeitarem as casas e ostentarem uma aparência mais sofisticada, diferente do que ocorria em dias normais, rotineiramente. Todos esses eventos ocorriam, em maioria, no Largo Matriz (**figura 71**), onde dispunham bandeirolas em função das atividades realizadas. (PRADO, 1951,p. 56-58). Essas atividades não eram exclusivas da Vila de Mogi Mirim, consistiam em diversões frequentes no Brasil entre os setecentos e oitocentos (PRADO:1951, p. 56). Até o final do século XIX existiram em Mogi Mirim quatro largos, criados em função das irmandades religiosas que se formavam na Vila.

Em ordem cronológica, foram eles: o “largo do rosário”, formado em função da “irmandade dos homens de cor” no ano de 1813, cujo templo religioso foi erigido em 1815. Com exceção do largo da Matriz, cuja formação foi consequência da ocupação e povoamento da então Freguesia de São José de Mogi Mirim, percebemos que o fato do largo preceder a construção de sua respectiva Igreja era uma constante. O Largo do Carmo, por exemplo, foi o terceiro a ser formado na Vila de Mogi Mirim e impulsionou a expansão do traçado urbano para sua proximidade, como podemos observar na **figura 74**. Mas nada ocorria aleatoriamente. Esse largo abrigava uma das mais importantes formas de lazer existente na Vila: o teatro.

O “Teatro São José” foi fundado por Padre José em 1832⁶⁵, nas dependências de sua residência. De acordo com as informações fornecidas por Prado (1951, p. 57), eram costumeiras as apresentações de dramalhões de capa e espada, organizados em “quatro ou cinco intermináveis atos”, fazendo com que os espectadores levassem para o espetáculo cadeiras confortáveis e comida. O teatro era forrado por taboas, iluminado a velas, tendo sido demolido em 1883.

Segundo Prado (1951), a delimitação de um adro com a denominação de uma irmandade, representava o desejo desta em construir uma Igreja. Mas no caso do Largo do Carmo, existente desde 1831, primeiramente veio o espaço público e o lazer (teatro). Constam nos registros da Paróquia de São José que a construção da Igreja de Nossa Senhora do Carmo teve início somente em 1844,

⁶⁵ Informações contidas no artigo escrito por João Augusto da Silveira e publicado em jornal local, não identificado pela autora, mas cujo teor foi transcrito na obra de Prado, 1951, p. 57.

em terreno adquirido de Francisco José de Souza, localizado defronte ao largo. Essa informação nos faz elaborar a hipótese de que em 1844 essa área já se encontrava ocupada e, por isso, tal data deve ser considerada em nossa análise, visto que independentemente de haver ou não edificação no terreno, ele era propriedade de terceiros; portanto tratava-se de uma área ocupada, integrante do traçado urbano da Vila.

Este templo, caracterizado pela arquitetura barroca, era reflexo da situação econômica de Mogi Mirim. O progresso da Vila refletia-se nos detalhes do edifício, que contava com altar-mor entalhado em madeira e originalmente revestido em ouro. O ambiente de ostentação da Vila refletia-se em outros detalhes do templo:

(...) no portão do batistério de ferro com sua rosácea, no sino fabricado em 1846, na imagem de Nossa Senhora do Carmo em madeira portuguesa do início do século XIX, na pintura de Napoleão Portioli, e em toda a estrutura feita com barro e madeira (taipa de pilão) que permanece nos alicerces, nas paredes laterais e nas paredes do fundo, com mais de 1 metro de largura. (“A Comarca”, outubro de 1999)

Talvez fosse essa a edificação mais sofisticada e luxuosa do período, nesta Vila. De acordo com Silva (1960), sua construção foi iniciada no ano de 1844, sendo concluída somente em 1849. Para além desses detalhes da arquitetura, com a construção da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, acrescentou-se à Vila outro importante espaço: o novo cemitério.

Construído aos fundos da Igreja, este cemitério teve origem em função do crescimento populacional da Vila e também em função das doenças que ainda assolavam a região. Este conjunto formado pela Igreja e cemitério localizava-se a aproximadamente 300 metros do cemitério da Igreja Matriz. Faziam fundo com a segunda rua criada neste núcleo, denominada de rua do Vira Copo, também conhecida como “estrada para campinas”, pois seu trajeto alcançava o antigo Caminho dos Goíases. (**figura 74**). Dessa forma, podemos entender que no ano de 1844 o “largo do Carmo” representava também o limite da área efetivamente ocupada da Vila de Mogi Mirim. Sendo tal ocupação expandida posteriormente com a construção da Igreja de São Benedito.

Figura 72 Cemitério do Carmo. Autor Sebastião Tóride Celegatti.



Fonte: CELEGATTI, 2001. “Mogi Mirim, viagem ao passado”. Iconografia datada de 1979 e que tem por objetivo *representar* o cemitério da Igreja do Carmo, em meados do século XIX

Segundo o inventário de “Obras Religiosas e Beneficentes”, apresentado por Prado (1951, p. 40), assim como o “largo do Carmo”, o “largo de São Benedito” também precedeu a construção da capela e foi fruto dos anseios da comunidade. Entretanto, não nos foi possível identificar as atividades sociais existentes nesse espaço, anos antes da construção do templo religioso, datado de 1847. Sabemos somente que a edificação de 1847 consistia em uma capela de uma única nave, construída em taipa de pilão. Localizada em ponto afastado do núcleo.

No decorrer do século XIX, formaram-se em Mogi Mirim cinco diferentes irmandades, sendo que a “do Rosário” e a da “Nossa Senhora do Carmo”, ambas na primeira metade do século XIX. No ano de 1849, a Vila de Mogi Mirim foi elevada à categoria de Cidade pela lei nº 17, de 3 de abril. Dessa forma, as outras três irmandades posteriores surgiram em um contexto diferente das duas primeiras: na transição entre a cultura açucareira e ascensão da cultura cafeeira,

a partir de 1850⁶⁶. Foram elas a “do Santíssimo Sacramento”, em 1859; “de São Benedito”, em 1862 e “da Misericórdia”, em 1868⁶⁷. As irmandades eram associações do meio urbano, organizadas por leigos católicos em torno da devoção de um santo. Prestavam serviços de ajuda mútua e praticavam obras de caridade.

Figura 73 Igreja de São Benedito. Foto: autor desconhecido, 1890.



Fonte: CELEGATTI, 200. “Mogi Mirim, retratos de uma época”. Fotografia datada de 1890. Devido às necessidades de ampliações, este templo foi demolido, sendo reconstruído um novo, no século XX.

Segundo José Pereira de Souza Junior (2009), de modo geral, as irmandades construía suas próprias igrejas e organizavam-se em torno de categorias raciais e sociais. Em Mogi Mirim ocorreu o mesmo: a Irmandade do Carmo, por exemplo, era composta por homens brancos da elite; já os escravos e os pobres associaram-se à irmandade de Nossa Senhora do Rosário, desde 1813 (PRADO, 1951). Sousa Junior também esclarece que todos os anos, as irmandades organizavam festividades ao santo de devoção. Nessas festas, elas promoviam procissões, quermesses, badaladas de sinos, decoração das ruas e igrejas; assim, os largos das Igrejas ganhavam papel de destaque no meio

⁶⁶ Tal qual informado por PETRONE (1968)

⁶⁷ A ata da Câmara de 25 de junho de 1874

urbano, pois abrigavam as festividades e permitiam maior dinâmica social entre ricos e pobres. Em função desses eventos também vinham os logradouros e, no caso de Mogi Mirim,, segundo Prado, faziam-se valer o nome da histórica rua da Via Sacra.

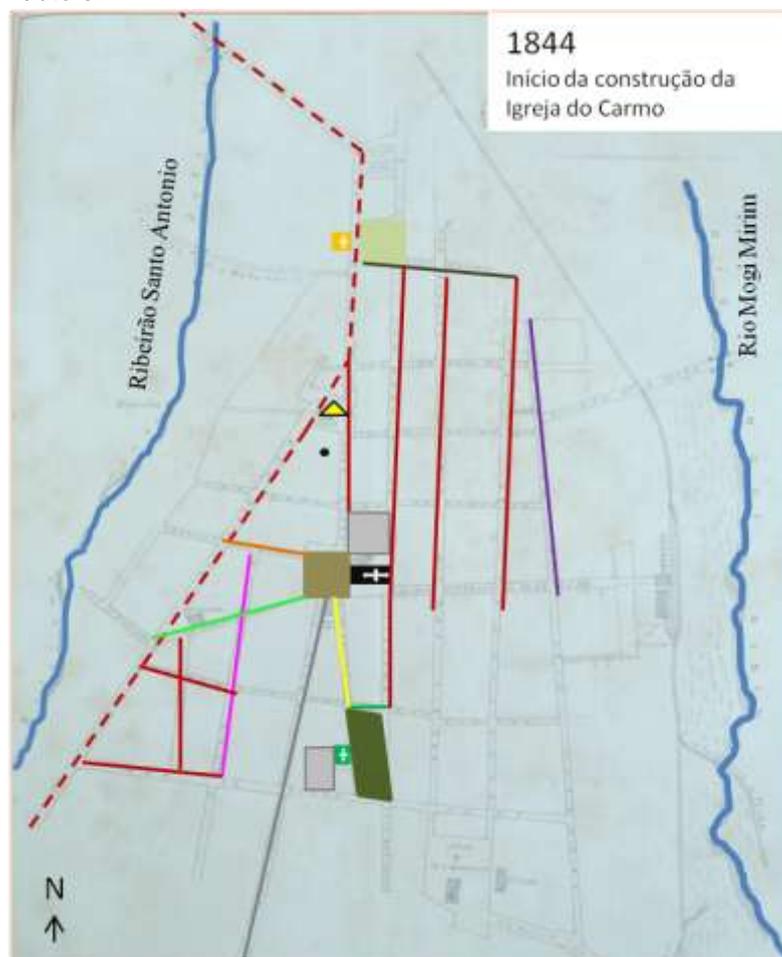
As festividades, os templos religiosos e os largos revelavam a riqueza da sociedade, mas também as desigualdades. A riqueza de detalhes e sofisticação presente na Igreja do Carmo, por exemplo, contrastava com a condição financeira dos habitantes de Mogi Mirim, em meados do século XIX – um período de decadência econômica do “quadrilátero do açúcar”. Porém, mesmo que a condição econômica não fosse favorável, eles faziam doações à irmandade ou à Igreja, tornando o templo mais luxuoso do que suas próprias casas. Podemos sugerir que seja este o motivo que levou os viajantes estrangeiros a descreverem Mogi Mirim como sendo um ambiente de aparente pobreza e ausência de edificações luxuosas; também descrita como um lugar tristonho, e simples, em função dos padrões arquitetônicos adotados.

Outro aspecto da desigualdade existente em Mogi Mirim está na própria arquitetura dos templos religiosos. Enquanto que a economia açucareira regredia, ascendia a lavoura de café, muito promissora. Os engenhos de açúcar foram reaproveitados e adaptados para tal agricultura. O café, desde a década de cinquenta impulsionou a economia do leste paulista e por consequência dos novos padrões dessa elite cafeeira, mais uma vez edifícios e traçado apresentaram mudanças.

A Irmandade do Carmo e a Irmandade do Santíssimo Sacramento eram frutos da elite, enquanto que a Irmandade do Rosário e a de São Benedito correspondiam às parcelas menos favorecidas da população. Observamos, por exemplo, que a Igreja do Carmo ostentava tal riqueza através de detalhes arquitetônicos em madeira trabalhada e ouro; já a de São Benedito, por exemplo, era arquitetonicamente menos elaborada, sem detalhes em madeira ou ouro e com aparência de menor ostentação, fazendo-nos remeter à descrição da primeira ermida da então Freguesia de São José de Mogi Mirim – uma edificação que em muito se assemelhava a uma simples casa. Este templo refletia a falta de

recursos dos membros da irmandade que, provavelmente, não faziam parte da nova elite ascendente.

Figura 74 Traçado urbano de Mogi Mirim, 1844. Elaborado pela autora.

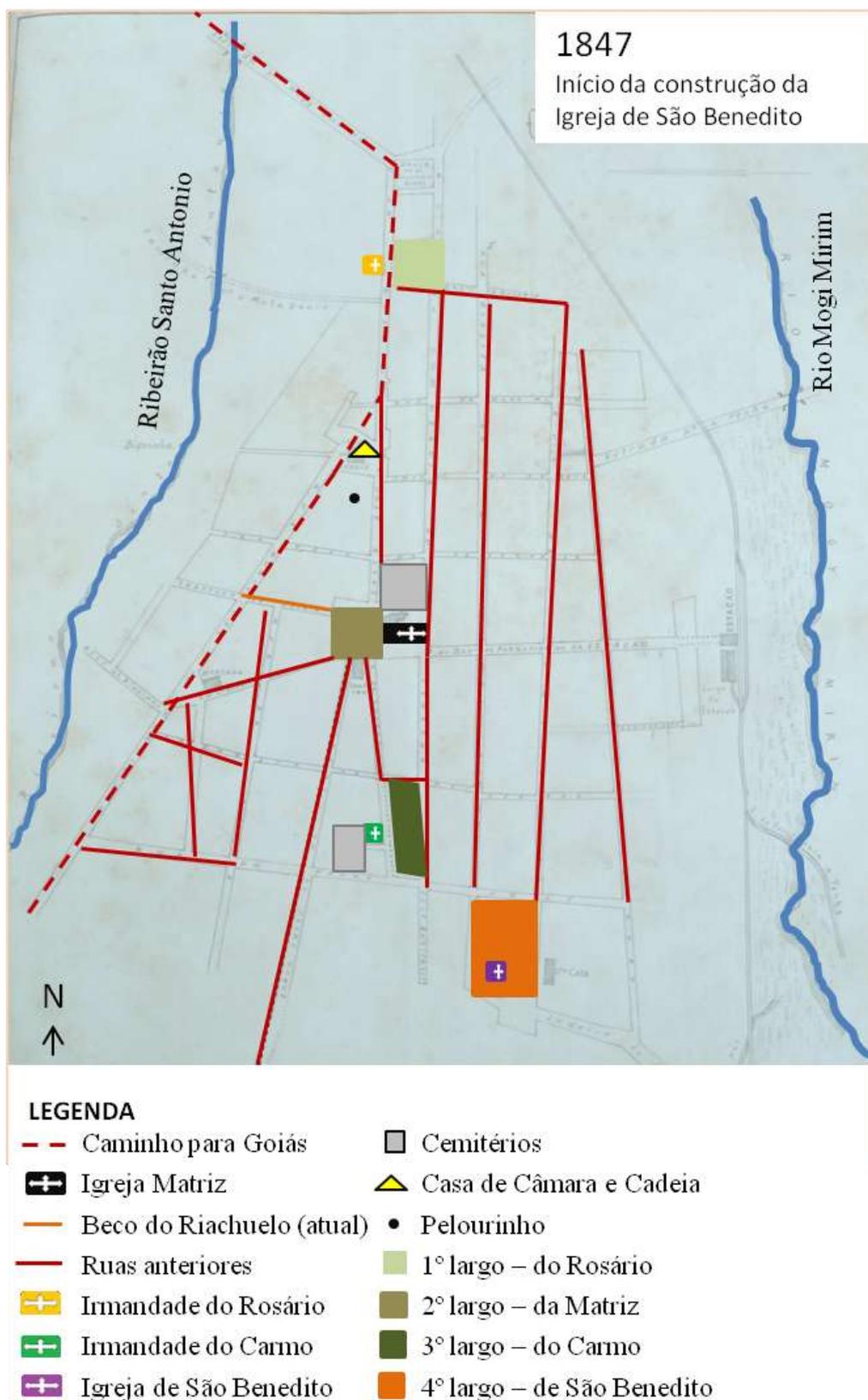


LEGENDA

- | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|
| - - - Caminho para Goiás | ☐ Cemitérios |
| ⊕ Igreja Matriz | △ Casa de Câmara e Cadeia |
| — Beco do Riachuelo (atual) | • Pelourinho |
| — Ruas anteriores | ■ 1º largo – do Rosário |
| ⊕ Irmandade do Rosário | ■ 2º largo – da Matriz |
| ⊕ Irmandade do Carmo | ■ 3º largo – do Carmo |
| — 6ª Rua – Rua da Boa Vista (1831) / (1865) / Rua Dr. João Teodoro (atual) | |
| — 7ª Rua – Rua da Via Sacra (1831) / Travessa do Carmo (1865) / Rua Min. F. Whitacker (atual) | |
| — 8ª Rua – Rua do Vira Copo (1831) / Rua Alegre (1865) / Rua Pe. Roque (atual) | |
| — 9ª Rua – Rua da Palma (1831) / (1865) / Rua 13 de maio (atual) | |
| — 10ª Rua – Rua da Esperança (1831) / Rua do Mercado (1865) / Rua Coronel Guedes (atual) | |
| — 11ª Rua – Rua do Chafariz (1831) / Rua 15 de novembro (atual) | |

Fonte: Ribeiro (1941).

Figura 75 Traçado urbano de Mogi Mirim, 1847.



Fonte: Ribeiro (1941)

Quando comparamos as **figuras 74 e 75**, observamos também que a disposição das Igrejas elitizadas era na área central de Mogi Mirim, enquanto que as Igrejas frequentadas por escravos e indivíduos menos abastados localizava-se às margens do perímetro urbano da mesma. Em 1847, o traçado da cidade refletia exatamente os padrões sociais vigentes na sociedade mogimiriana⁶⁸.

Outra observação a ser feita é que a expansão do traçado urbano ocorreu a leste e a sul do conjunto “Igreja Matriz-Casa de Câmara e Cadeia”. Sendo que o núcleo surgiu às margens do Caminho dos Goiaes, esse caminho tornou-se estrada e continuou atuando como delimitador, uma barreira para a expansão do traçado urbano ao norte e ao oeste de Mogi Mirim.

O contexto urbano de Mogi Mirim e do leste paulista sofreram grandes mudanças a partir do ano de 1850, com o início da lavoura cafeeira. A economia se fortalecer, a elite local se consolidou; já não se encontrava tantas semelhanças deste “leste paulista” do século XIX com aquele do século anterior – o sertão.

Buscamos demonstrar nesta presente dissertação que muitos fatores contribuíram para a formação e reconfiguração desse território. Buscamos mostrar ainda que o processo de produção social do espaço é um processo histórico; e que por quase cem anos o “leste paulista” teve como referência de civilidade o contexto social das “Mogis”, especialmente Mogi Mirim, elevada à Vila em 1769. Quanto ao contexto de disputas locais, também buscamos esclarecer que, no século XIX, as disputas entre Mogi Guaçu e Mogi Mirim foram amenizadas em função da estagnação de uma enquanto Freguesia e a dinâmica da outra enquanto Vila e depois Comarca de Mogi Mirim. Entretanto, no século XIX o “binômio das Mogis” integrava o “Quadrilátero do açúcar”. Isto é, por quase cem anos as Mogis foram sinônimo de fronteira cultural e zona de contato entre o território civilizado paulista e o sertão. Desta forma, a dialética existente entre os dois núcleos significou um epicentro propulsor de urbanidade; captando os padrões sociais, econômicos e a estruturação do espaço urbano existente nas vilas vizinhas, contextualizando-os nos núcleos por meio da arquitetura e do

⁶⁸ Ressaltamos aqui que o termo “mogimiriano” é o gentílico dado aos habitantes da cidade de Mogi Mirim.

traçado urbano e propulsionando esses reflexos para as áreas mais afastadas através da rede urbana que se formava sobre este território.

O ir e vir dos moradores e viajantes, do sertão até os núcleos das Mogis, foi o principal meio de comunicação e construção de identidade desse sertanejo; o principal canal de informação, que na verdade foi um processo contínuo de construção ideológica e cultural desses habitantes do sertão. Em virtude dos ciclos econômicos tal processo ora foi dinamizado, ora retraído de acordo com as nuances econômicas, políticas e administrativas que determinavam novas rotas, novas conexões e, portanto, novos fragmentos de rede urbana sobre esse território. O espaço urbano, que estava em construção e ampliação, refletia em seu traçado essas mudanças regionais ocorridas, assim como a região refletia, em sua constante reestruturação, o desenvolvimento urbano dos núcleos – nós desta rede urbana.

3.4.2 – Sobre a Freguesia de Mogi Guaçu, 1769 a 1875.

Quando Mogi Mirim foi elevada à Vila no ano de 1769, Mogi Guaçu tornou-se o seu 1º Distrito. Entretanto, a partir desta data, no que se refere ao tecido urbano da Freguesia e condição econômica de seus habitantes, Mogi Guaçu permaneceu estagnada. Segundo Artigiani (1994, p. 41), este núcleo foi elevado à Vila no ano de 1877, configurando um período de 108 anos de subordinação à Vila de Mogi Mirim.

Nesse período, poucas mudanças aí ocorreram e, por consequência, poucos foram também os documentos oficiais identificados ao longo deste trabalho. Em virtude das constantes cheias do rio Mogi Guaçu, o acervo paroquial da Igreja de Nossa Senhora da Conceição foi prejudicado, não sendo possível a esta pesquisa localizar o 1º Livro do Tombo, onde certamente valiosas informações nos ajudariam a esclarecer melhor os primeiros anos desta Freguesia. Diferentemente de Mogi Mirim, Mogi Guaçu tardou em ter um jornal local e dessa forma, eventual transcrições de documentos, tal qual os fez Monsenhor Moysés Nora em 1910, na outra Mogi, não nos foi possível identificar.

Entretanto a obra de Ricardo Artigiani (1994) nos ajuda a esclarecer algumas questões as quais consideramos ser relevantes. Segundo este autor, assim como Mogi Mirim, Mogi Guaçu foi beneficiado com o serviço dos Correios, no ano de 1819.

Enquanto a construção da Igreja do Rosário dos Homens de Cor em Mogi Mirim ocorreu em 1813, em Mogi Guaçu ela foi edificada em 1820, fora do que consideramos ser o perímetro urbano da Freguesia⁶⁹.

Figura 76 Mapa de identificação: Igreja do Rosário e Igreja Matriz de Mogi Guaçu, 1820.



Fonte: elaborado a partir das informações contidas na obra de Ricardo Artigiani (1994)

Esta Igreja era edificada em taipa de pilão e apresentava algumas características do barroco português. Era dedicada à Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, sendo frequentada pelos negros e menos abastados que residiam na região rural então denominada “Capela”.

⁶⁹ Para esta elaboração temos como referencia a base cartográfica por nós utilizada para a análise do traçado de Mogi Guaçu e já apresentada nesta dissertação, no Capítulo II. De autornão identificado, esta base datada do século XIX delimita aquele que seria o traçado urbano da então Vila de Mogi Guaçu. Para efeito de localização, consideramos este perímetro.

Figura 77 Igreja do Rosário dos Homens de Cor, Mogi Guaçu. Fotografada no final do século XIX . Autor desconhecido.



Fonte: acervo MHMG

Quanto aos detalhes internos e ornamentação, estes não foram possíveis de identificarmos. Exceto a imagem de São Benedito que, segundo as informações encontradas no acervo do Museu Histórico de Mogi Guaçu, fora esculpida em madeira, por escravos.

Figura 78 Imagem de São Benedito, século XVIII



Fonte: MHMG. Fotografado pela autora, em 17/10/2013.

Este templo religioso localizava-se, também, à margem do antigo “Caminho dos Goiazes”, e a efetiva apropriação deste caminho ao traçado urbano se deu a partir do final do século XIX, data em que a lavoura de Café ascendeu a economia local e regional, permitindo o crescimento e expansão urbana deste núcleo.

A Igreja do Rosário localizava-se em local privilegiado em relação à Igreja Matriz – distante do rio Mogi Guaçu e no alto de um morro, tornando-se uma região muito atrativa à população que fugia das áreas alagadiças da Freguesia. O Caminho dos Goiazes descia suavemente esta inclinação, até alcançar o Largo da Matriz. Atrás desta Igreja, como já comentado e também mencionado por Luis D’Alincourt, em 1823, fazia-se travessia do rio Mogi Guaçu, rumo à Vila de Mogi Mirim,

A passagem sobre o este rio era cobrada em benefício de Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo Anhanguera, até o ano de 1776, ano em que faleceu. Posteriormente a isso, de acordo com Artigiani, o imposto foi destinado à família deste bandeirante que habitava a região, como também já mencionamos no Capítulo II. A partir de 1778, a cobrança sobre a travessia do rio Mogi Guaçu ficou em benefício da Câmara de Mogi Mirim, causando revolta na população de Mogi Guaçu que, na qualidade de Distrito daquela Vila, era prejudicada pelos altos impostos. Sobre tal passagem cobrava-se as seguintes quantias:

Cabeça de gado – uma oitava e meia

Carga seca – idem

Carga Molhada – duas oitavas

Homem à cavalo – 120 réis

Besta sem carga – 120 réis

Besta com carga – segundo os volumes

Pessoas a pé – 40 réis. (ARTIGIANI, 1994, p. 67)

A princípio esta travessia era feita de canoas, mais tarde vieram as balsas que, ligadas a um cabo de aço preso às margens, precariamente serviam de

passagem. O mesmo autor também salienta que, mediante a dificuldade, periculosidade e altos preços cobrados para a população local, *“cerca de trezentas pessoas, com música, transportaram-se, às 14 horas, à cidade vizinha”*, organizadas para uma manifestação frente à Câmara. (ARTIGIANI, 1994, p. 67)

A construção da primeira ponte, segundo este autor, se deu em função do cumprimento da Lei nº 232, de 16 de fevereiro de 1844. E foi construída em madeira, com cavaletes espaçados, ligados por vigas que constituíam o seu assoalho. Ao que se sabe, esta foi a última benfeitoria realizada na Freguesia de Mogi Guaçu. Como podemos observar, o ambiente dinâmico e competitivo que existia neste núcleo em relação à Mogi Mirim permaneceu estagnado desde 1769, levando a um aparente ofuscamento deste núcleo no contexto social e econômico da região. Todavia, tal estagnação não condizia com as questões religiosas, como apresentado anteriormente neste trabalho, pois a paróquia de Mogi Guaçu frequentemente anexava a Paróquia de São José de Mogi Mirim à sua jurisdição, causando várias disputas e intrigas entre os moradores locais destes dois núcleos.

O ambiente de aparente pobreza que se instalou em Mogi Guaçu só foi alterado a partir da segunda metade do século XIX, quando Antônio e Martinho Prado quebraram o tabu que se tinha sobre as “terras além Mogis” serem inapropriadas para o cultivo do café (Artigiani, 1994, p.70). Com a abertura das fazendas em Santa Viridiana, Casa Branca, Albertina e Ribeirão Preto, a região do leste paulista tornou-se um importante centro cafeicultor e, automaticamente, Mogi Guaçu foi inserida em um novo contexto econômico que alavancou o seu desenvolvimento. Entretanto, administrativamente, permaneceu anexada à Vila de Mogi Mirim anos após a chegada da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro ao local.

3.4.3 – Do açúcar ao café: um novo contexto regional – 1850 a 1875.

O que ocorreu no “leste paulista”, na segunda metade do século XIX, foi a transição entre dois contextos muito distintos, com diferentes lógicas de ocupação

territorial e estruturação regional. O primeiro contexto era aquele do Brasil colonial, o segundo o do Império. Durante a fase de transição, o traçado urbano de Mogi Mirim refletiu as mudanças ocorridas no contexto regional, e pudemos observar que a nova lógica de ocupação do território/tecido urbano estava mais socialmente hierarquizada.

Mogi Mirim teve sua origem no período colonial, enquanto que as novas vilas do leste paulista surgiram após a Independência do Brasil. Portanto, a lógica de ocupação dessas novas Vilas era diferente da que existia em Mogi Mirim, onde foi necessário adaptar uma lógica à outra. Entendemos que a análise histórica do tecido urbano desta cidade é relevante ao estudo do contexto regional, pois era ela o principal canal de comunicação do sertão com a civilidade paulista; e portanto, recebia influências de ambas as partes.

Com o progresso do café e a estabilidade econômica daí decorrente, novos equipamentos urbanos foram acrescentados à Mogi Mirim. Segundo a publicação feita por Ricardo Piccolomini de Azevedo, no jornal “A Comarca” de 11 de junho de 2011, no ano de 1858 a “Socità Italiana de Mutuo Socorso”, um grupo de prósperos imigrantes italianos fixados em Mogi Mirim construiu o novo “Teatro São José” no largo da Matriz (**figura 79 e 80**), esquina com a Rua do Vira Copo. De arquitetura eclética, consideramos esta edificação como um símbolo dos novos padrões arquitetônico inseridos no leste paulista, durante o ciclo do café. Onde se priorizavam a imponência do edifício, dando ao ambiente urbano um caráter cenográfico.

Com a vinda dos imigrantes italianos para a região, o número de habitante aumentou consideravelmente em decorrência das novas colônias que se formavam. Com isso, o traçado urbano passou por uma grande ampliação, sendo necessária, em 1865, uma nova reunião da Câmara a fim de reorganizarem as ruas de Mogi Mirim (RIBEIRO, 1944). Foram então oficializadas algumas passagens. O percurso do cotidiano foi transformado em rua e de uma vez por todas o edifício da Casa de Câmara e Cadeia foi isolado da Igreja Matriz, através da delimitação de novos quarteirões nessa área.

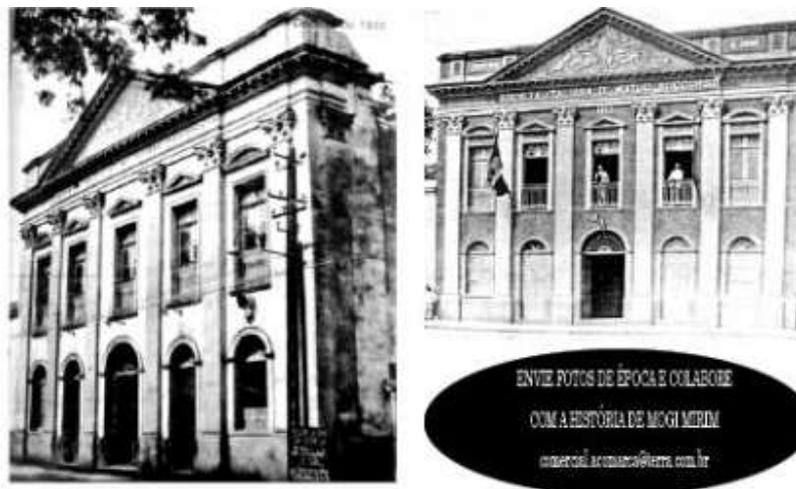
Pela primeira vez o traçado urbano se expandiu em direção ao antigo “Caminho dos Goiazes”. Mas ainda não se apropriava dele (**figura 81**). A incorporação do Caminho ao tecido urbano iniciou-se por volta de 1870 quando, segundo Prado (1951), comerciantes locais passaram a residir nessa área onde foi construído o “Mercado Municipal”, nessa data (**figura 82**). O “mercadão” de Mogi Mirim era um dos mais antigos da região, antecedendo os mercados de Campinas e São Paulo; sendo considerado por nós um novo equipamento urbano fruto da prosperidade econômica alcançada pela lavoura cafeeira no leste paulista.

Figura 79 Teatro São José e largo da Matriz de Mogi Mirim.
Foto: autor desconhecido. s/d



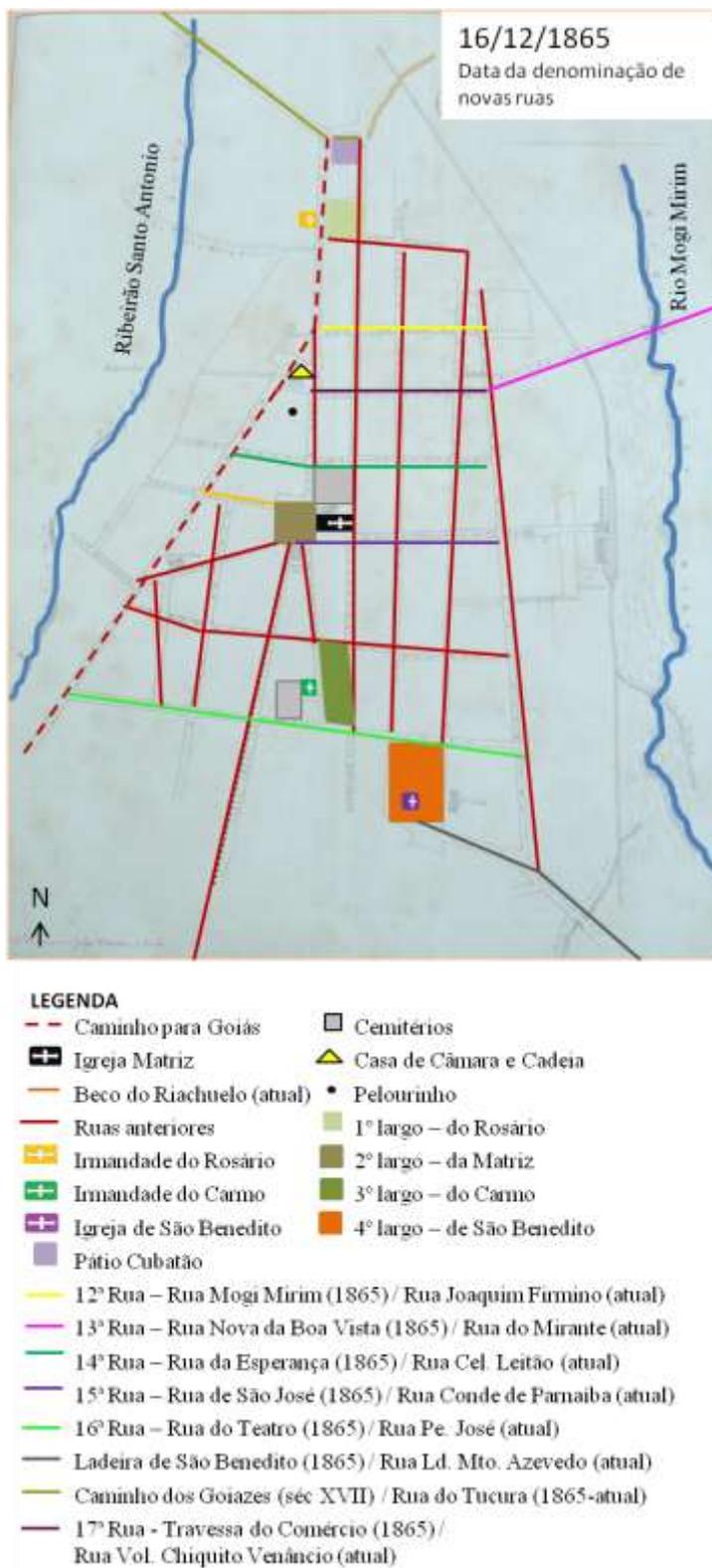
Fonte: CELEGATTI, 2005. “Mogi Mirim – retratos de uma época”.

Figura 80 Teatro São José. Foto: autor desconhecido.



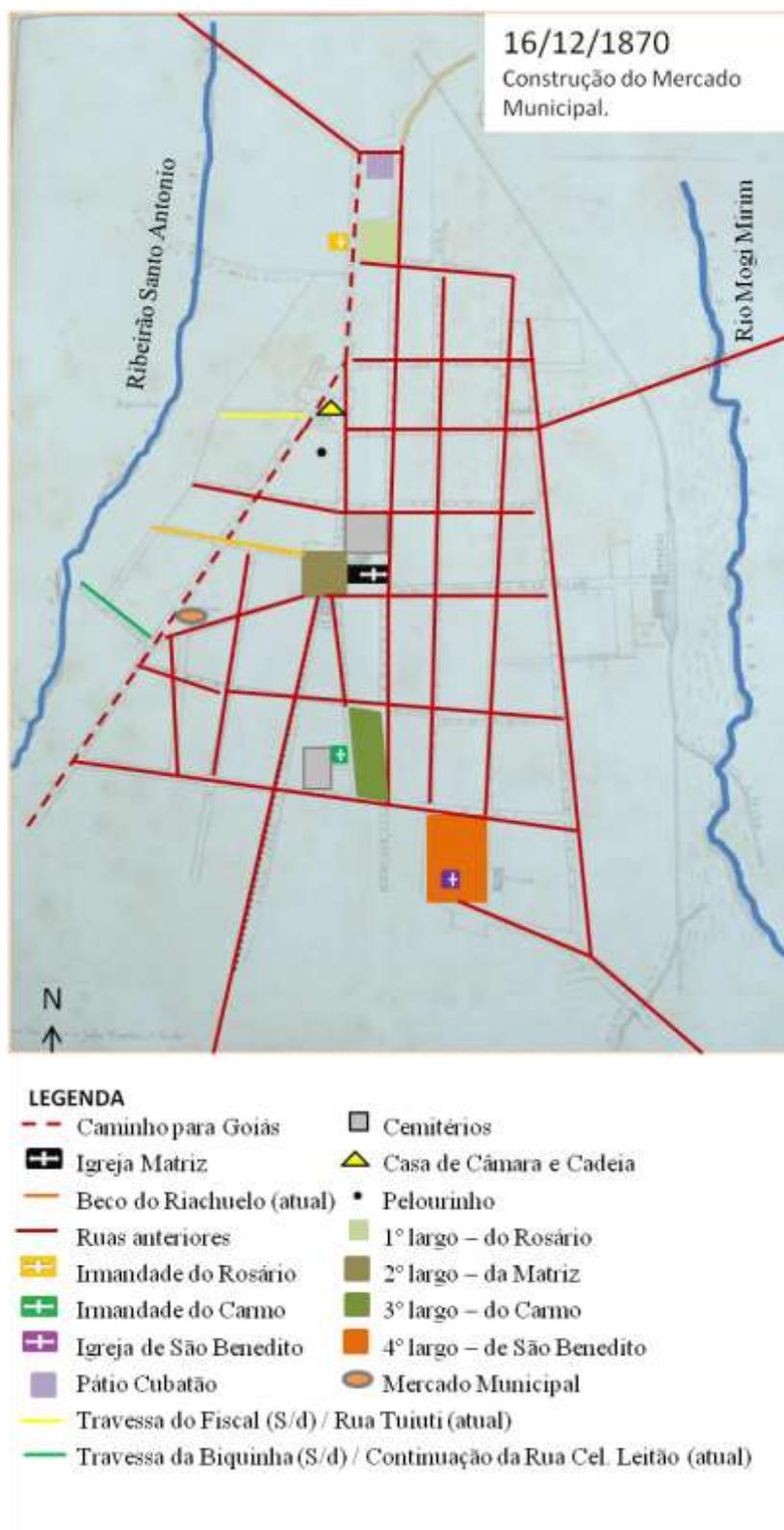
Fonte: "A Comarca" de 11/06/2011.

Figura 81 Traçado urbano de Mogi Mirim, 1865. Elaborado pela autora.



Fonte: Ribeiro (1941)

Figura 82 Traçado urbano de Mogi Mirim, 1870.



Fonte: Ribeiro (1941)

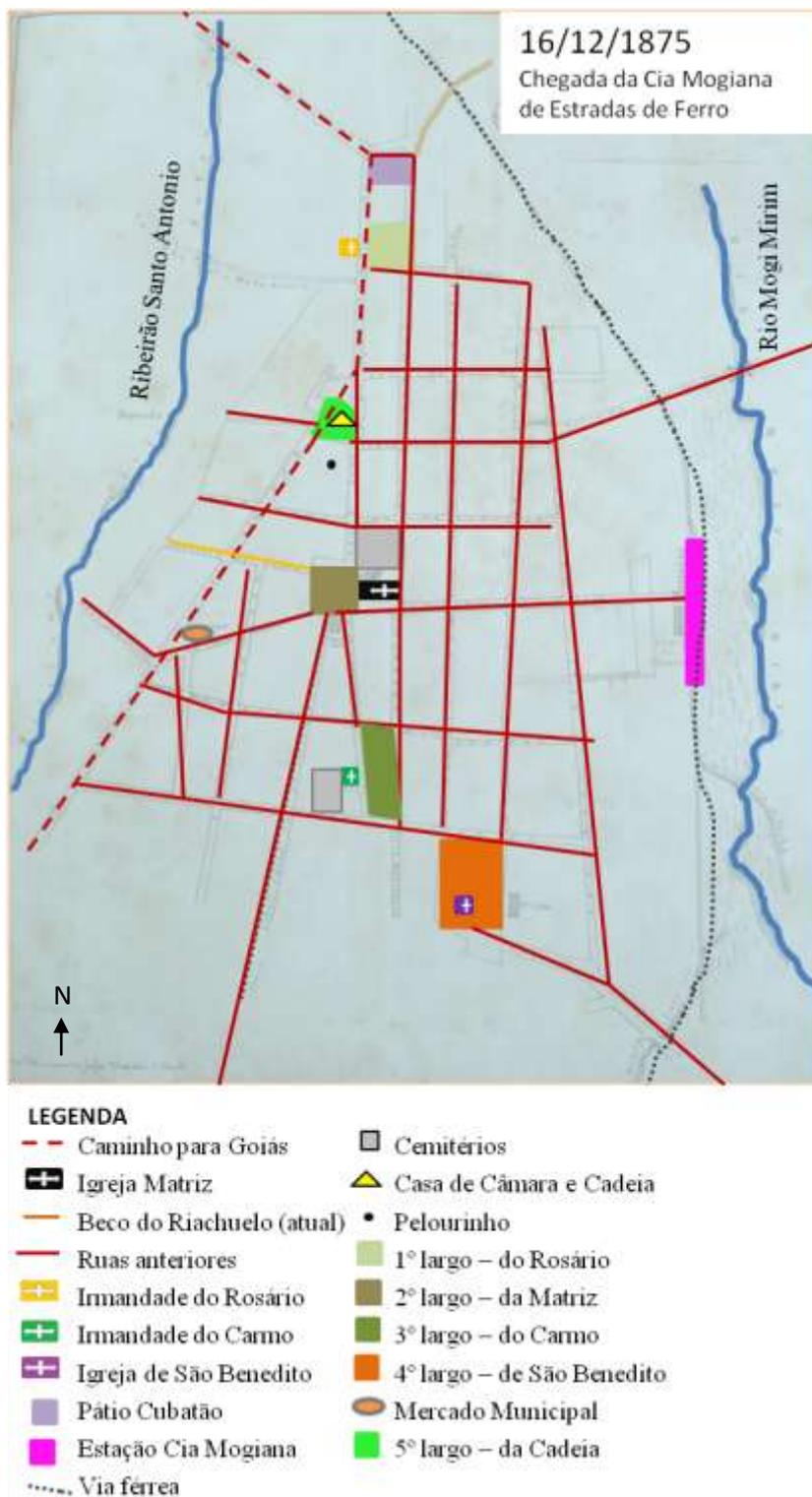
A dinâmica econômica, política e social de Mogi Mirim se desenvolveram significativamente na segunda metade do século XIX. Novos equipamentos urbanos surgiram, e com eles novos largos e praças. No ano de 1865, por exemplo, temos a delimitação do “pátio do Cubatão” (**figura 81**), um espaço público arborizado e situado na área historicamente conhecida por causa dos pousos que abrigavam tropeiros e viajantes desde o período colonial. Segundo Prado (1951), no ano de 1873 foi criado o “Largo da Cadeia” (**figura 83**), uma vez que a cadeia encontrava-se isolada dos demais espaços públicos e já não compartilhava do mesmo Largo da Matriz. Também no ano de 1873 surgiu em Mogi Mirim o primeiro jornal impresso intitulado “O Progresso”; nome pertinente ao novo contexto econômico pelo qual passava a região. E também o jornal denominado de “O Tatu” (PRADO, 1951, p. 59).

Com o trem vieram também novas tecnologias, produtos importados e mais eficiência na comunicação com outras partes do Brasil e do mundo; a partir de 1875 o serviço de postagem feito pelos Correios deixou de ser realizado no lombo de burros, trocando-os pela ferrovia. O núcleo expandiu, o comércio se consolidou, a mão de obra ficou cada vez mais especializada, a concorrência deixou de ser apenas regional e a economia começou a disputar com outros estados. Com a ferrovia, teve início também uma nova fase, contemporânea ao ciclo do café, a da industrialização do leste paulista.

A presença da ferrovia fez alterar radicalmente a realidade da Província de São Paulo, bem como o contexto regional do leste paulista e o local, das Mogis.

As grandes lavouras cafeeiras trouxeram importantes consequências: 1º - fez surgir uma paisagem nova, a paisagem do café, em áreas outrora cobertas de matas. 2º - deu nascimento, ao tempo do Império, a uma nova aristocracia rural, os chamados barões do café, tão opulentos como a dos senhores de engenho, do nordeste açucareiro, constituída pelos ricos fazendeiros do Vale do Paraíba e da região de Campinas. 3º - povoamento de vastas extensões, até então inúteis, e o aparecimento das cidades pioneiras. 4º - a introdução do imigrante italiano em São Paulo. 5º - as vias férreas. 6º - o aparelhamento do porto de Santos, que se tornou o grande mercado exportador do País. 7º - o deslocamento do eixo da economia brasileira para o sudeste, até então colocado em posição secundária, do ponto de vista da economia agrícola. (RIBEIRO, 1994, p. 72)

Figura 83 Evolução do traçado urbano de Mogi Mirim. 1875. Elaborado pela autora.



Fonte: Ribeiro (1941)

Por isso temos na data de 1875 o limite do recorte temporal estabelecido para esta pesquisa, porque entendemos a instalação dos trilhos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, bem como a construção da estação ferroviária em Mogi Mirim como o coroamento de um processo iniciado por volta de 1850, onde a cultura da lavoura de café inseriu a região do leste paulista uma nova dinâmica socioespacial.

Acreditamos que a partir deste ano a lógica de ocupação e formação de cidades tornou-se muito diferente daquela existente até então. E por isso trata-se de outro contexto, correlato ao da industrialização, o qual também merece ser pesquisado e estudado. Sendo assim, acreditamos que o ano de 1875 foi um divisor de águas para o leste paulista, alterando e inserindo novos contextos sociais, políticos, econômicos e tecnológicos à região. Por último, e não menos importante, a ferrovia enquanto se apropriou de alguns trechos de caminhos já consolidados, também ampliou, aperfeiçoou e resignificou a rede urbana existente, tornando-a ainda mais complexa.

CONCLUSÃO

Mediante as bases documentais pesquisadas: relatos de viajantes, registros oficiais e cartografia histórica, as quais subsidiaram a elaboração das análises realizadas e que foram consubstanciadas na produção da cartografia temática presente nessa Dissertação de Mestrado, podemos verificar a pertinência de nossa hipótese inicial: Mogi Guaçu e Mogi Mirim atuaram como epicentro propulsor de uma certa urbanidade para o sertão do Leste Paulista.

Nesse sentido, pudemos observar a significativa relevância deste binômio para a formação e a reestruturação do território paulista uma vez que a dinâmica de alternância da soberania territorial entre as Mogis contribuiu direta e indiretamente para que elementos sociais e culturais, característicos do território civilizado, transpusessem a fronteira desse território e fossem propulsionados para o sertão adentro. Isso se deu através da rede urbana que se estruturava e que, com o passar do tempo, se tornava gradativamente mais ampla e complexa devido à resignificação que ela sofria decorrente do próprio processo de urbanização mais amplo a qual estava atrelada. Observamos que tal alternância teve início no ano de 1650, sendo intensificado a partir da primeira metade do século XVIII e assim transcorrendo até meados do século XIX.

Também pudemos observar que o “binômio das Mogis” teve uma significativa importância para a manutenção territorial do Leste paulista. Enquanto ainda era a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Mogi dos Campos, esse binômio foi designado a aglomerar a população dispersa nesse amplo território e, desta forma, auxiliou na preservação das terras que estavam sob o domínio paulista.

Posteriormente, com a cisão do núcleo e criação da Freguesia de São José de Mogi Mirim, instalou-se na região um ambiente de muitas disputas e competitividade que foi capaz de dinamizar a vida em sociedade nos contextos entre núcleo-núcleo e núcleo-vilas, onde os elementos culturais, beneficiados pelo costume nômade, atuaram como agentes fomentadores de urbanidade por meio da rede urbana que se configurava no território das Mogis – o leste paulista, o sertão.

Concluímos também que as definições de fronteira elaboradas por Peter Burke (2007) são aplicáveis ao contexto de Mogi Guaçu e Mogi Mirim: entre meados do século XVII e século XVIII, elas significaram a “boca do sertão”; isto é, a área mais distante pertencente ao território civilizado paulista e contigua ao sertão. Era nelas onde se dava a transição entre o ambiente civilizado paulista e o ambiente sertanejo, portanto ela caracterizava-se tal qual descreveu Burke: uma zona de contato. Com o crescente aumento populacional e ampliação da rede urbana, vieram as formas de fiscalização do território e produção mineral. Apropriam-se dos rios para que neles fossem cobrados impostos sobre as travessias. Desse modo, essa área também pode ser inserida no contexto de fronteira enquanto barreira física dada a presença do rio Mogi Guaçu.

Quanto à barreira física imposta pela hidrografia, verificamos a confluência de informação entre relatos de viajantes e documentação de época os quais se referiam à aparente estagnação econômica das Mogis, devido à dificuldade de trânsito estabelecido pelo rio Mogi Guaçu e demais rios que percorrem a região. Nossa pesquisa nos permitiu observar que os núcleos localizados em áreas onde os rios são menos caudalosos, possuíram um desenvolvimento mais intenso do que nas Mogis, como era o caso de Campinas.

A terceira definição de fronteira elaborada por Peter Burke também pode ser aplicada ao contexto regional: a fronteira enquanto divisa política e administrativa. Ao longo desta leitura, pudemos observar que o território das Mogis foi palco de emblemáticas disputas envolvendo mineiros e paulistas, desde a Guerra dos Emboabas, no início do século XVIII até os últimos litígios aqui apresentados, pela posse das terras, ocorridos no século XIX.

Durante setenta e dois anos – 1733, data da elevação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Mogi dos Campos até 1805, ano em que foi criada a Freguesia de Franca – nenhuma outra freguesia existiu na porção territorial que se estendia desde as Mogis até o rio Grande – o leste paulista. Por sete décadas todo o sertão leste teve Mogi Guaçu e Mirim como único canal de contato com a civilidade paulista. Mas, como pudemos perceber isso não significava, necessariamente, que naquele sertão não se formassem aglomerados populacionais e nem que neles existisse uma própria noção de urbano, muito

característica ao contexto regional, tendo Mogi Mirim e Mogi Guaçu como suas maiores referências.

No que diz respeito à realidade local das Mogis, pudemos observar também que o tecido social ali existente sofria influência de ambas as partes – território civilizado e sertão. A princípio, os núcleos se caracterizavam por uma estrutura menos complexa - pouso/arraial, característico do sertão. Na medida em que o quadro das relações sociais existentes se ampliou e fortaleceu em função da expansão da rede urbana, novos elementos e padrões sociais foram agregados à população local, tornando a estrutura urbana e social também gradativamente mais elaborada. Assim, a crescente complexidade social se refletiu no próprio traçado urbano e na arquitetura local, fazendo com que a realidade regional se tornasse cada vez menos distante e isolada do contexto do território civilizado, tendo as Mogis como um epicentro desse processo. Estavam os habitantes das freguesias, assim como em vários locais do Brasil, em processo de construção da própria imagem, de uma identidade própria. Os habitantes das Mogis buscavam, em quase tudo, se espelhar no cotidiano das vilas então existentes no território paulista. A princípio, o bandeirante teve uma significativa contribuição nesse processo de aproximação dos contextos porque representava uma forma dos habitantes da região obterem notícias da parte civilizada. Assim, observamos que as descrições feitas sobre esse sertão – de que era uma região apartada e isolada – pode ser relativizada, pois apesar das dificuldades impostas pelas distâncias, havia comunicação e interesse dos habitantes do sertão no contexto do território civilizado.

No decorrer dos séculos XVIII e XIX, as questões políticas, econômicas e administrativas impulsionaram a ampliação da rede urbana nessa região, proporcionando uma comunicação entre sertão e civilidade cada vez mais eficiente. Ainda que o território das Mogis – especialmente a porção compreendida entre o rio Mogi Guaçu e rio Grande – fosse caracterizada pelo censo comum dos viajantes estrangeiros e da elite paulista como “uma terra de brutos e ignorantes”, a documentação de época ofereceu-nos subsídios para relativizar tal imaginário. Com o referido fortalecimento das redes e melhores condições de comunicação regional, o tecido social do sertão sofreu significativas

mudanças, contrariando o censo comum de que ele era algo fixo, isolado e dificilmente alterado.

Concluimos que algumas das afirmações feitas por August-Saint Hilaire, também podem ser relativizadas, especialmente aquelas que se referem à ausência de ensino e religiosidade no sertão - identificamos dois importantes documentos oficiais que nos mostram uma realidade oposta à isso: o primeiro deles, foi o registros das *desobrigas* realizadas pelo pároco da Freguesia de Mogi Guaçu, ainda no século XVIII, quando percorria o território da freguesia. O segundo, o registro no Livro do Tombo elaborado pelo pároco da Freguesia de São José de Mogi Mirim, no qual descreve uma situação “comum” ao cotidiano do sertão - homens casados eventualmente prestavam serviços religiosos, depois validados perante a Igreja - apontado para a existência de hábitos religiosos no sertão. Uma vez que Saint-Hilaire percorreu o território em dois momentos distintos 1819-1849, podemos observar outra inconsistência frente à documentação oficial; segundo ele, não havia ensino (escolas) nesse território pertencente à Mogi Mirim, porém a documentação aponta para a criação de escolas dentro desse território desde o ano de 1811.

Para além destas afirmações, também identificamos outras descrições que igualmente podem ser contrapostas: os relatos dos viajantes estrangeiros descrevem Mogi Mirim e Mogi Guaçu como núcleos tristonhos, habitado por preguiçosos, brutos, ignorantes. Através do levantamento de fontes primárias realizado ao longo da pesquisa, observamos que havia no território da Vila de Mogi Mirim uma rede urbana suficientemente estruturada que permitia o acesso da população à elementos típicos da cultura civilizada, tais como o teatro, a música, as festividades oficiais do governo, religiosas e populares; e até mesmo serviços públicos, como os Correios.

Dessa forma, buscamos demonstrar que os relatos dos viajantes eram representações feitas a partir do repertório material, imaterial e simbólico europeu. Livres interpretações que, para a respectiva elaboração possivelmente não consideraram as fontes documentais ou a história regional - seja por desconhecimento ou pelo método utilizado. Sendo os relatos fruto da interpretação de seus autores, sendo assim, passivos de serem relativizados.

Outra observação que também nos propomos a fazer, diz respeito à insólita situação presente em Mogi Guaçu e Mogi Mirim, entre os anos de 1769 e 1774. No Capítulo III desta dissertação fizemos a seguinte observação:

Entretando havia aí uma situação curiosa: no dia 22 de outubro de 1769 Mogi Mirim havia sido elevada à Vila. Então a partir desse momento, no âmbito político e administrativo, a Freguesia Mogi Guaçu passou a subordinar-se à Vila de Mogi Mirim; mas no âmbito religioso era o território de Mogi Mirim quem estava anexado – subordinado - à paróquia de Mogi Guaçu. E tal situação assim permaneceu até o ano de 1774, quando foi nomeado um vigário efetivo para Mogi Mirim.

A identificação de tal situação, por meio de fontes primárias, atentou-nos para a existência de outras possíveis formas de estruturação territorial passíveis de coexistir no período colonial, e que não se resumiam unicamente ao modelo clássico, onde Estado e a Igreja permanecem indissociáveis – um modelo de ordenação territorial que foi abordado por Murilo Marx em *“Nosso Chão: do sagrado ao profano”*. Identificamos neste trabalho outro modelo coexiste: Estado e Igreja correndo paralelamente pela ordenação do território de Mogi Mirim e, portanto, desassociados.

Desta forma, acreditamos que as questões apresentadas ao longo deste trabalho foram capazes de responder aos questionamentos inicialmente elaborados.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, J.C. de. 1975. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 4ª edição,

ABREU, J.C. 1963. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. Brasília: Editora UnB, 5ª edição.

ALBUQUERQUE, J. L. 2010. *As fronteiras ibero-americanas na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. *Análise Social*, vol XLV, p. 329-351.

ANTONIL, A.J. 1997. *Cultura e opulência no Brasil*. São Paulo: Itatiaia Editorial.

ARRUDA, J.J.A. 2011. *São Paulo nos Séculos XVI-XVII*. São Paulo: Imprensa Oficial. POIESIS.

ARTIGIANI, R. 1994. *Mogi Guaçu: três séculos de história*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Pannartz.

BARREIRO, J.C . 2002. *Imaginário e viajantes no Brasil do SEC XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: Ed. UNESP.

BLUTEAU, R. 1728. *Vocabulário portuguez & latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus

BRIDI, C.L. 2009. *Estudo da urbanização de Mogi Mirim – das alamedas, becos, pátios e ladeiras de ontem às ruas e avenidas de hoje*. Didático Pedagógico.

BUENO, B.P.S. 2009. *Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822)*. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.17. n.2. p. 251-294. jul.- dez.

BURKE, P. 2010. *Cultura popular na idade moderna*. São Paulo: Ed. Companhia de Bolso.

BURKE, P. 2007. *Fronteiras culturais: barreiras e contatos*. Folha de São Paulo.

BURKE, P. 1992. *História e teoria social*. São Paulo, Ed. UNESP.

- CAMPOS, C.M; GAMA, L.H; SACCHETTA,V. (org). 2004. *São Paulo- metrópole em trânsito*. São Paulo: Editora Senac Ltda.
- CANABRAVA, A. P. s/d. *Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo, 1765/67*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- CARDONA, F. 1928. *Mogy-Mirim: município -22 de outubro. Notas e informações novas e velhas*. Casa Cardona.
- CARDOSO, C.F; VAINFAS, R. 2011. *Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro:Elsevier.
- CARVALHO E SILVA, L. M. 1960.*Moji Mirim (subsídios para sua história)*. Editora Casa Cardona.
- CARVALHO, F.A. 2011.*A memória toponímica da Estrada Real e os escritos dos viajantes naturalistas dos séculos XVIII e XIX*. I Simpósio brasileiro de Cartografia Histórica. Paraty.
- CARVALHO, J.M. (coord.). 2012. *A construção nacional 1830-1889. Vol II*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- CASA RUI BARBOSA [on-line] 2013. *William John Burchell*. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/oprazerdopercurso/bio_burchell.htm
- CASTRO, S. 2013. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Ed. L&PM Editores
- CELEGATTI, T.S. 2005. *Mogi Mirim: Retratos de uma época – photographias de 1875 a 2006*. Mogi Mirim: Tóride Cultural.
- CELEGATTI, T.S. 2001. *Mogi Mirim: Viagem ao passado*. Mogi Mirim: Tóride Cultural
- CERQUEIRA, Y. M. S. F., 2012. *Espaço público na cidade colonial brasileira – análise segundo autores clássicos do pensamento social brasileiro: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Roberto Damatta*. Porto Alegre: XII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo.
- CHAUÍ, M. 2001. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. Ed. Perseu Abramo.

CORREA, R. L. 1989 *A Rede Urbana*. São Paulo: Ed. Ática.

COSTA, L.A.M. 2005. *O moderno planejamento territorial e urbano em São Paulo: a presença norte-americana no debate da formação do pensamento urbanístico paulista 1886-1919*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

COSTA, L. 1941. *Arquitetura dos Jesuítas no Brasil*. Revista do Serviço do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 5, p. 105-169

D'ALINCOURT, L. 2006. *Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá*. Senado Federal, disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/11113>

DAMATTA, R. 1997. *A casa e a rua – espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Rocco Ltda.

DAMATTA, R. 2004. *O que é o Brasil?* Rio de Janeiro: Ed. Rocco Ltda.

DERNTL, M.F. 2010. *Método e Arte: criação urbana e organização territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811*. Tese de Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo: FAU/USP.

D'OLIVEIRA, J. J. M; 1897. *Quadro histórico da Província de São Paulo até o anno de 1822*. São Paulo: Typ. Brasil de Carlos Gerke & Cia.

DUPRAT, R. 1964. *Música nas Mogis (Mirim e Guaçu): 1760*. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

ELLIS, M. 1975. *São Paulo, de Capitania a Província (pontos de partida para uma história político-administrativa da Capitania de São Paulo)*. Revista de História. São Paulo: FFLCH/USP, 52 (103,t.1), p. 147-216.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. 2013 [on-line]. Disponível em: http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=928&cd_item=3&cd_idioma=28555 , acessado em 10/06/2013.

FAUSTO, B. 2011. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp.

FERNANDES, A.T.; 1992. *Espaço social e suas representações*. Porto: VI Colóquio Ibérico de Geografia.

FERREZ, G. 1981 *O Brasil do Primeiro Reinado visto pelo botânico Willian John Burchell 1825-1829*. Fundação João Moreira Salles.

FONSECA, C.D. 2011. *Arraiais e vilas D'El Rei – espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

FOUCAULT, M. 2008. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

FOUCAULT, M. 2008. *Segurança, território e população*. Ed. Martins Fontes, São Paulo.

FRANÇA, J.M.C. 2012. *A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII. Antologia de textos 1591-1808*. São Paulo: Ed. UNESP.

GARCIA FILHO, A.A. 2009. *História, região e globalização*. Ed. Autêntica.

GIRARD, E.P. *Espaço geográfico e território: conceitos-chave para a Geografia*. Atlas da Questão Agrária Brasileira, disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/espaco_territorio.htm

GOTTDIENER, Mark. 1993. *A Produção social do espaço urbano*. São Paulo, EdUSP.

HOLANDA, S.B. 1994. *Caminhos e Fronteiras*. Ed. Companhia das Letras.

HOLANDA, S.B. 1966. *Movimentos de população em São Paulo no Século XVIII*. Revista do IEB. São Paulo,1, p. 55-111.

HOLANDA, S.B. 1995. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

HOLANDA, S.B. 2010. *Visão do Paraíso: motivos endêmicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras

HOLLER, M.T. 2010. *Os jesuítas e a música no Brasil colonial*. Campinas: Editora UNICAMP

JUNIOR DAVOLI, A. 2006. *Guia visual e sentimental- ruas de Moji Mirim*. PUC-

Minas.

JUNIOR RAMOS, J.A.S. 1995. *Mogi Guaçu: a colheita dos melhores frutos* São Paulo: Ed. Grifo

KANTOR, I; 2009. *Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850)*. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.17. n.2. p. 39-61 jul.- dez.

KLAIN, H. S.; 1989. *A oferta de muares no Brasil central: o mercado de Sorocaba, 1825-1880*. Est. Encon., São Paulo, v.19, nº 02, p. 347-372, mai-ago.

KURY, L. 2003 *August Saint-Hiaire, viajante exemplar. Intellèctus Revista Eletrônica ISSN 1676-7640 Ano II . n.1*

LARAIA, R.B., 2009. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar.

LEME, P. T. A.P. 1953. *Notícias das Minas de São Paulo e dos sertões da mesma Capitania. Introdução e notas de Afonso de E. Taunay*. São Paulo: Publicações Comemorativas sob o alto patrocínio da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo.

LUNA, F.V. 2011. *São Paulo no Século XVIII*. São Paulo: Imprensa Oficial, POIESIS.

MANTOVANI, S. 2013. Relatório parcial de iniciação científica. *O extremo oeste paulista: descrições científicas e cartografia*. Campinas, CEATEC, PUC-CAMPINAS.

MARX, M. 1991. *Cidade no Brasil, terra de quem?* São Paulo: Editora Edusp/ Nobel.

MARX, M. 1989. *Nosso chão do sagrado ao profano*. São Paulo: Editora Edusp.

MARTINS, L. B; NEVES, G. R; RADTKE, M. P. 2003. *Mapa dos itinerários de Saint-Hilaire. Viagem ao Rio Grande do Sul*. Revista eletrônica do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), disponível em: <http://www.ihgrgs.org.br/artigos/saint-hilaire.htm>,

- MATOS, O. 1981. *Café e Ferrovias; a Evolução Ferroviária de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado.
- MENDES, C; VERÍSSIMO, C; BITTAR, W. 2007. *Arquitetura no Brasil de Cabral a Dom João VI*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio.
- MENDES, D. 1994 . *A Calçada do Lorena: o caminho de tropeiros para o comércio do açúcar paulista*. Dissertação de Mestrado, USP.
- MINDIN, J; SEVENKO, N. 2000. *São Paulo de Edmund Pink*. Editora DBA.
- MOURA, C.E.M. 1999. *Vida cotidiana em São Paulo no séc. XIX* – Editora Ateliê Editorial
- NASCIMENTO, J.L. 2011. *São Paulo no século XIX*. São Paulo: Imprensa Oficial, POIESIS.
- PANDOLFI, F. C. 2003. “*Barreiro, J.C – Imaginário e viajantes no Brasil do SEC XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002” (Resenha – História, São Paulo.
- PEIXOTO, A. 1944. *História do Brasil*. Cia. Editora Nacional. Versão digital, disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/peixoto.html>, acessado em 14/11/2013.
- PELEGRINI, S. C. A., 2007. *O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 03, nº01, p. 95.
- PETRONE, M. T.S. 1968. *Lavoura canavieira em São Paulo*. Editora Difusão Européia do Livro.
- PICCINATO JUNIOR, D. 2012. *Terra urbana, patrimônio fundiário: uma análise histórica da apropriação do solo na configuração do urbano no nordeste paulista (1800-1930)*. Dissertação (mestrado em urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
- PIRES, C. 2004. *Sambas e Cateretes*. Itu: Ottoni Editora.

- POLINARI, M. 2008. *Patrimônio cultural imaterial – ensaio. Anais do XI Encontro Regional da Associação Nacional de História – ANPUH/PR*
- POLITO, J.A. 2010. *Guia visual de Mogi Mirim – SP*. Trabalho monográfico. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
- POLITO, J.A. 2011. *Travessa do som – música e história como ferramentas de requalificação urbana*. Trabalho Final de Graduação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
- PRADO, W. 1951. *História de uma cidade bandeirante*. Mogi Mirim: Casa Cardona.
- RAMON, F. 1977. *Ideologia urbanística*. Ed. Alberto Corazon Editor, 1977.
- RAMOS JÚNIOR, J. A. S. 1995. *Mogi Guaçu Champion – a colheita dos melhores frutos*. Ed. Grifo.
- REI, C.D.F 2011. *Arraiais e Vilas D’el Rei: Espaço e poder nas Minas setecentistas*. Ed. UFMG.
- REIS, J. C; 2011. *O tempo histórico como “representação intelectual”*. Revista Histórica e Estudos Culturais, vol.8, ano VIII, nº 2.
- REIS FILHO, N.G. 2001. *Evolução urbana do Brasil 1500-1720*. Ed. Pini.
- REIS FILHO, N.G. 1997. *Quadro da arquitetura no Brasil*. Ed. Perspectiva.
- RIBEIRO, A. 1944. *Monografia geográfica de Mogy-Mirim..* Ed. Arquivo Corográfico Caipó.
- RIBEIRO, S. B.(coord) 2008. *Jaguariúna no curso da história*.Jaguariúna: Secretaria de Educação de Jguariúna.
- RODRIGUES, M. 1999. *Mogi Guaçu: o curso de um rio*. São Paulo: Ed. Metalivros.
- SABEH, L. A.; 2009.*Colonização salvífica: os jesuítas e a Coroa portuguesa na construção do Brasil (1549-1580)*. Dissertação de Mestrado em História,

Universidade Federal do Paraná.

SAINT-HILAIRE, A. 1976. *Segunda viagem à São Paulo: o quadro histórico da província de São Paulo*. Ed. Itatiaia.

SAINT-HILAIRE, A. 1972. *Viagem à província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, província Cisplatina e missões no Paraguai*. Editora Martins Editora.

SANTOS, M. 2006. *A natureza do espaço*. Ed. Edusp.

SETÚBAL, M.A. 2004. *Terra Paulista- A formação do Estado de São Paulo, seus habitantes e os usos da terra*. Editora Imprensa Oficial.

SILVA, A.C. (coord.) 2011. *Crise Colonial e independência: 1808-1830. Vol I*. Rio de Janeiro: Objetiva.

SILVA, L. M. C.1960. *Moji Mirim (subsídios para sua história)*. Editora Casa Cardona.

SILVA, M. B.N; BACELLAR.C. A. P. 2009. *História de São Paulo Colonial*, São Paulo, Ed. UNESP.

SOARES, L. O. 2004. *Economia escravista no caminho dos goiases – século XIX*. Texto integrante dos Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. Cd-rom.

SOUSA, A.C.V. 2009. *Martinico Prado: Um empresário agrícola no interior paulista*. Revista eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n.35.

TAUNAY, Afonso de Escragnoille. 1922. *Um grande bandeirante: Bartolomeu Paes de Abreu (1674-1738). Exploração do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Mato Grosso; a conquista de Goiás*." Anais do Museu Paulista, p. 417-528.

TORRÃO FILHO, A. 2010. *A arquitetura da alteridade: A cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845)*. São Paulo: FAPESP/Hucitec.

TORRÃO FILHO, A. 2005. *O 'milagre da onipotência' e a dispersão dos vadios: política urbanizadora e civilizadora em São Paulo na administração do morgado de Mateus (1765-1775)*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

TORRÃO FILHO, A. 2007. *Paradigma do caos ou cidade da conservação? A cidade colonial na América portuguesa e o caso de São Paulo na administração do morgado de Mateus (1765-1775)*. FAPESP/ Anna Blume.

WILLIAMS, R. 2011. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Cia das Letras.

WIRTH, Louis. 1979. "O urbanismo como modo de vida". In Velho, Otávio (org.), *O Fenômeno Urbano*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora.

LIVRETOS

São José de Mogi Mirim – 1751 a 1º de novembro de 2001, publicação comemorativa.

260 anos da Paróquia São José de Mogi Mirim – 1751-2011, publicação comemorativa.

INSTITUIÇÕES:

Arquivo Público do estado de São Paulo

Arquivo Publico Mineiro

Câmara Municipal de Mogi Mirim. Primeiro livro de Atas 1770-1775.

Casa da Memória de Jaguariuna

Biblioteca Municipal João XXIII de Mogi Guaçu

Biblioteca Municipal "Laurindo de Carvalho e Silva" de Mogi Mirim

Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Biblioteca da Pontifícia Universidade de Minas Gerais – campus Poços de Caldas

Bibliotecas Integradas da Universidade Estadual de Campinas

Bibliotecas Integradas da Universidades de São Paulo

Museu Histórico e Pedagógico Doutor João Teodoro Xavier

Museu Histórico e Pedagógico Franco de Godoy

Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu

Prefeitura Municipal de Mogi Mirim

SITES

<http://www.camaramogimirim.com.br> (acessado em 10/03/2010)

<http://folhanova.com.br/wp-content/uploads/2013/01/1816-Mapa-topografico-e-hidrografico-da-Capitania-de-Minas-Gerais.jpg> (acessado em 21/03/2013)

<http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/espaco-territorio.htm> (acessado em 21/03/2013)

<http://hvsh.cria.org.br/project> (acessado em 10/06/2013)

http://www.ihgrgs.org.br/artigos/saint-hilaire_arquivos/mapa_saint_hilaire.jpg (acessado em 22/03/2013)

http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoos/introdução.html

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=353070>, acessado em 16/03/2012)

<http://www.instituto-camoes.pt/revista/achamentvc.htm> (acessado em 05/01/2013)

http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=928&cd_item=3&cd_idioma=28555, acessado em 10/06/2013.

http://lemad.fflch.usp.br/textos_historicos (acessado em 22/03/2013)

<http://lemad.fflch.usp.br/node/3838> (acessado em 22/03/2013)

http://www.mac.usp.br/mac/templates/exposicoes/exposicao_leituras_cartograficas/exposicao_leituras_cartograficas_expansao_paulista_rios_navegaveis.asp
(acessado em 30/02/2013)

http://www.mac.usp.br/mac/templates/exposicoes/exposicao_leituras_cartograficas/exposicao_leituras_cartograficas_provincia_saopaulo_carta_topografica.asp
(acessado em 21/03/2013)

<http://www.mogi.com.br/societa/4f.htm> (acessado em 08/04/2010)

<http://www.mogimirim.sp.gov.br> (acessado em 12/03/2012)

<http://www.mp.usp.br/> (acessado em 02/02/2012)

<http://www.museudaimigracao.org.br/acervodigital/fotografias.php> (acessado em 17/03/2013)

<http://www.novomilenio.inf.br/santos/mapa106g.htm> (acessado em 19/04/2013)

<http://www.novomilenio.inf.br/santos/mapa123g.htm> (acessado em 19/04/2013)

<http://www.novomilenio.inf.br/santos/mapa17a.htm> (acessado em 17/02/2013)

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart325602.jpg (acessado em 9/04/2013)

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart530294.jpg(acessado em 22/03/2013)

<http://www.pintaca.com.br/?p=36> (acessado em 27/05/2010)

http://pt.wikipedia.org/wiki/Mogi_Mirim (acessado em 05/03/2012)

http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Metropolitana_de_Campinas
(acessado em 05/03/2012)

<http://www.sfreinobreza.com.br> (acessado em 12/05/2010)

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142009000200013&script=sci_arttext (acessado em 23/03/2012)

[http://www.tecsi.fea.usp.br/eventos/Contecsi2004/BrasilEmFoco/port/artecult/arqur
b/](http://www.tecsi.fea.usp.br/eventos/Contecsi2004/BrasilEmFoco/port/artecult/arqur
b/)

[http://univesptv.cmais.com.br/historias-da-historia-de-sao-paulo-o-quadrilatero-do-
acucar](http://univesptv.cmais.com.br/historias-da-historia-de-sao-paulo-o-quadrilatero-do-
acucar) (acessado em 23/03/2012)

<http://www.usinadesolucoes.com.br/bianco.html> (acessado em 30/02/2013)